

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Instituto de Geociências e Ciências Exatas

Campus de Rio Claro

**MANIFESTAÇÕES DA GOVERNANÇA
TERRITORIAL NO BRASIL:
UMA ANÁLISE DO ‘CIRCUITO DAS ÁGUAS PAULISTA’ E
DO ‘CIRCUITO DAS MALHAS DO SUL DE MINAS GERAIS’**

LUCAS LABIGALINI FUINI

Orientador: Prof. Dr. Elson Luciano Silva Pires

Tese de Doutorado
elaborada junto ao Programa
de Pós-graduação em
Geografia - Área de
Concentração em
Organização do Espaço –
para obtenção do título de
Doutor em Geografia

Rio Claro – SP
2010

G330.9716 Fuini, Lucas Labigalini
F961m Manifestações da governança territorial no Brasil: uma
análise do Circuito das Águas Paulista e do Circuito das
Malhas do Sul de Minas Gerais / Lucas Labigalini Fuini. -
Rio Claro : [s.n.], 2010
191 f. : il., figs., gráfs., tabs. + 3 questionários

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista,
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Orientador: Elson Luciano Silva Pires

1. Geografia comercial. 2. Circuitos turísticos. 3.
Território. 4. Arranjos Produtivos Locais. I. Título.

Ficha Catalográfica elaborada pela STATI - Biblioteca da UNESP
Campus de Rio Claro/SP

Comissão Examinadora

Orientador: _____
Prof. Dr. Elson Luciano Silva Pires (Unesp-Rio Claro)

2º. Examinador: _____
Prof. Dr. Ricardo Toledo Neder (UnB-Brasília)

3º. Examinador: _____
Prof. Dr. Eugênio Lima Mendes (UEFS-Feira de Santana)

4º. Examinador: _____
Prof. Dr. Roberto Braga (Unesp-Rio Claro)

5º. Examinador: _____
Prof. Dr. Paulo Roberto Teixeira Godoy (Unesp-Rio Claro)

Aluno: Lucas Labigalini Fuini

Rio Claro, 19 de Março de 2010

Resultado: Aprovado

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à memória dos meus queridos avós, Eula Gomes Labigalini (in memoriam) e Durvalino Labigalini (in memoriam), pela incansável luta pela vida, pelo amor ilimitado e pela emocionante lição de humildade e dignidade. Por todos os dias que restam em minha trajetória, lhes serei grato por tudo.

AGRADECIMENTOS

Ao meu grande amigo e querido orientador Prof. Dr. Élon Luciano S Pires, pelo exemplo profissional, pela acolhida durante todos esses anos e pelas conversas francas e profundas que fizeram me sentir verdadeiramente um pesquisador

À minha esposa Raquel, pela compreensão nos momentos mais cansativos e difíceis dessa pesquisa, e pelo amor que me permitiu superar essa fase com tranquilidade e felicidade

Aos meus pais, exemplos de vida, por terem me dado o bem mais precioso de todos; a família. Pelo apoio, pelo carinho e pelos dias felizes que virão, muito obrigado

Ao meu irmão Mateus e sua esposa Priscila, pelo convívio sempre alegre que proporcionam e pelos laços de padrinhos que nos acompanharão por todo e sempre

Aos professores e funcionários do curso de Geografia da Unesp e do Departamento de Desenvolvimento Territorial e Geoprocessamento (Deplan), por terem me dado um segundo lar durante tantos anos e pela paciência com minhas dúvidas e inquietudes

Aos amigos do Laboratório de Desenvolvimento Territorial (Ladeter), pela honra de ver nascer e crescer tão importantes idéias e trabalhos

Aos colegas do Programa de Pós-graduação em Geografia de Rio Claro, pela cordialidade em compartilharem de conhecimentos tão úteis em meu trabalho acadêmico

À Seção de Pós-graduação do IGCE, pelo dinamismo e simpatia cotidianos

Aos professores Silvia Selingardi-Sampaio e Roberto Braga, pelas valiosas observações durante a qualificação para o Doutorado

Aos alunos e funcionários das Faculdades Asmec, por terem me ouvido refletir sobre questões dessa pesquisa e por terem prontamente respondido aos meus questionários

Aos colegas da Escola Interativa, Caetano Munhoz e das Faculdades IESI, pelo convívio frutífero

Aos prefeitos, secretários e funcionários municipais das cidades que compõe os Circuitos turísticos das Águas e das Malhas, pela receptividade em atender à nossa pesquisa

À FAPESP, pela bolsa de auxílio à pesquisa que me permitiu percorrer essa tese com o devido rigor científico e segurança financeira

Ao projeto temático da Fapesp “O mapa da indústria no início do Século XXI. Diferentes paradigmas para a leitura territorial da dinâmica econômica no estado de São Paulo”, sobretudo na figura do seu coordenador, o Prof. Dr. Eliseu Savério Spósito, pelas trocas de conhecimentos e pela curiosidade científica compartilhada em desvendar a dinâmica territorial da indústria paulista

E, finalmente, ao ser maior, Deus, pela luz que me acompanha e me tranquiliza.

A todos, e àqueles porventura não citados, um carinhoso abraço de gratidão.

Às vezes ouço passar o vento; e só de ouvir o vento passar, vale a pena ter nascido.

Fernando Pessoa

A cada dia que vivo, mais me convenço de que o desperdício da vida está no amor que não damos, nas forças que não usamos, na prudência egoísta que nada arrisca, e que, esquivando-se do sofrimento, perdemos também a felicidade. A dor é inevitável. O sofrimento é opcional.

Carlos Drummond de Andrade

RESUMO

A presente pesquisa de doutorado visa compreender como se articulam as novas formas de regulação e de governança no território brasileiro através da análise das estratégias institucionais e organizacionais dos atores locais em projetos coletivos de desenvolvimento territorial local. Em um primeiro momento, será feita uma revisão das principais formas de governança e de planejamento territorial vigentes durante o predomínio do *fordismo* - décadas de 1950 a 1970 - em comparação ao período atual, dando ênfase a dois instrumentos principais de governança recentes: os Arranjos Produtivos Locais (APL) e os Circuitos Turísticos. Em um segundo momento, busca-se compreender a evolução da abordagem de aglomerados setoriais simples para formas de articulação e cooperação sócio-institucional entre atores que definem estruturas de distribuição de poderes econômicos e políticos no âmbito local, com destaque para o setor turístico. Os exemplos a serem tomados para estudo de caso é o do “Circuito das Águas Paulista”, que abarca as cidades localizadas na parte leste do Estado de São Paulo, a maioria classificadas como Estâncias turísticas e hidrominerais, e o do “Circuito das Malhas do Sul de Minas Gerais”, envolvendo municípios localizados no extremo sul do Estado de Minas, na fronteira com São Paulo e especializados na produção de malhas retilíneas. No exemplo dos Circuitos turísticos, consolida-se uma visão de território como espaço integrado pelos vínculos e redes de empresas e o ambiente externo onde estão inseridas. A análise da estrutura econômica dos dois Circuitos, bem como de suas particularidades sócio-institucionais e regulatórias, nos remeterá a tese da importância da dimensão da governança territorial nas estratégias atuais de desenvolvimento local/regional, considerando-se a relação de poderes entre Estado, empresas e outras instituições sociais.

Palavras-chave: Território; Governança; Arranjos Produtivos Locais e Circuitos Turísticos.

ABSTRACT

The aim of this research is to understand how the new ways of regulation and governance articulate in the Brazilian territory through the analysis of the institutional and organizational strategies of the local actors in collective projects of local territorial development. The first part is dedicated to a revision of the predominant main forms of governance and territorial planning during the Fordism – between 1950 and 1970- in comparison to the current period, emphasizing two main instruments of recent governance: the Local Productive Arrangements (APL) and Touristic Circuits. At a second moment the aim is to understand the evolution of the approach of simple setorial clusters to ways of social institutional articulation and cooperation between actors that define structures of distribution of economic and politic powers in the local sphere, mainly in the touristic sector. The examples of this study are taken from the “Circuito das Águas Paulista”, that are the cities located in the east part of the State of São Paulo, considering the most part of them as touristic spa towns, and the “Circuito das Malhas of the South of Minas Gerais”, involving cities that are located in the extreme south of the state of Minas Gerais bordering São Paulo and specialized in the production of electronic flat knitting. In the example of touristic circuits a territory vision is consolidated as a space integrated by the bonds and network of companies and the external environment where they are integrated. The analysis of the economic structure of two Circuits, as well as of its partner-institucional and regulatory particularities, it takes in them to the thesis about the importance of the territorial dimension of governance in the current strategies of regional local development/, considering it relation of being able between State, companies and other social institutions

Key-words: Territory; Governance; Local Productive Arrangements and Touristic Circuits.

ÍNDICE

Página

RESUMO	viii
ABSTRACT	ix
LISTA DE TABELAS	xiii
LISTA DE FIGURAS	xv
INTRODUÇÃO	17
1 - As Mutações econômicas e espaciais e as novas formas de Governança Territorial	
1.1 – Introdução.....	21
1.2 – As mudanças no Modo de produção capitalista em âmbito mundial	22
1.3 - Reestruturação produtiva, mudanças no papel do Estado e as novas manifestações da regulação territorial no Brasil	26
1.3.1 – As mudanças no Planejamento e nas Políticas de Desenvolvimento territorial	33
1.4 – O significado de Governança e o Território	37
1.4.1 – Os conceitos correlatos à Governança territorial	43
1.4.2 – Elementos da teoria da Regulação e o Território	47
1.4.3 – A importância das formas de Governança nos processos de Desenvolvimento territorial	50
1.4.4 – As redefinições regionais no Brasil e a superposição de formas de governança territorial	55
1.5 – Conclusão parcial	58
2 - Os Circuitos Turísticos e os Arranjos produtivos locais como manifestações atuais da Governança territorial	
2.1 – Introdução	59
2.2 – Os Circuitos Turísticos: Experiências de planejamento e desenvolvimento territorial local	60
2.3 – Os Arranjos Produtivos Locais e os Circuitos Turísticos	69

2.4 – Conclusão parcial	80
-------------------------------	----

3 – Exemplos de Governança territorial no Brasil: O Circuito das Águas de São Paulo e o Circuito das Malhas do Sul de Minas Gerais

3.1 – Introdução	81
3.2 – O Circuito das Águas Paulista	86
3.2.1 – As origens: As Estâncias Hidrominerais	92
3.2.2 – As Relações de governança no Circuito das Águas	98
3.2.2.1 – Empresas e aglomerações produtivas	102
3.2.2.2 – Poder público local	108
3.2.2.3 – Associações empresariais e de classe	111
3.2.2.4 – Sindicatos	114
3.2.2.5 – Órgãos de apoio e fomento	116
3.2.2.6 – Fontes de financiamento	118
3.2.2.7 – Instituições de ensino e pesquisa	119
3.2.2.8 – Feiras e eventos	121
3.2.2.9 – Conselhos municipais de turismo	123
3.2.2.10 – Gestão e Liderança do Circuito	125
3.2.3 – A rede de municípios e seu papel no Circuito Turístico	133
3.3 – O Circuito das Malhas do Sul de Minas Gerais	136
3.3.1 – As origens: O artesanato de malhas	139
3.3.2 – As Relações de governança no Circuito das Malhas	143
3.3.2.1 - Empresas e aglomerações produtivas	147
3.3.2.2 – Poder público local	152
3.3.2.3 – Associações empresariais e de classe	154
3.3.2.4 – Sindicatos	155
3.3.2.5 – Órgãos de apoio e fomento	156
3.3.2.6 – Fontes de financiamento	158
3.3.2.7 – Instituições de ensino e pesquisa	161

3.3.2.8 – Feiras e Eventos	162
3.3.2.9 – Conselhos municipais de turismo	164
3.3.2.10 – Gestão e Liderança do Circuito	164
3.3.3 – A rede de municípios e seu papel no Circuito Turístico	168
3.4 – Outros aspectos sobre o desenvolvimento territorial e a governança dos Circuitos turísticos: Os conflitos sócio-espaciais	170
3.5 – Conclusão parcial: Uma comparação entre os Circuitos	173
CONSIDERAÇÕES FINAIS	177
REFERÊNCIAS	180
ANEXOS	190

LISTA DE TABELAS

	Página
TABELA 1 - CARACTERÍSTICAS DA GOVERNANÇA TERRITORIAL	40
TABELA 2 - OS RECURSOS E ATIVOS TERRITORIAIS	47
TABELA 3 - AS FORMAS INSTITUCIONAIS EM ÂMBITO LOCAL	49
TABELA 4 - ATIVIDADE TURÍSTICA: ATORES E OBJETIVOS	61
TABELA 5 - VARIEDADES DA ATIVIDADE TURÍSTICA	61
TABELA 6 - AS DIMENSÕES DOS APLs	71
TABELA 7 - EXEMPLOS DE ATUAÇÃO EM APLs NO BRASIL	73
TABELA 8 - AS VANTAGENS COMPETITIVAS LOCACIONAIS EM AGLOMERAÇÕES E ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS	76
TABELA 9 - TIPOS DE GOVERNANÇA DOS ARRANJOS E CIRCUITOS PRODUTIVOS LOCAIS	84
TABELA 10 - MODALIDADES DE GOVERNANÇA DAS REDES POLÍTICO-ADMINISTRATIVAS PORTADORAS DE CIRCUITOS ESPACIAIS	85
TABELA 11 - DADOS GERAIS DO CIRCUITO TURÍSTICO DAS ÁGUAS	89
TABELA 12 - EVOLUÇÃO DO PIB MUNICIPAL E PIB PER CAPITA MUNICIPAL DO CIRCUITO DAS ÁGUAS	90
TABELA 13 - INSTITUIÇÕES/ORGANIZAÇÕES PRESENTES NO CIRCUITO DAS ÁGUAS	99
TABELA 14 - INSTITUCIONALIDADE TURÍSTICA PÚBLICA E PRIVADA DO CIRCUITO DAS ÁGUAS	101
TABELA 15 - AS PRINCIPAIS ATIVIDADES INDUSTRIAIS EM NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E EMPREGOS NO CIRCUITO DAS ÁGUAS EM 2005	103
TABELA 16 - INFRAESTRUTURA TURÍSTICA DO CIRCUITO DAS ÁGUAS EM 2005.....	107
TABELA 17 - ORGANIZAÇÕES EMPRESARIAIS, PROFISSIONAIS E PATRONAIS DO CIRCUITO DAS ÁGUAS EM 2005	114
TABELA 18 - ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÕES SINDICAIS DO CIRCUITO DAS ÁGUAS EM 2005	115

TABELA 19 - ESTABELECIMENTOS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA DO CIRCUITO DAS ÁGUAS EM 2005	119
TABELA 20 - DADOS GERAIS DO CIRCUITO TURÍSTICO DAS MALHAS	138
TABELA 21 - INSTITUIÇÕES/ORGANIZAÇÕES PRESENTES NO CIRCUITO DAS MALHAS	145
TABELA 22 - INSTITUCIONALIDADE TURÍSTICA PÚBLICA E PRIVADA DO CIRCUITO DAS MALHAS	146
TABELA 23 - AS PRINCIPAIS ATIVIDADES INDUSTRIAIS EM NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E EMPREGOS NO CIRCUITO DAS MALHAS EM 2005	148
TABELA 24 - INFRAESTRUTURA TURÍSTICA DO CIRCUITO DAS MALHAS EM 2005	152
TABELA 25 - ORGANIZAÇÕES EMPRESARIAIS, PROFISSIONAIS E PATRONAIS DO CIRCUITO DAS MALHAS EM 2005	155
TABELA 26 - ORGANIZAÇÕES SINDICAIS DO CIRCUITO DAS MALHAS EM 2005.....	155
TABELA 27 - ESTABELECIMENTOS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA DO CIRCUITO DAS MALHAS EM 2005	158
TABELA 28 - AVALIAÇÃO QUALITATIVA DAS PRINCIPAIS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA DOS CIRCUITOS TURÍSTICOS	175

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

	Página
FIGURA 1 - FLUXOGRAMA DA GOVERNANÇA TERRITORIAL	18
FIGURA 2 - DINÂMICA DO TERRITÓRIO	41
FIGURA 3 - CONCEITOS CORRELATOS À GOVERNANÇA	43
FIGURA 4 – ORGANOGRAMA DO MINISTÉRIO DO TURISMO	63
FIGURA 5 – ATIVIDADES DIRETA E INDIRETAMENTE ENVOLVIDAS COM O ARRANJO PRODUTIVO TURÍSTICO	78
FIGURA 6 - MODELOS ESPACIAIS DE CIRCUITOS TURÍSTICOS DOTADOS DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS	80
FIGURA 7 - MAPA DA REGIÃO DO “CIRCUITO DAS ÁGUAS PAULISTA” E “CIRCUITO DAS MALHAS DO SUL DE MINAS GERAIS”	82
FIGURA 8 – MODELO DE GOVERNANÇA EM CIRCUITOS E ARRANJOS LOCALIZADOS	83
FIGURA 9 – MAPA DA REGIÃO DO CIRCUITO DAS ÁGUAS PAULISTA COM MALHA RODOVIÁRIA	87
FIGURA 10 – LOGOTIPO OFICIAL DO CIRCUITO DAS ÁGUAS	87
FIGURA 11 – EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO (%) DO CIRCUITO DAS ÁGUAS NO PIB DO ESTADO DE SÃO PAULO.....	90
FIGURA 12 – FOTOGRAFIA DA FACHADA ATUAL DA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE AMPARO, CONSTRUÍDA EM 1875.....	93
FIGURA 13 - FACHADA DO GRANDE HOTEL EM ÁGUAS DE LINDÓIA –	93
FIGURA 14 – MOSAICO COM IMAGENS DE TODAS AS CIDADES DO CIRCUITO DAS ÁGUAS PAULISTA.....	97
FIGURA 15 – GRÁFICO COM O PODER ECONÔMICO DOS MUNICÍPIOS DO CIRCUITO DAS ÁGUAS PELO PIB MUNICIPAL	134
FIGURA 16 – COM O PESO ECONÔMICO DOS MUNICÍPIOS DO CIRCUITO DAS ÁGUAS ASSOCIADO AOS EMPREGOS FORMAIS EM 2005	134
FIGURA 17 - PESO ECONÔMICO DOS MUNICÍPIOS DO CIRCUITO DAS ÁGUAS ASSOCIADO AOS ESTABELECIMENTOS FORMAIS EM 2005	134

FIGURA 18 – GRÁFICO COM O ÍNDICE DE RESPONSABILIDADE FISCAL E SOCIAL (IRFS) NO CIRCUÍTO DAS ÁGUAS.....	135
FIGURA 19 - MAPA DA REGIÃO DO CIRCUITO DAS MALHAS COM A MALHA RODOVIÁRIA	137
FIGURA 20 – LOGOTIPO OFICIAL DO CIRCUITO DAS MALHAS	137
FIGURA 21 e 22 - TRAJETÓRIAS DO PIB E DO PIB PER CAPITA NO CIRCUITO DAS MALHAS	139
FIGURA 23 - FACHADA DE ANTIGO CASARÃO ONDE FOI ASSINADO O ACORDO DO CAFÉ COM LEITE EM 1913	141
FIGURA 24 - MOSAICO DE IMAGENS DO CIRCUITO DAS MALHAS DO SUL DE MINAS GERAS.....	143
FIGURA 25 – ORGANOGAMA COM A PROJEÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO CIRCUITO DAS MALHAS DO SUL DE MINAS GERAIS ...	167
FIGURA 26– MODELO DE REGIMENTO INTERNO DE UM CIRCUÍTO TURÍSTICO (Ex:Circuito das Serras Verdes do Sul de Minas)	167
FIGURA 27 – GRÁFICO COM O PODER ECONÔMICO NO CIRCUITO DAS MALHAS ASSOCIADO AO PIB MUNICIPAL	169
FIGURA 28 e 29 – PESO ECONÔMICO DOS MUNICÍPIOS DO CIRCUITO DAS MALHAS ASSOCIADO AOS EMPREGOS FORMAIS E ESTABELECIMENTOS ECONÔMICOS NO ANO DE 2005	169
FIGURA 30 – GRÁFICO COM O ÍNDICE DE RESPONSABILIDADE FISCAL E SOCIAL (IRFS) DO CIRCUITO DAS MALHAS	169
FIGURA 31 – IMAGEM DE ENCHENTE APÓS FORTE PRECIPITAÇÃO EM MONTE SIÃO – JANEIRO DE 2009.....	171
FIGURA 32 - IMAGEM DE MORADIAS PRECÁRIAS NO JARDIM FIGUEIRA (VILA DAS PEDRAS) EM AMPARO/SP	172
QUADRO 1 - CIRCUITOS TURÍSTICOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS	67
QUADRO 2- CIRCUITOS TURÍSTICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO	68

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa busca compreender como se expressam as instituições, atores e recursos no âmbito da estrutura de governança territorial em dois contextos sócio-espaciais próximos: o Circuito das Águas de São Paulo e o Circuito das Malhas do Sul de Minas Gerais.

O objetivo central da tese de doutorado¹ é caracterizar a importância de estruturas de governança e de regulação na dinâmica territorial local de aglomerados produtivos, considerando-se a governança territorial um elemento essencial nos estudos e estratégias de planejamento e desenvolvimento territorial atuais. Tais estratégias resultam de um quadro de descentralização político-administrativa, presente no Brasil a partir do final da década de 1980, precedido da desconcentração industrial, iniciada na metrópole paulistana, e da reestrutura produtiva e organizacional em transição a um modelo pós-fordista e globalizado.

Trata-se de uma análise aprofundada das formas de “governança” e distribuição de poder em cadeias e sistemas produtivos com forte componente local e regional, considerando-se a importância das instituições e das outras formas de coordenação entre atores locais na regulação dos territórios e no processo de desenvolvimento territorial.

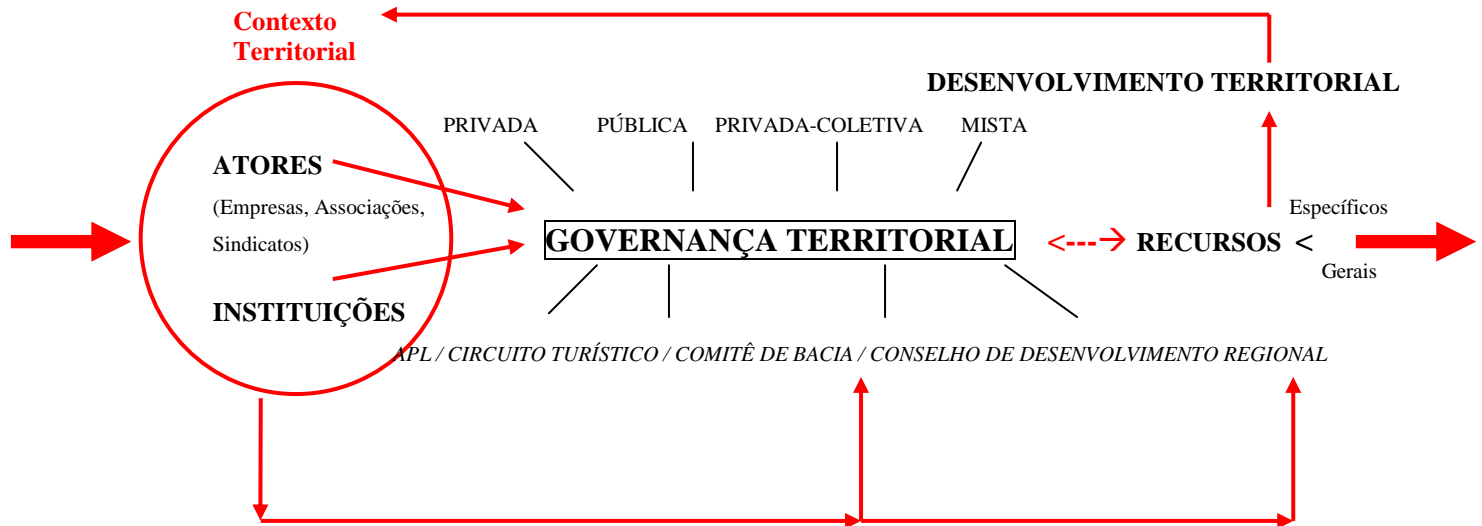
Este estudo se compõe de duas hipóteses centrais. A primeira pressupõe que a noção de governança vai além de uma simples forma de organização inter-empresarial, definida por relações puramente mercantis, associando-se também às modalidades de coordenação sócio-econômicas mais complexas que abarcam instituições, convenções, registros de ação e formas de incerteza, definindo, assim, um tipo de regulação mista entre o político e o econômico, entre o local e o nacional, com forte conteúdo territorial. A segunda associa a ideia de “governança territorial” a um complexo de relações entre atores e instituições que define novas formas de regulação e coordenação de arranjos e circuitos produtivos em âmbito local e regional, como os exemplos dos Circuitos turísticos das Malhas de Minas Gerais e das Águas de São Paulo, influenciando nas estratégias locais/regionais de desenvolvimento.

Associado ao termo governança emerge também um quadro conceitual que envolve termos como “cooperação”, “capital social” e “recursos específicos”. As definições destes conceitos e suas associações ao temário mais geral da “governança” são também demandas

¹ Segundo Eco (1996) e outros autores uma tese é uma proposição intelectual que apresenta o resultado de investigação complexa e aprofundada sobre tema mais ou menos amplo, com abordagem teórica definida. Trata-se de um texto que se caracteriza pela defesa de uma ideia, de um ponto de vista, ou então pelo questionamento acerca de um determinado assunto. Deve revelar a capacidade de seu autor em incrementar a área de estudo que foi alvo de suas investigações, constituindo-se em real contribuição para a ciência e especialidade em questão, primando pela originalidade.

atuais quanto à realização de reflexões teóricas e empíricas que deem conta da complexidade das relações sócio-produtivas e das novas formas de organização espacial da indústria. (figura 1).

FIGURA 1 - FLUXOGRAMA DA GOVERNANÇA TERRITORIAL



Fonte: Elaborado pelo autor

A definição de uma estrutura de governança territorial se compõe, pois, de um determinado contexto territorial - podendo ser um município, uma rede de municípios ou uma região – onde os atores locais entram em relação e concebem instituições que as representam neste acordo, além do próprio ambiente institucional pré-existente. Configura-se em torno de esquemas diversos (APL, Circuitos, Comitês), podendo ser uma governança de tipo variável, entre o público e o privado. Nesta tessitura estabelecida buscar-se-á mobilizar recursos territoriais locais, atendendo ao objetivo de se incrementar a competitividade territorial local e se chegar em determinado nível de desenvolvimento territorial.

A partir dessas premissas cabem os seguintes questionamentos, que nortearão a presente análise: Que condições são requeridas para que uma governança territorial se desenvolva? Que argumentos teóricos e empíricos sustentam a ideia de que a governança territorial sustenta e pilota o desenvolvimento territorial local e regional, mais especificamente nos Circuitos turísticos analisados?

Buscando atender aos objetivos propostos na pesquisa, este trabalho faz uso das bases teórico-conceituais da análise regulacionista, sobretudo em seu enfoque territorial, da qual provém a preocupação com o funcionamento dos modos de regulação dos sistemas produtivos em âmbito local/regional, caracterizando as formas institucionais e as estruturas de

governança como elementos sociais que se impõem à atividade econômica e ao desenvolvimento territorial (SCOTT, 1998).

A metodologia de pesquisa se baseia na manipulação de dados secundários (RAIS, IBGE) sobre os municípios que compõem os Circuitos turísticos, análise de material publicado na imprensa (impresa e digital) sobre os atores e instituições locais, e a realização de entrevistas (pesquisa qualitativa) com a população local, empresários e autoridades políticas que atuam na região dos Circuitos.

Ao estudar a territorialidade dos Circuitos turísticos e seus arranjos produtivos internos será possível verificar tanto as formas locais de regulação quanto os intercâmbios e elementos desses sistemas sócio-produtivos.

Em concepção mais tradicional, entende-se por governança a caracterização das relações de poder e estruturas de regulação no âmbito de um sistema de empresas ou nas estruturas de administração pública. Em muitos casos, no entanto, esses dois elementos se entrecruzam: aglomerados produtivos que organizam economicamente territórios específicos e acabam por suscitar a emergência de formas de governança e regulação local/regional a fim de coordenar as relações e ações deste arranjo.

Para tanto, pode-se buscar internamente a construção de estruturas de governança públicas, regidas em relações horizontais entre os vários atores locais e abertas à comunidade local; privadas, monopolizadas pelos interesses dos agentes empresariais e setoriais; ou mesmo formas mistas de regulação, concebidas pela relação entre agentes empresariais, prefeitura, sindicato e outros atores da sociedade civil (ex: Organizações Não-Governamentais), não sendo tão ampla quanto a governança pública nem tão restrita quanto a privada.

A ideia de uma “governança territorial” amplia o escopo das relações de regulação e poder para além dos aspectos restritos ao sistema produtivo local, abarcando também o conjunto de localidades (municipalidades) inseridas na rede produtiva regional e que compartilham das relações de governança e dos fluxos políticos e econômicos associados a esta rede.

A importância das várias cidades nesta aglomeração, em formato de Circuito ou Arranjo, e a sua efetiva participação nas decisões e nos rumos tomados pela estrutura de governança territorial criada, são temáticas essenciais para a compreensão das formas atuais de organização do território brasileiro e para a leitura das novas formas de gestão e regulação territorial emergentes.

Sendo, pois, a “governança territorial” uma forma de organização complexa que necessita de um determinado nível de cooperação, os recursos mobilizados podem ser de qualidade genérica, facilmente transferíveis e comuns aos outros contextos territoriais, ou podem ser específicos, resultados de uma acumulação de experiência e conhecimento histórico-cultural não codificado e de articulações sociais e espaciais inéditas. Como resultado desta longa e complexa rede entre atores e instituições, pode-se alcançar o objetivo máximo a que todos esperam quando entram em acordo para estabelecer determinado compromisso de governança: o desenvolvimento territorial.

A justificativa da tese associada à análise dos Circuitos Turísticos e dos aglomerados produtivos localizados inseridos dentro deles é que se tratam de formas de governança e de articulação sócio-política e institucional inovadoras no âmbito dos contextos territoriais onde se inserem, desencadeando relações de poder econômico e político específicas e que definem algumas estratégias de uso e organização do território brasileiro.

Em sentido mais amplo, nos reportamos à problemática central do trabalho: as estratégias dos Circuitos turísticos e Arranjos produtivos locais aparecem verdadeiramente como respostas inovadoras de um movimento geral de reestruturação tecnológica e organizacional da atividade industrial, de descentralização político-administrativa do Estado, e até mesmo devido à expansão da atividade turística em território brasileiro em torno das quais muitas regiões têm se organizado, a fim de se aproveitarem dos altos benefícios econômicos advindos com o incremento turístico. Este questionamento surgirá no plano teórico do trabalho e será devidamente compreendido no corpo deste estudo.

A presente tese de doutoramento se organiza, desse modo, em três partes centrais. Na primeira define-se o conteúdo do termo “governança” e sua associação com a categoria “território” no contexto das mudanças produtivas e redefinições territoriais em termos de políticas públicas e do papel do Estado. Na segunda busca-se aprofundar o quadro teórico associado aos Circuitos turísticos, dotados de Arranjos Produtivos Locais (APL), como referenciais de governança associados aos projetos de desenvolvimento territorial. Na terceira sistematiza-se o quadro empírico das relações institucionais e regulatórias do “Circuito das Águas Paulista” e do “Circuito das Malhas do Sul de Minas Gerais”. Por fim, serão feitas as conclusões devidas, comparando-se as estruturas de governança dos dois Circuitos turísticos e retomando os objetivos e hipóteses que delineiam o presente estudo.

CAPÍTULO 1

AS MUTAÇÕES ECONÔMICAS E AS NOVAS FORMAS DE REGULAÇÃO E GOVERNANÇA TERRITORIAL

1.1 – Introdução

A transição em voga, iniciada nos anos 1970, de um modelo regulatório de acumulação e de organização industrial fordista-keynesiano para um modelo de produção e acumulação flexível, implicou em mudanças sensíveis associadas às técnicas de produção, gerenciamento do sistema produtivo, organização espacial da indústria, regulamentação e controle do mercado de trabalho, inserção do Estado na economia e em outros setores.

Neste sentido, esse conjunto de modificações aprofundou o caráter de especialização produtiva das regiões e localidades - imersas em espaços subnacionais – que passaram a buscar novas formas de mobilizar seus recursos competitivos diante da crescente concorrência intranacional e internacional.

Com o componente da descentralização estatal no Brasil e em outros países, reforçou-se a necessidade de se articularem estruturas institucionais e projetos de desenvolvimento local que estivessem baseados em atores, capacidades e conhecimentos endógenos. Como essas iniciativas não estão descoladas de contextos mais amplos - regionais, nacionais e internacionais - tratou-se, pois, de se promover formas de regulação parciais das cadeias produtivas e dos processos de desenvolvimento sócio-econômico mais amplos. De forma que a concepção de “desenvolvimento territorial” expressa de forma mais abrangente essas iniciativas oriundas de contextos locais/regionais ancorados em recursos territoriais e que buscam alavancar as vantagens competitivas locais aliadas à promoção de mudanças estruturais que conduzam ao bem-estar social da comunidade local.

Neste sentido, as mudanças ocorridas com os Estados nacionais e as atividades econômicas impuseram desafios quanto às formas de regulação e de planejamento nacionais e regionais. No período glorioso do fordismo-keynesianismo, sobretudo nas décadas de 1950 e 1960, predominava um tipo de inserção territorial do Estado baseada no modelo de planejamento centralizado e outorgado, no qual as regiões e municípios aparecem apenas como elementos justapostos do cenário onde se implantam as políticas territoriais. Os atores locais, com suas demandas específicas, não são dotados de instrumentais para a execução de

políticas públicas, predominando uma relação de clientelismo baseada na distribuição de recursos pelo Estado para obras e projetos pontuais, senão quando ele mesmo aplica os recursos e executa diretamente grandes obras com teor técnico e social discutíveis.

No cenário atual tornam-se cada vez mais nítidos os contornos e desafios advindos com a descentralização político-administrativa do Estado, a privatização de antigos serviços e setores públicos e a flexibilização de regulamentos e contratos. Neste sentido, faz-se necessária a coordenação de agentes e instituições ancorados em suas regiões e localidades para definirem novas formas de administrar os fluxos econômicos, políticos e sociais que lhes foram transferidos.

Coloca-se, portanto, a seguinte temática para a análise do desenvolvimento territorial: observar a manifestação das novas formas de governança territorial oriundas no contexto recente do Brasil, caracterizando as instituições, a natureza privada, pública ou mista, e as formas de inserção dos entes federativos nestas novas articulações emergentes.

Neste capítulo realizar-se-á, portanto, uma exposição de algumas observações dos teóricos da Escola da regulação e de outros autores sobre as mudanças espaciais em curso, trazendo-as e adaptando-as ao contexto brasileiro de mudanças do papel do Estado e das formas de regulação das atividades econômicas e do território. A partir deste nível se tem, então, uma visão suficientemente abrangente para se sistematizar as ideias centrais da governança territorial.

1.2 – As mudanças no Modo de produção capitalista em âmbito mundial

As discussões sobre as vantagens e desvantagens quanto a maior ou menor flexibilidade das relações de trabalho e das formas de organização técnica e espacial da produção ganham destaque, sobretudo, a partir de meados da década de 1970, quando grandes empresas nos Estados Unidos e Europa Ocidental, diante da estagnação da demanda interna e desaceleração da produtividade, passam a se basear no modelo japonês da empresa *toyostista* para implantarem importantes reformas e processos de reestruturação.

Tais reformas levaram à redução de contingentes, crescente diferenciação da estrutura salarial, desverticalização de setores e segmentos produtivos, crescente exigência por maior qualificação e versatilidade dos empregados, implantação de equipamentos eletrônicos e computacionais conjugados a sistemas de gerenciamento modernos. Tais medidas levam, por fim, a uma maior mobilidade espacial das empresas na procura de novos lugares para

implantação de filiais e unidades produtivas a fim de reduzir custos e conquistar posição competitiva favorável no mercado internacional.

Esse conjunto de mudanças passou então a ser interpretado como a crise de um *Regime de produção e acumulação fordista*, por conta do declínio do sistema de produção em massa até então baseado no trabalho repetitivo e subqualificado e em uma relação salarial que tinha no retorno crescente das remunerações pela elevação da produtividade seu principal prisma.

Tais sinais de ruptura do fordismo levaram à reação mais ampla dos empresários, por meio da crescente internacionalização e desconcentração da produção, e do Estado, através das políticas de austeridade monetária e fiscal, privatização, reforma de leis e descentralização político-administrativa, que muitos autores identificaram como emergência de uma nova abordagem em substituição a rigidez do fordismo, baseada na ideia de flexibilidade ou *especialização flexível*, que passou a ser desmembrada em vários entendimentos que perpassam, dentre outros aspectos, pelos (as): a flexibilidade dos contratos de trabalho, o regime salarial, equipamentos produtivos, as habilidades do trabalho, formas de organização da empresa, inserção territorial das firmas, das políticas econômicas do Estado, do sistema financeiro internacional, etc.

Este tipo de postura passou a ser vista por alguns analistas como apenas mais uma estratégia do capitalismo, agora em sua forma “neoliberal”, para garantir maiores lucros à custa da supressão de direitos do trabalhador. Por outro lado, tais mudanças tecnológicas e organizacionais são crescentes e tornam incontestável a consideração de uma “nova geografia da produção e da indústria”, sobretudo pela difusão, mais ou menos irregular, das novas abordagens produtivas e tecnológicas para países e regiões além do núcleo central EUA - União Européia - Japão, atingindo países tidos antes como periféricos ou subdesenvolvidos industrializados, como o Brasil, Argentina, México e os “Tigres Asiáticos”.

Focalizando os aspectos acerca dos sistemas de produção, chamados por Lipietz; Leborgne (1988) de paradigma tecnológico e modelo de industrialização, definem-se mudanças nas formas de relação de produção que criam novos usos para o território e fazem emergir as “redes” como um mecanismo revelador das novas competências das indústrias com valorização acentuada dos vínculos e relações exteriores.

Denominações como “Empresas-rede”, “Sistemas Produtivos” e “*Clusters*”² personificam a importância que o fluxo de informações e conhecimentos adquire neste momento e consolidam a configuração da indústria como um conjunto de unidades produtivas interligadas por meio de uma matriz gerencial ou agregadas a uma instituição e entidade coordenadora.

A configuração tecno-produtiva pós-fordista, denominada de *quase integração vertical* (LIPIETZ E LEBORGNE, 1988), está diretamente relacionada à crescente automação flexível e gestão informatizada de fluxos que abrem novas possibilidades à desintegração vertical das grandes firmas, reduzindo custos por meio da externalização de serviços e produção de insumos através de fornecedores subcontratados em redes de firmas especializadas, sem que, no entanto, se perca o controle central do negócio.

Elemento crucial, no que tange a verdadeira análise geográfica destas mutações produtivas e econômicas, são as estratégias de governança e regulação que as empresas e instituições (públicas, privadas ou coletivas) passam então a adotar e que envolvem diversos tipos de ações sobre o território. Tal hipótese se baseia na premissa de que cada modelo de desenvolvimento é por natureza territorializado, ou seja, cada país e região combinam de forma privilegiada um determinado modelo de relações profissionais, de características sociais e culturais e de organização industrial em comportamentos institucionalizados que permitem, em um cenário de crise e cruzamento de novas possibilidades tecnológicas e mudanças na divisão do trabalho, que alguns territórios se saiam melhor que outros. (LEBORGNE; LIPIETZ, 1990).

Lipietz; Leborgne (1988) reconhecem três modelos territoriais complementares no nível subnacional:

1 – ÁREAS PRODUTIVAS ESPECIALIZADAS: são aglomerações de formação recente, que estabelecem poucas relações com a formação social pré-existente. São monosssetoriais, orientadas para exportação, com fracas ligações interfirmas em seu território. Os contratos de trabalho são de tipo flexível, com pequeno engajamento dos trabalhadores.

2– SISTEMA PRODUTIVO LOCAL: também é monosssetorial, impulsionado pela demanda exterior, mas há uma especialização intrassetorial das firmas e, portanto, uma tendência à quase integração vertical local entre as firmas. Ele implica uma oferta local, provavelmente

² Para Porter (1999, p. 211) um *Cluster* ou Aglomerado é um agrupamento geograficamente concentrado de empresas interrelacionadas e instituições correlatas numa determinada área, vinculada por elementos comuns e complementares. O escopo geográfico varia de uma única cidade ou estado para todo um país ou uma rede de países vizinhos.

anterior, de qualificação profissional. A necessidade de interfaces diretas e profissionalismo da mão de obra implica em um concentração territorial;

3 – *ÁREAS-SISTEMAS*: rede integrada territorialmente, diversificada, multissetorial, de empresas especializadas e de empresas contratantes. Há uma difusão organizada e até planejada do saber social, com elos estreitos entre o sistema bancário regional e o sistema industrial, elos estreitos com todo o resto da sociedade civil. Como as relações profissionais no interior das firmas se baseiam na qualificação, cooperação e negociação coletiva há fortes chances de que os princípios de organização industrial sejam baseados em formas de parceria entre firmas, sindicatos e administrações locais.³ (LIPIETZ; LEBORGNE, 1988, p. 24-25).

Benko (2001) considera que ocorre atualmente um “deslizamento de escala”, ou seja, um reforço das escalas global/supranacional e local/regional por meio da recomposição dos espaços clássicos de evolução dos sistemas econômicos, sociais e políticos do século vinte, geralmente associados ao âmbito regulatório dos Estados-nação. Deste modo, os Estados continuam tendo papel crucial em muitas áreas sociais e políticas, mas têm sua ação redefinida na economia quando espremidos entre as dimensões local e global.

A ordem que substitui aquela é uma ordem global difusa na qual as relações entre os Estados diluem-se, em certa medida, ao proveito das conexões entre economias regionais afastadas, ligadas por intercâmbios complexos feitos de competição e colaboração. (...) Assiste-se, por um lado, a um movimento de internacionalização da atividade econômica em um mundo cada vez mais destituído de fronteiras reais, a tal ponto que não hesitam em aventar também a hipótese de um eminente desaparecimento do Estado soberano clássico, fundado sobre a noção de território, um dos três elementos constitutivos do Estado em direito internacional, ao lado do governo e da população, por outro lado, sublinha-se a intensificação do crescimento econômico de um certo número de regiões, reconhecidas como os motores da prosperidade mundial, e que dão origem a uma recomposição da hierarquia dos espaços produtivos (...) (BENKO, 2001, p. 2).

Estabelece-se, segundo Benko (2001), uma nova “geopolítica da produção”, que cristaliza os vínculos entre os níveis espaciais global e local por meio da competição mundial entre regiões e localidades, constatando que em alguns casos tornam-se mais importantes – como chave da concorrência para uma localidade – as suas especificidades territoriais, entendidas como os elementos qualitativos que diferenciam um local e não são facilmente mobilizados por um simples controle de custos. Consolida-se, desta forma, o mundo atual como um “mosaico de regiões” não necessariamente equivalentes, que em competição

³ Na definição clássica de Becattini (1994, p. 21) o *Distrito Industrial* é uma entidade sócio-territorial caracterizada pela presença ativa de uma comunidade de pessoas e de uma população de empresas num determinado espaço geográfico e histórico. No distrito, ao invés do que acontece noutros tipos de meios, como por exemplo as cidades industriais, tende a criar-se uma osmose perfeita entre comunidade local e as empresas.

permanente desenvolvem importantes e complexos processos de especialização e diferenciação, mobilizando seus recursos físicos, culturais, econômicos e políticos. (BENKO, 1996).

Storper; Walker (1989) reconhecem que a noção de território é mais apropriada para tratar do espaço de uma indústria enquanto um conjunto de lugares relacionados por redes coerentes. Essa opção tem relação com as dinâmicas espaciais da industrialização capitalista, pois o território aborda fenômenos em qualquer escala geográfica a partir de processos de construção e reconstrução social, ao passo que a região, comumente, enfoca espaços delimitados no nível subnacional. Gilly; Pecqueur (1997, p. 115) complementam essa ideia da seguinte forma:

(...) o território não se define como um simples espaço delimitado de recursos, mas sim como 'o modo em que se estabelece um grupo em seu entorno natural que, na organização da localização de atividades, instaura e faz prevalecer as condições de comunicação/linguagem e de aprendizado coletivo.

O local passa então a ser valorizado, enquanto esfera de construção social, por meio das estratégias das empresas, via desconcentração e desverticalização industrial, e dos governos, via descentralização político-administrativa, descobrindo-se na proximidade de pequenas e médias empresas em aglomeração com outros atores locais um grande potencial para o desenvolvimento.

1.3 – Reestruturação produtiva, mudanças no papel do Estado e as novas manifestações da regulação territorial no Brasil

Antes de se caracterizar as transformações das estruturas estatais e institucionais e sua inserção territorial diante do movimento geral de reestrutura produtiva, cabe uma definição sobre a concepção de Estado adotada por esse trabalho.

Compartilhamos com o conceito de Estado utilizado pela análise regulacionista e expresso por Boyer (1990), que o compreende como totalização, geralmente contraditória, de um conjunto de compromissos institucionalizados. Uma vez estabelecidos, estes compromissos criam regras e regularidades na evolução das despesas e receitas públicas. Nesse sentido, as formas institucionais e os compromissos institucionalizados aparecem como diretamente interdependentes, cabendo ao Estado regulamentar, promover e autenticar regras cuja difusão está na gênese das formas institucionais fundamentais. Portanto, a ação estatal se

coloca no caminho entre a dinâmica do regime de acumulação e a coerência do modo de regulação.

Tal é o caso da gestão dos custos coletivos associados ao salariado, ou ainda da codificação de certas regras da concorrência (regulamentação industrial, sistema fiscal, encomendas públicas...). Em função de multiplicidade e complexidade destes vínculos entre intervenções do Estado e atividade econômica, compreendemos que foi possível associar a passagem de um regime de acumulação a um outro, a uma mutação das formas de Estado. Circunscrito ou inserido, o Estado faz, portanto, parte integrante da definição, da montagem e depois da crise de todo e qualquer regime de acumulação. (BOYER, 1990, p. 78).

O contexto de transformações recentes nos sistemas produtivos, nas relações de trabalho e na dinâmica espacial da indústria demanda a emergência de novos compromissos e arranjos institucionalizados no nível nacional ou regional/local que deem coerência sistêmica ao processo de acumulação capitalista. Nesse sentido, impõe-se a necessidade de se aventar um conceito que abarque, em panorama multi e transdisciplinar, as variadas formas de coordenação políticas e institucionais das relações entre atores territoriais em projetos de desenvolvimento local e regional, em um período marcado pelo deslocamento e deslizamento das escalas espaciais de controle dos sistemas produtivos (BENKO, 2001). Tal seria a compreensão da “governança territorial”.

A transição entre estruturas de produção e de acumulação econômica implica em mudanças na organização política e espacial, definindo-se, no âmbito da divisão territorial do trabalho emergente, novos papéis conferidos às localidades e regiões no âmbito da estrutura produtiva renovada. As escalas geográficas de análise do movimento econômico se redimensionam em face dos fluxos e redes sócio-produtivas e do rebatimento diferenciado nos lugares através da competição que estabelecem para sediarem aglomerações produtivas e receberem seus investimentos.

Em termos de dinâmica espacial, ‘diferentes conjuntos dominantes de forças produtivas e relações de produção emergem em diferentes momentos da história do desenvolvimento capitalista. Na medida em que esses conjuntos vão aparecendo, eles se associam frequentemente a modificações macrogeográficas na localização da estrutura produtiva. A concentração espacial, a aglomeração, é estimulada principalmente pelos custos transacionais espacialmente dependentes. (...) Essas aglomerações se formam a partir de redes compactas de inter-relações transacionais que vão se constituindo à medida que se aprofunda a divisão social do trabalho e à medida que grupos específicos de produtores são obrigados a interagir entre eles de maneira intensa e multiforme. Essas transações incluem tanto fluxos de bens quanto de informações. A escala desses fluxos se amplia com as relações de subcontratação, cooperação e interdependência. A dependência

geográfica da estrutura de custos dessas articulações leva à aglomeração. (BODDY, 1990, p. 47).

Esses processos sociais, econômicos e espaciais se aprofundam durante a década de 1990 e se expandem progressivamente para o restante do mundo através da égide de uma economia dita “informacional”, associada à difusão das tecnologias da informação e comunicação e de um padrão de concorrência global fortemente dependente da capacidade tecnológica articulada à produção, do acesso a mercados afluentes integrados (blocos regionais), do diferencial entre custos de produção no local e nos mercados de destino; e pela capacidade política das instituições nacionais e supranacionais de impulsionar o crescimento nacional e regional (CASTELLS, 2003).

Ao se implantarem no território brasileiro, tais elementos se confrontaram com um padrão de reprodução capitalista fortemente dependente, herdado do período de alto crescimento econômico das décadas de 1960 e 1970, que alguns analistas denominaram de “fordismo periférico”⁴, dentro da perspectiva de uma estratégia de substituição de importações e atração de empresas multinacionais. Essa nova qualidade das relações sócio-produtivas, desencadeadas a partir da década de 1990, acelera a configuração de novos arranjos institucionais que atendam à perspectiva de elevação da competitividade econômica e eficiência do capital humano dos diversos contextos regionais e locais. Trata-se, portanto, de um momento de mudança do papel do Estado e de suas estratégias de atuação territorial, remodelação que muitos teóricos denominaram de implante de um “Estado neoliberal”.

Considerando o caráter liberal da globalização, a tendência é de que as funções do estado se reajustem no sentido de retraimento das funções alocativa e distributiva, que passam a ser consideradas objeto das leis de mercado, e de uma ampliação do escopo da função estabilizadora. Com isso, o estado não exatamente deixa de intervir na economia, mas muda seu enfoque, anteriormente centrado nas funções fim (crescimento e distribuição de renda, prioridades do modelo nacional desenvolvimentista) para as funções meio (estabilização fiscal e monetária, prioridades da economia

⁴ O regime de produção em massa fordista, dominante nas economias avançadas, era tecnologicamente de natureza tal que poderia, em grande parte, ser transplantado para novas localizações com baixa perda de eficiência, desde que uma escala mínima de operações fosse encontrada. (...) As corporações transnacionais e as economias nacionais mais ricas também se encontravam em boa posição para transferir recursos para fora: gozavam de altos lucros, de um sistema monetário internacional estável e de competição externa relativamente baixa. Em outras palavras, muitos dos investimentos das corporações multinacionais em lugares como o Brasil foram destinados a atender mercados locais e não apenas para se utilizar da descentralização locacional de forma a reduzir custos de bens reimportados pelo Norte. No entanto, a despeito dessa lógica de interesses convergentes, a implantação da modernização econômica como um todo, que se supunha possível pela industrialização, não ocorreu: as condições políticas e sociais domésticas necessárias para desencadear um ciclo de salários e de consumo crescentes nunca tiveram seu florescimento permitido pelo capital nacional ou pelo Estado na maior parte do *Terceiro mundo*. (STORPER, 1990, p. 125).

globalizada). O caso brasileiro confirma essa opção. (...) O acompanhamento da evolução das despesas realizadas no Orçamento da União (1995-1999) por áreas de atuação e funções revela uma nítida inversão de prioridades do governo federal, com prejuízo da área social e da área econômica. (...) Vale destacar outro aspecto relevante da política econômica na década de 1990, que se refere ao esvaziamento da política regional. (...) É nítida a mudança de patamar ocorrida na década de 1990, quando ocorre uma queda abrupta no percentual de despesas orçamentárias fixadas nesse setor (1984 a 1989, média de 14%; 1990 a 1999, média de apenas 6%). (BRAGA, 2003, p. 349-351).

No Brasil, as estruturas administrativas locais começaram a se destacar a partir do final da década de 1980 e início dos anos 1990, com a elaboração da Constituição Federal de 1988, que concedeu certa autonomia formal às Unidades federativas e municípios por meio do princípio da descentralização político-administrativa do Estado brasileiro.

Essa descentralização buscou dotar de maior poder administrativo os municípios e Estados para gerirem alguns serviços públicos essenciais, como educação, saúde, transporte, planejamento urbano, etc. Concomitantemente, a abertura ao diálogo coletivo na elaboração de projetos e planos de longo prazo fez surgir exemplos de estruturas de governo horizontais atuando em diversos setores, como por exemplo, na seara das políticas de apoio ao desenvolvimento regional/local e nos processos de exercício da democracia participativa local. (VITTE, 2001).

Pires; Neder (2008) complementam que a descentralização brasileira surgida com a Constituinte de 1988 teve como característica tributária e financeira a idéia de polarização regionalista, dentro dos marcos de um sistema federalista com a coordenação da União e todos os entes federados em prol do desenvolvimento e da redução das desigualdades regionais. Ou seja, partiu-se do enfoque que a descentralização permitiria maior eficiência e controle da atuação governamental, face a um poder central corrupto e ineficiente, fazendo com que o Governo federal repassasse responsabilidades em políticas sociais aos Estados e municípios (educação, habitação, saneamento, etc.), em descompasso ao repasse de recursos financeiros necessários para a gestão adequada desses serviços públicos. No entanto, de modo lento, inconstante e descoordenado, os Estados e municípios vêm substituindo a União em várias áreas de atuação.

A nova constituição brasileira de 1988 impulsionou novos processos de territorialização e localizações das atividades econômicas e de desenvolvimento local e regional, abrindo o leque de possibilidades de governanças territoriais. Esse processo tem gerado igualmente, maior desenvolvimento territorial local. As investigações apontam dois tipos de tendências nos últimos vinte anos: de um lado, houve disseminação de

conselhos locais de gestão de políticas públicas de caráter redistributivo, e proporcionalmente, menor difusão de fóruns de desenvolvimento regional (vinculados a decisões econômicas com impacto na mobilização abrangente sobre a representação da sociedade civil local). (PIRES; NEDER, 2008, p. 32).

No entanto, maior parte das prefeituras brasileiras, instância mais presente no âmbito local nacional, ainda são dependentes de repasses financeiros da União, principalmente através do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), formado pela arrecadação de impostos como o Imposto de Renda (IR) e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Segundo Marcelo Piancastelli, técnico do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), a arrecadação tributária dos municípios está longe de se igualar às despesas.

Há 2.693 municípios com até 10 mil habitantes que arrecadam apenas o equivalente a 4% de suas despesas. Ou seja, para cada R\$ 100 de despesa, ele arrecada R\$ 4,00 e a União tem que entrar com R\$ 96. Os municípios na faixa de 10 mil a 20 mil habitantes arrecadam 8,9% de suas despesas. O percentual sobe para 13% nos municípios que tem entre 20 mil a 50 mil habitantes. Mesmo nas grandes cidades, incluindo as capitais, com mais de um milhão de habitantes, é alto o grau de dependência: a arrecadação própria é de 36%. (EUZÉBIO, 2009, p. 36).

Ainda assim, uma série de desafios suscita respostas locais em termos econômicos, sociais, culturais e ambientais. As iniciativas relacionadas ao desenvolvimento local visualizadas atualmente no território brasileiro compreendem demandas bastante diversificadas, sendo significativos representantes deste movimento: os Arranjos produtivos locais (APL), os Circuitos Turísticos, Câmaras setoriais, as Agências e Conselhos de Desenvolvimento local/regional, os Consórcios Intermunicipais, as Regiões Metropolitanas, entre outras estruturas político-institucionais.

Uma das primeiras iniciativas em território brasileiro que se baseou na cooperação entre atores locais e buscou definir novas relações de governança territorial foi a “Câmara Regional do Grande ABC”. A Câmara foi oficializada em 1996 e resultou de um esforço dos prefeitos da região – reunidos no Consórcio Intermunicipal do Grande ABC desde 1990 – buscando superar a crise da indústria local através de ações conjuntas com outros segmentos sócio-institucionais (sindicatos, secretarias estaduais). Trata-se de um fórum intergovernamental de planejamento, formulação e implementação de políticas públicas que envolve toda a sociedade civil, resultando em um arranjo institucional flexível e de articulações coletivas horizontal-verticais. (DANIEL 2001).

Outra iniciativa conhecida é a dos Comitês de Bacias Hidrográficas (CBH)⁵. Funcionam como órgãos colegiados, criados pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, através da Resolução nº 05, de 10 abril de 2000, e que preveem a participação dos usuários das Bacias, da sociedade civil organizada, de representantes de governos municipais, estaduais e o federal. Esse ente é destinado a atuar como “parlamento das águas”, figura institucional inovadora posto que é o fórum de decisão no âmbito de cada bacia hidrográfica. Somente no Estado de São Paulo já estão em operação cerca de vinte e um Comitês de Bacias. Em âmbito nacional funcionam 150 (cento e cinquenta) CBHs, sendo que quatro deles têm caráter interestadual.

No Estado de Santa Catarina, por exemplo, operam os Conselhos Regionais de Desenvolvimento. São órgãos ligados às secretarias de Estado de Desenvolvimento regional, com caráter deliberativo e envolvendo segmentos sociais variados. Sua função é decidir sobre a aplicação de verbas do Estado e sobre os rumos do plano de desenvolvimento regional. (<http://www.sc.gov.br/sdr/blumenau/regimentointernocdr.htm>). No Rio Grande do Sul funciona também estrutura semelhante, os COREDES. Trata-se de instância institucional de articulação regional, que começou a ser gestada no ano de 1991, com vistas à definição das estratégias de desenvolvimento de cada uma das vinte e quatro regiões em que é dividido o Estado do Rio Grande do Sul. Esta mesma regionalização, paulatinamente, está servindo de referência para o Governo do Estado na realocação de sua estrutura administrativa e institucional, desmembrando o Conselho ao nível do município, criando os COMUDES. (DALLABRIDA, 2007).

No município de São João da Boa Vista, no interior de São Paulo, foi criada a Agência de Desenvolvimento Econômico do município. Em 1999, o Conselho de Desenvolvimento de São João reuniu representantes da maioria dos segmentos sociais da cidade e criou uma OSCIP (Organização da sociedade civil de interesse público), com o objetivo de atrair novos

⁵ Os Comitês de Bacias Hidrográficas têm, entre outras, as atribuições de: promover o debate das questões relacionadas aos recursos hídricos da bacia; articular a atuação das entidades que trabalham com este tema; arbitrar, em primeira instância, os conflitos relacionados a recursos hídricos; aprovar e acompanhar a execução do Plano de Recursos Hídricos da Bacia; estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos e sugerir os valores a serem cobrados; estabelecer critérios e promover o rateio de custo das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo. (<http://www.mma.gov.br/port/srh/sistema/comites.html>). Os Comitês de Bacia têm como objetivo a gestão participativa e descentralizada dos recursos hídricos em um território, por meio da implementação dos instrumentos técnicos de gestão, da negociação de conflitos e da promoção dos usos múltiplos da água. Os Comitês devem integrar as ações de todos os Governos, seja no âmbito dos Municípios, dos Estados ou da União; propiciar o respeito aos diversos ecossistemas naturais; promover a conservação e recuperação dos corpos d'água e garantir a utilização racional e sustentável dos recursos hídricos. (<http://www.ana.gov.br/GestaoRecHidricos/ArticulacaoInstitucional/default.asp>)

investidores para o Município através de suas empresas, objetivando o desenvolvimento social e econômico. (<http://www.agenciadedesenvolvimento.com.br>).

As Regiões metropolitanas (RMs) são um dos exemplos mais conhecidos de novas estruturas de governança e gestão territorial que ganharam dimensão com o processo de urbanização/industrialização do território brasileiro, sobretudo a partir dos anos 1970. As RMs resultam da grande concentração econômica e populacional em um aglomerado de cidades conurbadas que gravitam em torno de um centro de grande porte, a metrópole. Segundo o IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – o Brasil possui vinte e seis Regiões Metropolitanas (RM), reconhecidas por lei e nelas concentram-se 34% da população brasileira e 84% da população urbana. Em apenas onze, das vinte e seis RMs, habita um terço da população do país. As primeiras Regiões Metropolitanas do Brasil foram instituídas em 1973, através da Lei Complementar Federal 14, de 08 de junho. No ano seguinte, foi criada a RM do Rio de Janeiro, pela Lei Complementar 20, de 01/07/74. As mais recentes são as de Foz do Itajaí, Carbonífera e de Tubarão, estabelecidas em janeiro de 2002, no Estado de Santa Catarina. (<http://www.cidadesdobrasil.com.br/cgi-cn>).

A Região metropolitana de Campinas, por exemplo, tornou-se, em curto espaço de tempo, uma das regiões mais dinâmicas no cenário econômico brasileiro, representando 2,7% do PIB (Produto Interno Bruto) nacional e 7,99% do PIB paulista, equivalente a R\$ 58,06 bilhões/ano. Além disso apresenta uma população de 2.633.523 habitantes, sendo a nona maior região metropolitana do país. (http://pt.wikipedia.org/wiki/Regi%C3%A3o_Metropolitana_de_Campinas). A região se destaca por possuir: um dos maiores parques industriais do país, com a presença de centros inovadores no campo das pesquisas científica e tecnológica; o segundo maior terminal aéreo de cargas do país, o Aeroporto de Viracopos; a maior refinaria da Petrobrás em produção, a Replan em Paulínia; uma ampla infraestrutura viária, cortada pelas rodovias Anhanguera, Bandeirantes, entre outras. Além disso, a Região possui o melhor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) entre as RMs do Brasil.

Nesse cenário, foi criada simultaneamente, uma estrutura institucional para exercer a governança da RM, dotada dos seguintes elementos: *Conselho de Desenvolvimento Metropolitano* (integrado por representantes e suplentes dos 19 Municípios, além de 12 representantes do Estado; os representantes titulares dos Municípios são majoritariamente prefeitos e cabe ao Conselho discutir e definir as políticas e ações de caráter metropolitano,

após parecer das Câmaras Temáticas e debate no Conselho Consultivo); *Conselho Consultivo* (órgão de consulta, sem poder de voto, formado por representantes de mais de 60 organizações sociais, Legislativos Municipais e a Agência de Desenvolvimento Metropolitano- Agencamp); *Câmaras Temáticas* (órgãos constituídos por técnicos e representantes de vários setores sociais, com o objetivo de discutir temas específicos. Seus pareceres serão examinados pelo Conselho de Desenvolvimento) e; *Fundo Metropolitano* (fundo com recursos financeiros a serem investidos em projetos e obras de interesse metropolitano; o Fundo terá recursos destinados pelos Municípios e governo estadual, e eventualmente do governo federal, além de outras fontes). (<http://www.cpopular.com.br/especiais/rmc/especialrhc01.shtm>)

Eis, portanto, exemplos de regulação e coordenação territoriais que surgem e ganham escopo no Brasil com a remodelação da atuação territorial do Estado e pelas novas dinâmicas sócio-produtivas que fazem acelerar mudanças nas formas de relação institucional entre os atores sociais, definindo novos formatos de governança. Mas cabe um questionamento científico sobre esses novos formatos institucionais que estão surgindo no Brasil: qual será o tipo de governança que rege a relação entre os atores locais? Como colocado na figura 1 da Introdução, pode ser do tipo privada, com predomínio de uma organização dominada pelas empresas; do tipo público ou privado, compartilhada entre poder público (órgãos nacionais, estaduais ou municipais) ou as empresas; do tipo privado-coletiva, com uma instituição que agrupa operadores privados; ou mesmo, mista, com a participação da sociedade civil organizada em sindicatos, ONGs e associações.

O desenvolvimento territorial, em sua integralidade, demanda uma relação complementar entre benefícios econômicos e bem-estar social, e quanto menos mista ou compartilhada for a governança, menos se atenderá ao pressuposto do desenvolvimento territorial que concilie competitividade econômica e cooperação social e institucional.

1.3.1 – As mudanças no Planejamento e nas Políticas de Desenvolvimento territorial

Na análise das características regulatórias dos regimes de produção e acumulação predominantes no século vinte, atenção especial deve ser reservada às práticas de planejamento territorial e às mutações associadas aos modelos de planejamento.

Mattos (2004) ressalta que nas primeiras décadas do século vinte expandiu-se um modelo de planejamento e planificação centralizado no Estado, sendo normativo e baseado

em uma racionalidade substantiva. Predominava a ideia de que o Estado deveria assumir um papel ativo para se alcançar o desenvolvimento econômico e social, utilizando a premissa do “Estado de Bem-estar social”, ou Estado providência europeu, lançado pela revolução keynesiana.

Apesar dos avanços da governança em escala internacional e da recente reabilitação do Estado no próprio seio de instituições internacionais tradicionalmente pouco simpáticas ao setor público, existe uma profunda crise da ação pública desde o final dos anos 1970, mais ou menos em todo o mundo. Estão na moda a crise do Estado, a crítica do setor público, o fracasso da ONU, o euroceticismo. Observa-se em muitos países, o desmantelamento dos sistemas estatais pelo tríplice movimento da privatização dos serviços públicos, da mundialização dos mercados e da descentralização. A implosão dos regimes de economia planejada na Europa e a abertura ao mercado dos regimes comunistas da Ásia, a crise financeira e moral do Estado-providência na maioria das democracias ocidentais, a rápida mundialização das trocas comerciais e dos mercados financeiros puderam dar, nos anos que se seguiram à queda do muro de Berlim, o sentimento de uma vitória do neoliberalismo e da “revolução conservadora”. A década de 1960 fora aquela do Estado triunfante. (...). No terceiro mundo, planejamento e capitalismo público pareciam, na ausência de tradições industriais ou empresariais locais, o caminho principal e programado do desenvolvimento. Nos países desenvolvidos, os Estados aperfeiçoavam seus instrumentos e suas políticas para enquadrar as economias nacionais, garantir o pleno emprego, organizar as transferências sociais necessárias, oferecer a cada um a proteção do Estado-providência. Vinte anos depois, mudança completa de discurso e de cenário. O Estado-nação ficou na berlinda. Sua autonomia e seu poder foram erodidos. Erodidos por cima, com a mundialização da economia e a globalização dos mercados financeiros; nos países europeus, com o papel crescente da União Européia, das diretrizes de Bruxelas, dos critérios de convergência de Maastricht, no desenvolvimento das convenções internacionais, como o GATT; no aumento do poder das grandes firmas multinacionais, sempre menos ligadas aos países em que nasceram. Erodidos por baixo, com a descentralização, o aumento dos poderes locais e das reivindicações autonomistas, com o enfraquecimento dos grandes corpos intermediários políticos, sindicais, religiosos, sociais que garantiam em escala nacional o diálogo entre o Estado e a sociedade. (CALARME, TALMANT, 2001, p. 25).

Na América Latina, no pós Segunda Guerra, tais modelos de planejamento também foram idealizados, nos âmbitos tecnocrático e acadêmico, como instrumentos do desenvolvimento. No entanto, diante dos fracassos das experiências de planificação socialistas e do surgimento de novas teorias explicativas para o crescimento econômico – baseadas no progresso tecnológico, nos ganhos das externalidades e na valorização privada do capital – entram em crise as concepções de planejamento centralizado e outorgado enquanto emergem novas concepções sobre governo e políticas públicas.

Dentre as novas concepções, três delas se tornam proeminentes:

- a)* Gestão e política pública voltadas a oferecer condições adequadas à valorização privada do capital;
- b)* Mecanismos de planejamento baseados na capacidade de desenvolvimento e crescimento endógeno de distintos territórios; nacionais e subnacionais;
- c)* Gestão urbana associada aos mecanismos de *governance* direcionados pela definição de atores coletivos privados que orientam o processo de desenvolvimento pela lógica da competitividade e coesão social.

Boisier (1989) retoma, em sua “interpretação compreensiva” do desenvolvimento regional, a necessidade de se incorporar nas práticas de planejamento regional elementos que as aproximem mais da realidade da organização econômica, social e política dos países em desenvolvimento, perfazendo uma crítica às práticas e teorias de desenvolvimento regional altamente abstratas e mecanicistas. Neste sentido, os modelos de planejamento normativos e centralizados deram prioridade às políticas de industrialização e de localização industrial baseadas na alocação de recursos nacionais entre as regiões, desprezando-se as características das comunidades territoriais e de suas formas específicas de organização social. Desse modo, grande parte das políticas de planejamento e desenvolvimento regional e local deveria considerar a “capacidade de organização social” da região, ou seja, o funcionamento das estruturas políticas, institucionais, burocráticas e sociais que permitem alcançar os estados que definem o desenvolvimento.

Essa “organização social” se refere, segundo Boisier (1989), a: *a)* qualidade, capacidade e identidade da autoridade política da região e de sua classe política na representação dos interesses regionais e na organização e condução dos processos de negociação com os atores externos; *b)* qualidade das equipes técnicas, assessoras da autoridade política e da classe dirigente regional para dar fundamentação racional à gestão da administração regional; *c)* existência dinâmica e identidade da classe empresarial da região para perceber as oportunidades geradas para alocação de recursos para a região e capacidade de assumir riscos de investimentos associadas às novas atividades; *d)* existência de uma rede de agrupamentos e estruturas sociais regionais que permitem à população regional, bem como às camadas mais pobres, dispor de canais de participação e operar mecanismos formais por onde circulam os estímulos do crescimento.

Nesse sentido, Amaral Filho (1996) propõe a reconstrução das políticas de desenvolvimento regional em uma perspectiva endógena, procurando aproximar as abordagens regional/local e a microeconômica.

(...) o desenvolvimento endógeno deve ser entendido, antes de tudo, como um processo de transformação, fortalecimento e qualificação das estruturas internas de uma região. Isso deve ser processado no sentido de criar um ambiente ótimo e atrativo para capturar e consolidar um desenvolvimento originalmente local, e/ou permitir a atração e localização de novas atividades econômicas numa perspectiva de economia aberta (e mesmo globalizada) e de sustentabilidade. (AMARAL FILHO, 1996, p. 45)

No Brasil, especialmente na década de 1990, têm sido comum exemplos de políticas de promoção do desenvolvimento local baseadas nas ações de estados federados que praticam, entre si, uma verdadeira “guerra fiscal”, no sentido de criarem condições espaciais para atração de investimentos. Entre as “armas” utilizadas nessa guerra aparecem, com destaque; a prática de renúncia fiscal (ICMS, IPTU. etc.), e acessoriamente, a oferta de infraestrutura de circulação e energia, terreno, entre outros. Os objetivos associados a esse tipo de política baseada na promoção de vantagens competitivas espúrias ou *externalidades generalizadas* (KRUGMAN, 1995 apud AMARAL FILHO, 1996), atendem à necessidade dos governos locais de criarem novos postos de emprego no setor privado, atraindo investimentos para regiões com custos de produção mais baixos em consonância ao processo de deslocalização industrial verificado entre países e regiões.

A hipótese é que se desponha, no Brasil, uma tendência de formação e generalização de uma política de desenvolvimento regional de tipo federalista, comandada, ainda de maneira embrionária e desajustada, pelos estados federados. Isso quer dizer que as elites estaduais e locais estão se direcionando mais para um certo tipo de valorização explícita das estruturas locais do que das regionais (AMARAL FILHO, 1996, p. 46).

Desse modo, segundo Amaral Filho (1996), as políticas de desenvolvimento regional endógeno devem se abastecer de três fatores principais, alternativos à simples renúncia fiscal: **a)** busca de um novo papel para o Estado federado, com mais autonomia, participação e cooperação entre níveis interestaduais; **b)** estratégias de desenvolvimento econômico regional/local baseadas na mobilização de poupança e formação de capital fixo, e **c)** valorização dos novos fatores de localização, associados à educação e saúde da força de trabalho, ciência/tecnologia, pesquisa/desenvolvimento, informação e conhecimento, instituições públicas e privadas e o meio ambiente.

1.4 – O conceito de Governança e o Território

O conceito de “governança” expressa as relações de organização de atores e instituições envolvidos em processos e redes, com caráter híbrido e permeado entre o público-estatal e o privado-empresarial.

A noção de “governança” abarca várias acepções com sentido e ambições explicativas diferentes. Os escritos sobre governança se referem essencialmente à teoria da firma e seus modos de coordenação, em especial as formas de organização que não são nem mercado nem hierarquia. (GILLY; PECQUEUR, 1997, p. 115).

Segundo Dallabrida (2003), o uso do termo governança origina-se em análise de Ronald Coase, na década de 1930, retomada posteriormente por Olivier Williamson, sobre o mundo das empresas, designando os dispositivos operacionalizados pela firma para obter uma coordenação eficaz. Seria a governança corporativa.

Na década de 1970, o termo passa a circular pelo debate político, na Europa ocidental e nos Estados Unidos, associado à governabilidade, ou seja, às necessárias mudanças das instituições e organizações para melhorar a capacidade de gestão do Estado frente aos cidadãos. Na década de 1980, o termo *governance* ressurge em documentos do Banco Mundial, tratando da capacidade financeira e administrativa do Estado - mormente naqueles em desenvolvimento – para tornar efetivas as ações de governo na implementação de políticas e na consecução de metas coletivas para otimizar e gerir recursos econômicos e sociais. Para o Banco tinha importância os “bons modos de governança”.

O conceito de governança foi definido então como ‘a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos econômicos e sociais do país, com vistas ao desenvolvimento’ (World Bank, 1992, p. 1). Em linhas gerais, o Banco Mundial estabeleceu quatro dimensões-chave para a boa governança: administração do setor público; quadro legal; participação e *accountability* (*prestação de contas*); e informação e transparência. (BORGES, 2003, p. 126).

Com a mudança das economias capitalistas a partir da recessão de 1973, dá-se maior ênfase à ação local para enfrentar os males relativos à capacidade declinante do Estado-nação em controlar os fluxos financeiros das empresas multinacionais. Assim, os investimentos incidem cada vez mais em esquemas de negociação entre o capital financeiro internacional e os poderes locais, que tentam ao máximo promover os atrativos locais associados ao desenvolvimento capitalista. Na transição capitalista de um regime *fordista-keynesiano* de

acumulação para um regime de *acumulação flexível*, a governança urbana também se modifica: passa-se do *administrativismo urbano* para o *empreendedorismo urbano*.

Harvey (2005) analisa de forma crítica o tema da *governança urbana* a partir de sua forte associação com o discurso do *empreendedorismo*, apontando os seguintes elementos dessa nova postura que emerge da mudança nas economias capitalistas, após a recessão de 1973: **a)** Associação do novo empreendedorismo com a noção de ‘parceria público-privada’, em que a iniciativa tradicional local se integra com o uso dos poderes governamentais locais, atraindo fontes externas de financiamento, novos investimentos diretos e fontes de emprego; **b)** Caráter especulativo das parcerias público-privadas em torno do empreendedorismo, ao contrário dos projetos de desenvolvimento racionalmente planejados e coordenados; **c)** O conceito de empreendedorismo enfoca mais a economia política do lugar do que o território, em sua concepção mais clássica; **d)** Processo de competição entre sistemas urbanos, dentro da divisão internacional do trabalho, através da exploração de vantagens específicas para a produção de bens e serviços; **e)** Busca da região urbana em melhorar sua posição competitiva na divisão espacial do consumo, promovendo inovações culturais e melhorias físicas no ambiente urbano; **f)** Batalha entre localidades para obtenção de atividades de controle e comando referentes às altas finanças, ao governo, à coleta de informações e ao seu processamento (mídias); **g)** Grande importância da vantagem competitiva com respeito à redistribuição de superávits dos governos centrais.

Nesta pesquisa, nos posicionamos mais favoráveis à análise da governança na sua dimensão territorial, considerando as articulações e interdependências entre atores sociais na definição de formas de coordenação e regulação dos processos econômicos e sociais territoriais. Essa conotação da governança aparece na França, no contexto político dos anos 1990, designando novas formas de ação coletiva em redes de atores de caráter flexível e diversificado surgidas pela fragmentação do sistema político-administrativo e ineficácia na ação pública estatal voltada somente a aplicação e produção de normas jurídicas. Ainda hoje o termo não apresenta tradução única para o português.

O conceito de governança sugere que se coloque o acento nas formas de coordenação horizontal e vertical da ação pública. Isto é acompanhado de um enfraquecimento do Estado governamental, em proveito de outras autoridades estatais (a justiça, as autoridades independentes), das coletividades territoriais e de componentes da sociedade civil. (BOURDIN, 2001, p. 137).

Concebendo também as estruturas de governança como alavancas da competitividade e do desenvolvimento territorial das regiões e aglomerados produtivos, através de seus recursos e ativos territorializados, pode-se considerar que a governança engloba

(...) as ferramentas sociais e políticas que promovem as metas de obter o máximo de externalidades regionais através da promoção das vantagens competitivas e que, ao mesmo tempo, asseguram que os padrões sociais de coordenação do bem-estar da comunidade sejam preservados. Tais ferramentas são descritas sucintamente em termos de um conjunto informal de mecanismos que sustentam economicamente os costumes e convenções culturais regionais e, um conjunto formal de instituições e organizações que auxiliam para aumentar as reservas locais de economias de aglomeração. (SCOTT, 1998, p. 107)

Pode-se caracterizar o período atual pela composição de um “mosaico global de regiões” (BENKO, 1996) e, deste modo, a eminente “territorialização” dos sistemas econômicos (STORPER, 1993) impõe à governança uma nova perspectiva, sendo potencialmente válido se trabalhar com a ideia de uma “governança territorial”.

A governança territorial é definida como o processo institucional-organizacional de construção de uma estratégia para compatibilizar os diferentes modos de coordenação entre atores geograficamente próximos em caráter parcial e provisório atendendo a premissa de resolução de problemas inéditos. Estes compromissos articulam: os atores econômicos entre si e estes com os atores institucionais-sociais e políticos através de “regras do jogo”; e a dimensão local e a global (nacional ou mundial) através das mediações realizadas por atores ancorados no território (COLLETIS, GILLY et. alii, 1999).

A governança de um território caracteriza, em um momento dado, uma estrutura composta por diferentes atores e instituições que permitem apreciar as regras e rotinas que outorgam a especificidade de um lugar em relação a outros lugares e em relação ao sistema produtivo nacional que os engloba. Para abordar a dinâmica da regulação do território deve-se apreciar também as estratégias dos atores, a capacidade local de adaptação do território e as lógicas exógenas dos ramos de atividade e os processos de aprendizagem. Dito de outra maneira, trata-se não somente de identificar as estruturas de governança, mas também questionar sobre aquilo que constitui sua coesão e seu êxito – ou não – no longo prazo. (GILLY; PECQUEUR, 1997, p. 116).

A abordagem do termo governança, na perspectiva da teoria da regulação (BOYER, 1990), abarca, mais especificamente, as estruturas de coordenação e tomada de decisões da rede de relações entre unidades de produção e fornecedores-compradores, envolvendo a combinação de diferentes formas de hierarquia, subcontratação, parceria, “atmosfera”, agências públicas e para-públicas, de cooperação em tecnologias, etc. (BENKO, 1996).

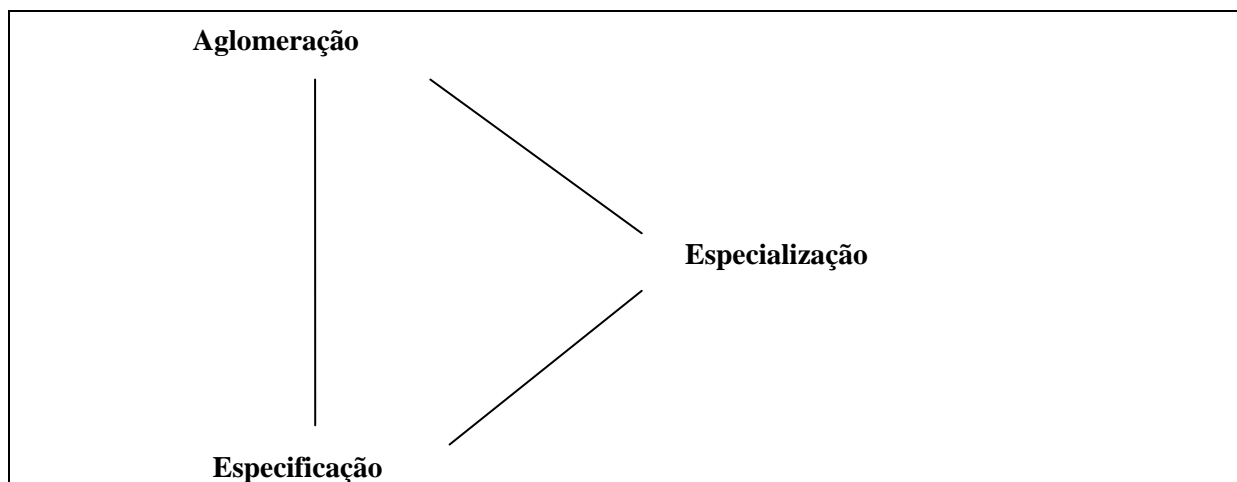
Segundo Dallabrida (2003) o termo governança territorial se refere às iniciativas ou ações que expressam a capacidade de uma sociedade organizada territorialmente para gerir os assuntos públicos a partir do envolvimento conjunto e cooperativo dos atores sociais, econômicos e institucionais. Essa governança territorial decorre de um processo em que interagem os seguintes elementos:

TABELA 1 – CARACTERÍSTICAS DA GOVERNANÇA TERRITORIAL

ELEMENTOS DA GOVERNANÇA TERRITORIAL	CARACTERÍSTICAS
1 – Dinâmica territorial	Conjunto de ações relacionadas ao processo de desenvolvimento, empreendidas por atores/agentes, organizações/instituições de uma sociedade identificada histórica e territorialmente.
2 – Bloco sócio-territorial	Refere-se ao conjunto de atores localizados histórica e territorialmente que pela liderança que exercem localmente, assumem a tarefa de promover a definição dos novos rumos do desenvolvimento do território, através de processo de concertação público-privada.
3 – Concertação social	Processo em que representantes da diferentes redes de poder sócio-territorial, através de procedimentos voluntários de conciliação e mediação, assumem a prática da gestão territorial de forma descentralizada.
4 – Redes de poder sócio-territorial	Referem-se a cada um dos segmentos da sociedade organizada territorialmente, representados pelas suas lideranças, constituindo na principal estrutura de poder que, em cada momento da história, assume posição hegemônica e direciona política e ideologicamente o processo de desenvolvimento.
5 – Pactos sócio-territoriais	Referem-se aos acordos ou ajustes decorrentes da concertação social que ocorrem entre os diferentes representantes de uma sociedade organizada territorialmente relacionados à definição ao seu projeto de desenvolvimento futuro.

Fonte: Dallabrida, 2003

A governança territorial pode ser entendida também como modalidade de coordenação das formas de desenvolvimento econômico envolvendo os atores e as formas institucionais em um dado contexto. Esses contextos podem variar de uma simples aglomeração (concentração de atividades econômicas heterogêneas coordenadas pelos preços do mercado), para uma especialização (concentração de empresas em torno de uma mesma atividade ou produto e que resulta em complementaridades, externalidades e projetos comuns), e, em último nível, chegando a uma especificação (existência de estruturas e formas de coordenação públicas e/ou privadas que internalizam os efeitos externos e dirigem o tecido econômico local).

FIGURA 2 – DINÂMICA DO TERRITÓRIO

Fonte: Colletis, Gilly et alii, 1999.

Colletis, Gilly et alii. (1999) definem a governança como os mecanismos de produção das regularidades de coordenação produtivas localizadas e o processo institucional-organizacional de construção de uma aposta em compatibilidade dos diferentes modos de coordenação entre atores geograficamente próximos, visando à resolução de um problema produtivo eventualmente inédito. “Nisto, a nossa concepção da governança territorial é da competência, ao mesmo tempo da dimensão estratégica e a dimensão institucional”. (PECQUEUR, GILLY et alii, 1999, p. 12).

Tapia (2005) trabalha a temática da governança através de exemplos de pactos territoriais ocorridos na Itália, mais precisamente na área do Mezzogiorno, nas regiões do Veneto, Toscana, Emilia Romana. Trata-se da formação de pactos sociais e esquemas de concertação social buscando constituir coalizões estáveis entre atores locais, a fim de deflagrar um processo de transformação da economia e da sociedade local, visando a melhorar a oferta de bens coletivos.

No Brasil, análises nas áreas de ciências humanas e sociais têm dado possibilidade para se compreender melhor as novas dinâmicas de regulação/ordenação social e política e de justificar a importância de se produzirem investigações voltadas à identificação e classificação de novos mosaicos e composições locais e regionais dispersos no território nacional.

Pires; Neder (2008) afirmam que os conceitos de governança territorial resultam de estratégias dos atores coletivos que se engajam para coordenar ações que permitam resolver problemas locais e regionais oriundos da aglomeração, da especialização ou especificação

territorial. Além disso, lançam as seguintes perguntas-chave sobre a regulação social e governança do território:

Como os atores lançam mão de determinados meios para construir um padrão de estabilidade social? Como os atores lidam com planos que contemplam opacidades sociais? Como são estabelecidas pelo planejamento as relações entre normas regulatórias, funções operacionais, responsabilidades decisórias e avaliações? (PIRES; NEDER, 2008, p. 34).

Castro (2003), por exemplo, busca compreender a territorialidade da ação social e das práticas que estão incrustadas nos espaços institucionais através da associação entre a distribuição espacial dos complexos institucionais e a posse efetiva e acesso aos direitos da *cidadania*.

Antas Jr. (2004), em sua análise das novas formas de regulação no território nacional, parte da premissa – colocada à análise geográfica - de que o Estado já não é mais o detentor de toda a regulação social, econômica e política, dividindo esta responsabilidade com as corporações globais e as instituições civis não governamentais. Produz-se sobre o território nacional um poder fragmentado especializado por setores econômicos, integrando porções territoriais não-contíguas através de redes técnicas e organizacionais onde prevalece a hegemonia corporativa sobre as solidariedades orgânicas.

Abramoway (2000) e Veiga (2002) associam à noção de *desenvolvimento territorial* a de *capital social*, com a valorização do complexo de instituições, costumes e relações de confiança e cooperação que formatam atitudes culturais e de *empreendedorismo*. Transfere-se, então, a análise do conjunto urbano-rural de uma lógica puramente setorial para uma lógica territorial, privilegiando-se as ações e estratégias dos atores locais em ambientes inovadores.

Mais importante que vantagens competitivas dadas por atributos naturais, de localização ou setoriais é o fenômeno da proximidade social que permite uma forma de coordenação entre os atores capaz de valorizar o conjunto do ambiente em que atuam e, portanto, de convertê-lo em base para empreendimentos inovadores. Esta proximidade supõe relações sociais diretas entre os atores. (ABRAMOWAY, 2000, p. 380)

A condição de emergência de novas formas de coordenação e organização do território está associada, dentre outros fatores, ao contexto de redefinição do papel do Estado nacional e sua crescente descentralização político-administrativa, potencializando o papel das escalas local e regional como âmbitos do desenvolvimento e da regulação territorial dos sistemas produtivos e atividades econômicas. Neste quadro analítico estão incluídas formas

intermediárias de regulação, destacando os níveis decisórios hierarquicamente abaixo da esfera do Estado soberano, como os governos, autoridades locais e os diretórios regionais (SCOTT, 1998).

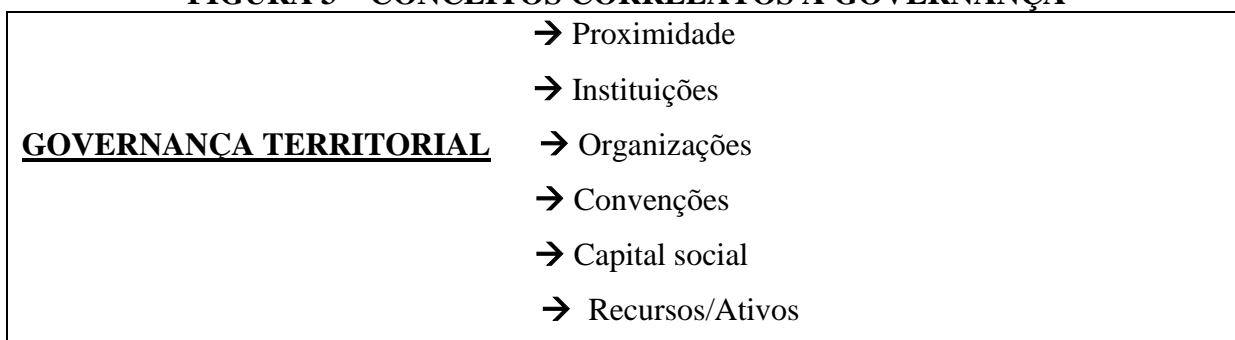
O debate do sucesso da descentralização de políticas regionais e sociais no Brasil está ligado ao fortalecimento das capacidades instituições e administrativas do governo federal, que é o nível de governo que dirige e coordena a implementação das políticas descentralizadas pelos entes federados, mas também pela capacidade de criatividade de recursos específicos das localidades e regiões, onde se destaca a governança territorial. Desse modo, o fator determinante da descentralização bem-sucedida de políticas sociais e regionais não se reduz a decisão política do Estado de elaborar uma política nacional deliberada, mas também do desenvolvimento local e da capacidade competitiva das regiões. Portanto, a decisão de descentralizar está, irremediavelmente, ligada à questão histórica das desigualdades regionais e à capacidade dos territórios criarem arranjos institucionais locais e regionais eficientes, isto é, a governança territorial. (PIRES; NEDER, 2008, p. 37).

Deste modo, as estruturas de governança, quando abordadas em âmbito subnacional local, não podem ser reduzidas somente ao limite dos municípios e de suas estruturas político-administrativas, haja vista que a convergência de cadeias produtivas e de redes de atores locais mobilizados endogenamente (“desde baixo” e não através do planejamento outorgado) se faz em contextos sócio-espaciais específicos e que extravasam limites político-administrativos pré-definidos.

1.4.1 – Os conceitos correlatos à Governança Territorial

A concepção de governança só pode ser compreendida, com razoável eficácia e completude, quando se considera os conceitos associados a ela, ou seja, o conjunto teórico-conceitual que expressa as formas de configuração e organização das relações sociais entre um conjunto de atores que definem estratégias políticas que direcionam o desenvolvimento territorial. Desse modo, emergem como conceitos centrais:

FIGURA 3 – CONCEITOS CORRELATOS À GOVERNANÇA



Fonte: Organização do autor

A premissa básica que condiciona o estabelecimento de agrupamentos de empresas com laços mais ou menos coesos é a ideia de *proximidade*. Segundo Torre (2003), podem existir três tipos de proximidades que se complementam: a *proximidade geográfica*, que considera a distância espacial entre empresas e suas localizações; a *proximidade organizada*, que trata da proximidade entre atores que pertencem ao mesmo espaço de relações (firma, rede, sistema) e que se entrelaçam por interações de diferentes naturezas (representações, convenções); e a *proximidade institucional*, que corresponde à intersecção entre os dois outros tipos de proximidade e corresponde a um tipo de coordenação entre atores que extrapola a simples lógica dos preços, envolvendo relações de confiança, cooperação, interação tecnológica e ancoragem territorial.

Rallet (2000) afirma que um dos principais interesses em pesquisas sobre proximidade é verificar a dimensão espacial da coordenação entre agentes, considerando a importância das formas de imersão (*embeddedness*) nos sistemas de relações sociais e contextos locais sobre os mecanismos de competitividade territorial. Nesse sentido, a análise da governança é enriquecida quando se busca compreender a transição de aglomerações sócio-produtivas baseadas em relações de proximidade geográfica para mecanismos de proximidade organizada.

A proximidade organizada é de outra natureza: ela é resultado de uma relação social. Ela pode representar o pertencimento a uma mesma firma, a uma mesma rede social, originar-se da imersão social dos agentes em um ambiente local (no compartilhamento de um sistema de valores) ou ainda surgir como resultado de políticas públicas que visam ao engajamento dos agentes em formas de coordenação específicas. Sobre essa questão, não fazemos diferença entre a noção de “proximidade organizacional”, entendida como um conjunto de relações de proximidade induzidas pelo pertencimento a uma mesma organização (...), e a noção que alguns autores chamam de “proximidade institucional”, ou seja, a adesão dos agentes a um mesmo espaço comum de representações de regras de ação e modelos de pensamento. (RALLET, 2000, p. 14).

Segundo Colletis-Wahl; Pecqueur (2001) as *instituições* podem estar associadas tanto aos indivíduos quanto às representações sociais. Trata-se das regras do jogo social internalizadas pelos agentes e que os ajudam a guiar seus comportamentos compatíveis a um dado contexto (por exemplo: regras legais, padrões morais, convenções sociais, tradições culturais) e das formas de elaboração social e divisão do conhecimento que contribuem, em sentido prático, com a realidade comum para um grupo social (por exemplo: Sistemas de interpretação de relações e identidades sociais de grupos). Benko (1996, p. 237) define as formas institucionais como a “codificação de um conjunto de relações sociais fundamentais

que tem por objetivo realizar a passagem entre coações econômicas associadas à viabilidade de um regime de acumulação e estratégias dos grupos sociais”.

As organizações, para Colletis-Wahl; Pecqueur (2001) aparecem como unidades básicas de tomada de decisões voltada a determinados fins, expressando-se por meio das permanências e estabilizações quanto à divisão do trabalho - mais ou menos formalizadas - que garantem retorno à produção individual coordenada pelo mercado, aos controles sociais e às relações hierárquicas. Essas últimas definem relações de poder dentro das organizações e as regras/procedimentos que delimitam as organizações para o desenvolvimento territorial.

Castro (2003) salienta que a densidade institucional inscrita nos territórios tem influência decisiva no desempenho econômico dos lugares, por meio de seus sistemas produtivos, e no campo da regulação política do espaço, aparecendo como instrumentos cuja territorialização indica o exercício da cidadania através do vínculo entre distribuição espacial e posse efetiva de direitos. Desse modo, o arcabouço normativo-institucional acoplado à concepção de governança é elemento indispensável aos esforços de desenvolvimento territorial.

O termo convenções possui significado correlato ao de cooperação. *Convenções* podem ser definidas como regras práticas consentidas, rotinas de ação entre parceiros para diferentes tipos de relações pontuadas pela incerteza. Essa incerteza remete à crescente interdependência dos atores e suas localidades com relação a partes de cadeias não territorializadas, voltadas ao fluxo de informações, comercialização e circulação de produtos que incidem enquanto fatores externos aos vários sistemas produtivos territorializados.

Essas convenções consolidam a coordenação de cadeias por dois meios: através de regras formais e contratos em instituições formais e abertas, e de forma indireta, por interdependências não comerciais entre atores. Essas interdependências são geradas através de rodadas de ação e interação entre atores econômicos as quais, por sua vez, conduzem a regularidades tacitamente asseguradas no que se refere às suas expectativas recíprocas e às suas ações (...). (STORPER, 1994). As convenções são garantia da efetividade de uma instituição e de toda a estrutura de governança.

As relações de cooperação envoltas em estruturas de convenções e de governança têm se respaldado em comunidades sociais cujos valores baseiam-se no apoio mútuo, objetivo bastante difundido atualmente no processo de construção de formas de regulação dos sistemas produtivos.

Um elemento importante nessa comunidade é que ela se basearia na “confiança” como princípio orientador das relações de negócios. Ser capaz

de agir “com base na confiança” introduz um dinamismo essencial a economia, pois elimina a inércia paralisante que pode existir quando as empresas têm medo de atuar por não terem certeza de que as outras absterão de agir no sentido de tirar partido de uma debilidade temporária. Em outras palavras, elimina o medo de correr riscos, ou melhor, elimina o risco. A confiança permite que os empresários façam investimentos pesados, pois sabem que outros membros da comunidade comprarão os produtos do investimento, em vez de se tornarem clientes de outro. Permite também que as pessoas troquem informações comerciais, repassem ideias de design, conhecimento de processos técnicos etc., sabendo que os “parceiros” não abusarão da confiança neles depositada usando a informação de maneira egoísta e unilateral, em detrimento de quem a forneceu, nem deixarão de retribuir futuramente com informações úteis. Assim, o empresário pode confiar na ajuda dos outros em momentos difíceis, do mesmo modo como ele os ajudaria. Em uma comunidade econômica baseada em princípios de cooperação e confiança, o empresário sabe que outras firmas o ajudarão a manter-se como parte da comunidade, porque é interessante para eles que sua perícia e capacidade permaneçam no pool coletivo de recursos. (SENGENBERGER; PIKE, 2002, p. 130-131).

O capital social, segundo Putnam (2000, p. 177 apud VALENTIM, 1999), diz respeito a características da organização social como confiança, normas, organização, instituições e sistemas que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas. Trata-se, pois de um conjunto de elementos que fazem parte da estrutura social e da cultura, como, por exemplo, as normas de reciprocidade, os padrões de associativismo, os hábitos de confiança entre as pessoas, as redes que ligam segmentos variados da comunidade. A influência do capital acumulado em práticas sociais sobre a produtividade e a competitividade econômica tem relação com as práticas colaborativas entre indústrias e estas com universidades e entidades governamentais e da sociedade civil que impulsionam inovações viabilizando o dinamismo econômico de pequenas e médias empresas que alavancam a renda e o emprego local.

Benko; Pecqueur (2001) caracterizam o conjunto de fatores não necessariamente mercantis e eminentemente sociais e culturais que estimulam a diferenciação dos territórios, pela tipologia dos recursos e ativos territoriais, genéricos e específicos. Os recursos são fatores ainda latentes, a organizar e explorar e os ativos são fatores já em mobilização.

TABELA 2 – OS RECURSOS E ATIVOS TERRITORIAIS

FATORES	GENÉRICOS	EXEMPLOS	ESPECÍFICOS	EXEMPLOS
RECURSOS	Fatores de localização potenciais não utilizados, suscetíveis de serem ativados segundo um cálculo de rentabilidade a ser introduzido no mercado	<ul style="list-style-type: none"> - matérias- primas; - equipamentos; - informações de base fora do mercado (conhecimentos codificados) - força de trabalho simples 	Fatores de localização virtuais e incomensuráveis, intransferíveis, nos quais o valor que os criou depende da organização e das estratégias para resolver problemas inéditos, ancoradas no território (instituições, regras, convenções)	<ul style="list-style-type: none"> - ambiente cultural e industrial (atmosfera); - acumulação de conhecimentos tácitos (aprendizagem) - força de trabalho qualificada não empregada - ambiente institucional favorável
ATIVOS	Fatores de localização existentes e em atividade, totalmente transferíveis e discriminados pelos preços e custos de transporte no mercado	<ul style="list-style-type: none"> - matérias-primas exploradas; - equipamentos em uso; - informações de base ativas no mercado (conhecimentos codificados) - força de trabalho simples 	Fatores existentes comparáveis, parcialmente transferíveis, nos quais o valor está ligado a um uso particular (externalidades de quase mercado),	<ul style="list-style-type: none"> - matérias-primas raras - força de trabalho qualificada - equipamentos adaptados aos processos locais - mobilização institucional e organizacional adequada às estratégias locais

Fonte: Adaptado de Benko; Pecqueur (2001)

Os ativos e recursos genéricos são fatores totalmente transferíveis, especialmente através de trocas mercantis, caracterizando seu valor no processo produtivo por uma questão de preço, como nos moldes da antiga ideia de competitividade industrial. Já os ativos e recursos específicos implicam em custos de transferência muito elevados ou que não podem ser dimensionados, definindo seu valor em função das condições de seu uso e dos processos interativos e cognitivos engendrados no ambiente histórico-cultural em que são configurados. Estes últimos elementos são aqueles que definem a diferenciação de um contexto territorial na concorrência com outros lugares através dos serviços e fornecedores especializados, da mão-de-obra qualificada e, sobretudo, das estruturas organizacionais e institucionais locais (COLLETIS-WAHL; PECQUEUR, 2001).

1.4.2 – Elementos da teoria da Regulação e o Território

A teoria da Regulação fez escola na França, a partir dos anos 1970, conciliando a análise marxista, institucionalista e a macroeconomia heterodoxa no estudo das trajetórias nacionais e locais dos regimes de acumulação e modos de regulação, buscando explicar as formas institucionais e regulatórias que cada país utilizou para administrar as crises macro e

meso-econômicas e chegar ao crescimento e desenvolvimento econômico. Deste modo, esta teoria se baseou na análise de três elementos centrais: as formas institucionais, os regimes de acumulação e os modos de regulação.

Boyer (1990, p. 73) caracteriza como formas institucionais “toda codificação de uma ou várias relações sociais fundamentais, resultando tais formas sociais do tipo de caracterização que se faz do modo de produção dominante”, destacando o espaço nacional como ambiente principal da regulação. Deste modo, as principais instituições ou formas institucionais presentes no regime de capitalista, seriam: *a*) as formas de restrição monetária (envolvem a gestão monetária e as políticas de preços e câmbio); *b*) as configurações da relação salarial (tipos de organização do trabalho e modalidades de reprodução dos assalariados); *c*) formas de concorrência (relação entre estágios concorrenciais e monopolistas e controle estatal); *d*) modalidades de adesão ao regime internacional (adesão às regras que definem as relações entre Estados-nação) e; *e*) as formas de Estado (conjunto de compromissos institucionalizados que define a integração do Estado ao regime de acumulação).

O regime de acumulação designa o conjunto de regularidades que asseguram a progressão coerente da acumulação do capital, desdobrando no tempo suas distorções. Inclui, pois, a análise das formas de organização da produção, de valorização do capital, de inserção das classes sociais, de composição da demanda e de articulação das formas não capitalistas. O modo de regulação corresponde a um conjunto de procedimentos e comportamentos que tem a propriedade de reproduzir as relações sociais fundamentais historicamente determinadas, sustentar e dirigir o regime de acumulação em vigor e compatibilizar a dinâmica de um conjunto de decisões descentralizadas pelos atores econômicos ajustadas ao conjunto do sistema. (BENKO, 1996).

Com base nas formas institucionais da teoria da regulação (Boyer; Sallard, 1995), Pecqueur; Gilly et. alii (1999) transplantaram seus cinco componentes principais ao âmbito regulatório territorial local e regional. (**tabela 3**)

Aplicadas à teoria da regulação, surgiram também análises espaciais que estreitaram a relação da abordagem regulacionista com a geografia econômica, destacando os seguintes temas: Relação local/global; formas de organização espacial da indústria, os distritos industriais, as redes, as convenções, os mecanismos de governança, etc. Na obra de síntese de Georges Benko (1996), “*Economia, espaço e globalização: Na aurora do século XXI*”, cita-se

o trabalho de Scott; Storper (1992, apud BENKO, 1996) que definem o termo “governança”⁵ como sendo o modo de regulação das relações entre unidades produtivas através de diferentes formas de hierarquia, subcontratação, parceria, atmosfera, agências públicas e para-públicas. Nesse sentido, concebem-se várias modalidades de governança.

TABELA 3 – AS FORMAS INSTITUCIONAIS EM ÂMBITO LOCAL

FORMAS INSTITUCIONAIS	CARACTERÍSTICAS
I – Relação salarial local	Este componente leva em conta, no nível do espaço econômico local, a organização do trabalho, o estatuto dos assalariados, a fixação dos salários, a gestão da mão de obra, a política de recrutamento, o sistema de formação... É um fator essencial e discriminando de caracterização dos diferentes tipos de espaços produtivos locais e a sua dinâmica: as modalidades do relatório salarial não são evidentemente a mesma conforme se trata de um distrito industrial, de um espaço fordista, ou ainda de um tecnopólo.
II – Modo de coordenação entre empresas e centros de pesquisa	Esta componente da governança local atribui um lugar importante às formas de coordenação fora de mercado, que caracterizam nomeadamente as relações entre ciência e indústria nos processos de inovação tecnológica. Estas relações apresentam diferentes níveis de hierarquização e conflituosidade.
III – Modo de intervenção dos atores públicos	O papel dos atores públicos difere de acordo com os espaços produtivos locais em função de sua transparência e a sua coerência global. Isto é ainda mais verdadeiro quando o poder de coerção dos atores públicos locais é menos forte que o dos atores centrais. Assim, o lugar do Estado na coordenação será imposto de maneira menos normativa aos atores locais; será mais objeto de uma negociação local na qual os atores locais (privados, privados coletivos e às vezes sindicais) poderão influenciar a construção de compromissos.
IV – Posicionamento do espaço local na divisão espacial do trabalho	Este posicionamento pode nomeadamente ser qualificado a partir de uma análise em termos de recursos produtivos específicos e genéricos que permitem definir o grau de autonomia/dependência do espaço local em relação às lógicas econômicas globais. A capacidade de um espaço produtivo local de gerar um conjunto coerente de recursos específicos será uma componente central da sua atração e seu posicionamento concorrencial. Esta propriedade retorna nomeadamente às análises em termos de ancoragem territoriais e nomadismo das empresas.
V – Modo de exercício do constrangimento monetário e financeiro	Por exemplo, se a taxa de câmbio e de juros for definida no âmbito de um espaço mais vasto que o do território local ou nacional, as variações desta afetam desigualmente o (s) território (s) conforme a competitividade destes, que pode estar fundada sobre uma lógica de atração ou sobre uma lógica de competências. Uma apreciação monetária afeta negativamente a lógica de atração e incita certos territórios a orientar-se para uma lógica de territorialização (competências).

Fonte: Adaptado de Colletis, et alii (1999).

⁵ “Storper; Harrison (1992) (...) introduziram na análise espacial a noção de governança como forma de organização interempresarial que ultrapassa as relações mercantis. Trata-se de uma teorização complexa, fruto de relações ampliadas para os domínios da organização industrial, a divisão social do trabalho, as instituições, convenções e localizações possíveis. Mas, bem explicado, esse conceito pode estender-se a todo sistema de relações humanas territorializado”. (BENKO, 1996, p. 98).

1.4.3 – A importância das formas de Governança nos processos de Desenvolvimento

Territorial

O conceito de desenvolvimento, segundo Furtado (2000), adquire três sentidos distintos: o primeiro diz respeito à evolução de um sistema social de produção mediante a acumulação e progresso das técnicas, compatibilizando eficácia e produtividade para o conjunto de sua força de trabalho. O segundo diz respeito ao grau de satisfação das necessidades humanas, considerando as necessidades humanas elementares (alimentação, vestuário, habitação) e sua relação com a expectativa de vida de uma população, como também a elevação de salário real necessária à criação de determinados hábitos de consumo que condicionam a evolução do sistema produtivo. O terceiro elemento entende o desenvolvimento como a consecução de objetivos dos grupos dominantes da sociedade quanto à utilização de recursos escassos da economia.

Buscando superar a visão de desenvolvimento enquanto uma concepção ampliada da noção de crescimento, Furtado (2000) caracteriza o desenvolvimento como um processo de transformação que engloba o conjunto de uma sociedade. Essa transformação está associada à introdução de métodos produtivos mais eficazes e se manifesta na forma de aumento do fluxo de bens e serviços finais à disposição da coletividade. Assim, a ideia de desenvolvimento, articula-se, numa direção, com o conceito de eficiência, e noutra, com o de riqueza. As formas mais racionais de comportamento correspondem a uma satisfação mais plena das necessidades humanas.

Oliveira (2003) interpreta o desenvolvimento como processo por natureza contraditório, visto que os fluxos de riqueza de uma região se devem ao estabelecimento de estruturas sócio-econômicas de exploração de outras áreas, considerando a mão-de-obra, os salários, as tecnologias e outros fatores de produção. Assim, classifica o modelo brasileiro de desenvolvimento pós anos 1950 como um “ornitorrinco”, pois em comparação com a estranheza do mamífero monotremado (meio ave, meio mamífero, meio réptil), no Brasil coexistem regiões com alta renda e tecnologicamente modernas e regiões miseráveis e tecnologicamente arcaicas. É a leitura geográfica da concepção marxista do desenvolvimento desigual e combinado.

Na tentativa de definir o conteúdo do desenvolvimento territorial, local e endógeno, Boisier (2000) construiu uma análise ampla que percorre as definições mais gerais de desenvolvimento até se chegar nas mais específicas ao escopo econômico-territorial.

Inicialmente o desenvolvimento, enquanto estratégia e processo, esteve associado ao escopo econômico, tendo como objetivo máximo a expansão da atividade econômica através da obtenção de excedentes e de novos investimentos. Trata-se de uma análise singularizada pelo PIB agregado e o PIB per capita. Em um segundo momento, o desenvolvimento passa a incluir juízos de valor e outros aspectos, ampliando sua abrangência para aspectos associados a condições de reprodução humana, como; a alimentação, a pobreza, o nível de emprego, a igualdade, a equidade, etc.

Paralelo a essa abordagem surge a o conceito de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), difundido pelas Nações Unidas através das ideias de Amartya Sen e Mahbub ul Haq. Trata-se de deslocar para a análise do desenvolvimento aspectos não necessariamente materiais (opção das pessoas, coesão social, direito de afirmação das tradições e cultura própria), como a qualidade de vida, longevidade, nível de conhecimento. Além do poder aquisitivo, incorporado com o PIB per capita, o IDH leva em conta a esperança de vida da criança ao nascer e o tempo de escolaridade médio. Em período mais recente, conceitos como justiça social, democracia e boa governança, paz e sustentabilidade ambiental tornam-se argumentos de grupos para que também sejam inseridos no desenvolvimento.

Na atualidade, uma noção que busca abarcar todas as dimensões possíveis do desenvolvimento é a de “Desenvolvimento na Escala humana”. Esta noção está associada à satisfação das necessidades humanas fundamentais, gerando níveis mais elevados de interdependência através da articulação entre processos locais e comportamentos globais, sociedade civil e Estado.

Em torno das múltiplas adjetivações conferidas ao termo “desenvolvimento”, no que tange à sua dimensão territorial, é possível atribuir à concepção de “desenvolvimento regional” uma primeira tentativa de análise espacial dos processos e fatores que levam ao crescimento e desenvolvimento econômico. De forma geral, o desenvolvimento regional consiste em um processo de mudança estrutural localizado em nível sub-nacional, visualizando um progresso da própria região, da comunidade e da sociedade que nela vive (BOISIER, 2000). Mas, na maior parte das definições, trata-se de um tipo de desenvolvimento outorgado, imposto desde fora da região por política de planejamento regional.

Em outro texto de Boisier (1989), já com um maior aprofundamento sobre a temática do planejamento e desenvolvimento regional, caracterizam-se os três processos que levariam ao desenvolvimento de uma região em longo prazo:

- a)* A participação relativa da região na alocação de recursos inter-regionais, controlado geralmente pelo Estado em âmbito nacional;
- b)* Magnitude do impacto que o quadro global da política econômica tem sobre a região, aumento do ritmo de alocação de recursos ou freando-o. Trata-se, pois, de uma força exógena à região;
- c)* Capacidade de organização social da região para transformar os impulsos do crescimento em estados de desenvolvimento. Trata-se, neste caso, de processo endógeno à região, associado a questões como decisão da região, o aumento da capacidade regional para reter e reinvestir o excedente econômico gerado pelo investimento em melhoramento social e preservação do meio ambiente.

O desenvolvimento local, outra raiz explicativa para o desenvolvimento territorial, tem como parâmetro a existência de formas de regulação internas dos movimentos econômicos e sociais, estando muitas vezes associado à ideia de desenvolvimento endógeno. Segundo Buarque (1999, apud Boisier, 2000), trata-se de um processo endógeno que ocorre em pequenas unidades territoriais, geralmente no recorte político administrativo do município, e em agrupamentos humanos capazes de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. O conceito envolve também a capacidade dos atores e as sociedades locais de se estruturarem e se mobilizarem com base nas potencialidades e especificidades locais, buscando aumentar a competitividade e promover mudanças. Tais mudanças podem funcionar como respostas aos cenários de desemprego, desorganização econômica e de decadência/deslocalização industrial.

Benko (1996) aborda o conceito de desenvolvimento local em associação a outros conceitos próximos, como desenvolvimento endógeno, territorial, autocentrado ou “desde baixo”, opondo-se à rigidez do desenvolvimento vertical ou outorgado. Trata-se, pois, de uma estratégia de diversificação e de enriquecimento das atividades sobre um dado território com base na mobilização de seus recursos (naturais, humanos e econômicos) e de suas energias, opondo-se às estratégias centralizadas de ordenamento do território. Em cenário de uma economia flexível, as políticas de desenvolvimento local demandam a definição de estratégias de financiamento e de formação, passando pela descentralização dos níveis de decisão política, econômica e financeira.

Por fim, eis a seguinte questão: o desenvolvimento territorial caracteriza apenas a dimensão geográfica de todos os outros conceitos de desenvolvimento ou pode ter vida própria, diferenciando-se dos demais?

O desenvolvimento territorial se define então pela escala espacial do processo de desenvolvimento econômico e social, abarcando os níveis local, regional, nacional e global (internacional). Nesse sentido, o conceito apareceria apenas como “continente” ou contexto das outras noções de desenvolvimento que lhe dariam conteúdo. Mas o processo de desenvolvimento envolve, em certo aspecto, a mobilização de atores, recursos e instituições com forte vínculo espacial, com objetivo de alavancar a competitividade das atividades econômicas locais e propiciar bem-estar social e cultural à comunidade que vive neste meio. O conteúdo e a razão de ser de uma política ou estratégia de desenvolvimento abrangem as potencialidades, interesses e conflitos do meio territorial (não somente como base geográfica, mas, também como contexto de relações sócio-institucionais com conteúdo espacial) em torno de um processo de mudança quantitativa e qualitativa de suas bases produtivas, políticas e sociais.

Mas, como fica a concertação e arranjo político dos atores territoriais para colocar em funcionamento essas estratégias de desenvolvimento? Neste sentido, propomos analisar a noção de “governança territorial”.

A governança territorial interfere na competitividade das regiões ao definir formas de distribuição de poder em cadeias produtivas e outras formas de relacionamento comercial, institucional e industrial, fazendo convergir, em torno de um ator central, uma grande empresa, ou compartilhando em vários atores articulados por uma instância coletiva, a tarefa de definir as estratégias competitivas principais de um aglomerado produtivo local. E, neste sentido, se direcionam as características, estratégias e possibilidades inerentes ao processo de desenvolvimento territorial.

Humphrey; Schimtz (2002, 1019), citando outros autores (BRUSCO, 1990; SCOTT, 1996; STORPER, 1995), abordam a importância da governança local como uma fonte de competitividade e que tem sido particularmente enfatizada em duas linhas recentes de trabalho: ciência regional (e em particular a literatura do distrito industrial); e estudos de inovação.

Estes dois corpos de trabalho consideram ambos a insuficiência da dinâmica do mercado para chegar à competitividade via *high road*, p. ex., através do *upgrading*. Na literatura do distrito industrial, a experiência da “Terceira Itália” e outras experiências

européias dão forças (no final dos anos 1980 e início dos 90) para o estabelecimento de um novo modelo de política industrial local/regional que: **(a)** dá ênfase na delegação de funções para uma diversa gama de instituições governamentais e não governamentais; **(b)** opera através de instituições associadas à livre iniciativa, **(c)** estende a associação do empreendedorismo do setor privado para o público e; **(d)** destaca a autoajuda (auxílio mútuo) através de associações de negócios e consórcio de produtores.

Em outras palavras, a proposição é que o desenvolvimento e a rápida difusão de conhecimento dentro de aglomerados produtivos não são somente resultado de sinergias acidentais, a “atmosfera industrial”, mas são buscados por redes políticas de atores públicos e privados. Isto contribui para uma nova ênfase sobre a “região” como nexos do aprendizado e de efeitos de inovação.

Essas estratégias podem, então, se basear em investimentos na capacitação da mão-de-obra e na inovação, qualificação dos recursos e especificação, ou pode estar assentada na redução de contingente e pagamento de salários baixos, tirando seu diferencial concorrencial no jogo de preços do mercado. A governança é, pois, um elo essencial que liga a empresa a seus fornecedores, compradores e parceiros, públicos e privados.

Deste modo, na perspectiva do desenvolvimento e da dinâmica sócio-produtiva, os territórios podem ser vistos tanto como recursos quanto como atores locais situados em contextos específicos de relações de poder e de governança envolvendo empresas e agentes coletivos. O território é um recorte espacial definido por relações de poder político, econômico e social, organizado e utilizado por atores que estabelecem relações de uso e troca, expressando estratégias de *territorialização* (inserção em um contexto espacial, enraizamento), *desterritorialização* (mobilidade espacial, deslocalização) e projeção de *territorialidades* múltiplas (expressão de identidade de um grupo ou indivíduo sobre uma base espacial, definição cultural e ideológica de um território).

Mas o território não é somente um espaço definido de recursos. É também o modo de estabelecimento de um grupo, em um ambiente natural, que através da organização e da localização das atividades, gera condições prévias de comunicação-linguagem e aprendizado coletivo, ou seja, as formas de cooperação que criam racionalidades tecnológicas e organizacionais. (STORPER, 1997).

Segundo Carmona (2006), na análise dos distritos industriais de pequenas empresas na Itália, o *território* se coloca como parte constitutiva de objetos e processos, não aparecendo apenas como a base material da produção, mas também como infraestrutura social,

institucional e cognitiva, que favorece o processo de integração e especialização das firmas. Santos (1996) complementa essa análise colocando o território como a grande mediação entre o mundo e a sociedade nacional e local, confrontando-se nele as normas globais desterritorializadas e o território local como uma norma.

Conciliando a análise do desenvolvimento anteriormente exposta e as colocações sobre o território, pode-se definir o desenvolvimento territorial, resumidamente, como:

(...) um processo de mudança social de caráter endógeno, capaz de produzir solidariedade e cidadania, e que possa conduzir de forma integrada e permanente a mudança qualitativa e a melhoria do bem-estar da população de uma localidade ou uma região. Nas estratégias competitivas da globalização, o desenvolvimento territorial é dinamizado por expectativas dos agentes econômicos nas vantagens locais, no qual o território é o ator principal do desenvolvimento econômico regional, e as políticas, as organizações e a governança são recursos específicos, a um só tempo disponível ou a ser criado; quando disponível, tratar-se-ia de sua difusão no território, quando ausente, de sua criação (invenção e inovação). Desta forma, o desenvolvimento territorial é o resultado de uma ação coletiva intencional de caráter local, um modo de regulação territorial, portanto, uma ação associada a uma cultura, a um plano e instituições locais, tendo em vista arranjos de regulação das práticas sociais (PIRES, MULLER, VERDI, 2006, p. 448).

1.4.4 – As redefinições regionais no Brasil e a superposição de formas de governança territorial

Considerando os aparatos legais associados ao território brasileiro, enquanto federação, Andrade; Andrade (2003) elaboraram um panorama geral sobre a situação político-administrativa brasileira:

Os desafios do momento nos levam a crer que o Brasil não pode voltar-se para uma política centralizadora, ele terá de procurar novos caminhos para o federalismo, levando em conta que a sua divisão regional, estabelecida em 1943 pelo IBGE, necessita ser inteiramente reformulada e que numerosas reivindicações regionais de criação de novos estados e territórios precisam ser atendidas, assim como a necessidade de criação de novas relações entre as unidades federadas e a União e a distribuição de tributos e atributos entre as mesmas. (ANDRADE; ANDRADE, 2003, p. 70).

Portanto, faz-se oportuno comparar as divisões regionais clássicas do território brasileiro, propostas oficialmente pelo IBGE desde 1941, e que se circunscrevem aos limites político-administrativos dos Estados, com as novas estruturas de governança que se desdobram territorialmente em diferentes configurações regionais. Podemos tomar, a título de ilustração, alguns exemplos: os Comitês de Bacias hidrográficas, os Arranjos Produtivos Locais e os Circuitos Turísticos, no contexto do Estado de São Paulo.

Em um simples exercício de comparação, é possível constatar que os novos recortes de governança, raras vezes, se encaixam com as divisões oficiais político-administrativas, havendo então um descompasso entre as políticas de planejamento e desenvolvimento regionais públicas e as dinâmicas territoriais sócio-ambientais e produtivas, bem como as instâncias sociais que as regulamentam.

O Estado de São Paulo possui atualmente um total de vinte e um Comitês de Bacias hidrográficas (CBHs) regulamentados pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH)⁶, dentro da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Os Arranjos produtivos locais (APLs), por sua vez, definem-se como aglomerações de empresas localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos de articulação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa (http://www.sebraesp.com.br/empresas_rede/acao_territorial/apl). O Sebrae, instituição pioneira no trabalho com APLs no Brasil, atualmente apoia diretamente dezessete arranjos no Estado, em variadas áreas de atividades. A secretaria de Desenvolvimento do governo do Estado de São Paulo dá apoio a vinte e quatro APLs, a maior parte deles em ação conjunta com o Sebrae do Estado, além de identificar outras vinte e duas aglomerações com potencial para se tornarem APLs. Alguns desses Arranjos são identificados com apenas um município líder, como os calçados masculinos de Franca e os folheados de Limeira; enquanto outros identificam uma região, como arranjo o metal-mecânico do Grande ABC (Santo André, São Bernardo, São Caetano do Sul, Mauá, Diadema, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra) e o arranjo têxtil e de confecções da região de Americana (Americana, Hortolândia, Nova Odessa, Santa Bárbara D'Oeste e Sumaré).

Os Circuitos turísticos identificam uma região através de um produto, atividade cultural, belezas naturais, entre outros, atraindo turistas para roteiros integrados pelos municípios que compõem o Circuito. No Estado de São Paulo, os Circuitos turísticos são articulados pela Secretaria de Turismo, o Conselho Estadual de Turismo e os Conselhos municipais de Turismo. Geralmente, esses Circuitos são geridos por Consórcios ou Associações intermunicipais, na condição de associações públicas ou pessoa jurídica de

⁶ 1- Serra da Mantiqueira; 2- Paraíba do Sul; 3- Litoral Norte; 4- Pardo; 5- Piracicaba, Capivari e Jundiaí; 6- Alto Tietê; 7- Baixada Santista; 8- Sapucaí - Mirim/Grande; 9- Moji Guaçu; 10- Sorocaba Médio Tietê ; 11- Ribeira do Iguape e Litoral Sul; 12- Baixo Pardo /Grande; 13- Tietê/Jacaré; 14- Alto Paranapanema; 15- Turvo Grande; 16- Tietê Batalha; 17- Médio Paranapanema; 18- São José dos Dourados; 19- Baixo Tietê; 20- Aguapeí e Peixe; 21- Pontal do Paranapanema (<http://www.mma.gov.br/port/srh/sistema/comites.html>).

direito privado, sem fins lucrativos (Lei 11.107/05). O objetivo principal dessas associações é a realização eficiente de serviços de interesse público, como são os casos mais comuns nos serviços de saúde, transportes, coleta de lixo, entre outros. O setor turístico brasileiro viu crescer nos últimos anos o número de associações e consórcios que cuidam de administrar os serviços e a infraestrutura turística de municípios limítrofes reunidos em Circuitos (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11107.htm). O Estado de São Paulo possui atualmente vinte e três circuitos (dados da Associação paulista dos Circuitos turísticos), ao passo que o Estado de Minas Gerais possui cinquenta e dois circuitos turísticos, espalhados por todas as regiões do Estado (<http://www.turismo.mg.gov.br>).

Para efeitos de políticas públicas territoriais, utilizam-se no Estado de São Paulo as concepções de Região Administrativa e de Governo. O Estado de São Paulo é dividido em quinze Regiões Administrativas (RA)⁷ ou mesorregiões, subdivididas em microrregiões ou as chamadas Regiões de Governo. No Estado existem sessenta e três regiões de Governo e, de modo geral, levam o nome da cidade principal. As Regiões de governo foram estabelecidas com os seguintes objetivos: centralizar as atividades das secretarias estaduais, agrupar municípios vizinhos para organizar o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, e para fins estatísticos de pesquisa e planejamento em áreas com similaridades econômicas e sociais.

No âmbito nacional existem as Grandes regiões, as mesorregiões e microrregiões, definidas com base em estudos e propostas do IBGE. Mesorregião é uma subdivisão dos estados brasileiros que congrega diversos municípios de uma área geográfica com similaridades econômicas e sociais e é utilizada para fins estatísticos e não constitui, portanto, uma entidade política ou administrativa. Microrregião é, de acordo com a Constituição brasileira de 1988, um agrupamento de municípios limítrofes com finalidade de planejar funções públicas e servir para análises estatísticas. Somente no Estado de Minas Gerais existem 12 mesorregiões⁸ e 66 microrregiões.

Assim, um município como Franca/SP, localizado no interior do Estado de São Paulo, faz parte simultaneamente da mesorregião de Ribeirão Preto, da microrregião de Franca (14^a).

⁷ 1 – Registro; 2 - Baixada Santista; 3 - São José dos Campos; 4 – Sorocaba; 5 – Campinas; 6 - Ribeirão Preto; 7 – Bauru; 8 - São José do Rio Preto; 9 – Araçatuba; 10 - Presidente Prudente; 11 – Marília; 12 – Central; 13 – Barretos; 14 – Franca; 15 - Região Metropolitana de São Paulo. (<http://www.igc.sp.gov.br>).

⁸ 1- Campo das Vertentes; 2- Central Mineira; 3 - Jequitinhonha; 4 - Metropolitana de Belo Horizonte; 5 - Noroeste de Minas; 6 - Norte de Minas; 7 - Oeste de Minas; 8 - Sul e Sudoeste de Minas; 9 - Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba; 10 - Vale do Mucuri; 11 - Vale do Rio Doce; 12 - Zona da Mata. (<http://www.wikipedia.org>).

Região administrativa), do APL de Calçados masculinos e do Circuito turístico dos Lagos. No Circuito das Águas paulista, em um outro exemplo, a cidade de Jaguariúna faz parte da meso e microrregião de Campinas, da Região metropolitana de Campinas e dos Circuitos turísticos das Águas e da Ciência e tecnologia. No Circuito das Malhas mineiro, a cidade de Jacutinga compõe a mesorregião Sul/Sudoeste de Minas, a microrregião de Poços de Caldas, é Estância hidromineral, faz parte do aglomerado produtivo de Malhas retilíneas do Sul de Minas e do Circuito turístico das Malhas do Sul de Minas.

Dentro do Circuito das Malhas mineiro, por exemplo, há casos de municípios que fazem parte de microrregiões diferentes. Enquanto Jacutinga, Inconfidentes, Monte Sião e Ouro Fino fazem parte da microrregião de Poços de Caldas, Bueno Brandão e Borda da Mata estão incluídas na microrregião de Pouso Alegre.

Trata-se, portanto, da superposição de variadas formas de governança territorial, sendo comuns os casos de discrepâncias entre o referencial de governança estabelecido e a dinâmica econômica e social que qualifica a organização territorial regional atual.

1.5 – Conclusão parcial

Nesta seção do trabalho buscou-se analisar as transformações ocorridas nas atividades produtivas e nas formas de regulação territorial no período atual, denominado de pós-fordista ou globalizado. Com o conceito de governança demonstrou-se a importância de se analisar as novas formas de regulação e coordenação emergentes entre os atores locais: as empresas, associações, sindicatos, poder público, universidades, entre outros.

Considerando que tais processos se desenvolvem em contextos territoriais regionais e locais específicos, em sistemas que contemplam certo nível de proximidade geográfica e organizacional entre os atores, a análise teórica anteriormente exposta converge com o conceito de governança territorial. A tese é que as diversas manifestações de governança territorial existentes atualmente no território brasileiro aparecem como objetos fundamentais para se entender os processos atuais de organização espacial e de desenvolvimento econômico.

CAPÍTULO 2

OS CIRCUITOS TURÍSTICOS E OS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS COMO MANIFESTAÇÕES ATUAIS DA GOVERNANÇA TERRITORIAL

2.1 – Introdução

Dentre os diversos formatos de governança territorial situados em setores econômicos e em contextos político-institucionais diferenciados, se manifestam, na literatura econômico-geográfica recente bem como na configuração da paisagem econômica, dois temas de análise muito interessantes: os Arranjos produtivos locais e os Circuitos Turísticos.

Os Arranjos Produtivos Locais, conhecidos por APLs, apresentam a característica básica de serem aglomerações de empresas localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm algum vínculo de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais tais como governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa. (SEBRAE, 2003, p. 15).

Desse modo, a elaboração teórica da noção de APL, derivada de discussões maciças de grupos de pesquisadores e órgãos de apoio e financiamento, serve atualmente como veículo para elaboração de políticas de promoção de competitividade e desenvolvimento regional/local, agregando as iniciativas de muitas entidades que voltam suas ações às micro, pequenas e médias empresas. O Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas empresas) já tem cadastrados mais de trezentos aglomerados, alguns com baixo nível de articulação interna e outros com alto nível de eficiência e competitividade. Instituições e entidades que atuam com micro e pequenas empresas, como o Sebrae, o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e a Finep (Financiadora de Estudos e Projetos/Ministério da Ciência e Tecnologia) descobriram esse potencial e passaram a estabelecer programas específicos para APL's a partir de 1999. O primeiro Estado a atuar neste sentido foi o de Minas Gerais, através da Federação das Indústrias e do IEL (Instituto Euvaldo Lodi).

Os Circuitos Turísticos, não muito diferentes dos APLs, são compostos por municípios próximos entre si, que se associam em função de interesses e possibilidades de explorar

turisticamente seus respectivos patrimônios históricos, culturais e naturais, assim como outros bens afins. É indispensável que pelo menos um desses municípios disponha da infraestrutura necessária para receber turistas, de modo que os turistas possam desfrutar os atrativos dos demais municípios.

Este capítulo do trabalho buscará compreender em profundidade como funcionam, teoricamente e empiricamente, as estruturas de governança territorial dos Arranjos produtivos locais e dos Circuitos turísticos.

2.2 – Os Circuitos Turísticos: Experiências de planejamento e desenvolvimento territorial local

Os “Circuitos turísticos” surgem como formato específico da atividade turística, levando em conta os atributos físico-geográficos, econômicos e sócio-culturais de uma área através de um panorama integrado e sistêmico. Mas, o que é o turismo enquanto atividade econômica dotada de singularidades?

O turismo, para Mathieson; Wall (apud LAGE; MILONE, 1996), pode ser definido a partir dos seguintes elementos: *a*) movimento temporário de pessoas para locais de destinos externos aos seus lugares de trabalho e moradia; *b*) as atividades exercidas durante a permanência desses viajantes no local de destino; *c*) as facilidades criadas para prover suas necessidades. A Organização Mundial de Turismo (OMT, 2001) entende o turismo como o deslocamento para fora do local de residência por período superior a vinte e quatro horas e inferior a sessenta dias, motivado por razões não-econômicas.

Segundo Lage; Milone (1996), a atividade turística se desenvolve em torno de um conjunto de bens e serviços chamado de produto turístico. Esse produto turístico é formado pelos seguintes componentes: transporte, alimentação, acomodação e entretenimento. São esses elementos que determinam a escolha do turista para visitar um local específico, aparecendo como fatores que facilitam ou dificultam o fluxo de pessoas para uma região.

Na produção e oferta do produto turístico, participam determinados atores sociais que direcionam a atividade através de alguns objetivos:

TABELA 4 – ATIVIDADE TURÍSTICA: ATORES E OBJETIVOS

ATORES DO TURISMO	OBJETIVOS ECONÔMICOS
1 – Turistas	Buscam vários tipos de experiências de satisfações psíquicas e físicas, tentando maximizar a satisfação de suas viagens. A natureza da satisfação determinará os destinos escolhidos, tipos de transportes, alojamento, atividade de lazer, etc.
2 – Empresas turísticas	Veem o turismo como oportunidade de maximizar seus lucros ao proporcionar os vários tipos de bens e serviços que o mercado turístico demanda.
3 – Governo	Assume o turismo como um fator econômico e político. No econômico, enfoca as entradas de receita e divisas que os cidadãos obtêm com essa atividade e a arrecadação de impostos devido aos gastos turísticos. No político, trata dos instrumentos que permitem distribuir os benefícios do turismo para toda a população da área.
4 – Comunidade Local	Representada pela população fixada no local que vê o turismo como um fator cultural. Para essa comunidade, um dos aspectos mais importantes é o efeito das inter-relações entre residentes e visitantes.

Fonte: Lage; Milone, 1996, p. 31.

A importância do turismo, como atividade econômica, se justifica na atualidade ao se observar que muitos países, regiões e municípios têm nela uma importante fonte de renda e de sustentação da balança de pagamentos e do Produto Interno Bruto (PIB).

Ele (o turismo) estimula o desenvolvimento do transporte de passageiros – aéreo, rodoviário, ferroviário, marítimo, etc. – e, com ele, a hotelaria. Certas indústrias regionais e o artesanato também têm se desenvolvido, de vez que os turistas procuram adquirir lembranças, *souvenirs*, dos lugares por onde passam. (ANDRADE, 1973, p. 245).

Andrade (1973) classifica o turismo em dois grandes tipos:

TABELA 5 – VARIEDADES DA ATIVIDADE TURÍSTICA

TIPOS DE TURISMO	CARACTERÍSTICAS
Turismo de estação	Aquele em que as pessoas se deslocam por um tempo longo, a fim de gozarem do clima de montanha, da praia, das estâncias hidrominerais, etc.
Turismo de passagem	Aquele em que o turista se desloca em viagens rápidas, por áreas que oferecem grandes belezas naturais, monumentos históricos, a fim de verem o máximo de coisas em um menor tempo possível.

Fonte: Andrade, 1973, p. 245.

Nos Circuitos Turísticos das Águas/SP e das Malhas/MG convivem os dois tipos de turismo acima descritos. No Circuito das Águas destaca-se em alguns municípios, como o de

Águas de Lindóia e Serra Negra, o turismo de estação em estâncias hidrominerais, enquanto que no Circuito das Malhas predomina o turismo de passagem, associado ao comércio de malhas.

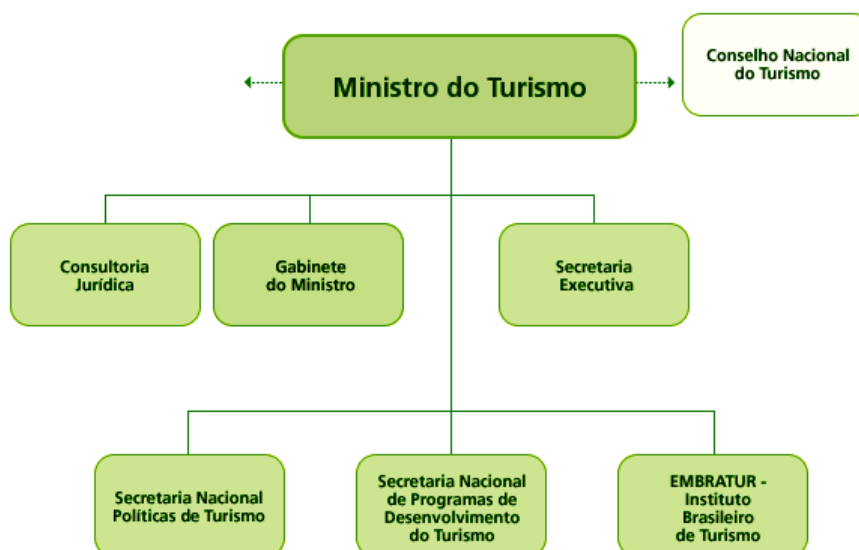
Buscando atingir metas econômicas e sociais qualitativas e quantitativas, o turismo, como indústria vasta e complexa, envolve um planejamento específico que lhe possibilite alcançar os seguintes objetivos:

I - Assegurar que os tipos de estratégias de desenvolvimento adotados nos locais de recreação e lazer (*compras*) sejam apropriados aos propósitos das zonas turísticas; II – Estabelecer um programa de desenvolvimento turístico congruente com a filosofia cultural, social e econômica do governo e da população do local visitado; III – Criar uma infraestrutura e proporcionar instalações recreativas adequadas para os visitantes e os residentes da localidade turística; IV – Proporcionar uma estrutura ideal para elevar o nível de vida da população mediante os benefícios econômicos do turismo. (LAGE; MILONE, 1996).

Para se realizar um planejamento turístico deve-se investigar e avaliar a demanda turística, suas tendências e os atrativos reais e potenciais de cada área turística que serão promovidos e reformulados. A execução do plano turístico deve lidar, então, com determinados obstáculos internos (preço dos produtos turísticos, renda dos consumidores, publicidade efetiva) e externos (rotas de acesso à região turística: estradas, aeroportos; alojamentos; infraestrutura básica: saneamento, água, energia, bares, restaurantes, farmácias, postos de abastecimento; serviços de mão-de-obra treinada e capacitada; financiamento dos investimentos) que podem inviabilizar a consecução das metas sócio-econômicas do planejamento pré-estabelecido. (LAGE; MILONE, 1996).

A atividade turística exerce, contudo, impactos sociais, econômicos e ambientais não somente positivos, podendo degradar áreas e recursos e aprofundar a segregação sócio-espacial se a oferta turística for mal planejada.

No Brasil, a maior instância regulatória para a atividade turística é o Ministério do Turismo, ligado ao governo federal. Sua missão é desenvolver o turismo como atividade econômica, capaz de gerar empregos, divisas e inclusão social, por meio de estratégias descentralizadas. Essa descentralização é direcionada por uma estratégia de regionalização dos produtos turísticos, incumbência da Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Além disso, a Embratur, o Instituto Brasileiro de Turismo criado em 1966, tem por objetivo atuar na promoção, comercialização e *marketing* de produtos, serviços e destinos turísticos.

FIGURA 4 – ORGANOGRAMA DO MINISTÉRIO DO TURISMO

Fonte: <http://www.turismo.gov.br>

De acordo com as estatísticas da Organização Mundial de Turismo (OMT), agência especializada das Nações Unidas, em 2007 aconteceram 903 milhões de chegadas de turistas internacionais, um acréscimo de 6,6% em relação a 2006. Os países mais visitados pelos turistas internacionais em 2006 e em 2007 foram: a França em primeiro lugar, Espanha, em segundo, e Estados Unidos em terceiro. Em 2007 (OMT), as receitas geradas em nível mundial pelo turismo internacional atingiram 856 bilhões de dólares (€ 625 bilhões), que, quando comparados com os 742 bilhões de dólares (€ 591 bilhões) gerados em 2006, representaram um crescimento em preços constantes de 5,6%. Os países que mais arrecadaram com o turismo internacional continuam se concentrando na Europa, mas o maior arrecadador em 2007 continua sendo os Estados Unidos. Em 2007, os Estados Unidos obtiveram uma receita de 96,7 bilhões de dólares com o turismo, seguido pela Espanha, com 57,8 bilhões, e França, com 54,8 bilhões. A Alemanha é o país que mais investe no turismo, com despesas de 82,9 bilhões de dólares (2007).

As dez cidades que aparecem como principais destinos turísticos no mundo, em 2006, são as seguintes: Londres, com 15,64 milhões de visitantes, Bangkok, com 10,35 milhões, Paris, com 9,7 milhões, Cingapura, com 9,5 milhões, Hong Kong, com 8,14 milhões, Nova York, com 6,22 milhões, Dubai, com 6,12, Roma, com 6,03, Seul, com 4,92 e, Barcelona, com 4,69 milhões de turistas. Das dez atrações turísticas mais visitadas no mundo, cinco ficam nos Estados Unidos, como a Times Square, o Memorial Park e a Disney World.

A situação do turismo no Brasil aos poucos tem melhorado, mas o país se coloca ainda em situação bem inferior aos principais destinos do mundo. Em 2007, o Brasil recebeu 5 milhões e 26 mil turistas internacionais, totalizando uma receita de 4 bilhões e 956 milhões de dólares. Os turistas que chegam ao Brasil vêm principalmente da Europa (Portugal, Alemanha, França e Itália) e da América do Sul (Argentina, Paraguai e Chile). Os principais destinos turísticos brasileiros são: Rio de Janeiro, São Paulo, cidades históricas de Minas Gerais, na região Sudeste; o litoral no Nordeste; o Pantanal mato-grossense e Brasília, no Centro-oeste; a Amazônia, na região Norte ; e Florianópolis/Blumenau/Joinville, Cataratas do Iguaçu e Serras gaúchas, na região Sul. Mas o número de turistas estrangeiros e a receita gerada pelo turismo no país ainda são muito pequenos se compararmos, por exemplo, com a França, país com território comparativamente inferior ao do Brasil e que apresenta receita quase catorze vezes maior. Em 2003, o turismo representava apenas 0,5% do PIB brasileiro, gerando, no entanto, cerca de 7% dos empregos diretos e indiretos no país (OMT, 2005).

Alguns fatores como o medo da violência, a precária infraestrutura e falta de pessoal capacitado podem ser motivos para explicar esta relativa baixa procura pelo Brasil como destino turístico. Contudo, uma das principais razões da baixa procura dos estrangeiros pelo Brasil se deve ao fato deste país se encontrar distante geograficamente dos países que são grandes emissores de turistas (Europa ocidental e América do Norte, pois, 85% das viagens aéreas feitas no mundo acontecem em, no máximo, duas horas de vôo). (<http://www.world-tourism.org/>).

(...) o Brasil foi classificado no Índice de Competitividade em Viagens e Turismo de 2009 na posição 45 a nível mundial, mas entre os 133 países avaliados classificou-se na posição 2 em recursos naturais, e na posição 14 em recursos culturais, ainda que tenha se classificado na posição 110 em infraestrutura rodoviária e na 130 em segurança pública. (OMT, 2009).

No entanto, o fluxo maior de viagens e receitas pode ser creditado ao turismo interno. Em 2007, segundo dados da Embratur, o setor turístico movimentou, entre receitas e despesas, mais de treze bilhões de reais. Entre as instituições financeiras federais que mais investem no turismo (Ministério do turismo, 2007), aparecem o Banco do Brasil (R\$ 1.420.880.000,00), a Caixa Econômica Federal (R\$ 986.630.000,00), o Banco do Nordeste (R\$ 79.400.000,00), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (R\$ 66.6444.000,00) e o Banco da Amazônia (R\$ 16.434.000,00).

Neste sentido, a ideia de “Circuito Turístico” está associada diretamente a um tipo de planejamento turístico específico que se pauta no aproveitamento dos atrativos regionais

associados à oferta de determinados serviços e infraestrutura (atividades de lazer e recreação, rede hoteleira, atividades comerciais, etc.) que permitam à área turística maximizar os benefícios econômicos (crescimento) e sócio-culturais (desenvolvimento) advindos com o fluxo turístico.

O advento dos Circuitos turísticos no Brasil - enquanto designação setorial específica para os Circuitos espaciais produtivos - tem sua origem vinculada à formação de “pacotes” e “roteiros” pelas agências de turismo reunindo os principais atrativos turísticos de municípios vizinhos. Na França os “Circuitos” recebem a denominação de “Tours”, estimulando a exploração dos potenciais turísticos de certa região por meio do planejamento racional e dotação de infraestrutura viária, hoteleira, de lazer, etc, aspectos nos quais o território brasileiro ainda se encontra em defasagem significativa.

As grandes agências de viagens e de turismo optam por organizar roteiros para passeios em grupos. Tais roteiros passam por várias cidades próximas em período de tempo determinado, oferecendo ao turista maior número possível de experiências e atrativos naturais e culturais, ao mesmo tempo em que fomenta as economias locais e o consumo turístico, estimulando cidades vizinhas a se organizarem para a oferta de infraestrutura e equipamentos turísticos de qualidade.

Na Europa, a maior parte dos turistas estrangeiros aderem aos pacotes para circuitos turísticos, com o objetivo de otimizar a relação entre atrativos turísticos, deslocamentos aéreos e terrestres e período de viagem. A CVC, maior companhia de viagens do Brasil, organiza roteiros turísticos para a Europa em circuitos, com pacotes aéreos e terrestres, em períodos que variam de 9 a 17 dias. Por exemplo, para os brasileiros que queiram aderir ao pacote aéreo Lisboa-Madri e Paris, o período é de 10 noites, com três hospedagens em Lisboa, três em Madri, uma em Bordeaux e três em Paris, com visitas aos principais atrativos turísticos desses lugares acompanhados de guias credenciados (<http://www.cvc.com.br>).

Em Portugal, a organização do turismo por circuitos já é tradicional, com a divisão dos roteiros por regiões do país (Norte, Centro, Costa e Sul de Lisboa, Alentejo e Algarve) em circuitos ou *tours* (Minho, Porto, Coimbra, Fátima, Lisboa, Estoril, Sintra, Évora e Algarve) (<http://www.portugalvirtual.pt>.) No Brasil, a principal procura ainda ocorre para destinos pontuais, como Fortaleza, Natal, Porto Seguro, Rio de Janeiro, ainda que nessas viagens o turista acabe por visitar praias e cidades vizinhas, como é o caso do roteiro para Cidades históricas mineiras, cuja referência para hospedagem é Ouro Preto. É importante salientar, neste sentido, que o setor do turismo brasileiro se encontra em expansão nos últimos anos,

considerando o fluxo de turistas, investimentos públicos e privados e postos de trabalho gerados.

O aspecto mais surpreendente (...) é que, contrariamente ao que era de se esperar, os impactos negativos da crise (*refere-se a crise financeira mundial desencadeada em 2008*) foram mais intensos no conjunto da economia do que nas atividades essencialmente turísticas. Nos dois primeiros meses observados (out. e nov. de 2008), a taxa de crescimento da ocupação do turismo, relativamente à média de 2008, superou a ocorrida nesses meses, nos quatro anos precedentes. Isso sugere uma capacidade de resistência à crise do setor turismo, pelo menos no curto prazo. Em novembro de 2008, o número de ocupados no turismo foi 2,5% superior ao número médio de ocupados no turismo em 2008. Nos anos precedentes, a média desse percentual foi de 1,3%. (ZAMBONI, CAMARGO, 2009, p. 78)

Como forma de melhorar o desempenho turístico do Estado de Minas Gerais, o governo do Estado oficializou em 2002, por meio de sua secretaria de Turismo, a proposta dos “Circuitos Turísticos” com base na ideia de organizar as diversas atividades econômicas existentes em uma região através do estímulo turístico, em um complexo integrado dos atrativos locais coordenados por meio das estratégias e diretrizes coletivas.

Neste caso, segundo o relatório da Secretaria de Estado do Turismo de Minas Gerais, de 2002; os Circuitos Turísticos:

Compreendem determinada área geográfica, caracterizada pela predominância de certos elementos da cultura, da história e da natureza, que são fortes elementos de sedução para o viajante, além da identidade entre os municípios que se consorciam para complementar os atrativos e equipamentos turísticos com objetivo de ampliar o fluxo e a permanência dos turistas, com conseqüente geração de emprego e renda. Os circuitos turísticos aparecem também como formas de organização social, onde o papel da iniciativa privada é fundamental, embora necessite da participação efetiva do poder público, nas três esferas, municipal, estadual e federal. (BOLSON, 2003).

Em Minas Gerais, segundo site da Secretaria de Turismo do Estado, a ideia de se agrupar municípios em Circuitos Turísticos nasceu da necessidade de se explorar melhor o potencial do Estado nesse setor. No final dos anos de 1990, à medida que se estimulavam as tradicionais cidades e localidades turísticas de Minas a promover uma revisão de seus posicionamentos e ações em relação ao turismo, vislumbrava-se a geração de oportunidades também para os municípios vizinhos. Estes passariam não só a explorar suas respectivas potencialidades, mas também a contribuir para a diversificação da atratividade e ou da infraestrutura turística de sua região. Paralelamente, a atenção dos municípios se voltava para

um interesse em comum: buscar, na atividade turística, alternativas para alcançar o desenvolvimento autossustentável.

Fortalecia-se, assim, o estímulo a uma forma de associativismo que resultaria no Circuito Turístico. O circuito foi visto, então, como meio para se estruturar melhor a atividade turística municipal e regional, para atrair mais turistas a determinada região e estimular sua permanência ali por um tempo maior e, conseqüentemente, o movimento do comércio e dos serviços turísticos. Percebeu-se que a proximidade entre determinados municípios, a despeito de suas afinidades ou diferenças, significava novas possibilidades em relação ao desenvolvimento turístico. (http://www.descubraminas.com.br/destinosturisticos/lst_circuito.asp)

No Estado de Minas Gerais existem atualmente cinquenta e dois Circuitos Turísticos cadastrados pela Secretaria de Turismo, abarcando uma grande plêiade de setores e atividades e exibindo níveis diferenciados de desenvolvimento tecnológico e de infraestrutura, integração produtiva, cooperação sócio-institucional e capacidade competitiva. Dentre os Circuitos, é possível selecionar, em ordem alfabética:

QUADRO 1 – CIRCUITOS TURÍSTICOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

<p><u>CORAÇÃO DAS GERAIS</u> (CENTRAL): 1 Belo Horizonte, 2 Diamantes, 3 Grutas, 4 Guimarães Rosa, 5 Lago Três Marias, 6 Ouro 7 Parque Nacional da Serra do Cipó, 8 Trilha dos Inconfidentes, 9 Verde - Trilha dos Bandeirantes 10 Veredas do Paraopeba, 11 Villas e Fazendas de Minas / <u>RESERVAS DA NATUREZA</u> (ZONA DA MATA): 12 Caminho Novo, 13 Caminhos Verdes de Minas 14 Nascente do Rio Doce, 15 Pico da Bandeira, 16 Recanto dos Barões, 17 Serra do Brigadeiro 18 Serras do Ibitipoca, 19 Serras de Minas, 20 Serras e Cachoeiras, 21 Montanhas e Fé / <u>ESTÂNCIAS DO SUL</u> (SUL) 22 Águas , 23 Caminhos do Sul de Minas 24 Caminhos Gerais 25 Malhas do Sul de Minas 26 Montanhas Cafeeiras de Minas 27 Montanhas Mágicas da Mantiqueira 28 Nascentes das Gerais 29 Serras Verdes do Sul de Minas 30 Terras Altas da Mantiqueira 31 Vale Verde e Quedas D'água / <u>RECANTO DE MINAS</u> (TRIÂNGULO MINEIRO): 32 Águas do Cerrado 33 Lagos 34 Triângulo Mineiro / <u>BELEZAS DO CERRADO</u> (ALTO PARANAÍBA): 35 Caminhos do Cerrado 36 Canastra 37 Tropeiros de Minas / <u>CAMINHOS DO INTERIOR</u> (CENTRO OESTE DE MINAS): 38 Campo das Vertentes 39 Grutas e Mar de Minas 40 Caminhos do Indaiá / <u>GRANDES SERTÕES</u> (NOROESTE DE MINAS): 41 Urucuia Grande Sertão 42 Noroeste das Gerais/ <u>TERRAS DO VELHO CHICO</u> (NORTE DE MINAS): 43 Serra do Cabral, de Minas e Cachoeiras 44 Velho Chico 45 Serra Geral do Norte de Minas 46 Lago de Irapé 47 Sertão Gerais / <u>REGIÃO DO VALE DO MUCURI</u>: 48 Pedras Preciosas / <u>ENCANTO VERDE</u> (RIO DOCE): 49 Mata Atlântica de Minas 50 Trilhas do Rio Doce 51 Caminhos dos Rios da Serra do Espinhaço 52 Rota do Muriqui</p>

Fonte: <http://www.turismo.mg.gov.br>

Na concepção do Secretário adjunto de Turismo do Estado de Minas, Robson Napier, em sua fala no 7º Encontro de Presidentes e Gestores dos Circuitos Turísticos Mineiros

(14/05/2008), “Os circuitos turísticos mineiros já estão consolidados como modelo de governança regional no Brasil, referenciado pelo Ministério do Turismo”. (<http://www.turismo.mg.gov.br>)

No Estado de São Paulo, a política de apoio ao turismo também tem como um dos seus enfoques a questão dos “Circuitos Turísticos”, sendo, no entanto, menos específica que a política turística de Minas Gerais, pois não tem formulação política legal e nem conceituação oficial da Secretaria de Esportes, Lazer e Turismo (Selt), dependendo do fomento e cooperação entre municípios e a integração dos roteiros e sua publicidade em feiras do setor e agências de viagens.

As ações de fomento aos Circuitos turísticos paulistas são coordenadas pelas secretarias estaduais de Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento e a de Esporte, Lazer e Turismo-Selt (Coordenadoria de turismo). Mesmo no site da Selt, no portal do governo do Estado de São Paulo, não consta especificamente nenhum programa ou ação específica para Circuitos turísticos, apenas menciona-se no tópico “Destinos e roteiros” a chamada “Rota da Liberdade”, que passa pelos municípios de Tremembé, Taubaté, São Luís do Paraitinga, Lorena e Ubatuba. Os principais Circuitos turísticos paulistas estão discriminados abaixo, identificados no site da Associação paulista de Circuitos turísticos (APCTuris)⁹:

QUADRO 2 – CIRCUITOS TURÍSTICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Aventura e Lazer; Caminho dos Tropeiros; Capital / Caminhos do Mar; Circuito BR (Arte, Aventura e Natureza); Circuito Café com Leite Paulista / Circuito do Nordeste Paulista; Circuito Caminhos do Rio Paraíba; Circuito Chapada Guarani; Circuito da Cultura Caiçara; Circuito das Águas e Nascentes; **Circuito das Águas Paulista**; Circuito das Frutas; Circuito dos Lagos; Circuito Ecoçaipira; Circuito entre Serras e Águas; Circuito Itupararanga; Circuito Mantiqueira; Circuito Sertanejo; Circuito Tietê Vivo; Circuito Vale Histórico; Pólo Cuesta; Rota do Guarani; Roteiro Cultural da Imigração Japonesa; Roteiro dos Bandeirantes

Fonte: <http://www.circuitospaulista.com.br>

⁹ O diretor de Turismo da Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Jundiaí, Renê Tomasetto, comandou, na manhã desta quinta-feira (28/05/09), na Sala Multimeios do Parque Municipal Comendador Antonio Carbonari, a primeira reunião como presidente da Associação Paulista dos Circuitos Turísticos - APCTuris - , uma entidade criada há pouco mais de três anos com o objetivo de agregar todos os circuitos do Estado. Renê, que também é produtor rural e já foi secretário de Agricultura e Abastecimento de Jundiaí, toma posse em substituição a Fernando Bonvino, primeiro presidente da entidade. Com diretores provenientes de diversas cidades que compõem os 17 circuitos sob sua jurisdição, a APCTuris se reúne periodicamente para discutir assuntos inerentes ao turismo dentro de uma forma regionalizada e, segundo Tomasetto, há uma tendência muito grande de interiorização do setor, pois o estado de São Paulo nunca foi visto como destino turístico, mas isso está mudando. “Dos mais de 600 municípios, 370 são turísticos e a tendência é expandir a exploração, de forma a refletir na própria economia das cidades”, comenta o presidente. Na região, especificamente, Tomasetto cita o Circuito das Frutas, que expressa a tendência de expansão do turismo rural. “Com os 17 circuitos já em atividade e com outros 38 em formatação no Estado, já podemos observar um novo olhar para o setor e há indicadores de uma situação cada vez mais favorável”, completou. (<http://www.jundiai.sp.gov.br/PMJSITE>).

Considerando sua a grande variedade setorial, esses Circuitos podem ser agrupados segundo alguns atributos principais:

- a)* Belezas naturais (Montanhas, cachoeiras, trilhas);
- b)* Qualidade das águas e do clima (Estâncias);
- c)* Referenciais históricos e culturais;
- d)* Produção agrícola e industrial típicas;
- e)* Gastronomia.

Além disso, cada um destes Circuitos, com seu atrativo turístico principal, pode formar comitês gestores para elaborar diretrizes gerais que coordenem as ações dos municípios integrantes do Circuito. Isto pode ser feito por meio de variadas estruturas de governança, como as Associações, ONGs, Agências de Desenvolvimento regional, OSCIPs (Organização da Sociedade Civil de Interesse público), não se caracterizando como órgãos fechados aos prefeitos e poderes públicos, pois se abrem à participação de empresários, da comunidade, de instituições de classe, do terceiro setor, de instituições de ensino e das próprias prefeituras.

2.3 – Os Arranjos Produtivos Locais e os Circuitos Turísticos

Os “Circuitos espaciais de produção”, dentre os quais se colocam os Circuitos Turísticos, surgem quando as aglomerações setoriais, os Arranjos produtivos locais, desenvolvem, no espaço geográfico, redes mais ou menos densas de fluxos de matérias-primas, produtos, informações, que se estruturam em uma escala regional. Os “Circuitos Espaciais de produção” podem ser definidos, neste prisma, pelo movimento de trocas e fluxos de bens e serviços entre lugares especializados através da segmentação territorial das etapas do trabalho, em áreas não necessariamente contíguas. Este movimento não é apenas material e envolve também fluxos de informações, ordens, que caracterizam os “círculos de cooperação” como dimensão regulatória de um “circuito produtivo”. (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

Os Arranjos Produtivos Locais (APL) surgiram em um esforço teórico para compreender os modelos de aglomerações produtivas de pequenas empresas e sistemas produtivos territorializados, como os Distritos Industriais italianos (BECATTINI, 1994) e os Clusters industriais (PORTER, 1989), à luz da realidade brasileira. Trata-se também de uma medida de ação governamental de estímulo ao desenvolvimento econômico territorial das localidades, combinando a reativação de economias de aglomeração com o suporte das vocações regionais.

O conceito de APL foi inicialmente sistematizado no Brasil por um grupo de pesquisadores reunidos na REDESIST (Rede de Pesquisa de Sistemas Locais de Produção e Inovação do Instituto de Economia da UFRJ), sendo posteriormente incorporado nas propostas de órgãos como o Sebrae e o BNDES. Esse grupo define os APLs, como:

Aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais – com foco em um conjunto específico de atividades econômicas – que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e interação de empresas – que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultorias e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros, e suas variadas formas de representação e associação. Incluem também diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para a formação e capacitação de recursos humanos (escolas técnicas e universidades), pesquisa, desenvolvimento, engenharia, política, promoção e financiamento. Tais arranjos comumente apresentam fortes vínculos envolvendo atores localizados no mesmo território; por sua vez, as interações referem-se não apenas a empresas atuantes em diversos ramos de atividade e suas diversas formas de representação e associação (particularmente cooperativas), mas também as diversas outras instituições públicas e privadas. (LASTRES; CASSIOLATO, 2003, p. 10-11).

Os APLs adquirem, portanto, um caráter de plataforma de governança por conta dos vínculos cooperativos e inter-organizacionais que estabelecem em torno de um aglomerado setorial específico, que serve de base para construção de convenções e identidades comuns localizadas. Esses aglomerados têm como premissa a proximidade geográfica entre as empresas altamente especializadas, que desenvolvem redes e *linkages* com fornecedores, firmas subcontratadas e instituições de apoio. Neste sentido, o setor e o território atuam como instâncias regulatórias importantes, definindo a governança como uma forma de coordenação do complexo industrial em sua base territorial. Além disso, por estabelecer uma relação entre a base produtiva e o território, o APL adquire também um caráter multidimensional (**tabela 6**).

TABELA 6 – AS DIMENSÕES DOS APLs

Dimensão	Características
1. Econômica	Refere-se aos ganhos propiciados pela economia de aglomeração (economias externas, de escala e escopo).
2. Geográfica	Abrange o território impactado direta ou indiretamente pela dinâmica dos atores públicos e privados do APL.
3. Tecnológica	O nível tecnológico e a capacidade de inovação interferem diretamente na competitividade e na consolidação dos aglomerados produtivos.
4. Ambiental	O contexto ambiental pode impor limitações ao desenvolvimento do APL, sobretudo considerando que o adensamento das atividades produtoras podem potencializar impactos indesejáveis (efluentes, resíduos, desmatamento, etc) ou apresentar vantagens – caso de APLs de base mineral, nos quais a disponibilidade de matérias-primas minerais em condições favoráveis de aproveitamento constitui em importante diferencial competitivo.
5. Institucional	As ações de grupos de indivíduos, formais e informais, e organizações diversas que atuam no território do APL influenciam a dinâmica e a distribuição dos ganhos econômicos e sociais dos APLs.
6. Governança	Diz respeito à capacidade de coordenação ou comando dos agentes que interagem no aglomerado (privados e públicos) no sentido da resolução de problemas comuns, acomodando interesses conflitantes, e que influencia decisivamente no desenvolvimento do APL.
7. Cooperação	As ações cooperadas permitem às micro, pequenas e médias empresas (MPMe) conquistarem níveis de eficiência e produtividade que de maneira isolada não seria atingíveis. Exemplos: intercâmbio sistemático de informações produtivas, tecnológicas e de mercado; realização de programas comuns – treinamento, eventos e feiras; realização de projetos conjuntos – adequação ambiental dos empreendimentos, melhoria de produtos e processos, etc.).

Fonte: IPT, 2005. (http://www.infocentral.com.br/cta/revistas/vol_026/nr_3/6_Finalizad_v11n2a320.pdf).

No âmbito das políticas de desenvolvimento regional no Brasil, este parece ser um dos apelos atuais do governo federal e de alguns Estados e municípios para fortalecimento da coordenação de aglomerados produtivos e para a promoção da competitividade e desenvolvimento econômico dos territórios.

Nos Planos Plurianuais do Governo federal (2004-2007 e 2008-2011), constam os APLs como eixos centrais da política industrial e de desenvolvimento regional. Em agosto de 2004 foi instalado o Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais - GTP APL, por Portaria Interministerial nº 200, de 03/08/2004, envolvendo 23 instituições (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste Finep, entre outros) com o apoio de uma Secretaria Técnica, lotada na estrutura organizacional do MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio exterior), com o objetivo de adotar uma metodologia de apoio integrado a arranjos produtivos locais, com base na articulação de ações governamentais. Essa portaria foi reeditada em 24/10/2005 (com a inclusão de mais instituições), 31/10/2006 e em 24/04/2008. A atividade desse Grupo de Trabalho foi focalizada, inicialmente, em onze APLs pilotos, distribuídos nas cinco regiões do país, com o propósito de testar uma metodologia de atuação integrada (<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna>).

É possível reconhecer a existência de um arranjo produtivo local a partir de um conjunto de variáveis, presentes em graus diferentes de intensidade. Pelo Termo de Referência para Política de Apoio ao Desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais elaborado pelo GTP APL, um APL deve ter a seguinte caracterização: Ter um número significativo de empreendimentos no território e de indivíduos que atuam em torno de uma atividade produtiva predominante; Compartilhar formas percebidas de cooperação e algum mecanismo de governança. Pode incluir pequenas e médias empresas. (<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna>).

Ações em torno de APLs também têm merecido a atenção de outros atores e instituições como o Sebrae (Serviço de Apoio a Micro e Pequena Empresa), BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), Caixa Econômica Federal, FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), entre outros.

Nesse contexto, em 2004, o GTP APL, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, consolidou a identificação dos APLs existentes no País (2004), com a participação de 11 instituições do Grupo de Trabalho, registrando o total de 460 diferentes arranjos produtivos em todo o País. Novo levantamento, desenvolvido em 2005, envolvendo 37 instituições governamentais e não-governamentais, federais e estaduais com atuação nesse tema, identificou 957 arranjos. Em 2007, iniciou-se a atualização do Levantamento Institucional dos APLs no País, com o objetivo de construir um conjunto de dados sociais e econômicos padronizados dos arranjos produtivos locais, a partir das informações encaminhadas pelos 27 Núcleos Estaduais de Apoio aos APLs. O levantamento contempla os seguintes dados: população, IDH, PIB, número de estabelecimentos por porte, número de empregos e volume de produção, desenvolvendo-se em 02 etapas. A primeira abrange os 261 APLs priorizados em todo o país pelos 27 Núcleos Estaduais de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais para o período 2005-2010. Até o final de 2008, concluir-se-á a segunda etapa, que envolverá todos os arranjos produtivos existentes no País (2008). (<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=2&menu=1507&refr=1554>)

TABELA 7 – EXEMPLOS DE ATUAÇÃO EM APLs NO BRASIL

INSTITUIÇÕES	DEFINIÇÃO	PROJETOS EXISTENTES
MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	Um APL deve ter número significativo de empreendimentos no território e de indivíduos que atuam em torno de uma atividade produtiva predominante e que compartilhem formas percebidas de cooperação e algum mecanismo de governança. Pode incluir pequenas, médias e grandes empresas.	Juazeiro/Petrolina (fruticultura irrigada), Araripina (gesso), Brasília (confeccões), Cachoeiro do Itapemirim (rochas ornamentais), Caxias do Sul (metal-mecânico), Franca (calçados masculinos), Jaraguá (confeccões), Nova Friburgo (confeccões moda íntima), Paragominas (móveis), Ubá (móveis) e Apucarana (confeccões bonés)
SEBRAE Nacional – Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas empresas	Os Arranjos Produtivos Locais são redes de empresas que operam em uma determinada área geográfica e colaboram para conseguir maior eficiência e competitividade.	Polo moveleiro em Paragominas - PA, o distrito calçadista de Campina Grande - PB, o pólo de moda íntima em Nova Friburgo – RJ, o polo de confeccões e artesanato de Tobias Barreto – SE, Polo de horticultura do Agreste – AL.
SEBRAE/SP	Arranjos Produtivos Locais são aglomerações de empresas localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa.	Jaú (Calçados femininos), Birigui (calçados infantis), Franca (calçados masculinos), Porto Ferreira (cerâmica), Ibitinga (artigos de cama, mesa e banho), de Tabatinga (confeccões de bicho de pelúcia e enoval), Novo Horizonte (confeccões), Cerquillo/Tietê (confeccão infantil), S.J. do Rio Preto (equipamentos médico-odontológicos), Limeira (folheados), ABC (metal-mecânico, móveis e plásticos), Itatiba e Mirassol (móveis), região de Americana (têxtil e confeccão)
FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo	Uma concentração espacial e setorial de empresas e instituições que se inter-relacionam, dando uma característica dinâmica própria de uma determinada região.	Ibitinga (confeccões), Mirassol (móveis), Limeira (Bijuterias), Vargem Grande do Sul, Tambaú, Tatuí e Itu (Cerâmica Vermelha), e São José do Rio Preto (Jóias).
Secretaria de Desenvolvimento do Estado de São Paulo	Os Arranjos Produtivos Locais (APLs) se caracterizam por ser uma concentração geográfica de um número significativo de empresas, principalmente pequenas e médias, de um mesmo setor ou mesma cadeia produtiva, que mantêm algum vínculo de cooperação entre si e com outros agentes públicos e privados.	Americana (têxtil e confeccões), Birigui (calçados infantis), Cerquillo/Tietê (confeccões), Diadema (cosméticos), Franca (calçados masculinos), Grande ABC (transformados plásticos e metal-mecânico), Holambra (flores), Ibitinga (bordados de cama, mesa e banho), Itu (cerâmica vermelha), Jaú (calçados femininos), Limeira (semi-jóias), Mirassol (móveis), Panorama (cerâmica vermelha), Piracicaba (cadeia do etanol), RM de São Paulo (móveis), Ribeirão Preto (equipamentos médico-odontológicos), Santa Cruz do Rio Pardo (Couro e Calçados), São José do Rio Preto (Jóias de ouro), São José dos Campos (aeroespacial), Tabatinga (artefatos têxteis/pelúcias), Tabatinga, Tatuí e Vargem Grande do Sul (cerâmica vermelha)
Codevasf – Companhia de Desenvolvimento do Vale do Rio São Francisco e Parnaíba	É caracterizada por ter um número significativo de empreendimentos no território e de indivíduos que atuam em torno de uma atividade produtiva predominante, que compartilhem formas percebidas de cooperação e algum mecanismo de governança e podendo incluir pequenas, médias e grandes empresas.	Aquicultura (norte de Minas Gerais, oeste da Bahia, lago de Sobradinho, lago de Itaparica, baixo São Francisco, centro-sul e oeste do Piauí), Apicultura (Norte de Minas, Ibotirama/BA, Araripe/Moxotó/S. Francisco/PE, Juazeiro/BA, Baixo S. Francisco em Sergipe e Alagoas, Piauí), Ovinocaprinocultura (Norte de Minas, oeste da Bahia, microrregião de Juazeiro/BA, Pajeú/S.Francisco/Araripe/PE, Sertão sergipano e alagoano, Piauí), Bovinocultura (Brasilândia) e Fruticultura (pólo Petrolina e Juazeiro).
Sebrae/MG	São aglomerações de empresas localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm algum vínculo de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais tais como governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa.	Macrorregião Sul: TI-Tecnologia da Informação, Malharia Retilínea , Móveis e Laticínios, Macrorregião Leste: Móveis, Suinocultura, Confeccão e Aço Inox, Macrorregião Centro: Calçados, Confeccão, Fogos de Artifício, Rochas Ornamentais, Petróleo e Gás e Fundição, Macrorregião Oeste: Cerâmica, Fruticultura, Confeccão e Aço Inox, Macrorregião Norte: Fruticultura, Cachaça e Gemas e Jóias.
IEL – Instituto Euvaldo Lodi (Sistema FIEP-Federação das Indústrias do Estado do Paraná)	Termo que se usa para definir uma aglomeração de empresas com a mesma especialização produtiva e que se localiza em um mesmo espaço geográfico.	Estado do Paraná: Apucarana (bonés), Araçongas (móveis), Cascavel/Toledo (equipamentos e implementos agrícolas), Campo Mourão (equipamentos médico-odontológicos), Cianorte (confeccões), Curitiba (equip. médico-odontológicos), Imbituva (malhas), Loanda (metais sanitários), Londrina (<i>softwares</i>), Paranavaí (mandioca), Ponta Grossa (móveis de metal), R.M. Norte de Curitiba (cal e calcário), Sudoeste do Paraná (confeccões), Terra Roxa (confeccão infantil), União da Vitória (madeira e esquadrias) Continuação...

Rede Baiana de APLs (Interinstitucional, envolvendo Secretarias estaduais, Fapesb, Sebrae, Desenhahia e IEL)	São caracterizados por uma estreita cooperação entre governo, universidades, órgãos de pesquisas, órgãos de financiamento, centros de treinamento e apoio administrativo, todos em torno das empresas, na busca de resultados concretos que visam a geração de renda, emprego e conseqüentemente à melhoria das condições de vida da população.	Confecções (Salvador), Rochas ornamentais (Ourolândia), Ferramentaria (Região metropolitana de Salvador), Cachaça (Abaíra-Chapada da Diamantina), Flores (Maracás), Plásticos (RMS-Pólo de Camaçari), Sisal (Valente), Cerâmica Estrutural (Alagoinhas)
Redesist (Rede de Pesquisa em Sistemas e Arranjos produtivos e inovativos locais) – Envolve universidades e centros de pesquisa no Brasil- Sede no IE-UFRJ	São aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais, com foco em um conjunto específico de atividades econômicas e que apresentam vínculos de interdependência. Geralmente envolvem a participação e a interação de empresas – que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros – e suas variadas formas de representação e associação. Incluem também, diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos, como escolas técnicas e universidades; pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento.	Acre (Indústrias Florestais-Xapuri), Amazonas (Floricultura-Manaus), Pará (Floricultura e Círio de Nazaré), Maranhão (Turístico-S. Luís), Piauí (Apicultura), Ceará (Pingo d'água, Ovinocaprinocultura, Turismo religioso-Juazeiro do Norte), R. G. do Norte (Têxtil-Natal, Bordados-Caicó), Paraíba (Coureiro-calçadista, confecções e S. João-Campina Grande), Sergipe (Confecções-Tobias Barreto), Bahia (Cacau-Sul baiano, Petróleo e Gás-Recôncavo, Confecções e TI), Goiás (Confecções-Jaraguá, Turismo-Pirenópolis), Mato Grosso do Sul (Mandioca-Sul, Turismo-Bonito/Bodoquena), Minas Gerais (Automotivo/Fiat-Betim, Redes de inovação-Grande BH, Calçadista-Nova Serrana, Moveleiro-Ubá), Espírito Santo (Siderurgia, Madeira, Metal-mecânico e Rochas ornamentais), Rio de Janeiro (Têxtil-confecções, Softwares, Música-Conservatória, Rochas ornamentais), São Paulo (Móveis, Aeronáutico-S.J. dos Campos, Base tecnológica-S. Carlos, Telecomunicações-Campinas) Paraná (Soja, Inovação), Santa Catarina (Têxtil/vestuário-Vale do Itajaí, Softwares-Joinville, Turismo-Florianópolis, Cerâmica-Criciúma) e Rio Grande do Sul (Vinho, Fumageiro, Moveleiro-Serras Gaúchas, Máquinas e implementos agrícolas).

Organização: Elaborado pelo autor (fontes diversas)

O Sebrae, por exemplo, identificou vários APLs potenciais e consolidados, configurando um verdadeiro “mosaico de regiões” produtivas imersas na economia nacional. Esses aglomerados estão associados a uma gama de setores de atividades diversificadas, destacando, dentro outros: o têxtil (bordados, cama-mesa-banho, malhas, etc.), a cerâmica (vermelha e de revestimento), o coureiro-calçadista (infantis, esportivos, masculino e feminino).

Em termos práticos, há o projeto resultante da parceria entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Promos (Agência de Promoção de Negócios da Câmara de Comércio de Milão) e o Sebrae para instalação de quatro APLs em municípios brasileiros: o polo moveleiro em Paragominas, no Pará; o distrito calçadista de Campina Grande, na Paraíba; o polo de moda íntima em Nova Friburgo, no Rio; e o polo de confecções e artesanato em Tobias Barreto, em Sergipe. “O prazo de implantação é de três anos e o projeto vai custar US\$ 5,8 milhões, sendo US\$ 3,4 milhões do Sebrae, US\$ 2 milhões do BID e US\$ 400 mil da Promos”. (<http://www.comunidade.sebrae.com.br/promos/>).

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) também tem realizado parcerias com Secretarias estaduais para investimentos em APLs. No Rio de Janeiro, em ação conjunta com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços do Estado,

foram liberados US\$ 6 milhões para os APLs de moda-praia de Cabo Frio e de móveis da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. (<http://www.imprensa.rj.gov.br>). No Paraná, em articulação com a Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Ensino superior, o Banco fez um empréstimo de US\$ 10 milhões para o desenvolvimento de APLs no Estado. (<http://www.redeaplmineral.org.br/noticias>).

Em São Paulo, através da ação com a Secretaria de Desenvolvimento, o Banco investirá cerca de US\$ 20 milhões em quinze APLs-piloto no Estado¹⁰. Além disso, o Estado possui hoje um Programa Estadual de Fomento aos APLs do Estado, instituído pelo governador do Estado através de Decreto lei de Sete de Agosto de 2009. Este programa autoriza o estabelecimento a realizar convênios com municípios do Estado almejando, além da transferência de recursos para o incremento de cadeias produtivas, a descentralização do desenvolvimento produtivo, o aumento da competitividade de micro, pequenas e médias empresas, o empreendedorismo e cooperação entre o setor produtivo, entidades de classe e de apoio, órgãos da Administração Pública, universidades, institutos de pesquisa/desenvolvimento/inação e centros de educação tecnológica.

Na Bahia, através do projeto PROGREDIR se prevê investimentos em APLs na ordem de US\$ 16,6 milhões, com 60% desses recursos oriundos de empréstimos do BID.

Em alguns casos, existem APLs que participam de mais de um projeto, possuindo atuação institucional mais intensa. Este é o caso de arranjo de calçados masculinos de Franca, que participa de projetos simultâneos do Ministério do Desenvolvimento, Secretaria de Desenvolvimento do Estado de São Paulo, Sebrae/São Paulo e Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Na indústria de confecções e segmentos da indústria têxtil, por exemplo, torna-se bastante proeminente a configuração de Arranjos potenciais e consolidados, em decorrência do caráter flexível da estrutura produtiva, combinando estabelecimentos de pequeno porte e a forte demanda por trabalho subcontratado em domicílio. Estes pontos determinam a formação de redes entre as firmas, e destas com instituições locais ofertantes de serviços variados, fortalecendo o vínculo territorial e a concentração geográfica do sistema produtivo como um todo (SELINGARDI-SAMPAIO; PINHEIRO, 1994).

¹⁰ Neste convênio serão contemplados os APL dos setores de: Calçados (Jaú, Franca e Birigui); Construção Civil (Itu, Tatuí, Tambaú e Vargem Grande do Sul); Móveis (Região Metropolitana e Noroeste Paulista); Confecção (Cerquillo, Tietê, Americana e Ibitinga); Plástico (Região do ABC); Alcool (APLA de Piracicaba); e Médico Odontológico (Ribeirão Preto). (http://www.planodenegocios.com.br/dinamica_novanoticia)

Conclui-se, portanto, que existem APLs em diferentes estágios de coordenação produtiva e institucional, refletindo cada qual com o nível econômico e tecnológico adequado ao seu contexto regional e setorial. Santos; Diniz e Barbosa (2006) estabeleceram uma classificação para os APLs situados em ambientes periféricos, construindo um modelo analítico que caracteriza situação de aglomeração, arranjo potencial e, em perfil mais restrito, a noção de Arranjo produtivo local (**tabela 8**).

TABELA 8 - AS VANTAGENS COMPETITIVAS LOCACIONAIS EM AGLOMERAÇÕES E ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

FORMATOS EMPÍRICOS DE APLS	VANTAGENS COMPETITIVAS DE APLS
<ul style="list-style-type: none"> - <i>aglomeração setorial</i> de tamanho relativamente grande, com importante presença de médias ou pequenas empresas; - <i>aglomerado de subunidades de criação ou firmas</i> com enfoque criativo de forma geral ou que exercem atividades de P&D; - <i>aglomerado de firmas ou subunidades que necessitam da proximidade cliente-fornecedor</i> para facilitar o desenvolvimento conjunto, a troca de conhecimentos ou a readequação de condições de fornecimento; - <i>aglomerado de empresas que se beneficiam da imagem mercadológica regional</i>; - <i>cooperação institucionalizada com forte apoio de entidades governamentais</i>, que oferecem serviços complementares importantes ou capazes de induzir a reação do APL a ameaças ou oportunidades. 	<ul style="list-style-type: none"> - <i>custos de transporte/armazenagem</i>, fiscais, alfandegários; - <i>custos de acesso</i> a insumos básicos; - <i>conhecimento tácito</i> estando ligado principalmente a atividades criativas ou artesanais e podendo estar associado a informações sobre gestão/comercialização, conhecimento de empresas concorrentes ou não e proximidade cognitiva com clientes; - <i>acesso facilitado a ativos, serviços ou bens públicos complementares</i> importantes para as empresas locais; - <i>a localização é fundamental à imagem mercadológica</i> das empresas do setor; - <i>a cooperação multilateral é importante</i> para a capacidade de reação coletiva a ameaças e oportunidades graças ao planejamento e à atuação da <i>cooperação institucionalizada</i>

Fonte: adaptado de Santos; Diniz; Barbosa (2006, p. 37-38).

Na consideração de Santos, et al. (2006), um APL seria caracterizado pelas seguintes condições: concentração espacial de produção de bem ou serviço exportável para outra região; a localização como fonte de vantagem competitiva para firmas e subunidades de firmas; vantagens competitivas locais que atraem outras empresas, com efeitos em setores e cadeias específicas; vantagens que não se resumem a custos especiais (transportes, fiscais, alfandegários, acesso a insumos, etc.), mas que se realimentam com o crescimento do arranjo; conhecimento tácito (atividades criativas ou artesanais); acesso facilitado a ativos e serviços ou bens públicos complementares; imagem mercadológica ligada ao local e cooperação multilateral institucionalizada.

Faz-se necessária a consideração de que o debate sobre APL e o uso dessa ferramenta como estratégia para organização de políticas públicas de desenvolvimento não é unanimidade no pensamento acadêmico. Alguns autores, como Brandão; Costa et al. (2006) criticam a aposta excessiva em modelos de desenvolvimento territorial como Distritos Industriais e Arranjos Produtivos Locais, pois concebem neles: *a*) apologia ao “localismo” e ao desenvolvimento endógeno para desenvolver regiões periféricas, deixando de lado a relação supralocal das redes econômicas globais; *b*) fragilidade institucional de modelos de arranjos de micro e pequenos negócios, subordinados aos outros níveis político-administrativos (Estadual, Federal); *c*) associação dos interesses privados e empresariais (competitividade) com o interesse público, sobretudo em regiões com alta especialização produtiva.

Fugindo aos extremos, devemos considerar os APLs, primeiramente, como expressões da realidade sócio-econômica que se manifestam no território brasileiro por meio de aglomerações regionais de pequenos empreendimentos setoriais que geram empregos e devem ser incentivadas pelo poder público. Os APLs também não excluem outros formatos de políticas de desenvolvimento, aparecendo em alguns contextos como estratégias complementares, em outros podem ser as estratégias centrais. Além disso, formatos de Arranjos e Distritos necessitam de políticas não somente locais ou municipais, mas também do apoio estadual e nacional, já que muitos instrumentos administrativos, financeiros e institucionais não são regulados no local.

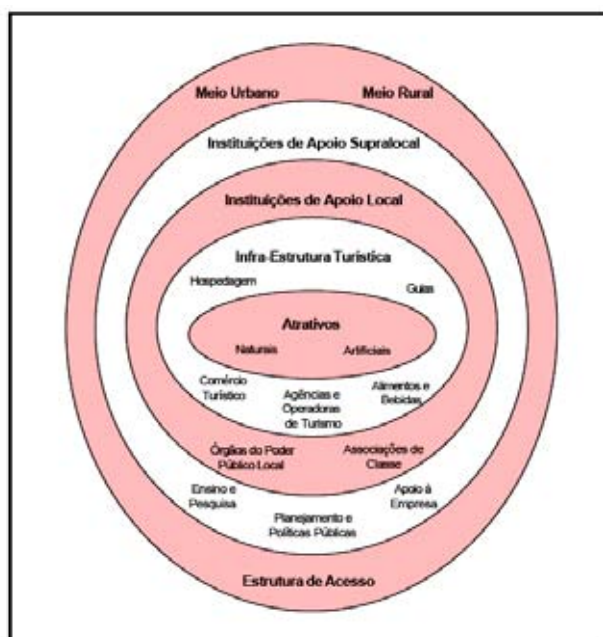
Por isso, é cada vez mais comum no Brasil a aposta em redes de instituições para apoiar APLs, em estratégias articuladas em diversos níveis escalares e que fazem dialogar os diversos Arranjos de um mesmo Estado, trocando experiências em termos de cooperação, capacitação, inovação, etc. O fundamento básico dos incentivos às APLs e outros modelos organizacionais é que significativa parcela das micro e pequenas empresas brasileiras operam

na informalidade ou com métodos produtivos e organizacionais defasados, sendo necessário reverter esse quadro com estratégias que garantam o apoio técnico e institucional necessário para que concentrações industriais de pequenos estabelecimentos se tornem competitivas, visto que é nesse segmento que é gerada significativa parte dos postos de trabalho no país.

No setor turístico, segundo constataram Mamberti; Braga (2004), em metodologia teórica, o conceito de Arranjo Produtivo Local pode ser aplicado a este setor e atividade específica a partir de algumas reformulações e adaptações, considerando o enfoque sistêmico como o mais apropriado para caracterizar de forma integrada a cadeia produtiva turística, com suas relações inter-setoriais e o desenvolvimento de políticas de planejamento turístico.

Segundo metodologia de Barbosa; Zaniboni (2000), a descrição de um arranjo produtivo de turismo pode ser feita a partir de uma representação com cinco anéis concêntricos que identificam a posição ocupada por cada um dos atores locais e as relações que estabelecem entre si:

FIGURA 5 – ATIVIDADES DIRETA E INDIRETAMENTE ENVOLVIDAS COM O ARRANJO PRODUTIVO TURÍSTICO



Fonte: Barbosa; Zamboni, 2000.

O epicentro é formado pelos atrativos (naturais ou artificiais) da localidade; o segundo anel abrange a infraestrutura turística (hotéis, agências de turismo, guias, bares e restaurantes, meios de transporte, comércio voltado para o turismo); o terceiro anel agrega os atores sociais ligados direta e permanentemente à atividade turística (órgãos do poder público local, associações de classe); o quarto anel é constituído pelos órgãos de apoio com atuação

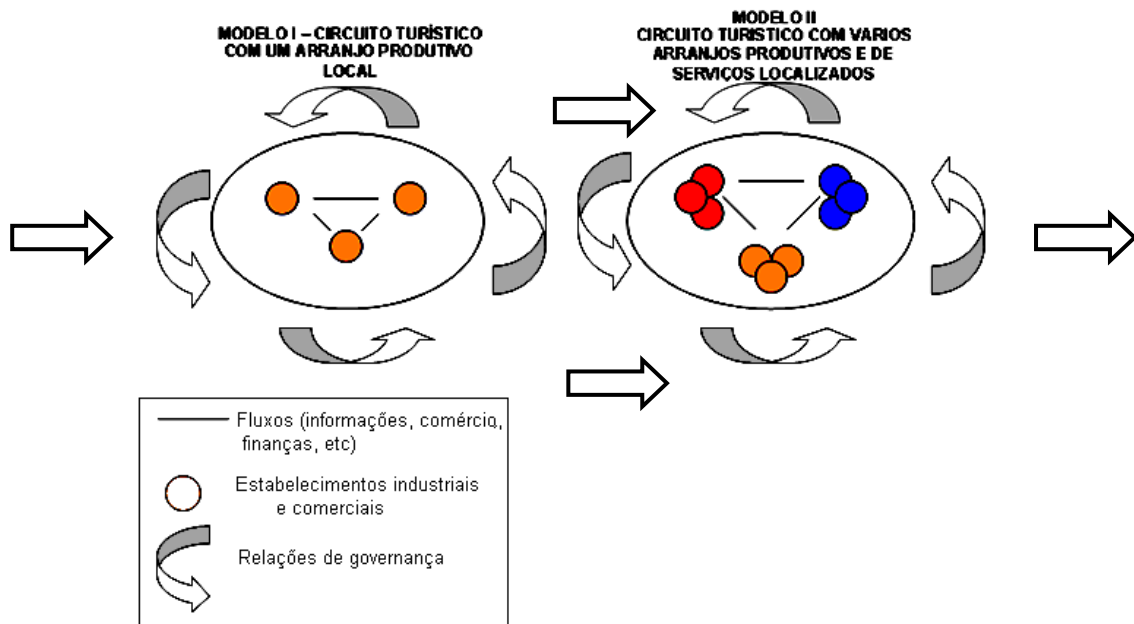
supralocal (órgãos públicos federais e estaduais que atuam na área de turismo, organizações paraestatais voltadas para a capacitação empresarial e a qualificação de trabalhadores, instituições de ensino e pesquisa, ONGs relacionadas com o turismo); o último anel constitui o pano de fundo sobre o qual se desenvolve o turismo, englobando todo o meio urbano, o meio rural e a estrutura de acesso. (MAMBERTI; BRAGA, 2004).

Pode-se falar, inclusive, não somente de Arranjos de produtivos localizados, mas também de Arranjos de serviços locais. Varas (2006) faz uma indagação sobre a existência de formas análogas aos distritos industriais da Terceira Itália, mas, cuja orientação final não esteja relacionada à produção de bens e sim, à produção de serviços de tipo turístico. Faz-se, portanto, um paralelo da produção territorial de bens à produção de serviços no contexto de mudanças globais na indústria do turismo, privilegiando a qualidade dos serviços oferecidos e a flexibilidade no atendimento ao consumidor. O autor traz a análise de um aglomerado turístico localizado em uma província da região da Emília Romana, chamada de Rimini.

Nesse sentido, Varas (2006) constata a existência de externalidades econômicas, serviços típicos associados à cultura local e redes de relações interinstitucionais entre atores locais que possibilitam a análise da atividade turística nos termos de aglomerações locais, tanto na forma de distritos quanto na forma de APLs.

Vislumbrando os variados formatos da organização territorial da atividade turística, tentamos situar os APLs produtivos também como recursos específicos presentes em Circuitos turísticos. Considerando que é forma cada vez mais usual a oferta de atrativos turísticos em circuitos regionais, e não somente apenas em um município isoladamente, propomos a constituição de um modelo baseado em Circuitos turísticos dotados de Arranjos produtivos, conciliando assim a perspectiva mais fluida da atividade turística e seus fluxos que extravasam territórios, com a dinâmica mais enraizada e localizada dos Arranjos. Configura-se a ideia de um modelo territorial de Circuitos de Arranjos, com relações de fluxos de informação, trocas comerciais e financeiras entre agrupamentos de estabelecimentos comerciais e industriais, no contexto de uma estrutura de regulação e governança maior, compreendida no âmbito regional do Circuito.

FIGURA 6 – MODELOS ESPACIAIS DE CIRCUITOS TURÍSTICOS DOTADOS DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS



Fonte: Elaborado pelo autor

2.4 – Conclusão parcial

Nesta análise comprovou-se que tanto os Arranjos produtivos locais quanto os Circuitos turísticos apresentam três elementos essenciais:

- a)* Podem ser complementares tanto do ponto de vista territorial quanto do ponto organizacional, coexistindo e se auto-reforçando;
- b)* Apresentam um nível mínimo de institucionalização e formalização e têm políticas específicas prescritas no âmbito de órgãos federais e estaduais de gestão e planejamento;
- c)* Dependem, para sua efetivação, da densidade institucional existente em determinados territórios locais e regionais, do nível de articulação dos atores locais cooperando em projetos de desenvolvimento, tanto nos APLs quanto nos Circuitos turísticos, e da capacidade competitiva das cadeias produtivas e dos produtos associados aos contextos territoriais onde se projetam as estruturas de governança potenciais anteriormente mencionadas.

CAPÍTULO 3

EXEMPLOS DE GOVERNANÇA TERRITORIAL NO BRASIL: O CIRCUITO DAS ÁGUAS DE SÃO PAULO E O CIRCUITO DAS MALHAS DO SUL DE MINAS GERAIS

3.1 – Introdução

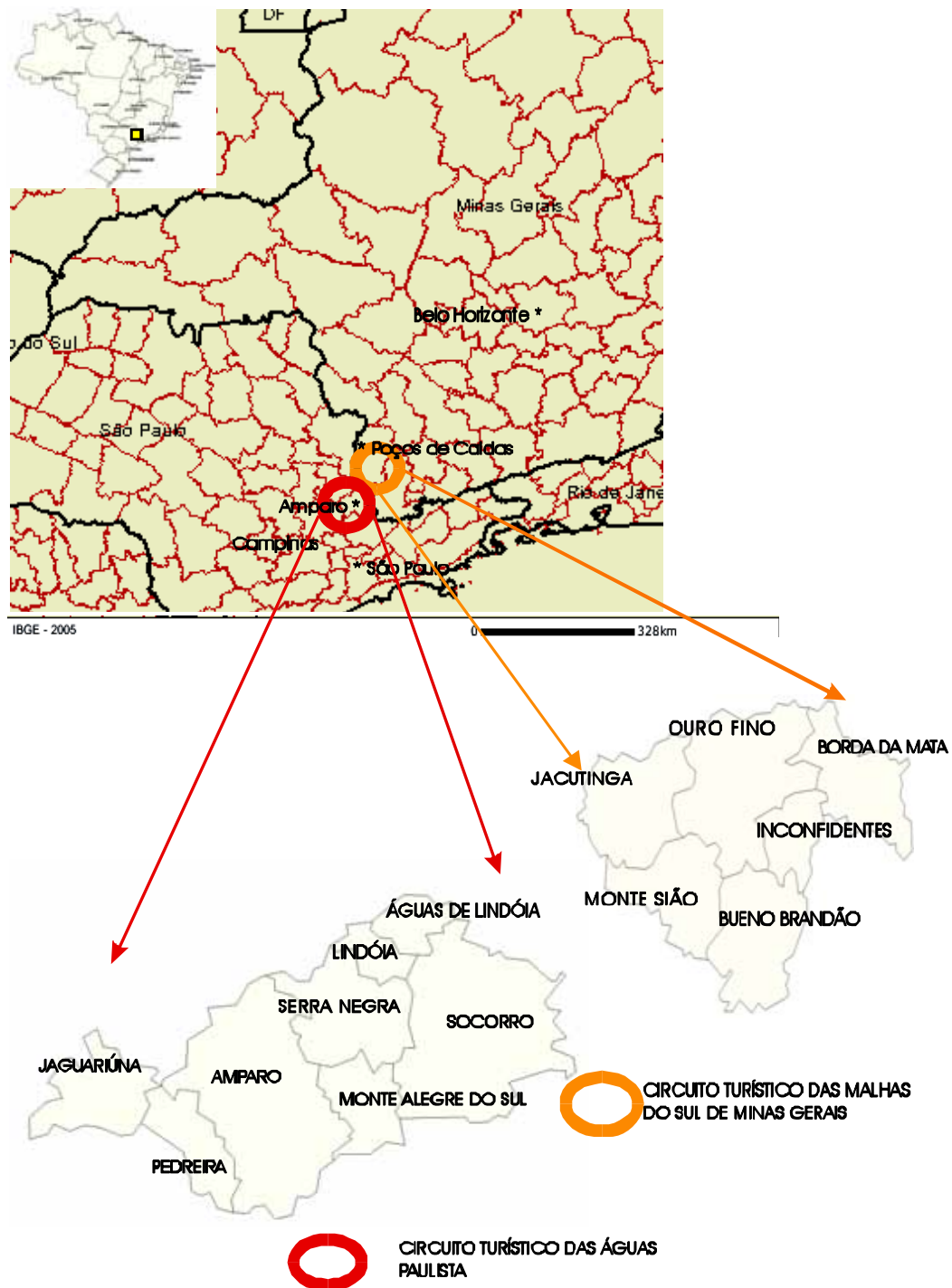
O objetivo principal dessa seção do trabalho é efetuar um estudo comparativo dos mecanismos de governança de dois Circuitos turísticos próximos geograficamente: o Circuito das Malhas do Sul de Minas Gerais e o Circuito das Águas Paulista. Trata-se de Circuitos turísticos vizinhos, ligados por rodovias estaduais e com interdependência econômica, mas cuja configuração jurídica reporta a Estados diferentes, visto que a definição de Circuitos está associada às políticas estaduais de turismo, dentro do estímulo federal à regionalização do turismo.

O conceito de “governança”, aplicado aos contextos sócio-produtivos do “Circuito das Malhas do Sul de Minas Gerais” e do “Circuito das Águas Paulista”, traz a possibilidade de se identificarem os principais atores que atuam e exercem influência nas dinâmicas econômico-territoriais locais e cujas sinergias e vínculos permitem a construção de instituições e organizações, algumas delas formalizadas e sedimentadas, como as Associações comerciais e Poder público local (Prefeituras), e outras ainda em estágio latente, baseadas em acordos e convenções tácitas.

Concordamos então com Markusen (2002, p. 58), quando concebe os atores enquanto elementos essenciais no processo decisório no âmbito da geografia econômica, sendo definidos como:

(...) instituições que funcionam como agentes decisórios, empreendedores que definem estabelecer ou criar firmas em determinados locais, trabalhadores que tomam a decisão de migrar, incluindo também entidades de caráter não lucrativo, cooperativas, grupos comunitários, associações profissionais, organizações religiosas, sindicatos trabalhistas e, acima de tudo, o Estado.

FIGURA 7 - MAPA DA REGIÃO DO “CIRCUITO DAS ÁGUAS PAULISTA” E “CIRCUITO DAS MALHAS DO SUL DE MINAS GERAIS”

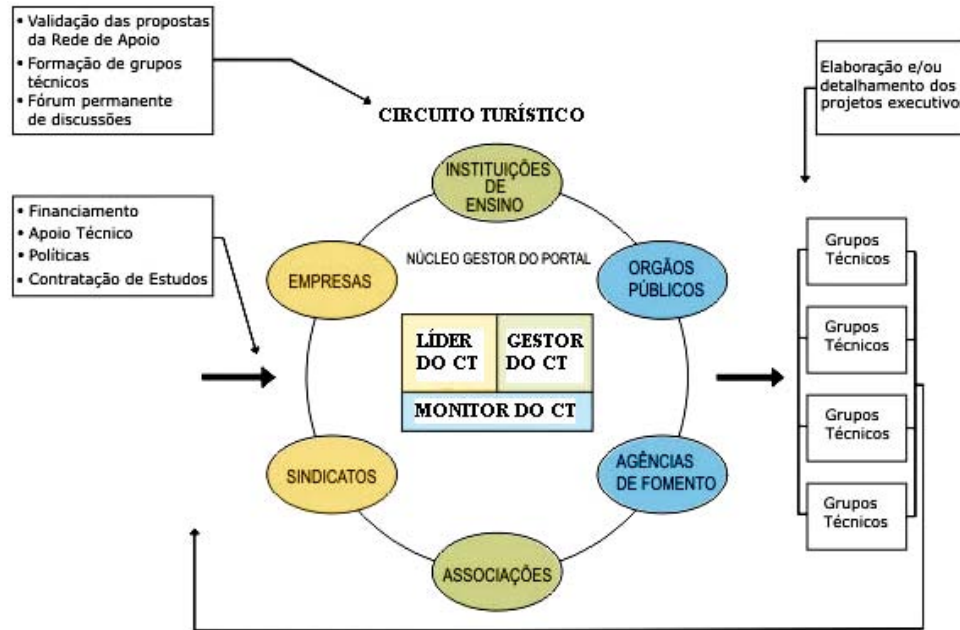


Fontes: Atlas-IDH, 2004 e IBGE-Servidor de Mapas.

Seguimos, portanto, o seguinte trajeto metodológico. Em um primeiro momento, efetuamos a análise das instituições e organizações associadas aos contextos de governança territorial dos Circuitos turísticos, destacando os compromissos e acordos formais e não-formalizados (tácitos) que visam coordenar os atores locais e seus interesses a fim de

propiciar o funcionamento do contexto sócio-político e econômico específicos. Deve-se destacar que na articulação de arranjos produtivos locais em Circuitos turísticos atuam instituições que delineiam o sentido do desenvolvimento territorial local (**figura 8**).

FIGURA 8 – MODELO DE GOVERNANÇA EM CIRCUITOS E ARRANJOS LOCALIZADOS



Fonte: Elaborado pelo autor com base no modelo de governança utilizado pela Rede de Apoio aos APLs do Estado da Bahia (http://internotes.fieb.org.br/rede_apl/rede%20baiana%20de%20apl.htm).

Em um segundo momento, nos apropriamos da metodologia proposta por Colletis, Gilly, et. alii (1999, p. 28-29) (**tabela 9**) para análise da governança territorial em aglomerações produtivas localizadas e transplantamos esse quadro teórico para a análise do conjunto de municípios inseridos nos Circuitos turístico, em função do caráter público ou privado de sua governança e dos objetivos atribuídos e os modos de apropriação pelos atores dos recursos territoriais assim produzidos .

TABELA 9 – TIPOS DE GOVERNANÇA DOS ARRANJOS E CIRCUITOS PRODUTIVOS LOCAIS

CARÁTER	CARACTERÍSTICAS DA GOVERNANÇA
1 – GOVERNANÇA PRIVADA	São os atores privados dominantes que impulsionam e pilotam dispositivos de coordenação e criação de recursos de acordo com um objetivo de apropriação privada. A firma aparece como motor do sistema (por exemplo, o estabelecimento de um grande grupo, que estrutura o espaço produtivo local).
2 – GOVERNANÇA PRIVADA-COLETIVA	O ator chave é uma instituição formal que agrupa operadores privados e impulsiona a coordenação das suas estratégias. Encontram-se neste caso as Câmaras de Comércio, os sindicatos profissionais e qualquer forma de clube que agrupe operadores privados.
3 – GOVERNANÇA PÚBLICA	As instituições públicas têm modos de gestão dos recursos que diferem da apropriação privada, nomeadamente através da produção de bens ou de serviços coletivos, que por definição são utilizáveis por todos os atores, sem rivalidade nem exclusão de uso. São de maneira essencial, o Estado, as autarquias e todas as formas de inter-coletividades, inclusive os centros de investigação pública.
4 – GOVERNANÇA MISTA	São raras as situações puras; encontra-se geralmente uma associação destas diferentes formas, mas com uma dominante, o que permite caracterizar cada território como um caso específico que entra numa categoria geral (antes público ou privado) com uma dosagem específica e variável.

Fonte: Colletis; Gilly, et. alii (1999).

Tal metodologia pode ser ampliada para a análise da rede intermunicipal que compõe os Circuitos e, deste modo, adotamos a terminologia proposta por Storper; Harrison (1994, p. 176-177) para a análise das estruturas de governança em “sistemas produtivos industriais”, com ênfase no grau de flexibilidade e hierarquia das mesmas (**tabela 10**). Além de sua abordagem usual, serve também como instrumento de análise da posição dos municípios na governança das cadeias produtivas dos “Arranjos Produtivos” localizados em Circuitos turísticos.

Para isso, faz-se relevante avaliar, por meio dos seguintes fatores - número de estabelecimentos industriais e de serviços, número de habitantes, Produto Interno Bruto, renda per capita, número de associações e sindicatos, infraestrutura turística, etc. – a dimensão e preponderância, dentro da estrutura de governança do Circuito, de determinado município. Trata-se, então, de uma análise não apenas da governança dentro do sistema produtivo regional, mas também da governança dentro da estrutura político-administrativa inerente ao sistema produtivo regional.

TABELA 10 – MODALIDADES DE GOVERNANÇA DAS REDES POLÍTICO-ADMINISTRATIVAS PORTADORAS DE CIRCUITOS ESPACIAIS

ESTRUTURA HIERÁRQUICA	CARACTERÍSTICAS DA GOVERNANÇA
1 – ANEL SEM NÚCLEO	Ausência de município líder permanente, com direção compartilhada (de acordo com projetos). Ausência de hierarquia.
2 – ANEL-NÚCLEO COM MUNICÍPIO(S) ECONOMICAMENTE PREPONDERANTE (S)	O(s) município(s) economicamente mais forte(s) ocupa(m) posição dominante; é (são) o(s) agente(s) motor(es) da cadeia produtiva regional, mas não pode(m) sobreviver sozinho(s), nem condicionar a existência de outros municípios produtores no sistema. Existe certa hierarquia.
3 – ANEL NÚCLEO COM MUNICÍPIO LÍDER	O município líder é largamente independente dos outros municípios produtores vizinhos, o que lhe dá a possibilidade de determinar, pelo menos parcialmente, a sua periferia; por conseguinte, o seu arcabouço de empresas condiciona a existência das empresas dos seus vizinhos. Poder assimétrico hierarquizado.
4 – NÚCLEO SEM ANEL	A cadeia produtiva está internalizada em apenas um único município motor da cadeia.

Fonte: Adaptado pelo autor com base em Storper; Harrison (1994).

Em suma, as três partes que compõe a metodologia podem ser assim resumidas: primeiro, a identificação do arcabouço organizacional e institucional associado ao contexto territorial local; segundo, o diagnóstico do caráter horizontal ou vertical das relações sócio-institucionais nas estruturas de governança interna dos sistemas produtivos; terceiro, análise da natureza da governança na rede de municípios dos Circuitos turísticos.

Esses momentos, incorporados à noção de “governança territorial”, requerem uma concepção de *territorialização* dos processos econômicos, que Storper (1993, p. 16-17) resume sob a forma de três eixos centrais, sendo o último o assunto central do presente trabalho:

- As economias locais externas ou de aglomeração;
- O conhecimento especializado alcançado em aprendizado tecnológico por organização de agentes em contexto de interdependências organizacionais e;
- As estruturas institucionais e ações base da coordenação econômica de um lugar.

A metodologia de pesquisa também se baseia na análise e tabulação de dados secundários, oriundos da Relação Anual de Indicadores Sociais (Rais), sobretudo de 2005, do último Censo (2000) e Contagem da população e Pesquisa de Informações básicas municipais, do IBGE, e do Atlas do IDH (Pnud). Além disso, foram realizadas entrevistas (**Anexo 1**) com moradores das cidades que compõem os Circuitos turísticos, duas por município, totalizando dezesseis entrevistados no Circuito das Águas paulista e doze no Circuito das malhas mineiro. Foram também entrevistadas autoridades públicas de

instituições dos Circuitos (**Anexo 2**), como foi o caso da atual gestora do Circuito das malhas. Foram também entrevistados cinco empresários dos dois Circuitos, em atividades diversas (hotelaria, malhas, comércio varejista, supermercado e cerâmica) (**Anexo 3**). A organização e a análise desses dados nos conferem o capítulo 3 do presente trabalho.

3.2 – O Circuito das Águas Paulista

O Circuito das Águas Paulista é composto por um conjunto de municípios (Águas de Lindóia, Amparo, Jaguariúna, Lindóia, Monte Alegre do Sul, Pedreira, Serra Negra e Socorro) localizados na região leste do Estado de São Paulo, próximos à fronteira sul com o Estado de Minas Gerais e também próximos do eixo Campinas-São Paulo, grande mancha urbana responsável individualmente por maior parte da renda e do consumo do país. Jaguariúna, o município mais a oeste do Circuito, está localizado a 130 quilômetros de São Paulo, capital, e a menos de 15 quilômetros de Campinas. Todos os municípios que compõem o Circuito das Águas estão localizados na mesorregião de Campinas, sendo que somente o município de Jaguariúna não faz parte da microrregião de Amparo, compondo a microrregião de Campinas.

Dentre os elementos que unificam o Circuito em termos turísticos e naturais, destacam-se a localização dos municípios nos vales e montanhas da Serra da Mantiqueira (Domínio do Planalto cristalino de Mares de morros), o clima ameno (tropical de altitude) que atrai o turismo de inverno, os rios e bacias hidrográficas que cortam a região (Rio Moji-Guaçu, rio do Peixe, rio Jaguari), e suas fontes de água com propriedades medicinais, favorecendo a exploração do turismo hidroterápico em Estâncias hidrominerais (Águas de Lindóia, Amparo, Lindóia, Monte Alegre do Sul, Socorro).

Além disso, o Circuito é cortado por áreas com vegetação preservada (áreas de proteção ambiental e áreas de reconhecido valor paisagístico), com cachoeiras e corredeiras, e mantêm determinados atributos históricos e econômicos que permitem ao viajante explorar as várias vertentes do turismo, desde o turismo de compras, turismo de aventura, turismo histórico, turismo rural, gastronomia, etc.

A região conta também com uma das melhores infraestruturas hoteleiras e de turismo do Estado, destacando os municípios de Águas de Lindóia e Serra Negra, que oferecem opções de lazer diversificadas dentro dos hotéis, hotéis-fazenda, spas, etc. Segundo dados do Sebrae/SP (<http://www.hoteliernews.com.br>), em pesquisa com as prefeituras do Circuito, a região possui dezessete mil leitos de hospedagem e 1,3 mil micro e pequenas empresas diretamente ligadas ao setor receptivo, entre hotéis, pousadas, albergues, agências de turismo,

bares, restaurantes e lanchonetes. No ano de 2007, cerca de um milhão de turistas visitaram as cidades que integram o Circuito (<http://www.oserrano.com.br>).

FIGURA 9 – MAPA DA REGIÃO DO CIRCUITO DAS ÁGUAS PAULISTA COM A MALHA RODOVIÁRIA



Fonte: <http://maps.google.com.br> Escala: 1:150.000

FIGURA 10 – LOGOTIPO OFICIAL DO CIRCUITO DAS ÁGUAS



Fonte: <http://www.circuitodasaguaspaulista.com>

Além dos aspectos que caracterizam a unidade paisagística do Circuito, identifica-se também uma clara divisão do trabalho interna ao conglomerado de municípios (divisão intrarregional do trabalho), destacando as diferenças quanto às atividades econômicas desenvolvidas por cada cidade e seus produtos totais e relativos. Antes da entrada de

Jaguariúna e Pedreira no Circuito, definia-se mais claramente a identidade econômica regional, orientada para os setores do turismo, indústria e comércio de malhas e engarrafamento de água. Certa exceção feita a Amparo, que já possuía a época parque industrial e estrutura de serviços mais desenvolvida.

Após 2004, com a oficialização do Consórcio intermunicipal do Circuito das Águas, composto por oito municípios, esse agrupamento regional se torna mais heterogêneo, recebendo municípios, como Jaguariúna, com forte vocação industrial e conectados a eixos viários altamente industrializados. Jaguariúna faz parte da Região metropolitana de Campinas.

Neste sentido, tornam-se mais nítidas as disparidades econômicas e demográficas regionais. Jaguariúna, por exemplo, é um município com população relativamente modesta, apenas 40.066 habitantes, mas apresenta renda anual superior a três bilhões de reais, graças à arrecadação obtida com a operação de grandes empresas, algumas de natureza multinacional ou transnacional, como a Inbev (ramo de bebidas, antiga Antarctica), belgo-brasileira, e a Motorola (ramo de telecomunicações), norte-americana. Já Lindóia, comparativamente, é um pequeno município com apenas 5.924 habitantes e detentor de uma renda anual de pouco mais de cinquenta e três milhões de reais, ou seja, possui renda correspondente a apenas 1,7% do produto de Jaguariúna. (**Tabela 11**).

TABELA 11 - DADOS GERAIS DO CIRCUITO TURÍSTICO DAS ÁGUAS

CIRCUITO DAS ÁGUAS PAULISTA	ATIVIDADES ECONÔMICAS PRINCIPAIS	RENDA ANUAL BRUTA (em preços correntes) E PER CAPITA (R\$) – 2005	POPULAÇÃO TOTAL E URBANA RELATIVA % (em hab.) – 2008-2000	IDH (2000), ÍNDICE GINI E DE POBREZA (2003)
<i>Águas de Lindóia</i>	<i>Turismo hoteleiro; indústria e comércio de malhas; artesanato</i>	120.173.000 – 6.404	16.335/95,5	0,807 - 0,39 – 16,18%
<i>Amparo</i>	<i>Indústria de confecções de vestuário, produtos de limpeza, alimentos; turismo histórico; serviços; agricultura</i>	1.145.173.000 – 17.244	65.466 /71,7	0,806 - 0,40 – 11,09%
<i>Jaguariúna</i>	<i>Indústria de bebidas; informática; medicamentos; metalurgia; autopeças; serviços; turismo rural e histórico</i>	3.045.284.000- 89.596	40.066/87,2	0,829 - 0,40 – 14,09%
<i>Lindóia</i>	<i>Engarrafamento de água mineral; indústria de malhas; turismo rural</i>	53.595.000 – 8.699	5.924 /88,4	0,820 - 0,39 – 18,35%
<i>Monte Alegre do Sul</i>	<i>Indústria de transformação; produção de cachaça; turismo rural e ecoturismo; artesanato, agricultura</i>	61.735.000 – 8.981	7.371/51,9	0,812 - 0,44 – 15,12%
<i>Pedreira</i>	<i>Indústria de porcelanas e resinas plásticas; turismo rural; artesanato</i>	411.664.000 – 10.354	40.269/97,5	0,810 - 0,39 – 17,26%
<i>Serra Negra</i>	<i>Comércio de vestuário , malhas e acessórios de couro; turismo hoteleiro e rural</i>	211.835.000 - 6.484	25.741/86,4	0,817 - 0,41 – 14,05%
<i>Socorro</i>	<i>Indústria e comércio de malhas indústria de bebidas; turismo de lazer e ecoturismo; artesanato</i>	244.360.000 – 7.204	34.312/64,1	0,812 - 0,40 – 12,77%

Fonte: IBGE (Censo-2000 e PIB – 2005) e sites variados **Organização:** Elaborado pelo autor

Observa-se da tabela acima que o Circuito das Águas contempla uma base econômica heterogênea, conciliando a exploração do turismo, em variadas modalidades, com a atividade industrial de transformação (bebidas, informática, metalurgia, vestuário e malhas, porcelanas), a exploração mineral (engarrafamento de água), produção artesanal (cachaça) e a agricultura (café e cana). Nesse sentido, vislumbra-se a formação de vários aglomerados produtivos dentro do Circuito. Quanto ao Produto Interno somado dos municípios do Circuito, seu valor corresponde a apenas 0,72% do PIB do Estado de São Paulo, destacando os casos de Jaguariúna e Amparo com PIB e PIB per capita significativos, considerando que o PIB per capita médio do Estado de São Paulo é de 17.977 (2005). Jaguariúna possui o 6°. Maior PIB da Região metropolitana de Campinas e o 95°. do Brasil.

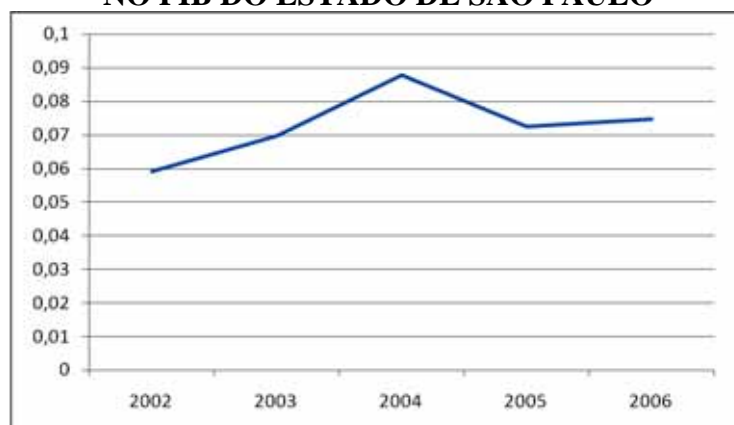
Observa-se pelos dados da **tabela 12** e da **figura 11** que, entre 2002 e 2006, o Produto Interno Bruto da região do Circuito das Águas apresentou uma evolução positiva de, respectivamente, 49,6% no PIB total, 40,6% no PIB per capita, e 20,8% na participação no PIB estadual. No entanto, entre 2004 e 2005, a região apresentou retração econômica, coincidindo com o período de início das operações do Consórcio intermunicipal do Circuito das Águas, com o crescimento econômico sendo retomado entre 2005 e 2006.

TABELA 12 - EVOLUÇÃO DO PIB MUNICIPAL E PIB PER CAPITA MUNICIPAL DO CIRCUITO DAS ÁGUAS

INDICADORES	2002	2003	2004	2005	2006
PIB (em milhões de reais correntes)	2.412,74	3.232,07	4.524,4	4.219,49	4.787,73
PIB per capita (em reais correntes)	10.271,25	12.869,89	17.218,96	15.669,79	17.317,76

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística–IBGE/ Fundação Seade, 2007.

FIGURA 11 – EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO (%) DO CIRCUITO DAS ÁGUAS NO PIB DO ESTADO DE SÃO PAULO



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística–IBGE/ Fundação Seade, 2007.

Quanto à população, a região é formada, sobretudo, por pequenos municípios em um considerável intervalo de tamanho (de 5.924 em Lindóia até 65.466 em Amparo), com população predominantemente urbana, com média no Circuito de 80,26% de população urbana. No entanto, o grau de urbanização ainda é menor que o do Estado (93,4%) e da Região administrativa de Campinas (92,8%).

Quanto à condição social, todos os municípios do Circuito das Águas encontram-se no patamar de IDH¹¹ elevado e Índice Gini¹² intermediário - que mensura a distribuição de riqueza - além de apresentar incidência de pobreza na população em torno de 14,8%. Em relação ao Índice Paulista de Responsabilidade social, os municípios de Amparo, Jaguariúna e Serra Negra ocupam o grupo 1 - de municípios com nível elevado de riqueza e com bons níveis nos indicadores sociais. Entretanto, Águas de Lindóia, Lindóia e Socorro ocupam o grupo 4 - de municípios que apresentam baixos níveis de riqueza e nível intermediário de longevidade e/ou escolaridade. Monte Alegre está no grupo 3 - de municípios com nível de riqueza baixo, mas com bons indicadores nas demais dimensões. Dado negativo a considerar é que todos os municípios da região do Circuito apresentam taxas de analfabetismo (população de até 15 anos e mais) superiores às da região administrativa de Campinas (6,71%) e do Estado de São Paulo (6,64%).

Segundo dados da Fundação Seade (TRIBUNA DA ÁGUAS, p. A3, 06/06/2009), em sua pesquisa "Índice de Futuridade", o município de Águas de Lindóia é classificado como de alta qualidade de vida para idosos, considerando os 645 municípios paulistas e dados sobre saúde, proteção social e participação. Socorro e Serra Negra estão na classificação médio-alto, Amparo, no nível médio e Monte Alegre do Sul e Lindóia, no nível baixo. Em outro índice

11 *Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)* é uma medida comparativa que engloba três dimensões: riqueza, educação e esperança média de vida. É uma maneira padronizada de avaliação e medida do bem-estar de uma população. O índice foi desenvolvido em 1990 pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq, e vem sendo usado desde 1993 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no seu relatório anual. O índice varia de zero (nenhum desenvolvimento humano) até 1 (desenvolvimento humano total), sendo os países (ou Estados e municípios) classificados deste modo: - Quando o IDH de um país está entre 0 e 0,499, é considerado baixo;- Quando o IDH de um país está entre 0,500 e 0,799, é considerado médio; - Quando o IDH de um país está entre 0,800 e 1, é considerado alto. (<http://pt.wikipedia.org/wiki>).

12 O *Coefficiente de Gini* é uma medida de desigualdade desenvolvida pelo estatístico italiano Corrado Gini, e publicada no documento "*Variabilità e mutabilità*" (italiano: "*variabilidade e mutabilidade*"), em 1912. É comumente utilizada para calcular a desigualdade de distribuição de renda mas pode ser usada para qualquer distribuição. Ele consiste em um número entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade de renda (onde todos têm a mesma renda) e 1 corresponde à completa desigualdade (onde uma pessoa tem toda a renda, e as demais nada têm). O índice de Gini é o coeficiente expresso em pontos percentuais (é igual ao coeficiente multiplicado por 100). Enquanto o coeficiente de Gini é majoritariamente usado para mensurar a desigualdade de renda, pode ser também usado para mensurar a desigualdade de riqueza. Esse uso requer que ninguém tenha uma riqueza líquida negativa. (PNUD-Brasil).

divulgado da Fundação Seade (TRIBUNA DAS ÁGUAS, p. A4, 02/08/2008), considerando o período de 2006-2007, indica-se que o município de Socorro foi aquele que obteve a menor taxa de mortalidade da microrregião de Amparo, dez mortes para cada mil nascidos, menores também que as taxas do Estado e da Diretoria regional de saúde de Campinas. Em sua totalidade e de forma geral, o Circuito das águas exibe bons indicadores sociais.

3.2.1 – As origens: As Estâncias Hidrominerais

O “Circuito das Águas Paulista” abarca as Estâncias hidrominerais¹³ de Águas de Lindóia, Amparo, Lindóia, Monte Alegre do Sul, Serra Negra e Socorro, além de Jaguariúna e Pedreira. Trata-se de um conjunto de municípios que explora a vocação turística por meio do turismo termal (hidroterápico), rural, histórico, de compras e, mais recentemente, o turismo de aventura e o turismo ecológico.

Deve-se considerar, no entanto, que coexistem diversos aglomerados produtivos e de serviços dentro do Circuito e as estratégias de governança e regulação de atividades econômicas territorialmente próximas ocorrem de forma complementar. O próprio fato de algumas das cidades do Circuito terem a outorga de Estâncias hidrominerais já é fator que faz garantir maiores investimentos para o setor turístico e um referencial para visitantes externos.

O histórico original de ocupação e formação de núcleos urbanos na região do Circuito das Águas está associado à formação de rotas para os tropeiros que se dirigiam para as regiões de exploração de ouro em Minas Gerais e Goiás, no século dezenove. Após esse primeiro ciclo de ocupação, a região sofre a influência da expansão cafeeira que se alastrou por toda a faixa sudeste de São Paulo, fazendo chegar estações e ramais ferroviários em Amparo (1875), Jaguariúna (1893), Monte Alegre (1890), Pedreira (1875), Serra Negra (1892) e Socorro (1909). Este segundo momento marca um salto na modernização técnica e urbanização da região, proliferando nos centros locais equipamentos variados, como edifícios comerciais e residenciais, armazéns, redes de energia elétrica, calçamento das ruas, estabelecimentos escolares, hospitais e farmácias.

¹³ As estâncias hidrominerais só foram regulamentadas com a Lei 2.661, de 3 dezembro de 1955, que considera estância termomineral, hidromineral ou simplesmente mineral a localidade assim reconhecida por lei estadual e que disponha de fontes de águas termais ou minerais, naturais, exploradas com a observância dos dispositivos da própria lei e do referido Decreto-Lei 7.841. Para Silva e Mello (2002), porém, as estâncias hidrominerais vão além dessa definição legal, pois são cidades que têm características climáticas bem determinadas, dotadas de fontes naturais de águas minerais, vapor ou lama, equipadas com instalações hoteleiras e outros elementos estruturais turísticos, além de serem utilizadas como espaço para tratamento terapêutico ou atividades físicas. Essas cidades podem ser analisadas a partir do processo histórico de sua estruturação turística, ligada ao seu potencial de cura pela natureza, em particular pelas águas minerais. (NINIS; DRUMMOND, 2008).

FIGURA 12 – FOTOGRAFIA DA FACHADA ATUAL DA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE AMPARO, CONSTRUÍDA EM 1875



Fonte: <http://www.estacoesferroviarias.com.br.html>

Em um terceiro momento difunde-se a prática do *termalismo* em algumas cidades da região, dando o impulso inicial para a atividade turística no Circuito. Na década de 1910 o médico italiano Francisco Tozzi tem conhecimento das propriedades curativas das águas do distrito de Lindóia e decide, então, comprar terras na região para a instalação do primeiro balneário dedicado ao tratamento de doenças usando águas minerais. Surgiam, assim, as *Thermas* de Lindóia. Com o crescimento do turismo associado ao tratamento hidroterápico nas estações termais, Águas de Lindóia recebe algumas melhorias em sua infraestrutura e, nas décadas de 1920 a 1940, são construídos “grandes hotéis” com cassinos (Hotel Glória ou Grande Hotel, Cassino Familiar-Mantovani). Serra Negra descobre no ano de 1928 propriedades radioativas em suas águas, inaugurando em 1931 o primeiro hotel da cidade com característica de balneário (Rádio Hotel). (BORIN, 2002).

FIGURA 13 – FACHADA DO GRANDE HOTEL EM ÁGUAS DE LINDÓIA



Fonte: <http://www.aguasdelindoia.tur.br>

Com a crise cafeeira da década de 1930, o dinamismo urbano e econômico das cidades da região é afetado, favorecendo a exploração de outras atividades, como o turismo. A recuperação tímida da economia brasileira, com o início do período de industrialização, renova o interesse pelo turismo termal, procurado pelas novas e antigas elites. A conquista da classificação de “Estâncias hidrominerais” por Águas de Lindóia (1936), Serra Negra (1938) e Socorro (1945) faz consolidar o movimento de especialização econômica regional (BORIN, 2002). Ao mesmo tempo, cresce o fluxo de turistas e visitantes em direção aos hotéis-cassinos, gerando postos de trabalho nesta atividade. Mas a precariedade das vias de acesso para a região do Circuito ainda dificultava um desenvolvimento turístico mais amplo.

Com a unificação rodoviária e industrialização do eixo São Paulo-Jundiaí-Campinas, definem-se mais claramente os centros de polarização econômica da região. O progressivo asfaltamento das vias de acesso às cidades de Serra Negra e Lindóia, a partir de meados de 1950 e início de 1960, dota a região de maior fluidez territorial e faz acelerar o processo de desativação da malha ferroviária regional.

Os anos 1960 foram marcados pelo processo de integração nacional impulsionado pelo incremento da industrialização e urbanização nacional e paulista. Nesse contexto, as cidades do Circuito foram fortemente afetadas por um movimento de expansão da população urbana e por tentativas de ordenar esse crescimento urbano através de Planos diretores. Enquanto o polo fabril e comercial de Campinas se consolida como centralidade para os pequenos municípios da região, as áreas rurais se adaptam ao novo cenário de mescla da policultura (milho, feijão, cana, etc.) com a pecuária. Apesar do turismo termal ter caído em certa descrença nesse período, as cidades-estâncias de Serra Negra e Águas de Lindóia continuam a expandir a atividade turística renovada com a construção de novos hotéis, parques planejados e modernos balneários.

Nos anos 1960 se consolida também a atividade de extração e engarrafamento de água mineral, se tornando a base econômica do recém-emancipado município de Lindóia (1963). Centros maiores, como Serra Negra, Águas de Lindóia e Amparo passam a receber pequenas indústrias em suas áreas urbanas. O trabalho com a porcelana (Pedreira), malhas (Monte Sião/MG, Águas de Lindóia, Socorro) o couro (Serra Negra) também se desenvolve.

Nos anos 1970 e 1980, com a concentração industrial nacional no eixo metropolitano de São Paulo, o interesse dos municípios era a aproximação com esse grande mercado consumidor, facilitada pelo incremento da indústria automobilística. Delineiam-se mais claramente, a partir de então, as especializações produtivas da região. Em fins dos 1970, devido a fatores como a modernização das infraestruturas de circulação, aumentos de custos

de produção (terrenos, custos trabalhistas), uso de instrumentos fiscais pelos municípios e políticas específicas do Estado, evidencia-se um processo de “desconcentração industrial” da região metropolitana de São Paulo que afeta direta e indiretamente os municípios do Circuito das Águas. (LENCIONE, 2002)

O primeiro anel receptor de indústrias saídas da metrópole foi o eixo Jundiaí-Campinas, acabando por estender o processo de industrialização para os municípios de Jaguariúna e Amparo, com presença de indústrias de porte médio e grande, pertencentes aos setores com maior complexidade industrial. Essa “desconcentração concentrada” favorece indiretamente o aprofundamento de potencialidades endógenas, como a indústria de vestuário em malhas, o comércio de peças de vestuário e o próprio turismo, em virtude dos fatores de economias de aglomeração que se formam na região, com fatores locacionais e externalidades necessários às atividades econômicas.

Selingardi-Sampaio (2009) qualifica esse processo espaço-industrial com a hipótese da existência de um multicomplexo territorial paulista, visto que ao longo da seqüência de especializações que a atividade industrial configurou no Estado de São Paulo, no período de 1950 a 2005, evidenciou-se gradativa estruturação de uma grande aglomeração espacial da indústria (a sudeste, leste e centro-leste do estado), polinucleada e hierarquizada, reunindo a grande maioria dos municípios mais industrializados do Estado em indissociável integração com o grande aglomerado metropolitano-urbano paulista.

Principal área de incidência e concentração da indústria em São Paulo, a referida aglomeração (...) constitui um extenso e múltiplo *complexo territorial*, de diversificadas produções industriais, gradualmente espacializado e conformado por meio de: a) extensão territorial de aglomerações industriais menores preexistentes, seguindo princípios de proximidade e contigüidade espacial; b) estabelecimento de uma espessa trama de relações interindustriais, ou *linkages* (de insumo-produto, prestação de serviços, etc.), intra-setoriais e intersetoriais, estendida no espaço. (SELINGARDI-SAMPAIO, 2009, p. 18-19).

O turismo regional passa a ter política específica a partir de 1970, com a criação do Fumest (Fundo de Melhoria das Estâncias), ligado à Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo do Estado. Em 1971 é reconhecida oficialmente pelo governo do Estado de São Paulo a região do *Circuito das Águas*, como objeto de planejamento estatal. Esta região agrupava os municípios de Atibaia, Bragança Paulista, Amparo, Socorro, Serra Negra, Lindóia, Águas de Lindóia e Monte Alegre do Sul, as duas primeiras compondo a sub-região norte, as demais a sub-região sul. Na *Política de Desenvolvimento urbano e regional do*

Estado de São Paulo, de 1976, contempla-se um programa para “Estâncias hidrominerais, climáticas e de interesse turístico” (NEGRI, 1988). Segundo Borin (2002, p. 85);

Com a lei n. 1.457, de 11/11/1977, foi introduzida uma nova classificação das estâncias. Além de hidrominerais, climáticas e balneárias, as estâncias podiam ser apenas turísticas. Essa mudança possibilitou a um número maior de municípios tornarem-se estâncias (*Jaguariúna, Pedreira*). A inclusão dessa nova categoria pode estar relacionada aos novos tipos de turismo que surgem com a massificação dessa atividade.

Em 1986, a lei n.5096 promulgada pelo governador Franco Montoro transforma novamente as então Estâncias turísticas de Águas de Lindóia, Amparo, Lindóia, Monte Alegre do Sul, Serra Negra e Socorro em Estâncias hidrominerais, modificando parcialmente a lei n. 1.844 de novembro de 1978.

Águas de Lindóia desenvolveu primeiramente uma rede hoteleira associada ao turismo termal, iniciado nas décadas de 1910 e 1920. Na atualidade, sua infraestrutura turística se torna mais versátil ao receber atividades de lazer, congressos de especialidades profissionais, festivais, etc. Além disso, em Águas de Lindóia também se produzem artigos do vestuário em malha em sintonia ao que se realiza em Monte Sião e Jacutinga, sendo comum o fato de algumas empresas manterem unidades comerciais em vários municípios da região.

Em Serra Negra também destacam-se o comércio varejista de artigos de malha e em couro, *pari passu* ao fluxo turístico em hotéis, hotéis fazenda, colônias, *campings*. Monte Sião, cidade vizinha de Minas Gerais, também se aproveita desse fluxo turístico de inverno para capturar clientes tanto no comércio de atacado quanto no de varejo, na fabricação e confecção de malhas.

Em Pedreira predominam a indústria de porcelanas e o artesanato como atrativos turísticos. Em Monte Alegre do Sul, a produção de cachaça e o turismo rural. Em Lindóia, município desmembrado de Águas de Lindóia, a indústria de engarrafamento de água mineral, como a Lyndóia, além de uma pequena produção de malhas.

Jaguariúna e Amparo, por exemplo, são municípios que ampliaram sua base de atividades e dependem pouco do suporte financeiro advindo com o turismo. Amparo, município com base produtiva mais diversificada, possui indústrias de transformação – como a fábrica de sabão e detergentes Ypê -, comércio e serviços, que coexistem com a exploração incipiente do turismo histórico. Em Jaguariúna, município estabelecido no entorno industrial de Campinas, estão instaladas grandes indústrias do ramo de bebidas, informática, comunicações, metalúrgicas, medicamentos, autopeças, além de explorar o turismo histórico e rural associado à linha do trem “Maria Fumaça”, que faz trajeto até Campinas.

FIGURA 14 – MOSAICO COM IMAGENS DE TODAS AS CIDADES DO CIRCUITO DAS ÁGUAS PAULISTA

(1 – Águas de Lindóia, 2 – Amparo, 3 – Jaguariúna, 4 – Lindóia, 5 – Monte Alegre do Sul, 6 – Pedreira, 7 – Serra Negra e 8 – Socorro)

1



2



3



4



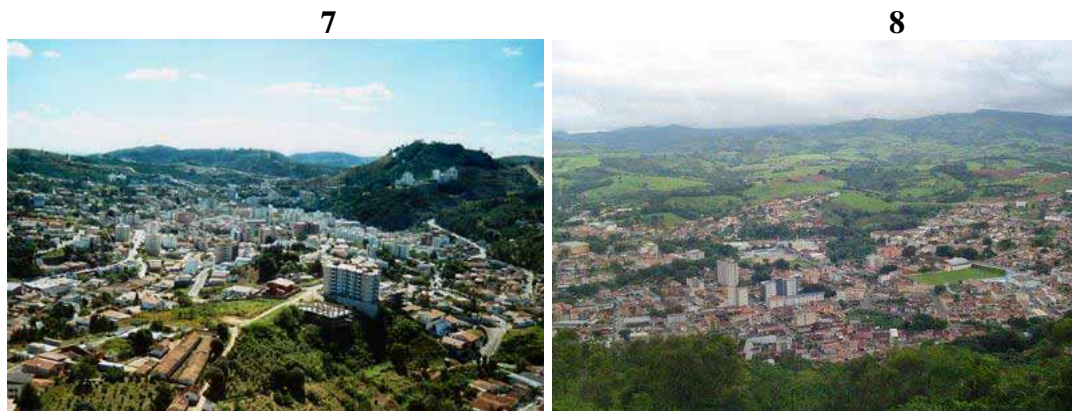
5



6



Continuação...



Fontes: Sites de prefeituras e site oficial Circuito das águas paulista.

3.2.2 – As relações de governança no Circuito das Águas paulista

A partir do painel geral sobre os atores institucionais que atuam, direta ou indiretamente, associados ao Circuito Turístico (**tabela 13**) e divididos por categorias identificadoras da classe ou setor ao qual se vinculam, realizamos o estudo das relações de governança no Circuito das águas paulista.

TABELA 13 – INSTITUIÇÕES/ORGANIZAÇÕES PRESENTES NO CIRCUITO DAS ÁGUAS

	<i>Associações, cooperativas e entidades empresariais</i>	<i>Sindicatos de Trabalhadores</i>	<i>Instituições de ensino e pesquisa</i>	<i>Instituições financeiras</i>	<i>Prefeituras e Órgãos Públicos de turismo</i>	<i>Serviços e instituições do governo estadual e nacional</i>	<i>Feiras e eventos</i>
Águas de Lindóia	- Associação Comercial e Empresarial de Águas de Lindóia; - Associação dos Hoteleiros de Águas de Lindóia. (Ahal)	- Sindicatos dos trabalhadores no comércio hoteleiro e similares de Águas de Lindóia e Região (Sinthoresca) - Sindicato dos trabalhadores nas indústrias de fiação e tecelagem em geral da região de Campinas	-	- Bradesco - Banco do Brasil - Santander/ Banespa - Nossa Caixa - Itaú - Caixa Econômica Federal	- Diretoria municipal de Turismo. - Conselho Municipal de Turismo (Comtur)	-	- Festivais de Inverno e Verão - Encontro de Autos Antigos - Shopping das Águas
Amparo	- Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Amparo; - Associação Industrial de Amparo; - Sindicato dos professores do Ensino oficial do Est. de SP (Apeoesp).	- Sindicato dos Mestres, Contra-mestres, pessoal de escritório e cargos de chefia na Ind. de fiação e tecelagem do Estado de SP	- Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza”; - Centro de Aprendizagem Industrial – SESI; - Faculdades Integradas de Amparo – FIA	- Bradesco - Banco do Brasil -Santander/ Banespa - HSBC - Itaú - Real (ABN/Amro) - Unibanco - Nossa Caixa - Caixa Econômica Federal - Banco do Povo Paulista	- Secretaria municipal de Cultura e Turismo; - Conselho municipal de Desenvolvimento e Turismo (Comtur)	- Diretoria Regional de Ensino - Subsele do IBGE	- Festival de Inverno - Feira permanente de artes, artesanato e Quitutes
Jaguariúna	- Associação comercial e industrial de Jaguariúna;	- Sindicato de trabalhadores nas indústrias metalúrgica, mecânica e material elétrico de Amparo, Pedreira e Serra Negra; - Sindicato nacional dos trabalhadores nas instituições de pesquisas agropecuária florestal; - Sindicato dos trabalhadores na indústria de alimentação e afins; - Sindicato da indústria farmacêutica de Jaguariúna.	- Faculdades de Jaguariúna – FAJ; - Centro Público de Educação Profissional (Cepep)/ SENAI - Embrapa Florestal.	- Bradesco - Banco do Brasil - Banco do Crédito nacional (BCN) - Santander/ Banespa - HSBC - Itaú - Real (ABN/Amro) - Nossa Caixa - Caixa Econômica Federal - Banco do Povo Paulista	- Secretaria municipal de Cultura e Turismo - Conselho Municipal de Turismo (Comtur)	- Posto de Atendimento ao Empreendedor (SEBRAE)	- Expo Jaguariúna; - Jaguariúna Rodeo Festival - Feart
Lindóia	-	-	-	- Santander/ Banespa - Banco do Brasil	- Diretoria municipal de Turismo e Lazer	-	-
Monte Alegre do Sul	-	-	-	Santander/Banespa	-Departamento municipal de Turismo - Cons. de turismo/Comtur	-	- Festa do Morango

Continuação

Pedreira	- Associação comercial de Pedreira e região; - Associação industrial de Pedreira; - Associação de Turismo e Produtores rurais de Pedreira e região; - Associação do Turismo rural de Pedreira	- Sindicato das Indústrias de Vidros, cristais, espelhos, cerâmica, louça e porcelana de Pedreira (Sindilouça)	- Senai-Laboratório de ensaios em Cerâmica Branca;	- Bradesco - Banco do Brasil - Santander/Banespa - HSBC - Itaú - Nossa Caixa - Caixa Econômica Federal - Banco do Povo Paulista	- Secretaria municipal de Divulgação e Turismo; - Conselho municipal de turismo (Comtur)	- Posto de Atendimento ao Empreendedor (SEBRAE)	- Feira industrial Permanente de Pedreira
Serra Negra	- Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Serra Negra - Associação dos Hotéis, Restaurantes e Similares de Serra Negra (Ashores)	- Sindicato dos empregados no comércio de Bragança Paulista e região; - Sindicato Rural de Serra Negra.	-	- Bradesco - Banco do Brasil - Santander/Banespa - Itaú - Nossa Caixa - Caixa Econômica Federal - Banco do Povo Paulista	- Secretaria municipal de Cultura e turismo; - Conselho municipal de Turismo (Comtur)	- Posto de Atendimento ao Empreendedor (SEBRAE)	- Feira do Artesanato, comércio, indústria e turismo (Facitur) - Festival ARS Viva de Música e Festival de Inverno
Socorro	- Associação Comercial e Industrial de Socorro; - Associação da Feira Permanente de malhas da Estância de Socorro - Associação dos Produtores de Cachaça	- Sindicato Rural de Socorro. - Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Hoteleira, dos Bares e Restaurantes	- Instituto de Ensino XV de Agosto.	- Bradesco - Banco do Brasil - Santander/Banespa - Itaú - Nossa Caixa - Unibanco - Caixa Econômica Federal - Banco do Povo Paulista	- Diretoria municipal de turismo - Conselho municipal de Turismo (Comtur)	-	- Socorro Expo-Fair

Fonte: Listel – Listas Telefônica (2006), Pesquisa de informações básicas municipais-MUNIC (2001, IBGE) e site do Circuito das Águas (<http://www.http://www.circuitodasaguaspaulista.com.br>)

Em complemento ao quadro dos atores institucionais existentes no Circuito das Águas, organizamos uma tabela (**tabela 14**) contendo os principais elementos institucionais formais que interferem no processo de desenvolvimento turístico e econômico da região. Nesse sentido, verifica-se a sobreposição escalar no âmbito da política turística, identificando-se regulamentos, leis, planos e iniciativas nos âmbitos nacional, estadual, regional e municipal.

TABELA 14 - INSTITUCIONALIDADE TURÍSTICA PÚBLICA E PRIVADA DO CIRCUITO DAS ÁGUAS

NOME	TIPO/NÍVEL DE ATUAÇÃO	PARTICIPAÇÃO	FUNÇÕES/DEFINIÇÕES
Lei Geral do Turismo (Lei no. 11.771/08), dispõe sobre a Política, Plano e Sistema Nacional de Turismo)	Federal, Estadual e regional/municipal	Pública (governos federal estadual)	Estabelece a Política Nacional do Turismo e cria marcos regulatórios para o setor. Exige que todas as empresas da área turística se cadastrem no Ministério do Turismo e determina normas de funcionamento. Unifica a legislação da área e define as atribuições do governo federal nas ações de fomento ao turismo. Na Política Nacional de Turismo está a intenção de descentralizar (municípios e regiões) as rotas e capacitar os profissionais que trabalham na área.
Programa de municipalização do turismo (PMN) – Agosto de 1994	Estadual e regional/municipal	Pública	Programa de gestão do turismo que visa à conscientização, à sensibilização, estímulo e à capacitação dos vários monitores municipais e gestão de recursos, para que despertem e reconheçam a importância e a dimensão do turismo como gerador de emprego e renda, conciliando o crescimento econômico com a preservação e a manutenção dos patrimônios ambiental, histórico e cultural, e tendo como resultado a participação e a gestão da comunidade no Plano Municipal de Desenvolvimento do Turismo Sustentável
Política de turismo da Secretaria Estadual de Esporte, Lazer e Turismo (Selt)/Consórcio intermunicipal do Pólo turístico do Circuito das águas paulista	Estadual-regional	Pública-privada-sociedade civil	-Consolidar o Estado de São Paulo como produto e destino turístico, determinando diretrizes para fomentar e desenvolver o turismo sustentável, visando a proporcionar a geração de postos de trabalho, a inserção social e a melhoria da qualidade de vida da população. Esses objetivos serão alcançados através dos seguintes programas: Roteirização turística; Nosso turismo paulista; Desenvolvimento de estâncias, etc. -Divulgar os atrativos turísticos, despertar o interesse de visitantes e colaborar para o desenvolvimento econômico e social dos municípios integrantes.
Estâncias hidrominerais e Estâncias turísticas	Estadual e regional/municipal	Pública	- Localidade assim reconhecida por lei estadual e que disponha de fontes d'águas termais ou minerais, naturais. Essas estâncias poderão receber auxílio da União em convênios firmados com Estados e municípios

Continuação...

			- Estância turística é um título concedido pelo governo do estado de São Paulo a municípios que apresentem características turísticas e determinados requisitos como: condições de lazer, recreação, recursos naturais e culturais específicos. Devem dispor de infraestrutura e serviços dimensionados à atividade turística. Os municípios com este <i>status</i> podem receber aportes financeiros específicos para incentivo ao turismo.
Projeto Redescobrimdo o Circuito das Águas (Parceria entre o escritório regional do Sebrae, prefeituras e empresários)	Regional/municipal	Pública-privada	Tem como foco o desenvolvimento territorial com ênfase no turismo. As ações do projeto envolvem uma série de trabalhos que passam pela melhoria da infraestrutura das cidades para a recepção do turista, formatação dos produtos turísticos, capacitação técnica e gerencial dos empresários que têm negócios focados no turismo, plano de marketing e eventos, gestão e qualidade da atividade turística.
APLs: -Cerâmica de Pedreira (Parceria UFScar, Sebrae e Senai e prefeitura) -Confecção infantil de Amparo (Progex-Apoio tecnológico à exportação/Finep e Ministério da Ciência e tecnologia) - Cerâmica vermelha de Socorro (Sebrae/Campinas e IPT) -Cachaça de alambique (Instituto de Economia Agrícola-IEA)	Estadual e municipal	Pública-privada	Incentivo ao trabalho cooperativo para melhoria da qualidade de processos e produtos industriais, melhorando a competitividade e levando a inclusão sócio-produtiva.
Plano de Desenvolvimento turístico municipal	Municipal	Pública	Inventário dos recursos, infraestrutura e potencialidade turística municipal; organização de projetos e ações de fomento ao turismo local, inclusive com dotação de recursos financeiros.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em fontes diversas

3.2.2.1 – Empresas e Aglomerações Produtivas

Os dados abaixo (**tabela 15**) delineiam as principais atividades industriais no Circuito das Águas paulista, considerando a quantidade de estabelecimentos e empregos oferecidos nesse setor industrial.

Na região do Circuito das águas identificam-se cidades com ampla base industrial, como Jaguariúna e Amparo, e outras com produções industriais mais específicas e com forte tradição artesanal ou referência natural, como Águas de Lindóia, Socorro, Pedreira e Lindóia.

Configura-se, portanto, uma variedade de aglomerados industriais e Arranjos produtivos locais na região do Circuito das Águas, como na fabricação e confecção de artigos de vestuário e tecidos de malha, em Socorro, Águas de Lindóia, Serra Negra e Amparo; fabricação de produtos cerâmicos e artefatos de plásticos, em Pedreira; engarrafamento e gaseificação de águas minerais, em Lindóia e Água Lindóia, e mesmo na área de Turismo e infraestrutura hoteleira, em Águas de Lindóia e Serra Negra. Na análise por municípios é possível verificar com mais detalhes a realidade sócio-territorial regional.

TABELA 15 - AS PRINCIPAIS ATIVIDADES INDUSTRIAIS EM NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E EMPREGOS NO CIRCUITO DAS ÁGUAS EM 2005 (em números absolutos)

ATIVIDADES CNAE (5 DÍGITOS)	ESTABELECIMENTOS	ATIVIDADES CNAE (5 DÍGITOS)	EMPREGOS
Confecção de peças do vestuário – exceto roupas íntimas	159	Fabricação de produtos eletrônicos, sistemas de intercomunicação	3.309
Fabricação de outros artigos do vestuário produzido em malha	153	Fabricação de produtos cerâmicos não refratários para uso estrutural na construção	2.776
Fabricação de produtos cerâmicos não refratários não especificados	89	Fabricação de artefatos diversos de plástico	1.506
Fabricação de artefatos diversos de plástico	36	Fabricação de malte, cervejas e chopes	1.392
Fabricação de artefatos diversos de madeira, palha, cortiça, vime e material trançado	35	Fabricação de computadores	1.322
Fabricação de artefatos de concreto, cimento e fibrocimento	35	Fabricação de sabões, sabonetes e detergentes sintéticos	1.273
Fabricação de produtos diversos	28	Fabricação de peças e acessórios de metal para veículos automotivos	1.200
Fabricação de produtos cerâmicos não refratários para uso estrutural na construção	25	Confecção de peças do vestuário- exceto roupas íntimas	1.053
Engarrafamento e gaseificação de águas minerais	23	Fiação de fibras artificiais ou sintéticas	987
Fabricação de tecidos de malha	22	Fabricação de outros artigos do vestuário produzidos em malha	839

Fonte: RAIS-2005.

Em Águas de Lindóia, 29,4% de todos os empregos formais são atribuídos aos estabelecimentos hoteleiros e condomínios prediais, sem contar os empregos nos segmentos de restaurantes, lanchonetes, similares e estabelecimentos de bebidas. Trata-se, portanto, de

um aglomerado local do setor turístico/hoteleiro. O município possui ainda 10,7% de empregos nas atividades de fabricação e confecção de peças de vestuário, artigos de vestuário em malha e tecido de malha, possuindo o oitavo maior coeficiente de concentração de empregos ocupados na atividade de Fabricação de Tecidos e artigos de malha do Estado de São Paulo, e coeficientes de especialização e localização¹⁴ na mesma atividade nos valores respectivos de 50,9 e 86,4. O município supracitado possui ainda expressivos coeficientes de concentração, especialização e de localização na atividade de Engarrafamento e gaseificação de águas minerais (7,07; 23,3 e 209,2).

Em Amparo, a maior concentração de empregos ocorre na Fabricação de sabões, sabonetes e detergentes sintéticos (7,2%), distribuídos em nove estabelecimentos. Uma dessas empresas é a Química Amparo, de grande porte e com filiais em outras duas cidades, famosa pela marca de sabões e detergentes Ypê. O município possui também alguma concentração e especialização industrial nas atividades de Fiação e tecelagem, com destaque para a indústria Fios Amparo (Minasa Trading International, grande fornecedor de fios para a região do Circuito das malhas), e Fabricação de tecidos e artigos de malha. (Dados da RAIS-2005)

Em Jaguariúna, o principal pólo industrial do Circuito das águas, maior parte dos empregos formais do município (14,6%) é gerada na Fabricação de aparelhos telefônicos e sistemas de intercomunicação, em apenas dois estabelecimentos, destacando-se nesse segmento a indústria multinacional Motorola, localizada em um complexo industrial e tecnológico junto à rodovia SP-340. Nesse segmento industrial Jaguariúna tem uma concentração locacional de 56,7. A segunda atividade que mais oferece empregos na cidade é a Fabricação de computadores (5,8%), consolidando o desenvolvimento local na área de ciência e tecnologia, fato que faz Jaguariúna integrar também o Circuito turístico de Ciência e Tecnologia, junto com outras doze cidades (Americana, Campinas, Indaiatuba, Jaguariúna, Hortolândia, Limeira, Monte Mor, Nova Odessa, Paulínia, Piracicaba, Santa Bárbara D'Oeste

¹⁴ O Coeficiente de concentração dos empregos ocupados na indústria demonstra o peso da localidade na composição da atividade, dentro do Estado (soma dos Empregos ocupados na indústria - Vínculos no ano - de determinada atividade econômica na localidade dividida pela soma dos Empregos ocupados na indústria - Vínculos no ano - na mesma atividade no total do Estado). O Coeficiente de especialização dos empregos ocupados na indústria mede a importância de determinada atividade dentro da estrutura econômica da localidade (soma dos Empregos ocupados na indústria - Vínculos no ano - de determinada atividade na localidade dividida pela soma dos Empregos ocupados na indústria - Vínculos no ano - no conjunto das atividades econômicas da localidade). O Coeficiente de localização de empregos ocupados na indústria mostra a importância da atividade para a localidade em relação à média do Estado, permitindo identificar situações em que a atividade, embora seja pouco relevante para o total do Estado, se sobressai na localidade. É calculado através da divisão do coeficiente de especialização dos Empregos ocupados na indústria - Vínculos no ano - de determinada atividade econômica na localidade pelo coeficiente de especialização dos Empregos ocupados na indústria - Vínculos no ano - da mesma atividade no total do Estado. Valores abaixo de 1 significam que a atividade tem menor importância na localidade do que na média do Estado. Em contrapartida, quanto mais acima de 1 for o coeficiente, maior é a importância relativa da atividade no local. (Fundação Seade e Relação Anual de Indicadores sociais-Rais-MTE).

e Sumaré). O terceiro segmento que mais oferece empregos na cidade é a Fabricação de maltes, cervejas e chopes (4,76%), em apenas uma fábrica, a empresa transnacional Inbev (fabricante das cervejas Antártica, Skol e Brahma). Esse segmento apresenta concentração locacional de 27,8. Em quarto lugar fica a Fabricação de artefatos de plástico (2,97%), segmento integrado à produção de plásticos da cidade vizinha de Pedreira em um possível APL.

Lindóia possui apenas uma concentração industrial de destaque, no segmento de Engarrafamento e gaseificação de Águas minerais, com concentração locacional de 425,5 e respondendo por 25,9% dos empregos formais no município. Nesse segmento, que apresenta cinco estabelecimentos no município, destacam-se as empresas Lyndóia Bioleve, Lindóia Vida e Lindóia Premium. O termo Lindóia, como faz referência às águas minerais da região, teve permitido seu uso para todos os engarrafadores do município, não sendo mais exclusividade de marca de apenas uma empresa. Junto com os engarrafadores de Águas de Lindóia, Serra Negra e Socorro, formam o aglomerado produtivo de Águas minerais, também um potencial APL. Outra atividade de destaque no município é a Reciclagem de Sucatas não-metálicas, com concentração locacional de 82,4. Essa atividade está diretamente vinculada com os vasilhames de plástico (PETs) descartados pela indústria de engarrafamento de águas minerais. (Dados RAIS-2005)

Em Monte Alegre do Sul, 32,2% dos empregos formais são gerados na atividade de abate de Aves, suínos, pequenos animais e fabricação de produtos de carne, com concentração locacional de 24,2. Na seqüência, vêm as atividades de Fabricação de produtos cerâmicos não-refratários, com 6,4%, e de Refrigerantes e refrescos, com 1,1%. Monte Alegre do Sul possui também muitos alambiques de produção de cachaça artesanal e semiartesanal, mas significativa parte deles trabalha na informalidade em sítios e chácaras próximas à cidade. Essa atividade é também uma opção para o Turismo rural, sendo integrada ao roteiro turístico do Circuito das águas pela CVC. Segundo declarou Verdi, pesquisadora do Instituto de Economia Agrícola (IEA), em workshop patrocinado pelo Consórcio intermunicipal do Circuito das águas:

O pólo da cachaça de alambique dessa região constitui o maior aglomerado de produtores da bebida no Estado de São Paulo com uma centena de alambiques instalados nos municípios de Águas de Lindóia, Amparo, Jaguariúna, Lindóia, Monte Alegre do Sul, Pedreira, Serra Negra e Socorro. A cachaça é geralmente desenvolvida em pequenas propriedades e absorvedora de mão de obra, portanto, detentora de importância social. A produção de cachaça constitui uma fonte de novas perspectivas de

desenvolvimento regional, pois, além de empregar, tem a capacidade de articulação com outros setores econômicos, como por exemplo, o turismo rural. A permanência e o desenvolvimento desta atividade econômica podem constituir a base para a atração de novos investimentos para a região do Circuito das Águas, como toda uma infraestrutura direcionada ao turismo, condizente com a preservação do ambiente e preocupada com a manutenção e o resgate dos costumes e das tradições regionais. (<http://www.iea.sp.gov.br>)

Em Pedreira há uma grande concentração industrial no segmento de Fabricação de produtos cerâmicos não-refratários, com 27,7% dos empregos formais e coeficiente locacional de 21,4, em consórcio com as atividades de fabricação de artigos de vidros e aparelhamento de pedras. Trata-se do aglomerado produtivo de fabricação de artefatos de porcelana, uma referência econômica e turística da cidade. Na sequência vem a atividade de Fabricação de artefatos de plástico, com 7,6% dos empregos, que integra um aglomerado produtivo junto com Jaguariúna. (Dados RAIS-2005)

Em Serra Negra, maior parte dos empregos formais (13,4%) é atribuída ao segmento de estabelecimentos hoteleiros e condomínios prediais, configurando com Águas de Lindóia, e em menor peso os outros integrantes do Circuito das Águas, um potencial APL na área de serviços turísticos e de hotelaria, considerando também o segmento de restaurantes, lanchonetes, estabelecimentos de bebidas e comércio varejista. Em segundo lugar vem a atividade de Engarrafamento e gaseificação de águas minerais, com 3,3% dos empregos e coeficiente de localização de 150,7, sendo seguida por outras pequenas concentrações fabris nas áreas de Fabricação de artefatos de couro e Produtos de madeira, cortiça e material trançado.

No município de Socorro, a maior concentração industrial está no segmento de fabricação de artigos de vestuário em malha e confecção de peças do vestuário, com 17,8% dos empregos formais e coeficiente locacional na Fabricação de tecidos de artigos de malha de 56,1. Trata-se de produção que se insere no contexto da indústria de fabricação e confecção de malhas e artigos de vestuário da região do Circuito da águas e Circuito das malhas mineiro, configurando mais um potencial APL nesse segmento, junto com Águas de Lindóia, Amparo e Lindóia.

Líder na produção de malhas do Estado de São Paulo e terceira colocada no ranking nacional, a cidade de Socorro se destaca no ramo de tecidos e malharias, que é o segundo principal gerador de empregos da cidade (perde para agropecuária). Atualmente, estima-se que existam mais de 400 malharias de artesanais a grandes empresas. Algumas são conhecidas nacionalmente e já exportam a marca para países como França, Estados

Unidos e Japão. O setor de malhas faz história na cidade desde o final do século XIX, com os imigrantes italianos. Porém, somente a partir da década de 1990, com o avanço da tecnologia, este ramo começou a crescer e garantiu ao município o título de capital paulista das malhas. Atualmente, o comércio no varejo é fortalecido em dois pólos de compras: o Moda Shopping das Fábricas e a Feira Permanente de Malhas que, juntos, oferecem mais de 100 lojas. (CORREIO POPULAR, p. C3, 07/05/2007).

Socorro ainda tem como atividades relevantes a Fabricação de cerveja, maltes e chopes, com a tradicional cervejaria Krill, o engarrafamento e gaseificação de águas minerais (coeficiente locacional de 16,7), e a atividade de Estabelecimentos hoteleiros, lanchonetes e similares, compondo a aglomeração turístico-hoteleira anteriormente descrita (Dados RAIS-2005).

No segmento de turismo, a estrutura de hotéis, agências de viagens, restaurantes, bares e similares, não é homogeneamente distribuída no C.A. Águas de Lindóia e Serra Negra concentram 60% da oferta de estabelecimentos hoteleiros no Circuito. No segmento de Restaurantes e afins, Amparo e Jaguariúna concentram a maior parte, até mesmo porque os próprios hotéis ao oferecer refeições para seus hóspedes competem com os restaurantes em situações como a de Águas de Lindóia e Serra Negra. Evidencia-se, portanto, um importante aglomerado turístico-hoteleiro no Circuito das águas, com 412 estabelecimentos vinculados ao setor.

TABELA 16 - INFRAESTRUTURA TURÍSTICA DO CIRCUITO DAS ÁGUAS

	ESTABELECEMENTOS HOTELEIROS E ALOJAMENTOS TEMPORÁRIOS	RESTAURANTES E SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO	AGÊNCIAS E ORGANIZADORES DE VIAGENS	TOTAL
Águas de Lindóia	27	28	1	56
Amparo	11	68	3	82
Jaguariúna	7	67	1	75
Lindóia	4	14	0	18
Monte Alegre do Sul	6	8	0	14
Pedreira	4	44	3	51
Serra Negra	42	71	2	115
Socorro	18	32	2	52

Fonte: RAIS-2005

Oficialmente existem na região do Circuito das águas alguns projetos e iniciativas institucionais em torno da ideia de APL, considerando as potencialidades econômicas territoriais. Existe a parceria entre Sebrae, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), a UFScar e a prefeitura de Pedreira para estímulo à inovação, qualificação e consolidação do APL de Cerâmica do município. Em Amparo existe um aglomerado de confecções de roupas infantis que recebe apoio do Ministério da Ciência e Tecnologia, através de parceria entre Finep e a Progex. É também listado como potencial APL (ainda um aglomerado) no site da Secretaria de Desenvolvimento do Estado de São Paulo, junto com o aglomerado de malharias de Socorro, Águas de Lindóia e Lindóia, no programa de APLs em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Existem ainda indicativos para a formação futura de APLs nos segmentos de Cachaça de alambique, em parceria dos produtores da região com o IEA e a APTA (Associação Paulista de Tecnologia de Agronegócios), e na atividade de Cerâmica vermelha de Socorro, fruto da parceria do Sebrae, IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas) com o município. Há ainda os outros aglomerados produtivos identificados (hoteleiro-turístico, engarrafamento de águas minerais, plásticos) que têm suas estruturas de governança exercidas mais fortemente pelas próprias empresas do segmento, organizadas em Associações de classe nacionais, regionais ou locais.

3.2.2.2 – Poder público local

O poder público local – as prefeituras e seus departamentos, diretorias e secretarias – é considerado pela população local como a principal instituição a interferir na economia dos municípios do Circuito. Dez dos dezesseis entrevistados apontaram o poder público local como instituição importante na vida econômica de seus municípios. A Administração pública em geral é o maior empregador do Circuito das águas, gerando 8,6% dos empregos formais. Em Monte Alegre do Sul, a administração pública gera 17,8% dos postos de trabalho formais da cidade, seguido de Águas de Lindóia, com 15,6% e Lindóia, com 15,1%. A atuação da prefeitura em benefício do turismo e do desenvolvimento econômico local ocorre através de secretarias e departamentos específicos.

Em Águas de Lindóia opera a Diretoria municipal de turismo e cultura, com um posto de atendimento ao turista na praça Ademar de Barros e que cuida também da administração do Balneário municipal¹⁵. O poder público local realiza atualmente os Festivais de inverno e

¹⁵ O Balneário municipal foi finalizado no ano de 1959, com projeto paisagístico de Burle Marx, oferecendo serviços de banhos de imersão, *stangerbad*, hidromassagem, sauna, ducha escocesa, massoterapia, banho de

de verão, nos meses de julho e janeiro, com atrações artísticas e musicais, o Encontro de Automóveis antigos, o Carnaval, e o Shopping das Águas, evento este que desagradou alguns comerciantes. Segundo o atual diretor de Turismo e cultura, Dill Casella, a estratégia é transformar o município em um dos maiores palcos de eventos do Estado, trazendo recursos para a cidade. (<http://www.aguasdellindoia.sp.gov.br/site/secretarias.php?id=13>) . A prefeitura possui site próprio e atualizado (<http://www.aguasdellindoia.sp.gov.br>).

No município ocorreram conflitos políticos recentes entre o ex-prefeito, Eduardo Ambar, e vereadores da oposição, que vieram a cassar seu mandato. Segundo morador entrevistado, o município chegou a ter um dos melhores carnavais da região, mas por pressão dos hoteleiros (com o argumento de que as festividades carnavalescas tiram o turista do hotel e causam barulho na cidade), a prefeitura deixou de investir nesse evento.

Em Amparo atua a Secretaria municipal de Desenvolvimento econômico e Turismo, que até o ano de 2009 eram separadas. O atual prefeito da cidade é o Engenheiro Paulo Miotto, que também é o atual vice-presidente do Consórcio intermunicipal do Circuito das Águas. O maior evento cultural e turístico organizado pela prefeitura é o Festival de Inverno, realizado no mês de julho e que está em sua nona edição. O evento conta com apoio de empresas como a Petrobrás, e promove, além de eventos culturais, shows com grandes atrações da música brasileira. A prefeitura também tem site próprio e atualizado (<http://www.amparo.sp.gov.br>).

No município de Jaguariúna funciona a Secretaria de Cultura e Turismo. O principal referencial turístico da cidade é a linha de trem Maria Fumaça e o Museu Ferroviário, que funcionam na antiga estação ferroviária da cidade. O passeio de trem ocorre nos finais de semana em percursos que passam por bairros rurais e chegam até Campinas. A recuperação da locomotiva a vapor e da linha ferroviária foi fruto de uma parceria da prefeitura municipal com a Associação Brasileira de Preservação Ferroviária (ABPF). A própria Estação ferroviária recebeu investimentos recentes na ampliação de sanitários, reforma de bares e lanchonetes e conserto de uma ponte. Além disso, o poder público local apoia eventos como o Jaguariúna Rodeo Festival, que está em sua vigésima edição e é realizado no mês de maio, chegando a movimentar cerca de R\$ 20 milhões em setores diversos da economia regional. Trata-se de uma das maiores festas de rodeio do Brasil. Além desse evento, a prefeitura também realiza a Festa Nordestina, a Feira Nacional do Livro, a Feira de Tecnologia e o

espuma, inalação, entre outros. Faz uso das fontes São Roque, Santa Filomena e Glória. Substituiu o antigo balneário construído pelo Dr. Francisco Tozzi (fundador da cidade), no início do século XX. (<http://www.aguasdellindoia.com.br/termalismo.asp?sec=tur>)

Festival de Inverno. A prefeitura possui site atualizado e com *links* específicos para cada secretaria, com a agenda cultural do município (<http://www.jaguariuna.sp.gov.br>).

A cidade de Lindóia conta com a Diretoria municipal de Turismo e Lazer. O município tem como eventos importantes realizados pela prefeitura o Festival de Inverno (quinta edição) e o Carnaval. Por conta dos festejos de 44 anos de emancipação do município no ano de 2009, algumas obras públicas foram realizadas no município (um clube social e educativo e uma praça). O atual prefeito da Estância é o Sr. Justino Lopes, do PSDB, que também é o atual Tesoureiro do Consórcio intermunicipal do Circuito turístico das Águas. A prefeitura possui site próprio e atualizado. (<http://www.lindoiia.sp.gov.br>).

O município de Monte Alegre do Sul possui o Departamento de Turismo. O principal ponto turístico da cidade é o seu Balneário municipal¹⁶. Dentre os principais eventos coorganizados pela prefeitura, está a tradicional Festa do Morango, em sua décima sexta edição. No ano de 2009 ocorreu concomitantemente a 1ª. Festa da Cachaça. A prefeitura conta com site próprio e atualizado, exibindo inclusive atos oficiais do prefeito (<http://www.montealegredosul.sp.gov.br>).

Pedreira conta com uma Secretaria de Turismo, cujo titular é também o atual Secretário executivo do Consórcio turístico do Circuito das Águas. A Secretaria de Desenvolvimento econômico trabalha em parceria com outras instituições (IPT, SENAI, UFSCar) visando ao desenvolvimento dos Distritos industriais do segmento de cerâmica de porcelanas e plásticos. O atual prefeito da cidade é Hamilton Bernardes Jr. (reeleito), que também é presidente atual do Consórcio turístico do Circuito das Águas. Um dos principais projetos da gestão atual é a Infovia municipal, sendo referência de “Cidade Digital” no Ministério de Ciência e Tecnologia. A prefeitura possui site próprio com *link* específico com notícias atualizadas do município. (<http://www.pedreira.sp.gov.br>).

A cidade de Serra Negra tem no poder público municipal a Secretaria de Turismo e Desenvolvimento econômico. A prefeitura realiza anualmente o Festival de Inverno e o Carnaval. A cidade possui também um amplo e moderno Centro de Convenções¹⁷, junto com

¹⁶ O Balneário traz em sua edificação um estilo neocolonial clássico, conferindo a este importante ponto de visitação de Monte Alegre do Sul uma beleza ímpar, oferecendo os seguintes serviços: sauna úmida e seca; banho de imersão; banho de espuma; hidromassagem; ducha escocesa; massoterapia; *destress* (Rápida); *anti-stress*; relaxante muscular shiatsu; drenagem linfática e limpeza de pele. (<http://www.montealegredosul.sp.gov.br>).

¹⁷ Com 15 mil m² de área construída, o Centro de Convenções Circuito das Águas possui três auditórios que comportam 1.140, 180 e 80 pessoas, três salas de apoio com capacidade para 138 pessoas/ cada e um *hall* de 4 mil m². Cercado de exuberante paisagem, possui área de exposição externa e amplo estacionamento. O espaço é utilizado durante todo o ano para a realização de congressos, feiras e os mais diversos tipos de eventos de cultura e lazer. Localizado no Centro de Convenções Circuito das Águas, o Balneário ou complexo hidroterápico oferece banhos de imersão, pérola e turbilhão com sais e essências, saunas seca e úmida, piscina de contraste,

Balneário, local que já recebeu grandes eventos, como o Megacycle (Encontro Nacional de Clubes de Motocicleta), feiras e shows.

Socorro tem como instância principal do poder público municipal para a promoção do turismo o Departamento municipal de turismo. A cidade é conhecida por suas malhas e pelas belezas naturais favoráveis à prática do turismo de aventura. O desenvolvimento do setor de turismo de aventura no município chegou a tal dimensão que a cidade é considerada modelo para o turista portador de deficiência. A cidade começou a se preparar há dois anos para esse tipo de turista, dentro do projeto Socorro Acessível, adaptando passeios, atividades de lazer e instrutores para atender cadeirantes, deficientes físicos e visuais. O projeto foi fruto de parceria do poder público municipal com o Ministério do Turismo (MTur), que investiu cerca de R\$ 1,7 milhões no município. Socorro é considerada, como um dos dez destinos referência do segmento turístico brasileiro pelo MTur (TRIBUNA DAS ÁGUAS, p. A3, 23/05/2009). A prefeitura realiza ainda (em parceria com o Sebrae, Associação comercial local e o Circuito das Águas), geralmente no mês de junho, a Socorro Expo-fair, feira de Malhas, Turismo e Gastronomia, que atraiu cerca de quarenta mil visitantes na edição de 2009, segundo a organização do evento.

3.2.2.3 – Associações empresariais e de classe

O Circuito das Águas tem um total de catorze organizações empresariais e patronais atuando em sua região (**tabela 17**). As principais entidades empresariais atuantes no Circuito das Águas são as Associações Comerciais, Industriais e Empresariais e as Associações de hoteleiros. Segundo Porter (1999) as associações comerciais, como entidades particulares, realizam investimentos que produzem benefícios coletivos para os aglomerados (programas de treinamento, infraestrutura, centros de qualidade, etc.), como se fossem bens públicos.

Em Águas de Lindóia estão presentes a Associação Comercial e Empresarial de Águas de Lindóia (Aceal) e a Associação dos Hoteleiros de Águas de Lindóia (Ahal). No período de 2005-2006, a Aceal teve aumento no número de sócio de 63 para 110 membros (<http://www.aguasdellindoiia.sp.gov.br>). A entidade apoia eventos empresariais (Shopping das Águas) e turísticos que ocorrem na cidade (Arraiá das Águas, Festivais de Inverno e Verão), intermediando cursos de aperfeiçoamento, qualificação e oferecendo informações comerciais. A Aceal não possui site próprio.

A Ahal representa o grande universo de hoteleiros do município. Seu presidente no ano de 2007 é também atual diretor administrativo do Consórcio do Polo turístico. A entidade possui site próprio (<http://www.aguasdellingoia.com.br>) que apresenta tópicos sobre turismo, hotéis, eventos e utilidades. Um dos moradores do município entrevistados apontou a Ahal como a instituição que mais interfere na vida econômica do município, por vezes tomando decisões que prejudicam o comércio local. A instituição tem, dentre seus associados, o Hotel Glória, Panorama, Do Lago, Guarany, Majestic, Oscar Inn, entre outros.

Em Amparo existem cinco organizações empresariais e de classe, sendo a principal a Associação comercial, industrial e empresarial (ACEA). A entidade foi fundada em 1951 e é filiada à FACESP (Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de São Paulo), realizando serviços de representação do comércio, indústria e agricultura junto aos poderes públicos, prestação de serviços e informações técnicas, departamento de proteção ao crédito e jurídico, arbitragem de divergências, promoção de cursos, palestras e seminários, publicação de boletins e divulgação do nome da cidade (<http://www.aceamparo.com.br/conteudo>). A entidade possui site próprio com informações sobre sua missão, história e serviços que presta.

Em Jaguariúna a principal entidade empresarial é a Associação Comercial e Industrial (ACIJ), também filiada à Fapesp e fundada em 1981. A entidade mantém convênios com o Sebrae e bancos Nossa Caixa e HSBC. Um dos moradores entrevistados colocou a entidade como uma das mais importantes na economia do município, devido às grandes empresas instaladas em Jaguariúna e que geram numerosos postos de trabalho. A Associação é uma das organizadoras da ExpoJaguariúna (Feira de Tecnologia, Agronegócio, Turismo, Meio Ambiente e Responsabilidade Social), evento que contou com 100 empresas participantes e cerca de 40 mil visitantes, segundo a organização do evento (<http://www.expojaguariuna.com.br>). A entidade possui site próprio, com demonstrações de seus objetivos e serviços oferecidos.

A entidade ao mesmo tempo em que luta pela defesa e promoção dos segmentos representativos do comércio, indústria e prestação de serviços, vem desenvolvendo campanhas de incentivo às atividades econômicas e sociais, Busca ainda a participação em questões de interesse coletivo e colabora na solução de problemas que de forma direta ou indireta, afetam a comunidade. (<http://www.acijaguariuna.com.br>).

Os municípios de Lindóia e Monte Alegre do Sul não possuíam organização empresarial no ano de 2005 (Rais), mostrando a fraca institucionalidade dos mesmos na área produtiva e comercial. No período de 2005 a 2009, se formou em Monte Alegre a

APROCAMAS (Associação dos Produtores de Cachaça de Monte Alegre do Sul - SP), com apoio da APTA, e a entidade ainda não possui site. Em Pedreira existe uma única entidade empresarial, a Associação Comercial e Empresarial (ACEP). A entidade participa de reuniões e dá apoio para a consolidação do APL Cerâmico de Pedreira, possuindo site próprio com referências aos seus serviços.

Mais recentemente criou-se também a Associação do Turismo Rural de Pedreira, com a Rota das Pedras, e a Associação de Turismo e Produtores Rurais de Pedreira (Agroturismo), incentivando o resgate da história e cultura local, integração das áreas rurais com interesse comum no turismo rural e o incentivo à produção artesanal de produtos do campo como: queijos, compotas, licores, geléias, cachaça, massas etc. Essas entidades não possuem sites próprios.

As entidades empresariais principais existentes em Serra Negra são: a Associação comercial, industrial e agrícola (ACIA) e a Associação dos Hotéis de Serra Negra (Ashores). A ACIA representa os empresários do comércio, indústria, agricultura e turismo do município, organizando a Facitur (Feira do Comércio, Indústria e Turismo de Serra Negra), em parceria com a Sabesp e Sebrae, e realizando parcerias com o Sebrae (Projeto Empreender) e Facesp. A entidade foi fundada em 1980 e possui site próprio. A Ashores representa o significativo setor hoteleiro de Serra Negra. Possui site próprio e apóia eventos como o “Festival de Inverno”.

A Associação, fundada em 13 de fevereiro de 1989, é uma entidade sem fins lucrativos, criada com objetivos de defender os interesses gerais da indústria hoteleira e similares, promover pesquisa, divulgação, formação e reciclagem de mão-de-obra e captação de eventos como exposições, congressos, feiras, concursos e outros. A princípio formada por doze empresas, a Associação não possuía sede própria, sendo suas reuniões realizadas nos próprios estabelecimentos em forma de rodízio(...). Sua primeira sede atuou num espaço concedido pela Prefeitura Municipal e seu fortalecimento permitiu, com o decorrer do tempo, ter uma sede própria. Ao apresentarem necessidades diferentes das apontadas pelos hotéis, os restaurantes, bares e similares passaram a não fazer mais parte desta Associação, que permanece composta somente por representantes da rede hoteleira. (<http://www.ashores.com.br/historia.htm>).

Existe ainda a Associação Serra Negra Viva, que não é apenas uma associação de empreendimentos, mas que busca promover eventos culturais, esportivos e o turismo dentro de princípios de sustentabilidade ambiental e social. A entidade possui vinte associados e dá

apoio ao turismo rural, hospedagem e gastronomia. A Associação possui site próprio (<http://www.serranegraviva.com.br>), expondo seus objetivos e áreas em que atua.

Em Socorro atuam duas associações empresariais e uma associação específica da Feira permanente de malhas. A Associação comercial e empresarial (ACE) foi fundada em 1984 e tem por objetivo prestar serviços a seus associados nas áreas de informações, institucional, consultoria empresarial, econômica e jurídica, através de sua estrutura de apoio e Banco de dados. A entidade coloca que também oferece cursos e palestras, incluindo parcerias com o Sebrae (Projeto Empreender), Senac e a Faculdade UNIFIA, de Amparo. A entidade também é a organizadora principal da feira Socorro Expo-fair, que reuniu na edição 2009 sessenta expositores nos segmentos de malharias, turismo de aventura e rural, gastronomia e artesanato, tendo também site próprio (<http://www.ace-socorro.com.br>), com atualizações sobre cursos e projetos realizados. A Feira Permanente de Malhas, localizada na Rodovia Dep. Antonio de Cunha Bueno, se constituiu enquanto associação de comerciantes de varejo há cerca de dez anos. Sua estrutura comporta quarenta e sete lojas nas várias modalidades do tricô: tecidos, blusas, calças, camisas, conjuntos, jaquetas, gorros, cachecol, luvas, meias, etc.; além de estacionamento, lanchonete, sanitários e playground. A feira também possui site próprio. (<http://www.feirademalhas.com.br>).

TABELA 17 - ORGANIZAÇÕES EMPRESARIAIS, PROFISSIONAIS E PATRONAIS DO CIRCUITO DAS ÁGUAS EM 2005

MUNICÍPIOS	ORGANIZAÇÕES
Águas de Lindóia	2
Amparo	5
Jaguariúna	2
Lindóia	0
Monte Alegre do Sul	0
Pedreira	1
Serra Negra	3
Socorro	2
Total	14

Fonte: Rais-2005

3.2.2.4 – Sindicatos

Como contraponto ao discurso empresarial que geralmente está arraigado em projetos de desenvolvimento territorial baseados em Arranjos produtivos locais e Circuitos espaciais, como os turísticos, os sindicatos aparecem como instituições que trazem o discurso da classe dos trabalhadores empregados em indústrias, lojas, hotéis, restaurantes, entre outros. No Circuito das águas existem onze entidades sindicais com atuação interna, sendo que o

município com maior número de sindicatos é Jaguariúna, o mais industrializado do Circuito.

(tabela 18)

A atividade sindical regional percorre os segmentos de fiação, tecelagem, metalurgia/mecânica e elétrica, instituição de pesquisa, alimentação, farmacêutico, indústria de cerâmica e vidros, comércio, atividade hoteleira, bares e restaurantes e trabalhadores rurais.

Os sindicatos não aparecem em matérias da mídia sobre as parcerias institucionais inerentes ao Consórcio do Circuito das Águas e aos APLs do Circuito. No Comtur (Conselho municipal) de Serra Negra, o Sindicato Rural local tem representação. No Comtur de Jaguariúna já não há representação sindical. Fato interessante é que um antigo diretor do Sindicato dos trabalhadores no comércio hoteleiro e similares de Águas de Lindóia e Região, Dagnaldo de Araújo Silva, ocupa atualmente uma diretoria na administração pública municipal de Águas de Lindóia (Diretoria do Serviço autônomo de Balneoterapia e Fisioterapia).

Em Pedreira está presente o Sindilouça, Sindicato da Indústria de Cerâmica de Louça e porcelana de São Paulo. Trata-se de sindicato que representa micro e pequenos empresários do município e não necessariamente os trabalhadores do ramo de atividades. Mesmo assim, é a única instituição que representa o segmento cerâmico no município, oferecendo auxílio jurídico, institucional, comercial, etc. O Sindicato foi fundado em 1934 e possui site próprio. (<http://www.sindiloucasp.org.br/>).

Tal panorama demonstra que os sindicatos de trabalhadores não aparecem como instituição das mais representativas na articulação de poderes da governança territorial do Circuito das Águas.

TABELA 18 - ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÕES SINDICAIS DO CIRCUITO DAS ÁGUAS EM 2005

MUNICÍPIOS	SINDICATOS
Águas de Lindóia	2
Amparo	2
Jaguariúna	3
Lindóia	0
Monte Alegre do Sul	0
Pedreira	1
Serra Negra	2
Socorro	1
Total	11

Fonte: Rais-2005

3.2.2.5 – Órgãos de apoio e fomento

As principais instituições externas que atuam em projetos de desenvolvimento territorial no Circuito são: Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e a Secretaria Estadual de Esportes, Lazer e Turismo (Selt) e de Desenvolvimento. Outras instituições também têm desenvolvido trabalhos na região, mas em menor escala: a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), o Serviço Nacional de Aprendizagem (SENAI), o Instituto de Economia Agrícola (IEA) e a entidade privada de viagens CVC.

O Sebrae atua no Circuito das Águas através do escritório regional de Campinas e dos Postos de Atendimento ao Empreendedor (PAE) presentes nas cidades de Jaguariúna, Pedreira e Serra Negra. O principal projeto do Sebrae na região chama-se “Redescobrimo o Circuito das Águas” que tem entre seus objetivos, o fomento ao setor turístico, buscando aumentar o fluxo de turistas em 30% e ampliar a permanência dos visitantes nas estâncias em 45%. O projeto teve início no ano de 2006, em parceria com prefeituras, empresários e Comturs, e culminou com o lançamento de um Catálogo turístico em versão impressa e CD, contendo noventa páginas que expõem as principais atrações e roteiros turísticos do Circuito. Esse catálogo está sendo distribuído em todas as cidades do Circuito e em feiras e eventos realizados pelo Sebrae no Estado de São Paulo.

Segundo o gerente do escritório regional, Vlamir Sartori, o trabalho está focado em ações como estrutura e recepção ao turista, formatação de produtos turísticos, capacitação técnica e gerencial, plano de marketing e eventos, sensibilização e envolvimento da comunidade, e gestão e qualidade da atividade turística. As atividades envolvem várias parcerias e contam com dois comitês, um que reúne três gestores do Escritório Regional do Sebrae para o acompanhamento, monitoramento e operacionalização das ações, e outro formado pelos prefeitos e representantes dos oito municípios. O conjunto de ações conta com oficinas do Programa Sebrae de Consultoria Tecnológica, cursos e palestras de capacitação dos empresários do Circuito das Águas em todas as áreas, incluindo hotéis, agências de turismo, restaurantes e até produtores rurais que recebem visitantes nos roteiros do turismo rural. No Circuito das Águas, foram identificadas mais de 1.200 micro e pequenas empresas envolvidas com o turismo, entre bares, restaurantes e lanchonetes, hotéis, pousadas e albergues. Com as ações planejadas e a participação dos empresários do setor, a expectativa é ampliar o potencial turístico dos municípios, gerando emprego e renda para a população e o desenvolvimento territorial do Circuito das Águas. (<http://www.abeta.com.br/aventura-segura>)

O Sebrae também tem divulgado o Circuito turístico em feiras externas, como o Salão de Turismo de São Paulo de 2008 (realizado no Anhembi), e feiras dentro do Circuito, como a

Socorro Expo-fair/2009, que contou com o patrocínio da instituição. Além disso, presta assessoria técnica e oferece cursos de capacitação nas cidades da região.

O diretor do SEBRAE Milton Dallari, esteve em Pedreira, na última sexta-feira, dia 7, para oferecer mais incentivos ao PAE – Posto de Atendimento ao Empreendedor de Pedreira – abrindo desta forma novas oportunidades aos pequenos e microempresários. Milton Dallari, que estava acompanhado do diretor do SEBRAE Campinas Walmir Sartori, conversou demoradamente com o prefeito Hamilton Bernardes Junior e o secretário de Desenvolvimento Econômico Jair Roberto Cassiani. Enfatizou que o PAE de Pedreira foi o que mais cursos ofereceu na Região em 2007 e quer o prosseguimento desse importante trabalho (<http://www.pedreira.sp.gov.br/port/noticias>).

A Secretaria de Esportes, Lazer e Turismo (SELT), do governo do Estado de São Paulo, desenvolve dois projetos na região, através de parcerias e convênios com prefeituras municipais (*como disse o secretário Claury Santos Silva, em reunião na cidade de Serra Negra com prefeitos da Associação das Prefeituras de Cidades-Estâncias do Estado de São Paulo – Aprecesp*). O primeiro tipo de iniciativa envolve os recursos repassados pelo Departamento de Apoio ao Desenvolvimento de Estâncias (DADE) para o desenvolvimento turístico dos municípios (R\$ 153 milhões em 67 estâncias turísticas no ano de 2008). Outro projeto é o de “Roteirização Turística”, que envolve investimentos na identificação, organização, infraestrutura, capacitação, divulgação e comercialização do setor turístico. A Secretaria de Desenvolvimento do Estado também realiza trabalhos com Arranjos Produtivos Locais (APLs). Na região existem duas concentrações industriais identificadas como aglomerados ou potenciais APLs: o de confecção de Roupas infantis de Amparo e o de malharias de Socorro, Águas de Lindóia e Lindóia.

A Fiesp coordena o projeto APL Cerâmica na cidade de Pedreira, junto com o IPT (Análise de materiais), o SENAI (construção do Laboratório de ensaios em Cerâmica Branca) e a Universidade Federal de São Carlos (colaboração técnica e científica na Central de massas) (<http://www.pedreira.sp.gov.br/port/img/tecno>). O IEA, por sua vez, trabalha em parceria com o Polo APTA (Associação Paulista de Tecnologia em Agronegócio) Regional Leste junto com produtores de cachaça de alambique na região do Circuito das Águas, buscando aumentar a competitividade desse segmento e reforçar estruturas de governança locais.

A operadora de viagens CVC realizou a primeira excursão pelo Circuito das Águas no período de 1 a 6 de Fevereiro de 2008. A partir de então, o roteiro terrestre já consta no site da operadora como uma das opções de viagem que ela organiza. O roteiro se estende por seis

dias¹⁸ e passa por todas as cidades do Circuito, conciliando as visitas aos principais pontos turísticos, compras no comércio e outros estabelecimentos e hospedagens na rede hoteleira da região. Desde então, vem ocorrendo excursões quase mensais para o Circuito das Águas (<http://www.jornalomunicipio.com.br/noticias>).

3.2.2.6 – Fontes de financiamento

O Circuito das Águas conta com cinquenta e um estabelecimentos de intermediação financeira, distribuídos desigualmente dentro da região (**tabela 19**). As fontes de financiamento, como bancos, agências financeiras e cooperativas de crédito, teriam a finalidade de garantir o montante de recursos para investimentos na expansão de negócios (produtivos e turísticos), geração de empregos e crédito ao consumo.

Dentre as instituições bancárias tradicionais, uma das mais atuantes no apoio a eventos e feiras da região é o Banco do Brasil (apoio na Socorro Expo-fair). No site das Associações comerciais encontram-se frequentemente indicativos de parcerias com a Nossa Caixa (Caixa Econômica do Estado de São Paulo), que foi adquirida recentemente pelo Banco do Brasil.

Mais próximos dos micro e pequenos empresários atuam os Bancos do Povo Paulistas, com agências em Amparo, Jaguariúna, Pedreira, Serra Negra e Socorro. O Banco atua de forma similar em todos os municípios onde está instalado, quanto àquilo que será financiado (início do negócio, capital de giro, crédito e investimento fixo), exigências (estar produzindo,

¹⁸ Roteiro turístico Circuito das Águas: 1º dia (domingo) - São Paulo / Jaguariúna / Pedreira / Amparo 07h00 - Saída de São Paulo com destino a Campinas - Estação Ferroviária de Anhumas. Saída de Campinas de Trem turístico com destino a Jaguariúna. - Jaguariúna: Visita ao Museu Ferroviário de Jaguariúna.. - Pedreira: Tempo livre na cidade de Pedreira para Turismo de Compras em mais de 450 lojas que vendem os mais variados produtos de louça, porcelana, cerâmica, faiança e artesanato em geral seguido de almoço (não incluído - sugestão: Restaurante da Bela).- Amparo: Visita a Catedral de Amparo de riquíssima arte contando inclusive com quadros de Benedicto Calixto e o Museu Histórico Regional que é um dos principais do interior de São Paulo. - Socorro: Chegada ao hotel, hospedagem e noite livre para curtir o hotel e Jantar (incluído). 2º dia (segunda-feira) – Socorro Café da manhã e saída com destino: - Socorro: Visita ao Centro de Turismo Rural Campo dos Sonhos, um dos principais do interior de São Paulo. Almoço incluído na área de Ecoturismo da cidade de Socorro e visita a Parques de Ecoturismo. City tour pela cidade visitando os principais pontos turísticos da cidade. Retorno ao hotel. Final de tarde e noite livre com Jantar (incluído). 3º dia (terça-feira) - Socorro / Serra Negra / Monte Alegre Café da manhã, Check-out e saída com destino: - Socorro: Visita a 2 Centros de Compras de Malhas de Socorro com mais de 100 lojas vendendo direto do produtor ao turista. - Monte Alegre do Sul: Visitas ao Santuário, a loja dos Produtores de Cachaças e ao Ateliê da Fonte. - Serra Negra: Visita ao centro comercial com inúmeras lojas vendendo artesanato, malhas da região e roupas e artefatos de couro, almoço livre (não incluído - sugestão: D'Vinci). Roteiro da Rota do queijo e vinho. Saída com destino a Águas de Lindóia, hospedagem no hotel e jantar (incluído). 4º dia (quarta-feira) - Águas de Lindóia Café da manhã e saída com destino: - Águas de Lindóia: City Tour com visita ao mirante do Cristo, ao Balneário um dos principais do país, com água de qualidade internacionalmente conhecida e visita ao shopping Monte Real. Tarde Livre para curtir Águas de Lindóia (almoço não incluído - sugestão: sugestão: Chic Chopp). Noite livre e jantar (incluído). 5º dia (quinta-feira) - Águas de Lindóia / Lindóia Café da manhã e check-out no hotel. - Lindóia: Visita ao Engenho Cavalão de Tróia empreendimento de turismo rural para degustação de vinho e cachaça, presenciar a fabricação de produtos de milho, presenciar uma torrefação de café e o famoso sorvete de queijo, (almoço não incluído - sugestão: leitão a pururuca). Retorno à cidade de origem. (<http://www.cvc.com.br>)

no município há mais de seis meses, formal ou informalmente, residir ou ter negócio há mais de dois anos no município, ter faturamento bruto de até R\$ 240.000,00 nos últimos doze meses, não possuir restrições cadastrais no SERASA), garantias, prazos e valores (de R\$ 200,00 a R\$ 5.000,00 para pessoa física; de R\$ 200,00 a R\$ 7.500,00 para pessoa jurídica e agronegócio, e de R\$ 200,00 a R\$ 5.000,00 para Associações e Cooperativas) (<http://www.bancodopovo.sp.gov.br>). As operações no Banco do Povo de Serra Negra foram um dos motivos que valeu ao ex-prefeito do município o prêmio de “Prefeito empreendedor” do Sebrae/SP, no ano de 2008.

TABELA 19 - ESTABELECIMENTOS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA DO CIRCUITO DAS ÁGUAS EM 2005

MUNICÍPIOS	INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA
Águas de Lindóia	7
Amparo	13
Jaguariúna	8
Lindóia	1
Monte Alegre do Sul	1
Pedreira	7
Serra Negra	6
Socorro	8
Total	51

Fonte: RAIS-2005

3.2.2.7 – Instituições de Ensino e Pesquisa

A região do Circuito turístico das Águas conta com cerca de oito instituições na área de ensino superior, ensino técnico e pesquisa. Na região apenas não há instituição pública de ensino superior, mas existem trabalhos da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) junto à indústria cerâmica de Pedreira, além da proximidade do Circuito com o parque universitário, científico e tecnológico de Campinas, que conta a Universidade de Campinas (Unicamp). Há três instituições de ensino superior privadas (Faculdades de Jaguariúna-FAJ, Faculdades Integradas de Amparo-Unifia e Faculdades XV de Agosto de Socorro), duas escolas técnicas públicas (Centro Paula Souza em Amparo e Senai em Jaguariúna), uma escola da Rede Sesi (Amparo) e duas instituições de pesquisa (Embrapa-Meio Ambiente em Jaguariúna e Laboratório do Senai em Pedreira), além de grande número de escolas públicas e privadas de ensino fundamental e médio.

O Serviço Nacional de Aprendizagem (Senai) de Jaguariúna oferece cursos técnicos gratuitos nas áreas de Eletrônica e Telecomunicações, atendendo a demanda de trabalhadores especializados para o polo industrial local, além de prestar serviços de assessoria técnica e

tecnológica em diversas áreas. (<http://www.sp.senai.br/jaguariuna>). A unidade do Senai de Pedreira funciona como laboratório para análises e testes físico-químicos de materiais cerâmicos usados na indústria local de cerâmica de porcelana. Além disso, a prefeitura municipal firma parceria com a Unidade móvel do Senai para oferta de cursos pagos (Eletroeletrônica, Metrologia, Técnicas gerenciais, entre outros).

A Escola Técnica Estadual João Belarmino, de Amparo, é ligada à rede de escolas técnicas do “Centro Paula Souza”, da Secretaria de Desenvolvimento do Estado de São Paulo. A instituição surgiu em 1913, como Escola de Artes e Ofícios de Amparo, e atualmente oferece cursos técnicos de Administração, Contabilidade, Agenciamento de viagens, Edificações, Eletrotécnica, Enfermagem, Hospedagem, Logística, Marketing, Mecânica e Segurança do Trabalho. (<http://www.centropaulasouza.sp.gov.br/Ete/Escolas/Campinas>).

A unidade da Embrapa de Jaguariúna foi criada em 1985, com atuação específica na área de sustentabilidade e meio ambiente, sendo um centro de pesquisa de referência nacional e internacional em questões relacionadas à gestão ambiental territorial, atuando junto às comunidades rurais e aos principais componentes da cadeia produtiva (<http://www.cnpma.embrapa.br/unidade>)

O Centro Universitário Amparense (Unifia) surgiu em 1971 e oferece cursos nas áreas de graduação (Administração, Biomedicina, Ciências Contábeis, Biologia, Educação Física, Enfermagem, Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Nutrição, Química Industrial e Serviço Social), Licenciatura (Letras e Pedagogia), superior em formação tecnológica (Análise e Desenvolvimento de Sistema, cursos de Gestão, Marketing, Segurança do Trabalho). (<http://www.unifia.edu.br/cursos>). Percebe-se que alguns de seus cursos têm vinculação direta com a atividade industrial local, oferecendo mão-de-obra para esses segmentos (Ex: área de Detergentes e produtos de limpeza – Química Industrial). A Faculdade XV de Agosto, de Socorro, oferece apenas cursos de Administração, com ênfases específicas (Administração, Sistema de informação e Turismo e meio ambiente). A instituição teve autorização para seu funcionamento em 2001.

As Faculdades de Jaguariúna (FAJ) possuem laços estreitos com o Consórcio intermunicipal do Circuito das Águas. Além de ter, desde 2008, a sede do Consórcio em suas dependências, junto ao curso de Turismo e Hotelaria, a Faculdade também desenvolve parcerias com o Circuito e o Sebrae para oferta de cursos para Agências de viagens, empreendedores turísticos e alunos de Turismo (<http://www.sebraesp.com.br/principal/sebrae>).

A coordenadora do curso de Turismo da FAJ, Márcia Lima Bortoletto, também comenta sobre a parceria com o Circuito e a inauguração da sede, que segundo ela é um momento único para todos na região. “Essa ação é muito importante para todos nós, pois retrata a integração entre o curso de Turismo da FAJ e a região, além da solidificação do desenvolvimento do Turismo no Circuito”, diz Márcia. A criação da sede do Consórcio reforça ainda mais a importância da profissão do turismólogo e a empregabilidade dos alunos da faculdade. “Temos estagiários que já realizam tarefas para o Circuito, o que também contribui significativamente para a formação de nossos alunos”, comenta Márcia. (<http://www.jaguariunaonline.com.br>, 25/06/2008)

3.2.2.8 – Feiras e Eventos

Nas cidades do Circuito das Águas ocorre uma grande variedade de feiras, festivais culturais, exposições e eventos que ajudam a consolidar a região como um dos principais destinos turísticos do Estado de São Paulo. Considerando os eventos abertos ao público em geral, essa pesquisa elencou cerca de catorze eventos significativos no sentido de atrair turistas para a região, fomentando as aglomerações produtivas e a economia local.

Águas de Lindóia e Amparo já estão em seu nono Festival de Inverno, buscando parcerias para trazer atrações musicais e artísticas para a região. Em Águas de Lindóia ocorre também há catorze anos o Encontro Paulista de Automóveis Antigos, o maior do gênero de antigo-mobilismo. O evento chega a atrair um público para a cidade de 350 mil pessoas (TRIBUNA DAS ÁGUAS, p. B1, 18/04/2009). Em Jaguariúna ocorre uma das mais famosas festas de rodeio do Brasil, o Jaguariúna Rodeo Festival, iniciada em 1989 junto com a festa típica local de Romaria (Cavalaria Antoniana). Além disso, a cidade organiza também a ExpoJaguariúna, grande feira de produtos turísticos e tecnológicos.

Monte Alegre do Sul organiza no mês de Agosto sua tradicional Festa do Morango, que já está em sua décima sexta edição. Em Pedreira existe a Feira Industrial de Louças (FIP), que atua nos mesmos moldes da Feira das Malhas de Socorro, na forma de Associação de produtores com produção e comércio em um ramo, uma sociedade civil sem fins lucrativos que realiza exposições desde 1976.

Em Serra Negra ocorre há sete anos a Facitur, expondo produtos do artesanato, comércio, indústria e turismo local e regional no Centro de Exposições “Circuito das Malhas”. A cidade também realiza em julho eventos culturais como; o Festival ARS de Música Clássica e o Festival de Inverno. Em Socorro ocorre a já tradicional Socorro Expo-fair, com mais de sessenta expositores em 2009. Trata-se de uma vitrine para o lançamento das modas de inverno que serão vendidas nas malharias da cidade.

Na rede hoteleira de Águas de Lindóia e Serra Negra também ocorre grande número de congressos, encontros e eventos de especialidades profissionais, grupos sociais, entre outros, aproveitando-se das excelentes instalações de auditórios e hospedagens que alguns hotéis oferecem. Há também a tradição de equipes de futebol que realizam suas pré-temporadas e concentrações em hotéis da região, como ocorreu com a Seleção brasileira de futebol antes das Copas de 1958, 1962 e 1966, com hospedagens em Serra Negra. No site da Ahal, listam-se eventos já ocorridos em Águas de Lindóia e que tiveram a participação direta da rede de hotéis da cidade:

Maratona das Águas, Encontro Paulista de Autos Antigos, Salão de Motos Clássicas, Rally Cross Country / Copa Circuito das Águas de Enduro Cross Country, Encontro Land Rover, Lançamento do Calendário da Federação Paulista de Futebol, SP Int'I Cup - Torneio Internacional de Futebol Sub-17, Pré-temporada de Clubes de Futebol - Corinthians, Palmeiras, Guarany, e Atlético Mineiro, AVIESTUR - Feira e Bolsa de Negócios de Turismo do Interior, Olimpíada do Turismo Aviesp, Jogos da Comunidade Italiana, Encontro da Feliz Idade, Congresso de Ciências Farmacêuticas, Encontro do Serviço de Evangelização para a América Latina, Congresso do Sindicato dos Corretores de Seguros de São Paulo, Feira de Peças e Comercialização de Veículos Antigos, Reunião Anual da Federação de Sociedades de Biologia Experimental (FESBE), Congresso Nacional de Genética SBG - Sociedade Brasileira de Genética, Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Pesquisa Odontológica, Congresso Pentecostal Brasileiro, Congresso Latino Americano de Microbiologia e Higiene de Alimentos, Convenção Lacta, Congresso Nacional de Educação Infantil, Encontro Paulista de Enfermagem em Nefrologia, Congresso Brasileiro de Medicina Veterinária, Congresso Paulista de Veterinária, Congresso Brasileiro De Clínicos Veterinários de Pequenos Animais, Encontro de Corretores de Seguro do Interior de São Paulo, Congresso Internacional de Reabilitação Motora(...), Simpósio de Plantas Medicinais do Brasil, ICAM - International Congress on Applied Mineralogy, Encuentro de Filosofia e Historia de la Ciencia del Cono Sur, Congresso Brasileiro de Catálise, Reunião Anual da Confederação das Associações Americanas para uma Agricultura Sustentável (...), Seminário de Violão do Conservatório Souza Lima, Congresso Estadual Paulista sobre formação de Educadores - UNESP Seminário da Associação de Exportadores de Malhas do Circuito das Águas, Brazilian Workshop on Semiconductor Physics, Reunião de Trabalho em Física Nuclear no Brasil, Simpósio de Ecossistemas da Costa Sul e Sudeste Brasileira, Annual Meeting of The Brazilian Society for Immunology, Encontro de Economistas-Ecológicos, Encontro de Física de Reatores e Termo-hidráulica, Congresso Brasileiro de Terapia Ocupacional, Reunião Anual da Sociedade de Pesquisas Odontológicas, Jornada Paulista de Atualização em Doenças Digestivas, Encontro Nacional de Ciências Térmicas, Congresso Ibero-Americano de Biologia Celular. (<http://www.hoteisparaeventos.com.br/atracoes>).

A região tem atraído também eventos na área de esportes de aventura, como *Rallys*, enduros, canoagem, entre outros, tendo como vantagens naturais suas paisagens montanhosas

e os rios e corredeiras em profusão. Por fim, o Carnaval também tem sido um evento capaz de atrair expressivo número de turistas e visitantes para as cidades da região, que preparam programação especial para essa época do ano, com desfiles de blocos, escolas de samba, trios elétricos. Segundo o jornal Tribuna da Águas (06/03/2009, p. A6), o Carnaval na estância de Lindóia reuniu 42 mil pessoas, em um município com população de pouco mais de 5.900 habitantes.

3.2.2.9 – Os Conselhos municipais de turismo (Comtur)

Dentro dos municípios do Circuito funcionam, concomitantemente a instituições como as associações comerciais, sindicatos e autarquias públicas, os Conselhos municipais de turismo (Comtur). Os Conselhos municipais de turismo são órgãos constituídos por setores e segmentos das comunidades locais diretamente ligados à atividade turística e são responsáveis pela execução de políticas municipais de turismo, diagnosticando o potencial turístico dos municípios e divulgando o turismo local.

Tal iniciativa de gestão turística surge no ano de 1994, com o advento do Programa Nacional de Municipalização do Turismo lançado pela Embratur (Empresa Brasileira de Turismo). No Circuito das Águas, apenas o município de Lindóia não consta em dados do IBGE (Informações municipais), jornais e internet sobre a existência de um Comtur municipal.

O Conselho municipal de turismo de Jaguariúna apresenta uma estrutura administrativa constituída de nove representantes do poder público municipal e oito representantes da sociedade civil. Quanto à característica institucional no Conselho, se percebe que o poder público garante uma maioria mínima de representantes, através de suas secretarias municipais, tendo como coordenador geral das reuniões e das ações do conselho a Secretaria municipal de turismo e cultura. Os representantes do setor executivo são indicados pelo prefeito, que pode também modificar o regulamento do conselho através do encaminhamento de projeto de lei à Câmara municipal. A Câmara municipal, assim como os sindicatos de trabalhadores, não possuem representação individual no conselho.

Todos os outros representantes, segundo regimento interno do conselho, também possuem poder decisório. Desse modo, o Comtur de Jaguariúna, assim como a maior parte dos outros conselhos turísticos, se organiza entre Poder público (Secretarias municipais de Turismo e cultura, de Governo, Planejamento, Abastecimento e planejamento, Educação, Esportes e lazer, Saúde, Saneamento básico, Defesa social) e Sociedade civil (Associação comercial e industrial de Jaguariúna, Associação Brasileira de Preservação Ferroviária,

representantes de Hotéis, pousadas e pensões, Restaurantes, Agências de turismo, promotores de eventos, Faculdades de Jaguariúna (FAJ) e Organizações não-governamentais (ONGs). (<http://www.jaguariuna.sp.gov.br/setuc>).

O Comtur de Serra Negra existe desde novembro de 2007, e é constituído por quinze representantes, sendo um para todo o poder executivo (antes desse período era um representante para cada secretaria), Câmara municipal (1), Associação de hotéis (1), Associação comercial e industrial (1), Associação Serra Negra Viva (1), Sindicato Rural (1), Ascafé (1) e, Sociedade civil (8). No conselho, as Associações empresariais e os sindicatos possuem o mesmo peso no que tange aos votos.

Constata-se, no entanto, que o poder executivo ainda centraliza o poder decisório, pois é o prefeito quem indica o seu representante e os oito representantes da sociedade civil. A redução recente do número de integrantes, que caiu de 25 para 15, se deve ao baixo índice de participação de muito deles.

Segundo o então presidente do Comtur, Idenir Perondini, em reportagem do jornal *O Serrano*, alguns representantes do conselho estiveram presentes apenas na posse e nunca mais compareceram a uma reunião; outros pontuam a presença em algumas reuniões, porém não participam ativamente dos trabalhos, e pela lei, já deveriam ter sido excluídos. (<http://www.serranegraviva.com.br/imprensa.htm>). O Comtur de Serra Negra busca um espaço maior de participação política e diálogo com o poder executivo municipal desde 2006, como ficou registrado em reportagem de 18/08/2006 do jornal *O Serrano*:

Integrantes do Conselho Municipal de Turismo de Serra Negra, Comtur, reuniram-se com autoridades públicas para apresentar os diagnósticos, propostas de soluções e projetos para o fomento do turismo de Serra Negra. Inicialmente a ideia era reunir membros dos poderes Executivo e Legislativo, mas somente representantes da prefeitura estiveram presentes. ‘Para mim, o fato de não haver um vereador sequer nessa reunião é um desrespeito ao trabalho de todos os membros das comissões do Comtur’, disse o conselheiro Ricardo Ducceschi. Durante duas horas, com as exposições, alegações e críticas dirigidas ao prefeito, que estava presente, os representantes das comissões mostraram, de forma resumida os resultados de suas pesquisas, levantamentos, debates e horas de estudos de documentos e situações relativas ao segmento mais importante da economia local. ‘O dia de hoje (17 de agosto) é um marco para as discussões. Esperamos que a partir de agora o Comtur seja ouvido nas discussões que envolvam o turismo da cidade’, disse o presidente Idenir Perondini. ‘Esse trabalho precisa ser valorizado’, explicou a conselheira Adélia Beltrami. (<http://www.oserrano.com.br/>)

O Comtur de Socorro foi um dos primeiros a ser formado no Circuito das Águas. Surgiu em abril de 1996 e é composto por representantes de diversos setores ligados ao turismo municipal, e tem como objetivo principal viabilizar medidas no sentido de incrementar e desenvolver o turismo na cidade de Socorro, buscando alternativas que o promovam como fator de desenvolvimento social, econômico e cultural da cidade. (<http://www.socorro.sp.gov.br/comtur.htm>).

O Comtur de Águas de Lindóia é também composto por representantes de segmentos diversos ligados ao turismo local, destacando-se como participantes ativos do conselho: a Diretoria de Cultura, Turismo e Lazer, ligada ao poder executivo; a Associação Comercial e Empresarial (Aceal) e a Associação dos Hoteleiros (Ahal). Em reunião do mês de março de 2007 foi debatida a importância da aproximação entre a Associação Comercial, a Associação dos Hoteleiros e o Poder público para o desenvolvimento turístico municipal. Segundo o Diretor de Turismo de Águas de Lindóia, em matéria divulgada no site da Prefeitura municipal (21/03/2007), as verbas destinadas para o turismo no município são significativas, o problema é a efetiva aproximação da iniciativa privada com o poder público. (<http://www.aguasdelindoiia.sp.gov.br>).

O Conselho possui atualmente dezessete membros e suas reuniões ocorrem toda primeira terça-feira de cada mês na Câmara municipal. No dia 07 de março de 2009 o Conselho se reuniu para definir estratégias a fim de melhorar a qualidade e o potencial turístico da estância. Entre as principais estratégias, aparecem: contratação de pessoal capacitado; divulgação e criação de pontos turísticos e eventos para o município; integração entre hotelaria e comércio; parcerias para o atendimento aos turistas de lazer e eventos; captação de recursos para obras de infraestrutura junto ao Governo do Estado e o Departamento de apoio ao Desenvolvimento de Estâncias (Dade). (TRIBUNA DAS ÁGUAS, p. A4, 07/03/2009).

3.2.2.10 – Gestão e Liderança do Circuito

A principal instância de governança territorial do Circuito é o *Consórcio Intermunicipal do Pólo Turístico do Circuito das Águas Paulista*, existente desde 2004 e certificado pela Embratur (Empresa Brasileira de Turismo). Este consórcio envolve representantes das prefeituras de oito municípios do Circuito, tendo como objetivo divulgar os atrativos turísticos, despertar o interesse de visitantes e colaborar para o desenvolvimento econômico e social de Águas de Lindóia, Amparo, Jaguariúna, Lindóia, Monte Alegre do Sul, Pedreira, Serra Negra e Socorro. A lei que regulamenta os consórcios intermunicipais é de 6

de abril de 2005 (lei 11.107), definindo o consórcio público como associação pública ou pessoa jurídica de direito privado, cujos objetivos são definidos pelos entes federativos consorciados

A oficialização do Consórcio ocorreu no dia 04 de novembro de 2004, em convênio assinado na Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turismo em São Paulo, com a presença do então Secretário Executivo de Turismo, Marco Antonio Castello Branco. Inicialmente foram elaborados roteiros integrados com a participação das oito cidades que compõem o Circuito, sendo que toda a sinalização e divulgação seriam feitas baseadas nesses roteiros e com logotipo do circuito. A Secretaria Executiva de Turismo do Estado de São Paulo imprimiu oito mil folders com informações sobre o Consórcio Circuito das Águas Paulista para distribuição durante o 22º Encontro Comercial da Braztoa (Associação Brasileira das Operadoras de Turismo), que ocorreu quatro dias após a assinatura do convênio. (<http://www.uvesp.com.br/jornal/dezembro2004/5.asp>)

Entre outras vantagens, o Consórcio possibilitará às cidades integrantes pleitear a sinalização turística nas rodovias federais e municipais e verbas para desenvolvimento do turismo local. Agências Municipais de Turismo poderão ser agências receptoras na venda desses pacotes. (<http://www.amparo.sp.gov.br/noticias>)

Participam do Circuito Turístico os prefeitos municipais, os diretores e secretários de turismo das prefeituras participantes e os presidentes dos Conselhos municipais de turismo (Comtur). Inicialmente o conselho teve como presidente o ex-prefeito da Estância de Socorro, José Mario de Faria, como vice-presidente o ex-prefeito de Jaguariúna, Tarcísio Cleto Chiavegatto, e como secretária executiva, Márcia Pinto Lima, então diretora de turismo de Amparo. A diretoria do Consórcio tem um mandato anual e participam das eleições os prefeitos, ocupantes de cargos de secretarias e diretorias ligadas ao segmento turístico, e os representantes dos Conselhos municipais de turismo (Comtur).

Esta composição geriu o consórcio durante seu primeiro ano de funcionamento, entre 2004 e 2005. Para o mandato de 2009 o Consórcio tem a seguinte equipe administradora: presidente: Hamilton Bernardes Júnior (prefeito de Pedreira), vice-presidente: Paulo Miota (prefeito de Amparo), tesoureiro: José Justino Lopes (prefeito de Lindóia), secretário executivo: Ivan Belloli (secretário de turismo de Pedreira), relações institucionais: Carlos Tavares (diretor de Desenvolvimento econômico de Socorro), e diretor administrativo: Geraldo Tartarelli (Presidente do Comtur de Águas de Lindóia). De acordo com Bernardes (<http://www.hoteliernews.com.br>, dezembro de 2008), um dos objetivos de sua gestão será a

busca por apoio ao Circuito por parte do governo estadual e federal, visto que o poder público já coopera com as cidades individualmente, agora o objetivo seria formular projetos para buscar auxílio ao Consórcio como um todo.

As feiras do setor turístico são exemplos de ações concretas do Consórcio intermunicipal no sentido de divulgar os atrativos turísticos regionais. O Consórcio já esteve presente com estande, por exemplo, nas seguintes feiras e eventos: Feira Internacional da Cachaça (Brasil Cachaça), realizada em São Paulo; Feira Internacional de Produtos e Serviços para Gastronomia, Hotelaria e Turismo (FISTUR), em São Paulo; Congresso Internacional de Gastronomia, Hospitalidade e Turismo (CIHART), em São Paulo; ExpoJaguariúna, em Jaguariúna; Salão de Turismo e Salão São Paulo de Turismo, em São Paulo; Feira de Turismo da Associação das Agências de Viagens Independentes do Interior do Estado de São Paulo (Aviestur), em Águas de Lindóia; Congresso Brasileiro de Agência de Viagens (ABAV), no Rio de Janeiro; Festival do Turismo de Gramado, em Gramado/RS; Feira da Providência, no Rio de Janeiro, Encontro Comercial da Associação Brasileira de Operadoras de Turismo (BRAZTOA), entre outras.

Na Feira da FISTUR, por exemplo, o diretor administrativo do Consórcio, Geraldo Tartarelli, ressaltou que diversos contatos interessantes foram conquistados com representantes da rede hoteleira de São Paulo que se interessaram em levar grupos de executivos para realizarem roteiros pelas cidades do Circuito das Águas. (<http://www.circuitodasaguaspaulista.sp.gov.br/noticias>). Tartarelli, tratando do evento “Salão São Paulo de Turismo” realizado no período de 19 a 21 de junho de 2008, salientou que foram distribuídos cerca de dez mil kits contendo folderes do Circuito, das cidades integrantes, de empreendimentos e informativos sobre eventos, como festas de peão, de frutas da época, de exposição e festivais de inverno, lembrando que receberam proposta para participar do evento no próximo ano com representantes de segmentos do Circuito para vender seus produtos, como malhas, couro, louça, cachaça, etc. (<http://www.jornalomunicipio.com.br/noticias>).

Segundo afirmou o prefeito de Serra Negra e então presidente do Consórcio turístico no ano de 2007;

Prefeitos, secretários e diretores se reúnem periodicamente para análise e criação de projetos e ações em benefício das oito cidades do Circuito fundamentais para a maior consolidação do mesmo no setor. A participação nas principais feiras de turismo do país é de extrema importância e retrata essa união do Consórcio. Assim, cada cidade que forma o Circuito das Águas Paulista mostra um pouco de sua cultura e desenvolve ainda mais seu potencial para o turismo. (<http://www.oserrano.com.br>).

O Consórcio do Circuito das Águas teve sua sede inicial na cidade de Socorro, pois na época seu prefeito era o presidente da entidade. Desde 28 de junho de 2008, o Consórcio conta com sede própria em Jaguariúna, nas dependências de uma instituição de ensino superior privado local, as Faculdades de Jaguariúna (FAJ).

O Consórcio se mantém financeiramente com repasses mensais ou anuais das prefeituras integrantes. No entanto, a dotação financeira ainda é um dos principais problemas que pode inviabilizar as ações e projetos de Consórcios e Associações intermunicipais, como a do Circuito das Águas. Segundo dado da Aviestur (2008), o Consórcio gestor do Circuito conta com orçamento anual de R\$ 250 mil, voltado para a ampliação de suas atividades. A prefeitura de Socorro, por exemplo, fez alterar em dezembro de 2006 um artigo de lei que tratava da contribuição mensal com o Consórcio do Pólo Turístico, passando a ter o novo artigo a seguinte redação:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contribuir anualmente com o valor de R\$ 20.045,14 (vinte mil, quarenta e cinco reais e quatorze centavos), com o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO POLO TURÍSTICO DO CIRCUITO DAS ÁGUAS PAULISTA , através de repasses mensais a partir do exercício financeiro de 2007. (<http://www.socorro.sp.gov.br>).

Uma das principais ações do Consórcio é o projeto “Redescobrimo o Circuito das Águas”, em parceria com o Sebrae/SP, escritório regional de Campinas. Esse projeto surgiu em 2005 e resultou em ações como oficinas e workshops, que discutiram vários temas relacionados ao turismo, como por exemplo: Gestão e Liderança, Turismo Receptivo e o Circuito das Águas Paulista como produto, buscando aumentar fluxo de visitantes, divulgar a cultura regional e profissionalizar o turismo nas oito cidades (<http://www.jaguariuna.sp.gov.br>). Segundo a gestora do projeto do Escritório Regional do Sebrae-SP no Sudeste Paulista, Taís Camargo, estão inseridas nesse trabalho as empresas do segmento de atrativos turísticos (empresários do ramo de negócios, empresários dos ramos de hotelaria e gastronomia e agências de turismo), desenvolvendo-se uma série de iniciativas que passam pela melhoria da infraestrutura das cidades para a recepção do turista, formatação dos produtos turísticos, capacitação técnica e gerencial dos empresários que têm negócios focados no turismo, plano de *marketing* e eventos, gestão e qualidade da atividade turística.

Além dos atrativos turísticos, o projeto engloba empreendimentos de hotelaria, alimentação, comércio diferenciado e artesanato, que poderão participar dos programas de capacitação elaborados especialmente para cada setor (<http://www.oserrano.com.br>).

O objetivo do informativo (*Catálogo turístico*) é dar mais visibilidade à região, aumentar a visitação e também o tempo de permanência dos turistas. Eventos de lançamento do catálogo estão ocorrendo separadamente desde março e vão até maio em cada cidade integrante do Circuito. O catálogo é rico em todos os aspectos. Não só em informação, mas também na apresentação em capa dura e na beleza das fotos. Em noventa páginas, traz dados gerais sobre a infraestrutura, geografia e atrativos da região e ainda detalha esses aspectos por cada cidade. A publicação explica as metas do projeto e apresenta as vocações turísticas e culturais dos municípios integrantes, a exemplo dos passeios para compras, das comemorações festivas e da gastronomia. A indicação de roteiros com duração de oito horas e que podem ser feitos num só dia é o “pulo do gato” para as agências de viagens oferecerem aos visitantes. São 20 opções que contemplam uma ou duas cidades por dia sem repetição de atrações para incentivar o retorno do visitante. No percurso foram levados em conta tempo para compras, refeições, locomoção e passeios. No final do guia, uma relação de hotéis, restaurantes e outros serviços especificados por cidade servem de apoio aos turistas. A ideia é que as publicações sejam atualizadas anualmente. (<http://www.cpopular.cosmo.com.br>)

O Consórcio também viabiliza a união de prefeitos e harmonização de interesses políticos com o objetivo de solicitar investimentos e apoio das instâncias federal e estadual de poder para os projetos turísticos, econômicos e sociais dos municípios da região.

O prefeito Paulinho Scachetti esteve despachando na última quinta-feira, 28 de fevereiro de 2008, com o Secretário Estadual de Esporte, Lazer e Turismo do Estado de São Paulo, Claury Santos Alves da Silva, junto com os prefeitos e representantes do Consórcio Intermunicipal do Circuito das Águas Paulista e o gestor do Circuito, Geraldo Tartarelli Pontes. Na audiência foi solicitado o apoio da Secretaria Estadual para a confecção do Guia Informativo Turístico do Circuito das Águas, a realização de shows regionais no Festival de Inverno 2008 nas oito cidades que compõem o Circuito, além da confecção de 50 mil folders explicativos em três idiomas (português, inglês e espanhol) e de 25 mil cartões postais das cidades. O Secretário Claury da Silva recebeu também três solicitações de Serra Negra. A primeira no sentido de autorizar a liberação de R\$ 80 mil reais para a construção de uma quadra poli esportiva e as demais pedindo a liberação de 100 mil reais cada para a construção de um campo de futebol e vestiário no bairro das Palmeiras e no loteamento Nova Serra Negra. O Secretário Claury da Silva disse ao prefeito Paulinho Scachetti que também é o presidente do Consórcio do Circuito das Águas, que todos os pleitos serão encaminhados para estudo para posterior autorização por parte do Governo do Estado de São Paulo. (<http://www.oserrano.com.br>).

Outros exemplos de aparentes benefícios resultantes de reivindicações de políticos da região do Circuito estão associados às melhorias na malha rodoviária regional. No dia 20 de junho de 2009 foi inaugurada a estrada vicinal asfaltada que liga os municípios de Águas de

Lindóia e Socorro, um trecho de nove quilômetros, sendo mais uma opção de ligação entre os Estados de São Paulo e Minas Gerais. Segundo o diretor regional do DER, Sr. Cleiton Souza, os recursos para a obra foram de dois milhões e cem mil reais. (<http://www.aguasdelindoiia.sp.gov.br>). Outra obra viária relevante para a região é a duplicação da rodovia João Beira (SP 95), entre Jaguariúna, Pedreira e Amparo, ligando a região de Campinas ao Circuito das Águas em um trecho de trinta e oito quilômetros. Segundo o governador do Estado de São Paulo, José Serra (PSDB), as obras começam ainda em 2009 e devem ser concluídas em dois anos, com investimento calculado em R\$ 35 milhões disponibilizados pelo Estado, independentemente do processo de concessão de rodovias paulistas. (<http://www.cpopular.cosmo.com.br>). Outra rodovia vicinal que foi asfaltada em 2009 é a que liga os municípios de Itapira e Águas de Lindóia, através do bairro rural da Ponte Nova. Esse trecho cria outra opção de ligação do Circuito das Águas com as cidades da região de Campinas.

Na área de Esportes e Lazer, os diretores de esportes das cidades de Águas de Lindóia, Lindóia, Serra Negra, Monte Alegre do Sul, Amparo, Pedreira e Jaguariúna, reuniram-se com o prefeito de Águas de Lindóia, Martinho Antonio Mariano, a Inspetora de Esportes do Circuito das Águas, Wanda Carmen Batista, e a representante do Sesc-Campinas, Denise Mariano, na prefeitura de Águas de Lindóia, no dia 15 de junho de 2009, para definir um calendário de eventos esportivos envolvendo a região do Circuito das Águas. (<http://www.oserrano.com.br>).

Na área ambiental, representantes do Consórcio intermunicipal já tomaram posturas favoráveis ao desenvolvimento sustentável da região, buscando preservar áreas verdes e mananciais hídricos. Conforme noticiou a Folha de S. Paulo (<http://www.perfuradores.com.br>), os prefeitos dos municípios que compõem o Circuito das Águas - Amparo, Lindóia, Águas de Lindóia, Serra Negra, Socorro e Monte Alegre do Sul - enviaram ao DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral), no final do ano de 2004, um documento pedindo a suspensão temporária da concessão de novas lavras de água mineral na região, pois os prefeitos temiam o impacto que o excesso de exploração poderia causar ao meio ambiente e ao turismo regional. Conforme declarou à Folha o prefeito de Serra Negra à época, Paulo Roberto Schachetti, havia mais de oitenta pedidos de novas lavras no DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral) só para Serra Negra. A proposta dos prefeitos era de que novas concessões de lavra só viessem a ocorrer após um estudo hidrogeológico que comprovasse a disponibilidade de reservas de água mineral. Outro exemplo foi a participação institucional do Circuito turístico no 22º. CIHART, Congresso internacional que promove a

discussão de temas da atualidade do Turismo no mundo, como a sustentabilidade e a preocupação com a preservação do meio ambiente.

Um dos convidados a palestrar sobre o assunto “preservação do meio-ambiente”, foi o diretor administrativo do Consórcio Turístico Intermunicipal do Circuito das Águas Paulista, Geraldo Tartarelli. Sob o tema deste ano do evento, "Preservar a Amazônia, Pantanal e Mata Atlântica com Turismo Sustentável" (...), Tartarelli explicou como proteger pontos turísticos sustentáveis. Em seu discurso Tartarelli comentou que “se não protegermos nossas matas e nossos mananciais, nossas reservas de água, atividades turística como o rafting não serão mais possíveis de serem realizadas”. “Entre as cidades que formam o Circuito das Águas Paulista estão seis estâncias termais, sendo que no total são 12 no Estado de São Paulo, isto é, metade está em nossa região. De nada valerá a pena o esforço em realizar uma boa divulgação do Circuito das Águas Paulista se não houver uma conscientização para a preservação da natureza e de uma recuperação de tudo o que já foi perdido ao longo dos anos. Hoje, existe a necessidade de um desenvolvimento maior no Turismo que envolve a água como uma alternativa para conquistar o bem-estar, para alcançar a beleza plena, como uma coadjuvante da medicina em tratamentos alternativos, curativos e relaxantes”, afirmou o diretor administrativo do Consórcio em sua palestra. (<http://www.circuitodasaguaspaulista.sp.gov.br/noticias>)

Destaque individual do Circuito foi o ex-prefeito de Serra Negra, Sr. Paulo Roberto Schachetti, que em 2008 ganhou, pela segunda vez, o selo “Prefeito Empreendedor Mário Covas”, concedido pelo Sebrae/SP devido às suas ações em favor de micro e pequenos empresários, com a implantação do Posto de Atendimento ao Empreendedor (PAE), as operações realizadas pelo Banco do Povo para fortalecimento de pequenos negócios, os cursos profissionalizantes oferecidos pela escola “José Franco de Godoy”, investimentos na área rural e apoio ao desenvolvimento sustentado. Foi o único prefeito do Circuito a receber o referido prêmio. (<http://www.serranegra.sp.gov.br/Diario%20Oficial>).

No entanto, o Consórcio intermunicipal do Circuito turístico, na condição de principal articulador da governança territorial da região, ainda carece de ação política mais ampla na direção de outros segmentos sociais, como o trabalhista, com os sindicatos; o educacional, com escolas técnicas e faculdades (além da FAJ); o ambiental, com ONGs e entidades especializadas; entre outros atores da sociedade civil organizada. Nas reuniões do Consórcio geralmente estão presentes os prefeitos, secretários de governo e presidentes de Conselhos municipais de turismo (Comtur), havendo um revezamento anual de prefeitos na presidência do Consórcio.

A questão turístico-hoteleira é ainda a prioridade do Circuito, considerando os documentos analisados neste estudo e as parcerias buscadas pelo Consórcio, e em tal quesito tem conseguido atuar de forma exitosa, divulgando o turismo regional internamente e em

feiras nacionais, atraindo maior fluxos de turistas. Para se ter uma ideia, apenas no inverno e período de férias de julho, eram esperados no Circuito cerca de 600 mil turistas, de acordo com o secretário executivo do Circuito, Carlos Tavares.

Mas os benefícios advindos com o incremento turístico são distribuídos entre as comunidades locais e plenamente divulgados? Segundo opinião de um morador de Águas de Lindóia entrevistado, a Associação dos Hoteleiros local (Ahal) muitas vezes toma decisões prejudiciais ao comércio, retendo em seus estabelecimentos turistas que deixam de consumir nas lojas, bares, restaurantes e supermercados da cidade.

Outra situação também evidenciou conflitos de interesses entre atores do Circuito das Águas: um conjunto de comerciantes de Águas de Lindóia, 150 no total, fizeram um abaixo-assinado pedindo a não realização de um evento chamado “Shopping das Águas”, que acontece no mês de julho em uma das ruas mais movimentadas da cidade. Segundo os manifestantes, o evento atrapalha e motiva a queda das vendas nos comércios fixos, em pleno período de alta temporada. Outra crítica é a de que os boxes do evento são ocupados por comerciantes de outras cidades. Segundo o organizador do evento para o ano de 2009, a prefeitura municipal concedeu a ele alvará de funcionamento, e além disso, o evento conta com apoio da Associação comercial e empresarial de Águas de Lindóia (Aceal) e os comerciantes da cidade terão prioridade na ocupação de boxes (TRIBUNA DAS ÁGUAS, p. A4, 06/06/2009).

No entanto, o Consórcio intermunicipal do Polo turístico ainda é instituição relativamente jovem (pouco mais de quatro anos de existência), e a considerar pelas iniciativas e projetos já realizados, terá tempo para ampliar suas ações e garantir um trabalho coletivo e para a totalidade das cidades integrantes, como afirmou o atual presidente do Consórcio, prefeito Hamilton Bernardes Jr. O gerente comercial da CVC para São Paulo e Espírito Santo, Márcio Almeida, comentou que o “O Circuito está muito bem administrado através do Consórcio Turístico intermunicipal do Circuito das águas, principalmente em sustentabilidade e divulgação”. (TRIBUNA DAS ÁGUAS, p. D1, 20/09/2008).

Portanto, com base na **tabela 9** (p. 84) e nas demais análises, conclui-se que a governança territorial no Circuito das Águas adquire uma conotação pública, visto que no Consórcio intermunicipal a atuação de maior destaque é a dos prefeitos, seguidos por secretários e diretores municipais e os presidentes dos Conselhos municipais de turismo.

3.2.3 – A rede de municípios e seu papel no Circuito Turístico

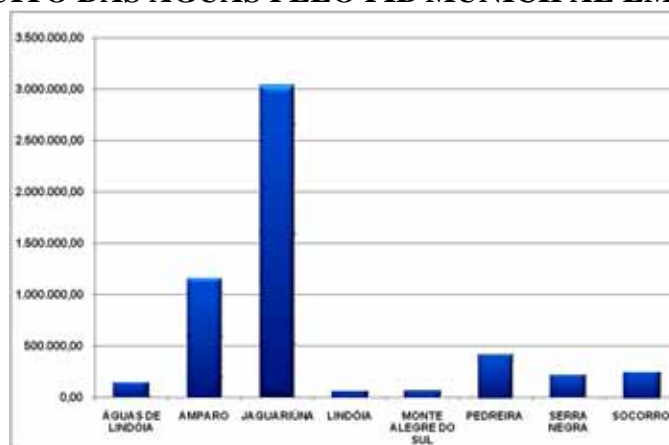
Verifica-se na rede de municípios do Circuito das Águas uma diferença entre seus integrantes em relação ao peso econômico, infraestrutura turística e desenvolvimento social, concluindo que se trata de uma relação econômica regional exercida em patamares desiguais, em comparação com a governança política do Consórcio Intermunicipal, que coloca todos os oito municípios do Circuito em condições de igualdade institucional.

Segundo Corrêa (2004) a rede urbana é simultaneamente um reflexo da divisão territorial do trabalho assim como uma condição para a sua realização. É reflexo, na medida em que em razão de vantagens locacionais diferenciadas, verifica-se uma hierarquia urbana e uma especialização funcional típica de cidades industriais, político-administrativas e portuárias. E é condição para a divisão territorial do trabalho através das funções articuladas de suas cidades – bancos, comércio atacadista e varejista, indústria e serviços de transportes, armazenagem, contabilidade, educação e saúde, etc. Considera-se, portanto, que a governança territorial em uma rede de municípios depende diretamente dos fatores que caracterizam a divisão territorial do trabalho em uma rede urbana.

Constata-se que o nível de renda e a infraestrutura industrial (**figuras 15, 16 e 17**) não coincidem diretamente com o desenvolvimento turístico, evidenciando que o turismo é atividade econômica que possui impactos diferentes nas cidades da região, considerando suas vantagens naturais, tradição no segmento, entre outros. Essa conclusão fica clara ao se comparar o PIB municipal de Jaguariúna com os PIBs individuais dos outros municípios do Circuito. Esse mesmo raciocínio pode ser feito com os empregos gerados, dando larga vantagem aos municípios de Amparo e Jaguariúna. O mesmo raciocínio não cabe, no entanto, para os estabelecimentos formais.

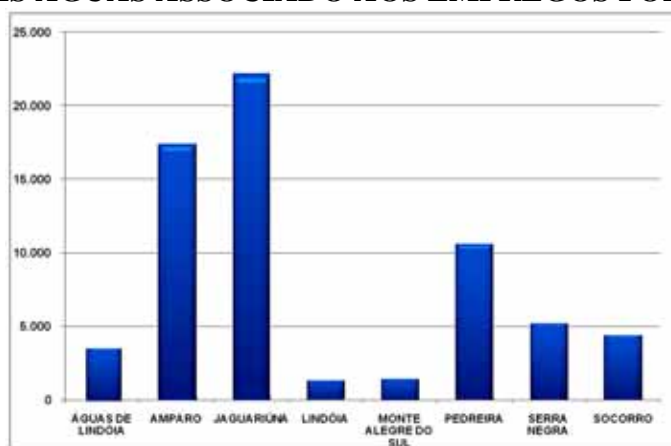
Cabe indicar também que todos os municípios do Circuito das Águas apresentam IDHs altos, acima de 0,8 (0-0,5: baixo; 0,5-0,8: médio; acima de 0,8: alto), indicando que os benefícios econômicos do crescimento regional têm sido satisfatoriamente distribuídos em obras sociais para as comunidades locais, dado não inteiramente reforçado pelo Índice de responsabilidade social e fiscal (**figura 18**), com a discrepância dos municípios de Monte Alegre do Sul e Socorro em relação à Lindóia e Jaguariúna.

FIGURA 15 – GRÁFICO COM O PODER ECONÔMICO DOS MUNICÍPIOS DO CIRCUITO DAS ÁGUAS PELO PIB MUNICIPAL EM 2008



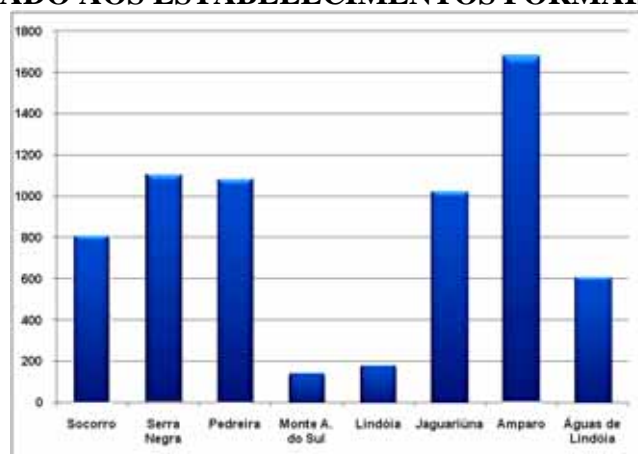
Fonte: IBGE, 2008.

FIGURAS 16 – GRÁFICO COM O PESO ECONÔMICO DOS MUNICÍPIOS DO CIRCUITO DAS ÁGUAS ASSOCIADO AOS EMPREGOS FORMAIS EM 2005



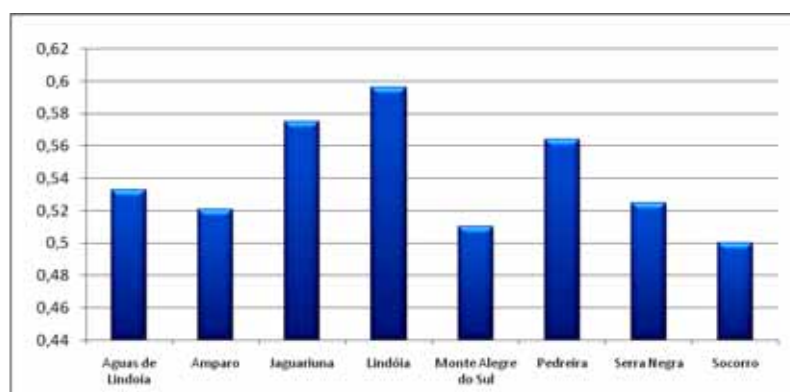
Fonte : RAIS - 2005

FIGURA 17 - PESO ECONÔMICO DOS MUNICÍPIOS DO CIRCUITO DAS ÁGUAS ASSOCIADO AOS ESTABELECIMENTOS FORMAIS EM 2005



Fonte : RAIS - 2005

FIGURA 18 – GRÁFICO COM O ÍNDICE DE RESPONSABILIDADE FISCAL E SOCIAL (IRFS) NO CIRCUITO DAS ÁGUAS



Fonte: Conselho Nacional de Municípios-CNM, 2006

No quesito infraestrutura de circulação, a região é bem servida por rodovias asfaltadas com pista única e pista dupla (D. Pedro, Fernão Dias, Ademar de Barros), estando a apenas 120 km de São Paulo e 32 km de Campinas (referência de Jaguariúna). A única rodovia com duas pistas próxima à região passa pelo município de Jaguariúna (Rodovia Ademar de Barros), ligando Campinas a Mogi-Mirim, Mogi-Guaçu e São João da Boa Vista, municípios que compõem um corredor de alto nível de industrialização. As estradas que passam internamente pelo Circuito são de pista única, a maior parte pavimentada nas décadas de 1950 e 1960 do século passado, e passam por melhoramentos recentes, como a estrada vicinal Águas de Lindóia-Socorro e a rodovia Amparo-Pedreira-Jaguariúna.

Conclui-se dessa análise que a governança da rede urbana do Circuito das Águas se estabelece em uma estrutura hierárquica de Anel núcleo com municípios economicamente preponderantes. Os municípios economicamente mais fortes e com base produtiva diversificada, como Amparo e Jaguariúna, são portas de entrada para investimentos na região, sobretudo aqueles vindos do aglomerado macrometropolitano de Campinas-São Paulo, possuindo maior aporte em infraestrutura científica, tecnológica e educacional. Antes da formalização do Circuito das Águas, Jaguariúna não era vista como cidade turística e não era colocada no imaginário popular como integrante natural do Circuito. Alguns anos depois da formação do Consórcio intermunicipal e o ingresso de Jaguariúna, a sede do Circuito foi levada para o município, tendo em vista sua centralidade política e econômica e a melhor infraestrutura para as operações de gestão regional e logística, ao lado de uma Faculdade que oferece curso de Turismo e Hotelaria.

No entanto, apesar da preponderância econômica, Jaguariúna e Amparo, o último município polo de sua microrregião, não condicionam rigidamente a existência dos outros

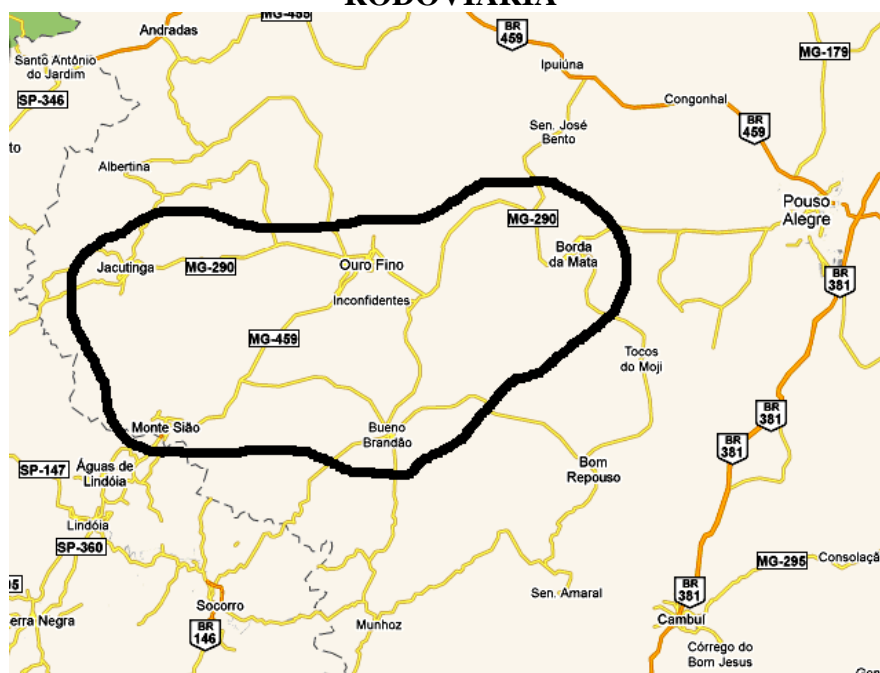
municípios no sistema territorial de governança. Em primeiro ponto, porque as decisões políticas no Consórcio respeitam seu estatuto e a rotatividade da diretoria, que sempre conta com a participação de todos os municípios integrantes do Circuito turístico, sendo que, outros líderes políticos locais têm mais interesse e dependem mais do desenvolvimento do setor turístico do que os representantes de Amparo-Jaguariúna. Em segundo ponto, porque outros municípios da região compensam a falta de base produtiva diversificada, que faz dependerem de ligações externas, com o desenvolvimento de infraestrutura turística e hoteleira, como Águas de Lindóia e Serra Negra, e atividades mais específicas, como a cerâmica de Pedreira, as malhas de Socorro e a água mineral de Lindóia. Define-se, portanto, uma clara divisão territorial do trabalho interna ao Circuito, com especializações sócio-produtivas bem delineadas.

3.3 – O Circuito das Malhas do Sul de Minas Gerais

A região hoje conhecida como “Circuito Turístico das Malhas do Sul de Minas Gerais” abarca um conjunto de municípios, em sua maioria de pequeno porte, localizados na porção sudoeste do Estado de Minas Gerais e em contato direto e com vínculos consistentes de fluxos diversos com os municípios do “Circuito das Águas paulista”, localizados no extremo leste do Estado de São Paulo.

Nesse Circuito estão inseridos os municípios de Jacutinga, Monte Sião, Ouro Fino, Inconfidentes, Borda da Mata e Bueno Brandão - no contexto espacial das Microrregiões de Poços de Caldas e de Pouso Alegre e Mesorregião do Sul/Sudoeste de Minas, e também no domínio paisagístico do Planalto Atlântico, também chamado de Mares de Morros. Portanto, trata-se de região que exhibe belas paisagens montanhosas, com clima ameno, qualidade das águas (rios e bacias hidrográficas) e atrativos turísticos para o lazer, aventura, descanso, compras, entre outros.

FIGURA 19 – MAPA DA REGIÃO DO CIRCUITO DAS MALHAS COM A MALHA RODOVIÁRIA



Fonte: <http://maps.google.com.br>

Escala: 1:150.000

FIGURA 20– LOGOTIPO OFICIAL DO CIRCUITO DAS MALHAS



Fonte: <http://www.bussolanet.com.br/turismo/circuitodasmalhas>

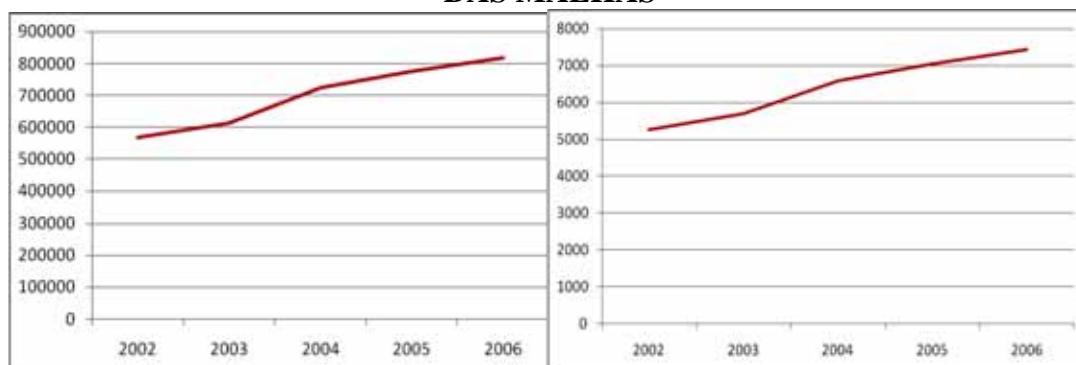
TABELA 20 - DADOS GERAIS DO CIRCUITO TURÍSTICO DAS MALHAS

CIRCUITO DAS MALHAS	ATIVIDADES ECONÔMICAS PRINCIPAIS	RENDA ANUAL BRUTA (em preços correntes) E PER CAPITA (R\$) – 2005	POPULAÇÃO TOTAL E URBANA RELATIVA % (em hab.) – 2008-2000	IDH (2000), ÍNDICE GINI E DE POBREZA (2003)
<i>Borda da Mata</i>	<i>Indústria de malhas (pijamas) e lingeries; artesanato; laticínios.</i>	90.219.00,00 – 5.626	15.420/77,58	0,78/0,41/22,93
<i>Bueno Brandão</i>	<i>Turismo de lazer e ecológico; indústria de extração e transformação mineral, indústria e comércio de malhas</i>	50.371.000 – 4.570	11.195/47,94	0,769/0,40/18,74
<i>Inconfidentes</i>	<i>Indústria de malhas e crochê; extração mineral</i>	39.792.000 - 5.992	7.585/49,65	0,77/0,39/14,76
<i>Jacutinga</i>	<i>Indústria e comércio de malhas; turismo rural</i>	168.705.000 – 8.467	21.215/75,33	0,797/0,40/12,95
<i>Monte Sião</i>	<i>Indústria e comércio de malhas; ind. de porcelanas; turismo rural</i>	150.225.000 – 8.019	19.970/69,96	0,811/0,37/10,29
<i>Ouro Fino</i>	<i>Indústria e comércio de malhas; agricultura de café</i>	274.588.000 – 9.575	32.365/69,47	0,798/0,44/16,78

Fonte: IBGE (Censo-2000 e PIB – 2005) e sites variados **Org.:** Fuini, L. L.

A região do Circuito das malhas é formada por pequenos municípios, seguindo o critério populacional (o maior possui 32.365 habitantes), a totalidade apresentando taxas de urbanização abaixo da média do país e do Estado de Minas Gerais em 2000 (81,2% e 84,9%, respectivamente, segundo o IBGE). O PIB somado do Circuito das Malhas corresponde a apenas 0,40% do PIB do Estado de Minas Gerais, sendo que o valor adicionado somado da indústria, serviços e agropecuária correspondem, percentualmente e respectivamente, a 0,0021%, 0,0016% e 0,0073% dos valores do Estado de Minas Gerais. Conforme as **figuras 20 e 21**, observa-se que no período de 2002 a 2006, a renda total e per capita do Circuito das Malhas apresentou evolução, evidenciando um “pico” de crescimento entre 2003 e 2004, sucedido por um crescimento constante e em ritmo menor.

FIGURAS 21 e 22 – TRAJETÓRIAS DO PIB E DO PIB PER CAPITA NO CIRCUITO DAS MALHAS



Fonte: IBGE.

Em relação aos indicadores sociais, a maior parte dos municípios, em 2000, apresentava IDHs médios (médio do Circuito: 0,787), com exceção de Monte Sião. Na comparação com indicadores do Estado de Minas (0,766) e do Brasil (0,757), no ano de 2000, os municípios do Circuito se colocavam em posição levemente superior. Em 2003, no entanto, o município de Borda da Mata apresentava taxa de pobreza maior do que a média do Estado de Minas Gerais (21,09%).

O termo governança, aplicado ao contexto sócio-produtivo do “Circuito das Malhas”, traz a possibilidade de se identificar os principais atores que atuam e exercem influência nas dinâmicas econômico-territoriais locais e cujas sinergias e vínculos permitem a construção de instituições e organizações, algumas delas formalizadas e sedimentadas, como as Associações comerciais e Poder público local (Prefeituras), e outras ainda em estágio latente, baseadas em acordos e convenções tácitas, como é o caso do Circuito Turístico das Malhas. Sem contar a própria ação das malharias e confecções locais, que são atores primordiais, ao lado do poder público, na definição das formas e estratégias de competitividade territorial local.

3.3.1 – As origens: O artesanato de malhas

O aglomerado produtivo de Malhas Retilíneas do Sul de Minas Gerais abarca os municípios integrantes do “Circuito das Malhas”: Jacutinga, Monte Sião, Ouro Fino, Borda da Mata, Inconfidentes e Bueno Brandão, com destaque para os dois primeiros municípios que concentram significativa parcela da produção brasileira de peças de vestuário em malhas.

Segundo dados da RAIS (2005), em Monte Sião se localizam mais de 26% dos estabelecimentos de produção têxtil de Minas Gerais, seguido por Jacutinga, com 17,2%. Dentre todos os municípios brasileiros, os dois apresentam as maiores especializações

setoriais na “Fabricação de artigos de malha”: Monte Sião tem mais de 66% de seus empregados formais da indústria alocados na indústria de malha, e Jacutinga mais de 57%. Segundo dados da Associação Comercial e Industrial de Jacutinga (ACIJA), Jacutinga responde por 25% da produção nacional do ramo de fabricação de malhas de tricô.

Em recente estudo de Fuini (2007), refletiu-se sobre as condições para a região do Circuito das malhas se tornar um Arranjo Produtivo Local, tendo como referência as condições de especialização da produção local, o estudo diagnóstico elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) em Monte Sião que serviu como primeiro passo para a implantação desta iniciativa na região, e a referência do Sebrae mineiro e da Fiemg que colocam como um dos seus APLs de ação, o de Malhas retilíneas da Macrorregião Sul de Minas. (FUINI, 2007).

A primeira marcha de povoamento da região se deu com os fluxos de tropeiros em direção às áreas de mineração nas Minas Gerais. Um segundo movimento ocorreu na expansão cafeeira que chegou à região Sul de Minas, no início do século vinte, trazida pelo avanço da fronteira agrícola cafeeira pelo leste paulista. Tal elemento econômico foi tão marcante na região que na cidade de Ouro Fino ainda existe o casarão onde foi assinado o “Tratado do Café com Leite” (**figura 23**), que oficializava o revezamento entre os Estados de Minas Gerais e São Paulo no cargo de Presidência da República.

Em 1896, Ouro Fino, ainda como comarca, passa a contar com ligação ferroviária. Em 1897, foi inaugurada a Estação de Jacutinga como extensão da linha férrea de Sapucaí. Com isso, viabilizou-se o transporte de grãos de café da crescente produção da região Sul de Minas e os trens permitiram que grande número de imigrantes de origem italiana chegassem às fazendas e sítios da região, marcando sobremaneira a cultura e hábitos da população de cidades como Monte Sião e Jacutinga.

FIGURA 23 - FACHADA DE ANTIGO CASARÃO ONDE FOI ASSINADO O ACORDO DO CAFÉ COM LEITE EM 1913



Fonte: do autor

A especialização da região na produção de artigos em malha se desenvolveu em um contexto de estagnação da atividade agrícola local que estimulou o renascimento da produção de peças de malhas artesanais confeccionadas em pequenas quantidades, por famílias de origem italiana. Em descrição romantizada, Guireli Jr. (1979) trata do contexto histórico em que ocorreu o início da produção de malhas no município de Monte Sião.

Mas o povo italiano trouxe algo mais que marcou, definitivamente, o dia-a-dia do montesionense. Ao aportar nestas terras, esse povo lutador trouxe na mala seus costumes e tradições. Dentre eles, uma arte, que faz Monte Sião ser famosa em todo o Brasil e até no exterior: o Tricô. As mulheres, que até então esperavam o lucro da agricultura para alimentar os filhos, puseram fé no fio de lã e com muita habilidade no uso das agulhas iam tecendo o que jamais imaginaram: uma economia forte. Para ajudar no sustento faziam peças de tricô e iam para a praça pública vender. Foi um sucesso. Aí entrou em cena Dona Iracema Andreta Francisco (...). Foi ela quem comprou, com dificuldade, a primeira máquina de Monte Sião. A velha e boa Lanofix. Quando a máquina chegou foi um alvoroço. Esta máquina está exposta no museu histórico e geográfico, pertence à Fundação Cultural "Pascoal Andreta", entidade sem fins lucrativos, local onde todo turista que passar por Monte Sião não pode deixar de visitar. E foi no começo da década de 70 que o tricô saiu das praças para entrar numa nova etapa. "Foi eu quem começou tudo isso", declara Dona Iracema, que conseguiu criar todos os filhos, sendo que uma delas se casou com um vestido de tricô feito pela mãe. De lá para cá, muita coisa mudou. As mulheres ensinaram os homens e hoje existem na cidade casos como o de Belmiro Carlos Odino, que sem se render às grandes evoluções tecnológicas das máquinas, produz, com uma Elgin, 25 macacões de bebê por dia. "Tenho bons lucros e uma vida boa, a família está satisfeita", finaliza o micro-empresário. Andreta, Ondino, Bernardi, Labegalini, Labigalini, Canela, são sobrenomes que traduzem a força do sangue italiano no sucesso de Monte Sião. Italianos que ficaram mineiros, ou italianas que ficaram mineiras. Mulheres fortes que hoje se orgulham da tradição que consolidaram. (GUIRELI JR., 1979)

Em período de expansão da industrialização no interior do estado de São Paulo e exploração do turismo termal - a partir das décadas de 1960-1970 - a manufatura de malhas ganha impulso com a descoberta de um potencial mercado consumidor de artigos semiartesanais ligado ao movimento turístico regional.

Nos anos 1970 e 1980, a produção se expande com a aquisição de máquinas têxteis elétricas, levando a um aumento da produtividade da indústria local e estimulando a formação de Associações Empresariais representativas que passam a realizar Feiras periódicas. Nos anos 1990, com investimentos em tecnologia de produção (máquinas automatizadas), *marketing*, acabamento e inovação em modelos, o “Circuito das Malhas” se consolida como uma referência na produção de peças de vestuário no Brasil, considerando o peso do Estado de Minas Gerais (14,7% dos estabelecimentos do segmento no país) na indústria de vestuário e têxtil brasileira (BORIN, 2002; FUINI, 2007).

Na atualidade, cada município se especializa em uma variedade específica de artigo de malha e técnica manufatureira, como é o caso da produção de Jacutinga, conhecida como “Capital Nacional das Malhas”, baseada no tricô e crochê; Monte Sião, com a outorga de “Capital Nacional do Tricô”, também especializada no tricô; Inconfidentes, com o bordado; Borda da Mata, com os pijamas. Estabelece-se um prenúncio de divisão territorial do trabalho interna que fortalece as inter-relações e complementaridades na cadeia produtiva regional.

Em relação à atividade turística, os municípios de Jacutinga e Monte Sião são classificados como “Estâncias hidrominerais”, devido às propriedades medicinais e terapêuticas de suas águas e mananciais, e o município de Ouro Fino é classificado como “Cidade histórica”, conforme a lei 8.181, de 28 de março de 1991. Além disso, Ouro Fino recebeu da EMBRATUR o selo de Município Prioritário ao Desenvolvimento do Turismo em 1997 e 1999.

No entanto, apesar de evidentes elementos naturais e histórico-culturais favoráveis ao turismo, a região ainda carece de infraestrutura hoteleira e de lazer adequada à permanência de turistas por maior tempo e em maior quantidade na região. O turismo de compras, carro-chefe da região, se baseia no pequeno comprador (sacoleiro ou visitante) que permanece algumas horas nas cidades, beneficiando, sobretudo, as indústrias e comércios do ramo de malhas.

O Perfil da Economia Mineira, elaborado pela FIEMG (Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais) ressalta as vocações econômicas regionais anteriormente apontadas, destacando as seguintes atividades econômicas principais desenvolvidas na região Sul de

Minas Gerais (que inclui a sub-região do Circuito das Malhas): pecuária leiteira, metalurgia-alumínio, mineração, produção de café, agroindústria, eletroeletrônicos, helicópteros, autopeças, bebidas, têxtil, turismo. (<http://www.fiemg.org.br/admin>)

FIGURA 24 – MOSAICO DE IMAGENS DO CIRCUITO DAS MALHAS DO SUL DE MINAS GERAS (1 – Bueno Brandão, 2 – Borda da Mata, 3 – Inconfidentes, 4 – Jacutinga, 5- Monte Sião, 6 – Inconfidentes)



Fonte: Do autor e referências diversas

3.3.2 – As relações de governança no Circuito das Malhas do Sul de Minas Gerais

Um Circuito turístico é formado pela reunião de dois ou mais municípios em torno de uma atividade econômico-turística principal e, por esse princípio, Jacutinga, Monte Sião,

Ouro Fino, Borda da Mata, Bueno Brandão e Inconfidentes se articulam em torno da produção/confecção de artigos de malha.

A partir do painel geral sobre os atores institucionais que atuam, direta ou indiretamente, associados ao Circuito Turístico (**tabela 21**), divididos por categorias identificadoras da classe ou setor ao qual se vincula o ator, realizaremos o estudo das relações de governança no Circuito das malhas do Sul de Minas Gerais.

TABELA 21 – INSTITUIÇÕES/ORGANIZAÇÕES PRESENTES NO CIRCUITO DAS MALHAS

	<i>Associações, cooperativas e entidades Empresariais</i>	<i>Sindicatos de trabalhadores</i>	<i>Instituições de ensino profissional e pesquisa</i>	<i>Instituições financeiras</i>	<i>Prefeituras e órgãos Públicos</i>	<i>Serviços e Instituições do governo estadual</i>	<i>Feiras e eventos</i>
Borda da Mata	- Associação comercial e industrial de Borda da Mata	- Sindicato Rural de Borda da Mata	-	- Banco do Brasil - Caixa Econômica Federal	- Secretaria municipal de Turismo	-	-
Bueno Brandão	- Associação comercial de Bueno Brandão	- Sindicato dos produtores e trabalhadores rurais de B. Brandão	-	- Banco do Brasil - HSBC	- Departamento de Turismo, cultura, desporto e lazer - Conselho municipal de turismo (Comtur)	-	- Arraiá do Zé Bagunça
Inconfidentes	- Associação comercial, industrial e agropecuário de Inconfidentes; - Cooperativa Escola dos alunos da Esc. Agrotécnica	- Sindicato nacional dos servidores federais de Educação básica e profissional	- Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes	-	- Departamento de indústria, comércio, turismo e Cultura	-	- Crochê malhas
Jacutinga	- Associação comercial e industrial de Jacutinga - Cooperativa agropecuária de Jacutinga	- Sindicato rural de Jacutinga	-	- Bradesco - Banco do Brasil - Itaú - Caixa econômica federal	- Secretaria municipal de indústria, comércio e turismo	-	- Festmalhas
Monte Sião	- Associação comercial e industrial de Monte Sião	- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Calçados, Vestuário e Afins de Pouso Alegre e Região (Sindicavespar) - Sindicato rural de Monte Sião	-	- Banco do Brasil - Unibanco-União dos Bancos Brasileiros - Caixa econômica Federal - Credmalhas-Bancoob	- Diretoria municipal de Indústria, comércio e turismo - Conselho municipal de turismo (Comtur)	-	- Fenat – Feira nacional do tricô - Tricofest (Festival de Inverno)
Ouro Fino	- Associação comercial, industrial e agrícola de Ouro Fino - Associação do Pavilhão das Malhas de Ouro Fino	-Sindicavespar - Sindicato dos trabalhadores rurais de Ouro Fino - Sindicato dos trabalhadores na Movimentação de mercado - Sindicato dos Servidores públicos municipais de Ouro Fino	- Asmec – Associação Sul-Mineira de Educação e Cultura	- Banco do Brasil - Itaú - Unibanco - Caixa econômica federal	- Departamento municipal de Turismo e obras municipais - Conselho municipal de turismo (Comtur)	-	- Ouroma-Lhas

Fonte: Listas telefônicas Guiatel (2006), Telelista (2004) e Pesquisa de informações básicas municipais (2001, IBGE)

TABELA 22 - INSTITUCIONALIDADE TURÍSTICA PÚBLICA E PRIVADA DO CIRCUITO DAS MALHAS

NOME	TIPO/NÍVEL DE ATUAÇÃO	PARTICIPAÇÃO	FUNÇÕES/DEFINIÇÕES
Lei Geral do Turismo (Lei no. 11.771/08), dispõe sobre a Política, Plano e Sistema Nacional de Turismo)	Federal, Estadual e regional/municipal	Pública (governos federal estadual)	Estabelece a Política Nacional do Turismo e cria marcos regulatórios para o setor. Exige que todas as empresas da área turística se cadastrem no Ministério do Turismo e determina normas de funcionamento. Unifica a legislação da área e define as atribuições do governo federal nas ações de fomento ao turismo. Na Política Nacional de Turismo está a intenção de descentralizar (municípios e regiões) as rotas e capacitar os profissionais que trabalham na área.
Programa de municipalização do turismo (PMN)- Agosto de 1994	Regional/municipal	Pública	Programa de gestão do turismo que visa à conscientização, à sensibilização, estímulo e à capacitação dos vários monitores municipais e gestão de recursos, para que despertem e reconheçam a importância e a dimensão do turismo como gerador de emprego e renda, conciliando o crescimento econômico com a preservação e a manutenção dos patrimônios ambiental, histórico e cultural, e tendo como resultado a participação e a gestão da comunidade no Plano Municipal de Desenvolvimento do Turismo Sustentável
Política de Regionalização do turismo em Minas Gerais através de Circuitos turísticos (Lei 43.321/2003)/ Associação intermunicipal do Circuito turístico das Malhas do Sul de MG	Estadual/Regional	Pública/privada	Integração contínua de municípios de uma mesma região, com afinidades sociais, culturais e econômicas, para organizar e desenvolver a atividade turística de forma sustentável. Desenvolver políticas e ações de promoção, desenvolvimento e divulgação da atividade turística na região.
Estâncias hidrominerais e cidades históricas/turísticas	Estadual/municipal	Pública	<ul style="list-style-type: none"> - Localidade assim reconhecida por lei estadual e que disponha de fontes d'águas termais ou minerais, naturais. Essas estâncias poderão receber auxílio da União em convênios firmados com Estados e municípios - Cidades com sítio urbano e patrimônio arquitetônico de reconhecido valor histórico e cultural, podendo explorar seus atrativos turísticos de acordo com a lei e fiscalização do IPHAN. Pode receber recursos específicos do Estado para os esforços de preservação e recuperação de seu patrimônio.
			Continuação...

Redes empresariais de turismo (Iniciativa Sebrae)	Estadual/municipal	Público/privada	A rede empresarial é formada por empresários de pousadas, hotéis, restaurantes, receptivos e comércio local. Unidos, eles trocam experiências, buscam parcerias para o desenvolvimento de ações e estudam estratégias para divulgar os produtos turísticos.
Projeto APL de Malhas retilíneas- Secretária de Estado de Desenvolvimento econômico	Estadual/regional	Pública/privada	Potencializar a produção característica de cada região, incentivando o aumento do valor agregado em produtos (qualidade e design).

Fonte: Organizado pelo autor a partir de fontes diversas

3.3.2.1 - Empresas e aglomerações produtivas

Na região do Circuito das Malhas do Sul mineiro identifica-se claramente a existência de uma intensa especialização produtiva na área de fabricação e confecção de artigos de vestuário em malha (**tabela 23**). Cerca de 22,8 % de todos os empregos formais e 26,9% dos estabelecimentos econômicos do Circuito, no ano de 2005, estão associados à três atividades afins da indústria de malhas (fabricação de outros artigos do vestuário produzidos em malha, fabricação de tecidos de malha e confecções de peças do vestuário). Sem contar os empregos e estabelecimentos associados às atividades de comércio varejista e atacadista de artigos de vestuário, fios têxteis, tecidos e afins, que contribuem com pouco mais de 10% de estabelecimentos econômicos e 4% de empregos formais na região. (Dados Rais, 2005).

TABELA 23 - AS PRINCIPAIS ATIVIDADES INDUSTRIAIS EM NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E EMPREGOS NO CIRCUITO DAS MALHAS NO ANO DE 2005

ATIVIDADES CNAE (5 DÍGITOS)	ESTABELECIMENTOS	ATIVIDADES CNAE (5 DÍGITOS)	EMPREGOS
Fabricação de outros artigos do vestuário produzidos em malha	822	Fabricação de outros artigos do vestuário produzidos em malha	2.928
Fabricação de tecidos de malha	86	Confecção de peças do vestuário – exceto roupas íntimas	344
Confecções de peças do vestuário-exceto roupas íntimas	36	Fabricação de tecidos de malha	339
Fabricação de produtos de padaria, confeitaria e pastelaria	21	Fabricação de artigos de tecido de uso doméstico	214
Fabricação de artefatos diversos de madeira, palha, cortiça, vime e material trançado	17	Fabricação de artefatos diversos de madeira, palha, cortiça, vime e material trançado	184
Fabricação de outros artefatos têxteis, incluindo tecelagem	15	Fabricação de produtos de padaria, confeitaria e pastelaria	111
Fabricação de artefatos de concreto, cimento, fibrocimento e gesso	12	Fabricação de produtos diversos	106
Fabricação de artigos de tecido de uso doméstico	11	Fabricação de produtos de laticínio	83
Fabricação de produtos do laticínio	10	Fabricação de refrigerantes e refrescos	67
Fabricação de artefatos de tapeçaria	10	Confecção de roupas íntimas, blusas, camisas e semelhantes	58

Fonte: RAIS-2005

Essa especialização se torna mais clara, quando se analisa individualmente os municípios: Em Jacutinga, 30,5% de todos os empregos formais (RAIS, 2005) estão associados às atividades de fabricação de artigos do vestuário produzidos em malha e fabricação de tecidos de malha. Em Monte Sião, esse dado é ainda mais acentuado: 39,1% dos empregos formais no município são atribuídos à fabricação de tecidos e artigos de malha. No ano de 2004, segundo Fuini (2007) em análises de dados da Rais, Monte Sião e Jacutinga foram, respectivamente, o quinto (5º) e o sexto (6º.) municípios brasileiros com maior número de empregados na fabricação de malhas, apresentando também coeficientes de localização para empregos na fabricação de malhas altíssimos (109,3 para Jacutinga e 123,3 para Monte Sião). Segundo a secretária adjunta de Estado do Turismo de Minas Gerais, Marilena Chaves, em declaração feita durante a 30ª. Festmalhas de Jacutinga, no dia 06/06/2007:

Jacutinga tem se destacado como um dos destinos mais procurados do país quando se fala em turismo de negócios, já que é responsável por 25% da produção nacional do setor de malhas – o que deu à cidade o título de "Capital Nacional das Malhas". São produzidas cerca de dois milhões de peças, através das suas 1200 malharias, gerando 16 mil empregos diretos e indiretos.

Nos outros municípios do Circuito esse nível de especialização na indústria e comércio de malhas é menor, dividindo-se a importância econômica da atividade com o cultivo de café (5,2 % dos empregos formais da região em 2005), lavoura mista e pecuária, atividades de serviços para a agricultura e outros tipos de fabricações industriais (lâmpadas, aparelhos e instrumentos de medida, etc.), incluindo a fabricação e confecção de artigos têxteis em outras modalidades.

Borda da Mata tem apenas 1,29% de seus empregos formais diretamente vinculados à fabricação de artigos de vestuário em malha, a maior parte (22,4%) está ainda em atividades relacionadas à área de fabricação têxtil e confecções (fabricação de artigos de tecido de uso doméstico – cama, mesa e banho, confecção de peças do vestuário e roupas íntimas, fabricação de outros artefatos têxteis em tecelagens). Borda da Mata é conhecida como a “Capital nacional dos pijamas”. Em Bueno Brandão 2,1% dos empregos formais provém da fabricação de artigos de vestuário em malha. Bueno Brandão é mais conhecida regionalmente pelas cachoeiras e esportes radicais que explora do que pela sua indústria de malhas. Em Inconfidentes, 18,5% dos empregos formais estão associados à fabricação de artigos de vestuário em malha e de outros artefatos têxteis em tecelagens. Em Ouro Fino, 7,8% dos empregos formais incidem sobre a confecção de peças de vestuário e fabricação de artigos em malha.

Esse aglomerado produtivo foi se consolidando após anos de investimentos em inovações incrementais e estruturais (maquinário têxtil e design de peças), enfrentamento de oscilações econômicas (concorrência chinesa) e busca de parcerias entre os municípios (Associação intermunicipal do Circuito turístico das Malhas) e destes com órgãos como o Sebrae (qualificação, assessoria e capacitação). Segundo declaração de Antônio Rogério Sartori, presidente da Associação Comercial e Industrial de Jacutinga (Acija), apesar da crise financeira mundial, a expectativa do setor de malhas em sua cidade é crescer de 10 a 15% em relação ao ano de 2008, em que houve crescimento de 30% em relação ao ano anterior. (JORNAL CORREIO POPULAR, Economia, 03/05/2009).

A grande maioria das malharias é de micro e pequeno porte, empregando até 19 funcionários. Maior parte das vendas da região é feita por encomendas de compradores da

região metropolitana de São Paulo, com grande parte dos negócios sendo realizado no período de inverno e pré-inverno (Abril até Agosto). Os fluxos comerciais também têm aumentado para outros Estados, como Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Goiás.

A palavra de ordem entre os empresários é a moda e não mais a quantidade, já que são as tendências que também levam ao maior volume de produção e vendas. “Deixamos de fazer commodities, ou roupa apenas. Estamos produzindo o que há de novidades no mundo, agregando valor às peças. É isso que mudou o conceito da cidade e que está nas vitrines de todo o Brasil”, explica Fernando Costa, proprietário da Malharia Triângulo e conselheiro da Associação Comercial e Industrial de Monte Sião (Acims). (JORNAL CORREIO POPULAR, Economia, 23/03/2008).

A área de produção para exportação ainda é pequena, mas tem aumentado o número de malharias, sobretudo as mais tradicionais e com melhor estrutura, que procuram esse filão de mercado para explorar. Segundo reportagem do jornal Correio Popular (Caderno de economia, 29/05/2009), o Circuito das malhas tem oferecido com vantagens em qualidade e preços para o mercado externo, citando o exemplo da marca de malhas “Cecília Prado”, de Jacutinga, que já vendeu peças para lojas e redes na Inglaterra, Bélgica, Estados Unidos (Nova York e Los Angeles) Bahrein, Dubai, Turquia e no Japão. A Línea Tricot, também de Jacutinga, fornece peças há cinco anos para a famosa marca Zara, que tem lojas espalhadas por toda a Europa.

Vender o conceito Brasil, usando o acabamento artesanal, os motivos indígenas e culturais e as cores da bandeira – amarelo, verde e azul. Esse é o caminho que os produtores de malhas de Monte Sião, conhecida como a “Capital Nacional do Tricô”, pretendem adotar para entrar e disputar o concorrido mercado mundial. Se a tentativa de igualar os preços com a principal rival têxtil chinesa significa derrota na certa, a criatividade e originalidade do brasileiro garantem a preferência neste intrincado segmento de negócios. Com esse objetivo bem definido, a Associação Comercial e Industrial de Monte Sião (Acims), já conveniada à Agência de Promoção de Exportações Brasileiras (Apex), do governo federal, começa um lento trabalho de conscientização dos produtores. “Temos oportunidades bem interessantes lá fora. Mas é preciso mudar a concepção dos empresários daqui. Eles ainda se fixam apenas no mercado interno e não acreditam nas possibilidades de crescimento lá fora”, explica o presidente da Acims, João Tadeu Dorta Machado. As vendas ao comércio exterior são ainda mínimas, cerca de US\$ 1,5 milhão no último ano, principalmente para França e Estados Unidos. Cada peça, de acordo com Dorta, chega a atingir 30 euros em países do Oriente Médio e outras 25 nações européias, incluindo a China. “Não ficamos devendo nada em relação à qualidade. A grande questão são os preços mais do que competitivos dos asiáticos. Por outro lado, o Brasil está na moda.” Em parceria com o Sebrae, Federação das Indústrias de Minas Gerais e Associação Brasileira da Indústria Têxtil de Confecção (Abit), a Acims oferece mensalmente cursos de reciclagem para capacitação para os

empresários e traz estilistas e modistas para a atualização das coleções. Nos últimos cinco anos o parque tecnológico do setor recebeu investimentos de US\$ 70 milhões em maquinário importado da Itália, Japão e Alemanha. (JORNAL CORREIO POPULAR, Economia, 08/05/2005).

As principais instâncias de governança no setor de malharias são as Associações Comerciais e Industriais, como a ACIJA, de Jacutinga, a ACIMS, de Monte Sião, e a ACIOF, de Ouro Fino. As associações são representantes das principais malharias da região e realizam o papel de fomento ao empreendedorismo, trazendo o apoio de instituições nacionais e estaduais, como a Federação das Indústrias de Minas (FIEMG), o Sebrae/MG, Agência Brasileira de Promoção de exportações (Apex), Associação Brasileira da indústria têxtil e vestuário (Abit), entre outras. O governo estadual de Minas Gerais também é importante parceiro do Circuito das malhas, através de ações da Secretaria de Turismo (Setur) e Secretaria de Desenvolvimento econômico.

As prefeituras municipais dão o suporte institucional e de infraestrutura para a operação de malharias e realização de feiras, sendo claramente estreitas as relações entre o poder público e a indústria de malhas em Jacutinga e Monte Sião. Em Jacutinga, o prefeito reeleito Darci Moraes Cardoso é também empresário do ramo de malhas, sendo proprietário da malharia Tricô Fio. Em Monte Sião, o diretor de Indústria, Comércio e Turismo é o Sr. João Tadeu Dorta Machado, presidente da Associação Comercial e também da Associação do Circuito das Malhas.

No entanto, o aglomerado de produção de malhas apresenta ainda alguns problemas estruturais e institucionais, que foram apontados por Fuini (2007) em estudo sobre a competitividade da produção de malhas de Jacutinga e Monte Sião: - estímulo à cooperação entre atores locais como estímulo à qualificação e inovação; - ação mais efetiva de poderes públicos locais como atores intermediários no desenvolvimento de projetos coletivos; - fortalecimento das Associações Comerciais e Industriais enquanto atores locais de ação pública, visto que suas iniciativas não atingem somente as malharias associadas, mas uma cadeia produtiva territorializada; e - maior participação em Feiras internacionais, por intermédio das Associações Comerciais e industriais, prefeituras e suas parcerias externas, buscando obter aprendizado e *know-how* necessários ao desenvolvimento de projetos de exportação para maior número de empresas.

Além dos elementos apontados acima, outro fator que interfere diretamente na consolidação de um circuito ou arranjo turístico na região é a sua fraca estrutura hoteleira e turística (**tabela 24**), inviabilizando a permanência de turistas por um maior tempo (além do

período de compras e de inverno) na região, fato contrário que vem ocorrendo com o Circuito turístico vizinho, o das Águas de São Paulo. Desse modo, as agências de viagens, como a CVC, ainda não disponibilizam pacotes turísticos para o Circuito das malhas. Essa proximidade geográfica com o Circuito das Águas paulista, sobretudo entre Monte Sião e Jacutinga, compreende elementos externos (externalidades econômicas) positivos e negativos: positivo porque atrai turistas de várias partes do Estado e do país para realizar compras no Circuito das malhas; negativo, porque desestimulam investimentos na rede hoteleira e de lazer dentro do Circuito, elementos que permitiriam a concentração maior da receita advinda com o turismo de negócios e de compras. Para se ter uma ideia, a infraestrutura hoteleira do Circuito das malhas corresponde a apenas 20,8% da infraestrutura hoteleira do Circuito das Águas, seu vizinho paulista.

TABELA 24 - INFRAESTRUTURA TURÍSTICA DO CIRCUITO DAS MALHAS

	ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS E ALOJAMENTOS TEMPORÁRIOS	RESTAURANTES E SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO	AGÊNCIAS E ORGANIZADORES DE VIAGENS	TOTAL
Borda da Mata	3	8	0	11
Bueno Brandão	2	3	0	5
Inconfidentes	0	5	0	5
Jacutinga	6	19	1	26
Monte Sião	6	13	2	21
Ouro Fino	7	21	3	31

Fonte: RAIS-2005

3.3.2.2 – Poder público local

Na região do Circuito das Malhas, seis pessoas das doze entrevistadas apontaram o poder público local como instituição mais importante na economia municipal. Esse dado foi maior em municípios pequenos, como Inconfidentes e Borda da Mata, onde a organização empresarial ainda é frágil. A administração pública é importante também como fonte empregadora, gerando 15,9% dos empregos formais (RAIS), ficando atrás apenas da Fabricação de artigos de vestuário em malha. Em Bueno Brandão, 32,5% dos empregos vêm da Administração pública. As demais pessoas consultadas apontaram as Associações comerciais e empresariais como entidades mais representativas.

As prefeituras atuam dentro do Circuito das malhas buscando apoiar o setor industrial de malharias através de parcerias com órgãos externos (Sebrae, Secretarias de Estado), investindo ainda timidamente no segmento turístico.

A prefeitura de Bueno Brandão possui o Departamento de Turismo, Cultura, Desporto e Lazer, além do Departamento de Administração e planejamento. O atual prefeito da cidade é

também presidente da AMESP-Associação dos Municípios do Médio Sapucaí. O poder público local, maior empregador individual do município, possui site próprio, mas que não compõe a institucionalidade dos sites de municípios mineiros (Ex: <http://www.município.mg.gov.br>). Nele não há menções específicas sobre as ações realizadas pelos departamentos municipais, nem as últimas notícias da cidade.

A prefeitura municipal de Borda da Mata está com seu site em construção. No município existe uma secretaria municipal de turismo. Em Inconfidentes há o Departamento de Indústria, Comércio, Turismo e Cultura. A prefeitura possui site próprio (<http://www.inconfidentes.mg.gov.br>), com informações atualizadas sobre a cidade, governo e departamentos municipais, além de notícias de ações e obras da prefeitura. Os dois moradores entrevistados a citaram como instituição mais influente na economia local.

Em Jacutinga o site do poder público está operando com diversas restrições para entrada em seus *links*. O atual prefeito reeleito do município e também empresário do segmento de malhas. No município atua a Secretaria de Indústria, Comércio, Turismo e Lazer (Sicotel), coordenada por André Perugini. A prefeitura é uma das realizadoras da Feira de malhas do município (Festmalhas) e tem como projeto para o ano de 2009 a criação de uma Feira de Atacado no município.

Outro projeto da prefeitura é o investimento turístico no Grande Lago da cidade (cerca de R\$ 300 mil reais). (<http://www.jacutinga.mg.gov.br>). Dos dois moradores entrevistados, um colocou a prefeitura como instituição mais influente na economia local, o outro citou a Associação comercial.

Em Monte Sião não existe site oficial da prefeitura, apenas sites e portais privados que tratam de Monte Sião, como o da Associação Comercial e Industrial local. O atual diretor municipal de Indústria, Comércio e Turismo João Tadeu Dorta Machado, acumula as funções de presidente da Associação Comercial industrial local e da Associação do Circuito turístico das malhas. Os dois moradores entrevistados não citaram a prefeitura como ator mais influente na economia municipal, optando pela Associação comercial.

No dia 18 de maio de 2009 uma comitiva de Monte Sião, formada pelo prefeito, diretor de Indústria, Comércio e Turismo e presidente da Câmara municipal local, esteve na cidade mineira de Cambuquira pleiteando recursos para a reforma do Centro de Exposições e Lazer, construção de nova rodoviária e reforma da Praça Pref. Mário Zucato, além de lutarem pela pavimentação da vicinal Monte Sião-Jacutinga. (TRIBUNA DA ÁGUAS, p. C1, 23 de maio de 2009). Durante a última campanha eleitoral no município (2008) foram identificados episódios de conflito entre a coligação do atual prefeito e a de seu opositor.

Em Monte Sião se formou, no mês de maio de 2009, através de iniciativa de dois empresários e um grupo de comerciantes da cidade, o Movimento Pró-Monte Sião, o qual busca apresentar reivindicações ao poder público relacionadas a obras e serviços de conservação turística. A primeira reunião do grupo ocorreu no dia 11 de maio de 2009 e reuniu 160 pessoas, incluindo representantes do poder público. Logo após a reunião, no dia 13 de maio, operários da prefeitura já eram vistos fazendo serviços de melhoria na praça central de Monte Sião.

Em Ouro Fino a prefeitura atua no setor de negócios e turismo local através do Departamento municipal de turismo e obras municipais. Os dois moradores ouro-finenses entrevistados mencionaram a prefeitura como instituição central da economia municipal. A prefeitura possui site próprio (<http://www.ourofino.mg.gov.br>), mas não há informações atualizadas sobre ações do poder público local e acontecimentos da cidade.

3.3.2.3 – Associações empresariais e de classe

Nas cidades do Circuito das Malhas as Associações comerciais e industriais têm exercido papel de destaque na governança da aglomeração industrial de malharias da região, sendo, como mostra a **tabela 25**, as únicas entidades representativas do setor produtivo regional. Em Monte Sião e Jacutinga, pessoas entrevistadas ressaltaram o papel que as Associações desempenham no desenvolvimento econômico local.

A Associação comercial e Industrial de Borda da Mata (ACIBM) foi fundada em 1995 e representa as atividades industriais, comerciais e de prestação de serviços do município, possuindo setenta e seis associados. A entidade possui site próprio (<http://www.acibmata.com.br>). Em Bueno Brandão atua a Associação Comercial, Industrial e Agropecuária (ACISBB), filiada à Federaminas (Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Minas Gerais). Em Inconfidentes está presente a Associação Comercial, Industrial e Agropecuária (ACIAPI).

Em Jacutinga está presente a Associação Comercial, Industrial e Agropecuária (ACIJA), que representa as principais malharias do município. A entidade possui site próprio (<http://www.jacutinga.org.br>) e está em funcionamento há catorze anos, oferecendo serviços de consulta comercial, assessoria jurídica e convênios com Sebrae e outras entidades para capacitação e aperfeiçoamento, sendo responsável pela realização da Festmalhas.

Em Monte Sião existe a Associação Comercial e Industrial (ACIMS), oferecendo serviços de assistência jurídica, laboratório de análises, cursos de capacitação e balcão de emprego. A entidade possui 247 associados e tem site próprio (<http://www.acims.com.br>),

adquirindo grande influência econômica e política no município, visto que seu presidente ocupa cargo de diretoria na prefeitura (área de indústria, comércio e turismo) e é também presidente da Associação do Circuito das malhas. É responsável pela realização da Feira Nacional de Tricô, a Fenat.

TABELA 25 - ORGANIZAÇÕES EMPRESARIAIS, PROFISSIONAIS E PATRONAIS DO CIRCUITO DAS MALHAS EM 2005

MUNICÍPIOS	ORGANIZAÇÕES
Borda da Mata	0
Bueno Brandão	1
Inconfidentes	1
Jacutinga	1
Ouro Fino	1
Monte Sião	1
Total	5

Fonte: Rais-2005

3.3.2.4 – Sindicatos

A representação sindical no Circuito das Malhas é pequena, sendo que das seis entidades existentes, três são de trabalhadores e produtores rurais e uma de funcionários de servidores da Escola técnica federal de Inconfidentes. As outras duas representações são do Sindicavespar (Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Calçados, Vestuário e Afins de Pouso Alegre e Região), com subsedes em Monte Sião e Ouro Fino. Esse último sindicato é o único que representa os empregados na malharias da região, mas seu número de filiados é pequeno e o sindicato não é convidado para participar de entidades como a Associação do Circuito turístico das Malhas, prevalecendo a visão dos empresários de malharias nas principais instâncias de governança do Circuito.

TABELA 26 - ORGANIZAÇÕES SINDICAIS DO CIRCUITO DAS MALHAS

MUNICÍPIOS	SINDICATOS
Borda da Mata	0
Bueno Brandão	1
Inconfidentes	1
Jacutinga	1
Ouro Fino	1
Monte Sião	2
Total	6

Fonte: Rais-2005

Fuini (2007) realizou entrevista com dirigente sindical do Sindicavespar de Monte Sião e colheu as seguintes impressões:

Nesse contexto, foi identificada apenas uma entidade sindical que representa os trabalhadores da indústria de malhas da região, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Calçados, Vestuário, Confeções, Malharias e Similares, conhecido como Sindicavespar. Segundo informações fornecidas pela diretora-secretária da instituição, Sr.a Benedita Donizeti Soares, o sindicato foi fundado em 1979, com sede no município de Pouso Alegre, e teve sua base operacional estendida para a parte sul de Minas em 1996. A subsede de Monte Sião se encontra em operação desde 2004. A área de atuação do sindicato corresponde a um conjunto de 37 municípios da região sul-mineira, divididos em três bases operacionais: Pouso Alegre, Cambuí e Monte Sião. Na região do Circuito das malhas (Monte Sião), o sindicato encontra dificuldades operacionais devido ao pequeno número de trabalhadores filiados, considerando que em toda a sua área de abrangência são cerca de 600 associados e 4.000 representados. Nas microempresas e malharias de “fundo de quintal” confundem-se os papéis de empregado e patrão devido aos vínculos de amizade que se estabelecem, implicando irregularidades nos vínculos empregatícios que atrapalham a ação sindical. Há um grande receio de os trabalhadores formalizarem queixa junto ao sindicato por conta da dificuldade posterior de se reempregarem. Aqueles que procuram os serviços do sindicato geralmente reclamam das jornadas excessivas, sobretudo de trabalho noturno, e o não cumprimento de convenções coletivas, como o pagamento de horas-extras trabalhadas. Já houve casos de trabalhadores que chegaram a ficar dois anos sem registro. (FUINI, 2007, p. 41).

Uma forma de relação de trabalho muito corrente na região é a subcontratação de mão-de-obra para a confecção de peças de vestuário em malha, denominada tradicionalmente de “façonismo”. Tal estratégia é utilizada por significativa parcela das malharias do Circuito que buscam reduzir custos de produção, sobretudo em períodos de baixa temporada (primavera e verão). Assim, contratam outros produtores que operam na informalidade para tecer seus produtos. A magnitude da subcontratação de mão-de-obra é, nesse sentido, um fator que dificulta a maior abrangência da ação dos sindicatos na realidade trabalhista local/regional.

3.3.2.5 – Órgãos de apoio e fomento

Os principais órgãos de apoio e fomento atuantes no Circuito são o Sebrae/MG, as secretarias estaduais de Turismo (Setur) e de Desenvolvimento Econômico e a Federação das Indústrias do Estado de Minas (Fiemg).

A Setur-MG (Secretaria de Estado de Turismo) firmou nesta terça-feira (09/12/2008), convênio que assegura investimentos de R\$ 210 mil em 21 associações de Circuitos Turísticos do Estado. Cada associação receberá R\$ 10 mil para aplicar na infraestrutura das sedes das associações, em projetos de desenvolvimento do turismo das regiões e em ações de qualificação e promoção. A secretária Érica Drumond destacou a importância da descentralização dos recursos e da gestão compartilhada do turismo de Minas. “Hoje, as associações são subsidiadas pelas prefeituras. Esse recurso

possibilitará melhoria da infraestrutura. Dessa forma, o envolvimento da Setur com as associações ficará mais próximo, já que os Circuitos são nossas instâncias de governança regional.”, defendeu a secretária. Foram contempladas com a verba as associações dos Circuitos Turísticos: Caminho Novo; Caminhos Verdes de Minas; Grutas e Mar de Minas; Guimarães Rosa; Lago de Irapé; Lago Três Marias; Lagos; *Malhas do Sul de Minas*; Montanhas Cafeeiras de Minas; Montanhas Mágicas da Mantiqueira; Nascentes das Gerais; Pico da Bandeira; Serra do Brigadeiro; Serra do Cabral ,de Minas e Cachoeiras; Serra Geral do Norte de Minas; Serras de Minas; Serras do Ibitipoca; Serras e Cachoeiras; Terras Altas da Mantiqueira; Trilha dos Inconfidentes e Vale Verde e Quedas D’água. (<http://www.setur.mg.gov.br/noticias>).

O Sebrae atua junto no Circuito das Malhas por meio de seu escritório regional de Pouso Alegre. A entidade realiza convênios com Associações comerciais e prefeituras para oferta de cursos, palestras e seminários para aperfeiçoamento e qualificação de empresários e trabalhadores. Além disso, o serviço oferece patrocínio e apoio institucional na realização de Feiras, como a Fenat e Festmalhas.

A Secretaria de turismo de Minas Gerais foi responsável pela criação e divulgação dos Circuitos turísticos mineiros, portanto, é um dos principais articuladores institucionais da região do Circuito das malhas, repassando recursos aos Circuitos credenciados pela Secretaria, como é o caso da região.

Na tarde de segunda-feira, 27 (2006), no salão social do Montanhês Clube, em Ouro Fino/MG, contando com a presença do secretário de Estado de Turismo, Herculano Anghinetti, aconteceu a cerimônia oficial de certificação do Circuito Turístico das Malhas do Sul Minas. De acordo com o secretário este é o trigésimo quarto Circuito oficializado pelo Governo do Estado. Anghinetti falou do empenho que o governador Aécio Neves deu ao segmento do turístico em Minas em seu governo, descrevendo as diversas ações que foram tomadas. Com a certificação, as cidades de Ouro Fino, Monte Sião, Jacutinga, Inconfidentes, Borda da Mata e Bueno Brandão, entrarão no programa de incentivo que A Secretaria de Estado de Turismo - Setur, vem desenvolvendo, tanto em área de publicidade como também em outros projetos de divulgação e incentivo que vem sendo realizado. (<http://www.ourofinoonline.com.br/circuitomalhas>)

A Secretaria de Desenvolvimento econômico também oferece apoio e recursos para a realização de Feiras, como foi o caso da 30ª. Festmalhas em Jacutinga. (<http://www.jacutinga.mg.gov.br>). O Vice-governador do Estado de Minas, Antônio Anastásia, esteve presente na abertura da 32ª edição da Festmalhas em Jacutinga em 2009 e

(...) ressaltou que eventos como a Fest Malhas permitem constatar que a variedade, a criatividade, a força e a parceria fundamental entre o Poder Público, a iniciativa privada e a sociedade civil estão apresentando os melhores resultados para o desenvolvimento de Minas Gerais. Por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, conforme citou o vice-governador, vêm sendo implantados os Arranjos Produtivos Locais (APL) em várias regiões de Minas, com o objetivo de potencializar a produção característica de cada região. (<http://www.mg.gov.br>)

A Fiemg atua institucionalmente através das Associações comerciais e industriais, viabilizando maior abrangência no diálogo com os empresários locais. Um dos projetos é o APL de Malhas retilíneas da Macrorregião sul de Minas, com apoio do Sebrae.

A empresa Fios Amparo, com unidades em Amparo/SP e Itapira/SP, também aparece como grande apoiador na realização de feiras na região (Fenat e Festmalhas), sendo o maior fornecedor individual de fios para as malharias do Sul de Minas.

3.3.2.6 – Fontes de financiamento

A estrutura financeira do Circuito das Malhas está concentrada nos três maiores municípios da região (Jacutinga, Monte Sião e Ouro Fino), que concentram mais de 70% das agências e instituições bancárias. (**tabela 27**)

TABELA 27 – ESTABELECIMENTOS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA DO CIRCUITO DAS MALHAS

MUNICÍPIOS	INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA
Borda da Mata	2
Bueno Brandão	2
Inconfidentes	1
Jacutinga	4
Ouro Fino	3
Monte Sião	5
Total	17

Fonte: Rais-2005

Os serviços de crédito e financiamento, apesar de comuns em bancos privados e públicos, não trazem condições vantajosas de pagamento para o pequeno empresário (elemento apontado na pesquisa do MDICex sobre Monte Sião), sem contar as cláusulas restritivas impostas (burocracia, prazos, garantias). Desse modo, maior parte do capital utilizado para investimentos na indústria de malhas do Circuito das Malhas provém principalmente de economias próprias dos empresários e de financiamentos convencionais captados em bancos comuns. Para aquisição de máquinas retilíneas importadas, geralmente é feito acordo entre os fabricantes e as malharias locais para realização do pagamento em diversas prestações.

Ainda é muito débil a busca de microcrédito em bancos específicos, associados ao BNDES ou Banco do Brasil, em virtude das exigências que afastam o pequeno produtor. Os bancos convencionais auxiliam também na realização de feiras e eventos na região. No material de divulgação da 34ª. Fenat de Monte Sião (2009) constam como entidades patrocinadoras o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, entidades que aparecem também como apoiadoras da 32ª. Festmalhas de Jacutinga. Em troca, essas instituições financeiras ganham espaços institucionais nas feiras para a realização de divulgação de seus produtos e linhas de crédito.

Outros bancos, como o BDMG e o BANCOOB¹⁹ também oferecem linhas de crédito específicas para pequenos empresários. O Bancoob, especificamente, atende em Monte Sião através da Credmalhas, que faz parte do sistema de cooperativas de crédito autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Comerciantes do Vestuário de Monte Sião /Est. de MG (CREDMALHAS) foi constituída em Assembléia Geral realizada em 03 de março de 2000, onde empresários do ramo de confecções do vestuário se reuniram com tal propósito nos termos da legislação vigente. A CREDMALHAS iniciou seu trabalho contando com um quadro de 38 cooperados e atualmente conta aproximadamente com 720 cooperados que através da mutualidade são responsáveis a cada dia pelo crescimento de nossa Cooperativa. A CREDMALHAS há cinco anos atua no mercado, de forma a oferecer o melhor em questão de atendimento, serviços e produtos, passando a ser um dos principais focos no mercado financeiro em Monte Sião, oferecendo a oportunidade aos empresários de melhores taxas e atendimento personalizado (fonte: <http://www.credmalhas.com.br/institucional.htm>)

¹⁹ O Banco Cooperativo do Brasil S/A – Bancoob é um banco comercial privado, sociedade anônima de capital fechado, cujo controle acionário pertence a 14 (quatorze) cooperativas centrais de crédito. É regido e regulamentado pela Lei nº 4.595/64 e Resolução nº 2.788/00 do Conselho Monetário Nacional, tendo por objetivo prestar serviços às cooperativas de crédito do SICOOB, além de disponibilizar produtos e serviços criados especificamente para as mesmas. Os principais serviços prestados pelo Bancoob às cooperativas são os acessos à conta “Reservas Bancárias” e ao Serviço de Compensação de Cheques e Outros Papéis (SCCOP). Esses acessos são importantes e estratégicos, pois permitem às cooperativas buscar recursos junto do Tesouro Nacional e propiciar, aos seus associados, a manutenção de contas correntes e o recebimento de documentos compensáveis, como contas de água, luz, telefone etc. O acesso à conta “Reservas Bancárias” e à integração ao SCCOP, contudo, não transforma as cooperativas em agências do Bancoob, pois essas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, regidas e regulamentadas pela Lei nº 5.764/71 e Resolução nº 3.106/03 do Conselho Monetário Nacional, não são bancos, mas instituições financeiras diferenciadas, que se caracterizam pela prestação direta de serviços aos seus associados, oferecendo taxas remuneratórias de depósitos mais elevadas e custos de serviços mais baixos. Assim, os serviços prestados pela cooperativa aos seus associados são de sua responsabilidade exclusiva, independentemente do contrato firmado com o Bancoob (Circular nº 3.226/04 - BACEN). (fonte: <http://www.bancoob.com.br>)

Segundo matéria divulgada no dia 30/04/2006 no programa “Pequenas Empresas: Grandes Negócios”, transmitido pela Rede Globo de Televisão em parceria com o Sebrae, a abertura da Credmalhas no município de Monte Sião criou facilidades no acesso a empréstimos e financiamentos para pequenos empresários do ramo de malharias, com taxas e garantias menores que a dos bancos convencionais. Deste modo, abre-se uma “janela de oportunidade” na região para obtenção de empréstimos voltados a modernização na indústria de malhas, viabilizando aquisição de maquinários importados, reforma das instalações das fábricas, dentre outras melhorias. Além disso, segundo a mesma matéria, a abertura desta cooperativa proporcionou um dinamismo maior à economia local, não somente no segmento de malhas, mas também em outros setores do comércio varejista, como os supermercados, visto que seus associados (720 membros até o final de 2006) recebem um cartão da cooperativa que lhes dá garantias de descontos nas compras em diversos estabelecimentos comerciais do município de Monte Sião.

Segundo dados fornecidos pelo site do Sebrae/Minas (fonte: <http://asn.interjornal.com.br/noticia>), desde a abertura da cooperativa foram movimentados cerca de 60 milhões de reais em transações bancárias, envolvendo serviços de poupança, depósitos, empréstimos com desconto, crédito, cartão convênio, antecipação de vendas, consultorias, convênios e pagamento de contas, restritos a moradores da Região de Monte Sião e cidades de Jacutinga, Ouro Fino, Borda da Mata e Águas de Lindóia com vínculo de pessoa física ou jurídica com a área de comércio no geral e de comércio de confecção do vestuário. No dia 22 de abril de 2009 a Credmalhas mudou em assembléia seu estatuto social, se tornando a Cooperativa de livre admissão do Circuito das Malhas e das Águas Paulista. Assim, a entidade poderá financiar outros segmentos e não somente o setor têxtil e de vestuário. Nessa mesma reunião foi anunciado que novas agências serão abertas em Inconfidentes e Bueno Brandão, ampliando a oferta de micro-crédito na região. (TRIBUNA DAS ÁGUAS, p. C1, 25/04/2009).

Desse modo e apesar de serem entidades coligadas, a “Credmalhas” possui algumas diferenças operacionais em relação ao “Bancoob” pelos seguintes motivos:

As cooperativas de crédito (regulamentadas pela resolução 2.771/2000 do Banco Central), apesar de pertencerem ao Sistema Financeiro Nacional, não funcionam como bancos. São sociedades de pessoas, que se unem com a finalidade de prestar assistência financeira mútua, sem objetivo de lucro, em conformidade com a Lei 5.764/71. Nesse contexto, os papéis desempenhados pelo BANCOOB e pelas cooperativas de crédito são caracterizados da seguinte forma: Cooperativa de Crédito Singular - atende ao público formado por seus associados e podem ser Cooperativas de

Crédito Mútuo, de natureza urbana, normalmente formadas por funcionários públicos ou de empresas privadas, profissionais liberais e comerciantes ou, as Cooperativas de Crédito Rural, formadas por produtores rurais. As Cooperativas Centrais prestam serviços de supervisão e infraestrutura às suas filiadas Cooperativas de Crédito Singulares. Atualmente, o SICOOB é formado por quinze Cooperativas de Crédito Centrais localizadas em 12 estados. Em Minas Gerais, existem duas Cooperativas Centrais: Crediminas (atende o crédito rural); Cecremge (atende o crédito mútuo). A Crediminas possui 102 cooperativas filiadas, 239 pontos de atendimento e 140 mil associados. A Cecremge possui 130 cooperativas filiadas, 61 pontos de atendimento que atendem aos seus 134 mil associados. As cooperativas de crédito, embora atuem como instituições financeiras, em função da legislação, funcionam com algumas particularidades. Uma delas é não ter acesso ao Serviço de Compensação de Cheques e Outros Papéis. Por isso, dependem de convênio com um banco para que os cheques sejam compensados. Para terem acesso a esses serviços, as cooperativas de crédito tinham que fazer convênios com outros bancos comerciais. Os custos elevados desses convênios e outras dificuldades motivaram a criação do BANCOOB, com a função de fazer a compensação para as cooperativas de crédito do SICOOB. (fonte: <http://www.credmalhas.com.br/faq.htm>)

Em Jacutinga e Monte Sião funcionam agências do SICOOB, o Sistema de Cooperativas de Bancos de Acionistas ligados à Crediminas. Trata-se de alternativa financeira aos bancos tradicionais, propiciando mecanismos mais ajustados à realidade de micro e pequenos empresários do ramo de malhas. Em Jacutinga e Ouro fino o banco se chama Sicoob-Credivass.

3.3.2.7 – Instituições de ensino e pesquisa

As duas principais instituições de ensino superior e técnico e pesquisa da região do Circuito das Malhas são: as Faculdades Asmec/Unisepe e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Inconfidentes, antiga Escola Agro-técnica Federal.

A Associação Sul-mineira de Ensino e Cultura (Asmec) está localizada na cidade de Ouro Fino e começou suas atividades em 1974. A instituição oferece os seguintes cursos: Cursos Superiores de Licenciatura Plena em: - Biologia; Educação Física; Geografia; História; Letras; Matemática; Pedagogia e Química; Cursos Superiores de Bacharelado em: Administração; Fisioterapia e Nutrição; Cursos Superiores de Tecnologia em: Análise e Desenvolvimento de Sistemas; Gestão Ambiental; Hotelaria e Turismo. (<http://www.asmec.br>). A instituição já desenvolveu um trabalho em parceria com o Circuito das Malhas; alunos do curso de Turismo e Administração elaboraram um diagnóstico da oferta e potencial turístico da região.

O Instituto federal de Inconfidentes começou suas operações em 1918, como Patronato agrícola, e se especializou em formar profissionais para a área de agricultura e agroindústria. Trata-se de instituição sólida e referência em educação de qualidade na região. A instituição oferece cursos técnicos em Informática, Agrimensura, Agropecuária, Agroindústria e superiores em Gestão ambiental e Agrimensura.

A Sociedade Montessionense de Ensino passou a oferecer recentemente (2009) cursos superiores virtuais (à distância) de graduação e pós-graduação em convênio com a Universidade Paulista (Unip). Os cursos são oferecidos nos polos de Monte Sião e Águas de Lindóia, nas áreas de Administração, Ciências Contábeis, Direito, Letras, Matemática, Pedagogia, Serviço Social e Gestão.

Especificamente na área de fabricação de artigos de malha, os cursos de capacitação são oferecidos pelas Associações comerciais e industriais, através de convênios com instituições como o Sebrae e secretarias estaduais. As análises de fios, materiais e de design de roupas são realizadas através da contratação de laboratórios externos à região. Buscando suprir essa ausência, durante a abertura da 32ª. Edição da Festmalhas (30/05/2009) foram anunciados investimentos do governo estadual em Jacutinga para implantação de um laboratório de desenvolvimento de produtos e capacitação de mão-de-obra (<http://www.jusbrasil.com.br/politica>).

3.3.2.8 – Feiras e Eventos

Os eventos que mais atraem turistas para a região do Circuito das Malhas são as feiras de expositores de Malhas. As duas maiores da região são: a Feira Nacional do Tricô (Fenat), de Monte Sião, e a Festmalhas, de Jacutinga. Além dessas existem outras feiras menores em Inconfidentes (Crochê Malhas) e em Ouro Fino (Ouro Malhas).

A Fenat já está em 34ª. edição, sendo realizada pela Associação comercial local (ACIMS) e a Prefeitura municipal. A feira começou como pequena exposição de artesanatos têxteis na Praça pref. Mario Zucato e acompanhou toda a evolução tecnológica da indústria de malhas local, sendo realizada hoje em um Centro de exposições próprio (FUINI, 2007). Nos últimos anos a feira contou com o apoio de instituições como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Sebrae, Correios, Federaminas, entre outras. Sua última edição (2009), segundo a organização do evento, apresentou 55 expositores, um total de R\$ 2,7 milhões de reais em vendas e público de 55 mil pessoas (<http://www.fenat.com.br>). Para o evento investiu-se também em ampla divulgação em mídia televisiva e em jornais, pois a Fenat é considerada para a indústria de malhas local como “porta de entrada” para o período de vendas de inverno.

No entanto, alguns empresários entrevistados em dissertação de mestrado de Fuini (2007) consideram que os estandes da feira são alugados por valores muito altos, outros já veem a feira como atrativo para turistas visitarem as lojas a cidade, portanto, mesmo não sendo expositor acaba se beneficiando com o evento.

A Festmalhas de Jacutinga também já é feira tradicional, estando em sua 32ª. Edição. O evento é realizado pela Associação comercial local (ACIJA) e Prefeitura, contando com apoio de instituições como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Sebrae, governo de Minas Gerais, entre outros. O evento contou com sessenta estandes e expectativa de um movimento de mais de setenta mil visitantes e compradores. Segundo o secretário de Indústria, Comércio e Turismo de Jacutinga, André Perugini,

A divulgação do evento será de responsabilidade da Prefeitura. Nós já estamos trabalhando em relação a isso, tanto que em poucos dias, será realizada licitação para definir qual a agência que ficará responsável em divulgar a 31ª FestMalhas (2008) em outdoors, rádios, jornais, tv's. Serão gastos R\$ 130 mil na divulgação do evento. (<http://gazetajacutinga.blogspot.com>).

O presidente da ACIJA, Antônio Rogério Sartori, comentou sobre a edição 2008 da Feira:

Já publicamos um propaganda da 31ª FestMalhas na revista Renoguia (100 mil exemplares entregues nos pedágios) de março/abril; já na revista de maio/junho, vamos ter meia página de propaganda e uma página interna de reportagem sobre o evento e nossa cidade. Já estamos veiculando nas rádios TransAmérica e Jovem Pan 120 inserções enfatizando que Jacutinga é a capital das Malhas e, ao mesmo tempo, convidando os turistas para virem para cá. Foi feita há dois domingos passados uma reportagem sobre o Circuito das malhas, com ênfase para a 31ª FestMalhas no jornal Correio Popular, de Campinas, SP. A Acija adquiriu um mailing com 20 mil cadastros de compradores (sexo feminino) que tem renda mensal acima de 2 mil reais. E também estamos em contato com políticos da esfera estadual e federal para se fazerem presentes no evento (<http://gazetajacutinga.blogspot.com>).

A feira CrochêMalhas de Inconfidentes já está em sua nona edição, sendo realizada pela prefeitura municipal. Sua estrutura compreende exposições e shows. Em Ouro Fino funciona a Feira Permanente de Malhas no prédio onde funcionava a antiga Estação ferroviária local. A feira conta com exposições de peças de malha produzidas na cidade e, anualmente, ocorre no próprio Pavilhão de malhas local a Feira de Inverno (OuroMalhas), evento que já está em sua décima primeira edição e serve como momento para aumento de vendas do comércio local e exibição de novos modelos de vestuário em malha.

É realizada também anualmente a Feira do Circuito das Malhas, na cidade de São Paulo, com o objetivo de aproximar o grande mercado consumidor paulistano dos artigos de vestuário em malha produzidos no sul de Minas Gerais e Leste paulista. No ano de 2008 a feira ocorreu em três edições, próxima a datas que são fortes para a atividade comercial (Dia das Mães e Dia dos Namorados). A organização do evento disponibilizou, inclusive, transporte gratuito para visitantes entre o centro de exposições onde ocorria a feira e a estação de metrô mais próxima (<http://www.feiradocircuitodasmalhas.com.br>).

3.3.2.9 – Conselhos municipais de turismo (Comtur)

Segundo dados da Pesquisa de informações básicas municipais do IBGE (2001), existem no Circuito das Malhas do Sul de Minas Gerais três Conselhos municipais de Turismo (Comtur) em operação: em Bueno Brandão, Jacutinga e Monte Sião. No entanto, não foram encontradas referências sobre a atuação dessas entidades na pesquisa direta, jornais e mídia eletrônica. Na abertura de feiras, reuniões e eventos sobre o Circuito, não foram encontradas menções aos Conselhos, indicando que são instituições pouco ativas ou irrelevantes na região.

3.3.2.10 – Gestão e Liderança do Circuito

O Circuito Turístico das Malhas do Sul de Minas possui Associação específica que figura na condição de gestor das ações dos municípios integrantes, envolvendo representantes das Prefeituras, Associações comerciais e empresariais e entidades da sociedade civil.

As Associações de Circuitos Turísticos são entidades sem fins lucrativos, que caracterizam a política pública de Regionalização do Turismo de Minas Gerais, implantada pelo Governo de Minas em 2003, por meio de Decreto de Lei nº 43.321. As associações abrigam um conjunto de municípios de uma mesma região, com afinidades culturais, sociais e econômicas que se unem para organizar e desenvolver a atividade turística regional de forma sustentável, consolidando uma identidade regional. Hoje, de acordo com a Resolução 008/2008, Minas Gerais conta com 42 Associações de Circuitos Turísticos certificados, envolvendo todas as regiões do Estado. As Associações de Circuitos Turísticos certificados pela Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais são contempladas com sinalização turística rodoviária, cursos de capacitação e de melhoria do serviço turístico. As ações da Secretaria de Estado de Turismo, dentro da política de fortalecimento destas associações, também incluem sensibilização, mobilização, elaboração de plano estratégico de desenvolvimento, roteirização, indo até a promoção do destino turístico. (http://www.turismo.mg.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=240&Itemid=82)

Trata-se de uma política formal de desenvolvimento regional iniciada pela Secretaria de Turismo do Estado de Minas Gerais, que visa a conceder certificação e incentivos a uma série de circuitos turísticos espalhados pelo território estadual. É a definição contida no Decreto Lei 43.321, assinado pelo Governador do Estado de Minas Gerais Aécio Neves em 08 de junho de 2003, que institucionalizou os Circuitos Turísticos.

O Circuito das Malhas teve como medida inicial para sua oficialização jurídica a formação, no segundo semestre de 2005, de uma Associação integrando entidades representativas dos setores turísticos dos municípios participantes.

O segundo passo para a formação do Circuito foi a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Turístico que garantiu o recebimento de uma certificação provisória pela Secretaria de Turismo do Estado, em cerimônia realizada em março de 2006. Esta certificação abriria possibilidade de se explorar as seguintes vantagens potenciais:

- 1) Participação em programas nacionais e estaduais de turismo (ex: Salão de Turismo, feiras nacionais e internacionais, oficinas de treinamento, fóruns, etc.);
- 2) Participação nos projetos de marketing do Estado, visando uma maior divulgação do potencial turístico da região (folders, mapas, sinalização turística, sites, etc.);
- 3) Inclusão nos projetos de infraestrutura do Estado, visando o aumento do fluxo turístico na região (ex: estradas, portais, telefonia, rodovias, aeroportos, etc.);
- 4) Possibilidades de criação de projetos sócio-econômicos para alavancar o desenvolvimento turístico na região, conseguindo através do Fórum Estadual do Turismo, recursos para execução dos referidos projetos;
- 5) Maior integração dos municípios, através da criação de roteiros turísticos integrados, incluindo seus atores no processo de crescimento sócio-econômico;
- 6) Capacitação dos envolvidos no processo, visando a qualidade no atendimento ao turista;
- 7) Levantamento do inventário da oferta e a demanda turística da região, estruturando seus produtos turísticos, criando um banco de dados que permita o controle estatístico do fluxo dos turistas, principalmente nos períodos sazonais. (*Jornal Panorama*, fevereiro de 2006).

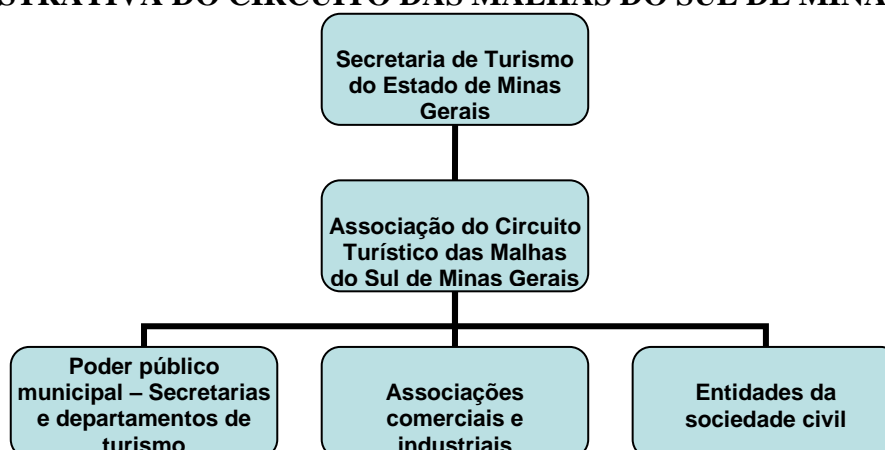
A associação é atualmente composta pelos seguintes nomes: Presidente: João Tadeu Dorta Machado (presidente da ACIMS); Vice-presidente: Benedito Mervy Colombo (Coordenador de Indústria e comércio de Ouro Fino); Diretor-executivo: Antonio Megale Brandão (Vice-presidente da Associação comercial de Borda da Mata); Diretor de administração e finanças: Nelson Aparecido Andrade (Ouro-Fino); Diretor de Marketing: José Geraldo dos Santos (ACIJA), e Secretaria Executiva: Regiane de Cássia Simões (ACIMS).

A atual gestora do Circuito é Angélica Ferreira Salles, de Bueno Brandão (também faz parte da Diretoria da Federação dos Circuitos turísticos de Minas Gerais - Fecitur), que nos respondeu sobre as ações e entraves para a atuação da Associação intermunicipal. Segundo a

gestora, a Associação do Circuito turístico atua principalmente em ações de divulgação e promoção das cidades que fazem parte do Circuito através do site (<http://www.circuitoturisticodeasmalhas.com.br>), folder, participação em feiras e eventos com foco em Turismo regional e nacional. Sobre o site em específico, ele possui informações básicas sobre as cidades do Circuito, com referências de hospedagem e alimentação, não disponibilizando informações institucionais e financeiras sobre a Associação coordenadora do Circuito. Também foram ressaltadas as parcerias com instituições como a Secretaria de Turismo (Setur/MG) do Estado de Minas Gerais, e o SEBRAE/MG em cursos e programas de capacitação (ex.: para gestores públicos do Circuito e prefeituras) e aprimoramento em diversas áreas. Ocorrem outras parcerias com Prefeituras e Associações comerciais em ações comerciais (Feiras) e institucionais.

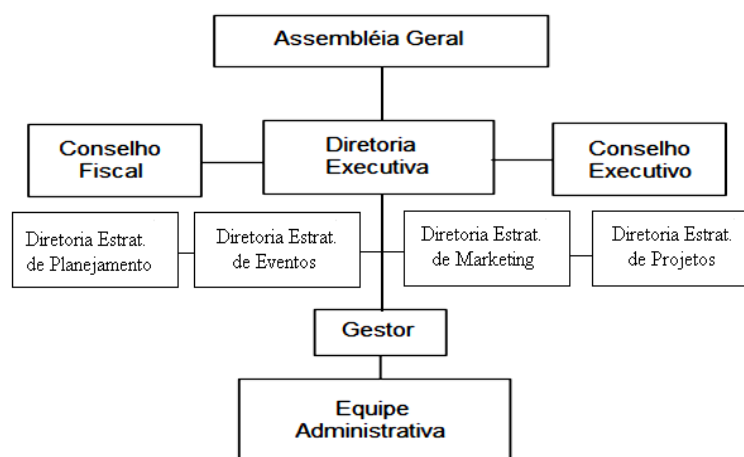
Os principais entraves para atuação da Associação na região são: a questão financeira, visto que a associação é uma entidade sem fins lucrativos, dependendo exclusivamente da contribuição dos associados (prefeituras e associações comerciais). Uma das alternativas é a busca de parceiros do poder privado para atuarem como braços financeiros do Circuito. Outro entrave do Circuito é a relação de confiabilidade do poder público com relação à ação da Associação intermunicipal, já que a atividade turística é investimento em longo prazo e a associação ainda não produz lucros expressivos para o setor. A gestora ressaltou a importância da conscientização da população local para os benefícios da atividade turística no município. Essa opinião é corroborada com dados da dissertação de Mestrado de Fuini (2007), que constatou em pesquisa com a população de Jacutinga e Monte Sião que a maioria reconhece o Circuito das Malhas como um nome importante para a economia regional, mas na entrevista da pesquisa atual com doze moradores do Circuito, nove mostraram desconhecimento sobre o que faz especificamente a Associação do Circuito turístico.

FIGURA 25 – ORGANOGAMA COM A PROJEÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO CIRCUITO DAS MALHAS DO SUL DE MINAS GERAIS



Fonte: Adaptado pelo autor a partir de jornais e sites

FIGURA 26 – MODELO DE REGIMENTO INTERNO DE UM CIRCUÍTO TURÍSTICO (Ex:Circuito das Serras Verdes do Sul de Minas)



Fonte: <http://www.serrasverdes.com.br>

Como medidas efetivas, a Associação do Circuito turístico já realizou um amplo diagnóstico das potencialidades turísticas dos municípios da região, contando com o apoio dos alunos e professores dos cursos de Turismo e Administração das Faculdades Asmec. Os dados produzidos neste diagnóstico serão utilizados nas futuras políticas para o desenvolvimento turístico no Circuito. Outra iniciativa visível é o apoio logístico e financeiro dado para a realização de Feiras, sobretudo no ramo de Malhas, como a Fenat, em Monte Sião, a Festmalhas, em Jacutinga, Crochêmalhas, em Inconfidentes, etc. As feiras de produtores de malhas são eventos que atraem muitos turistas e compradores, funcionando como vitrines para divulgação do Circuito regionalmente e nacionalmente. Intervenções publicitárias na imprensa televisiva e nos jornais são feitas durante esses eventos.

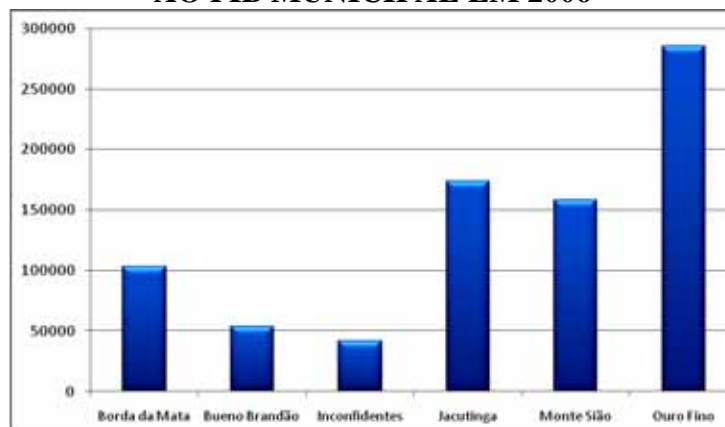
A mudança de posicionamento advinda com a formação da Associação do Circuito pode ser vista na união para reivindicações políticas quanto a melhorias da infraestrutura de transportes e turística da região. Nas reuniões com o secretário de turismo do Estado de Minas e com entidades estaduais e nacionais, como a FIEMG e o SEBRAE, as representações de prefeitos presentes pleiteiam melhorias em nome do Circuito turístico como um todo, indicando uma compreensão integrada das cidades vizinhas quanto aos problemas sócio-produtivos e de infraestrutura turística que enfrentam.

A governança do Circuito turístico das Malhas, considerando as iniciativas da Associação intermunicipal e das principais instituições atuantes na região, é do tipo mista, pois envolve como atores-chave as Associações comerciais e industriais locais, que aparecem como instituições formais que agrupam operadores privados e impulsionam a coordenação das suas estratégias oferecendo serviços e realizando eventos (como as feiras) de alcance público, e as prefeituras, responsáveis pelo fornecimento de serviços essenciais e pelo auxílio logístico e financeiro ao segmento de malhas. Além disso, e a despeito das críticas por sua atuação por vezes ineficiente, as prefeituras são importantes geradoras individuais de postos de trabalho formais, sobretudo em municípios com base econômica incipiente.

3.3.3 – A rede de municípios e seu papel no Circuito Turístico

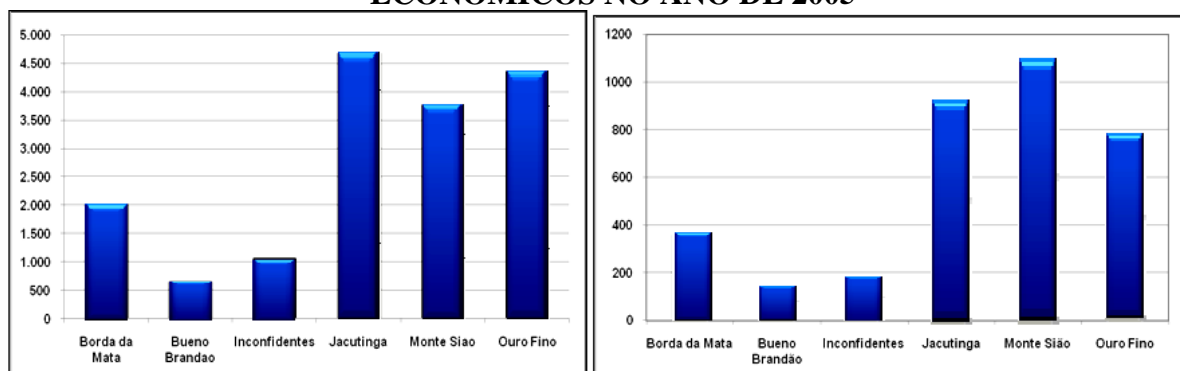
Na rede de municípios do Circuito das Malhas verifica-se uma grande concentração de poder econômico em apenas três deles: Jacutinga, Ouro Fino e Monte Sião, fato indicado pelo produto interno bruto municipal (**figura 26**), número de estabelecimentos (**figura 27**), empregos (**figura 28**), e infraestrutura turística. A concentração anteriormente mencionada define diferenças em posições de IDH e na responsabilidade social e fiscal-IRFS (**figura 29**), mas na comparação com o Circuito das Águas, verifica-se que as cidades mineiras apresentam problemas sociais maiores, indicando que o progresso recente ainda não se fez sentir em todas as camadas da população local.

FIGURA 27 - PODER ECONÔMICO NO CIRCUITO DAS MALHAS ASSOCIADO AO PIB MUNICIPAL EM 2006



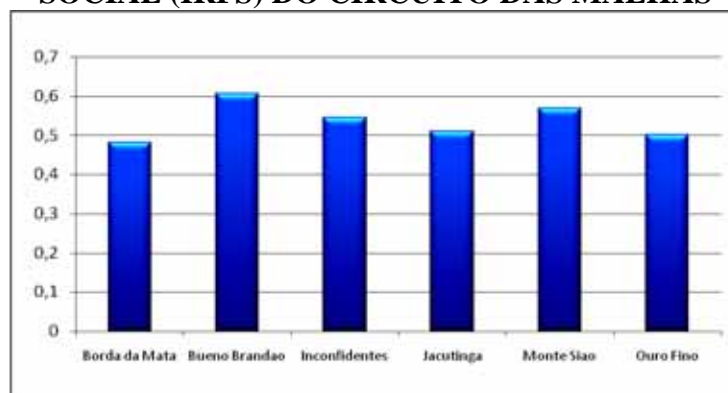
Fonte: Confederação nacional de municípios, IBGE, 2006

FIGURA 28 e 29 – PESO ECONÔMICO DOS MUNICÍPIOS DO CIRCUITO DAS MALHAS ASSOCIADO AOS EMPREGOS FORMAIS E ESTABELECIMENTOS ECONÔMICOS NO ANO DE 2005



Fonte: RAIS-2005

FIGURA 30 – GRÁFICO COM O ÍNDICE DE RESPONSABILIDADE FISCAL E SOCIAL (IRFS) DO CIRCUITO DAS MALHAS



Fonte: Confederação nacional de municípios, IBGE, 2006

A rede viária do Circuito das malhas é composta por rodovias pavimentadas de pista única e rodovias não pavimentadas, sendo uma das principais demandas políticas da região Sul de Minas Gerais nos últimos anos a fim de consolidar a industrialização e modernização do Circuito, a solicitação de melhorias na rede viária regional. A principal rodovia de integração da região é a MG-290, que liga Jacutinga, Ouro Fino, Inconfidentes e Borda da Mata, desembocando em Pouso Alegre e na rodovia BR-381 (Fernão Dias), que vai até Belo Horizonte. A rodovia MG-290 sofria e ainda sofre com problemas de precária sinalização, falta de acostamento, buracos no asfalto, entre outros. A rodovia que liga Ouro Fino a Monte Sião é a MG-459, que sofreu melhorias recentes do governo estadual depois de reivindicações de políticos da região do Circuito das Malhas. Essas reivindicações também ocorrem para o asfaltamento das estradas que ligam Jacutinga a Monte Sião e a estrada vicinal que liga Jacutinga a Espírito Santo do Pinhal, que possui um trecho de terra (A Gazeta de Jacutinga, p. 18, 18/03/2006).

A governança na rede de municípios do Circuito das malhas se faz na forma de um Anel núcleo com municípios economicamente preponderantes. Jacutinga e Monte Sião concentram mais de 80% dos empregos e estabelecimentos no setor regional de malhas, tendo produção e comércio modernos e competitivos, mas não condicionam a existência de municípios como Ouro Fino, que possui indústrias de outros ramos e forte tradição histórica e política. Borda da Mata, Bueno Brandão e Inconfidentes são municípios menores e com peso econômico pequeno, estando em posição de relativa inferioridade na hierarquia sócio-produtiva do Circuito das Malhas.

3.4 – Outros aspectos sobre o desenvolvimento territorial e a governança dos Circuitos turísticos: Os conflitos sócio-espaciais

A configuração de Circuitos turísticos, como símbolo próprio, confere às regiões que recebem essa terminologia estratégias de *marketing territorial* que associam o lugar com a atividade que nele ocorre, como se toda a realidade sócio-territorial incluída na região do Circuito das Águas ou das Malhas se resumisse ao setor turístico ou de malhas.

A despeito dos benefícios em termos de empregos e dinamismo econômico das atividades produtivas e de serviços, uma parcela da população dos municípios que compõe os Circuitos é excluída dos empreendimentos privados e benefícios econômicos advindos com a implementação do segmento turístico e dos arranjos produtivos inseridos nos regiões turísticas.

Toda estratégia de governança territorial depende de acordos e pactos sociais entre grupos de interesse inseridos em contextos territoriais específicos. De modo que nessas articulações sócio-espaciais, os grupos mais organizados acabam geralmente fazendo prevalecer seus interesses em projetos e negociações, concentrando poder político e econômico em seu ramo ou setor de atuação. Os conflitos sociais ocorrem, portanto, dentro dessa trama de forças sociais em interação, cada qual buscando obter maior poder em dada estrutura de governança.

Estruturas de governança mistas ou públicas tendem a obter melhores resultados sociais, sendo, portanto, as mais adequadas à consecução do desenvolvimento territorial, em seu sentido mais amplo. Formas de governança de tipo privada ou coletiva tomam, pela sua própria definição, partido de setores e grupos econômicos específicos, colocando diversos segmentos à margem da construção da governança.

Um exemplo bem-sucedido de organização social voltada à inserção econômica de segmentos sócio-territoriais anteriormente marginalizados é o caso da criação do Polo Industrial da Moda do Parque Dona Antonieta, em Monte Sião/MG. Essa organização reúne setenta empresas com um objetivo em comum: atrair compradores e revendedores para um bairro da cidade antes esquecido pelos consumidores, que ficavam concentrados junto às ruas comerciais próximas à praça Dr. Mário Zucatto. Assim, os empresários passaram a investir em seus negócios, inovando nas vitrines das lojas e oferecendo vantagens aos guias do turismo de compras para que levem excursões ao bairro. (TRIBUNA DAS ÁGUAS, página C2, 09/05/09).

Essa é a outra face da moeda: de um lado, a propaganda dos Circuitos, com suas qualidades naturais e econômicas, reais e potenciais e que tornam os lugares mais atrativos aos investimentos privados; e de outro lado, as mazelas sociais que por vezes são escondidas em estratégias públicas e privadas para promoção de atrativos turísticos.

FIGURA 31 - IMAGEM DE ENCHENTE APÓS FORTE PRECIPITAÇÃO EM MONTE SIÃO – JANEIRO DE 2009



Fonte: <http://images.google.com.br>

A concepção de desenvolvimento territorial deveria contemplar quatro elementos básicos: o progresso econômico, a participação política, o bem estar social e a sustentabilidade ambiental.

Todos os municípios do Circuito das Águas paulista possuem IDH alto (Pnud, 2000), com renda per capita média de R\$ 19.370 reais , mas restam ainda 14,85% da população na faixa de pobreza (IBGE, 2003). No Circuito das Malhas, todos os municípios, com exceção de Monte Sião, estão na faixa de IDH médio (Pnud, 2000), com renda per capita média de R\$ 7.041 reais e ainda possuem 16,78% da população na faixa de pobreza (IBGE, 2003).

Esses dados evidenciam a existência nos Circuitos turísticos analisados de parcelas populacionais que devem receber a devida atenção do poder público em políticas sociais de saúde, educação, moradia, saneamento básico, ao mesmo tempo e com as mesmas energias que são despendidas para o apoio aos setores industriais e de serviços que alavancam a economia dos Circuitos turísticos.

FIGURA 32 - IMAGEM DE MORADIAS PRECÁRIAS NO JARDIM FIGUEIRA (VILA DAS PEDRAS) EM AMPARO/SP



Fonte: <http://www.amparo.sp.gov.br>

Outra questão importante está relacionada à postura assumida pelos municípios vizinhos aos Circuitos turísticos quanto ao desenvolvimento econômico e a atividade turística.

O município de Itapira/SP, limítrofe a Amparo, Águas de Lindóia, Lindóia, Serra Negra, Monte Sião, não logrou desenvolver historicamente uma infraestrutura turística, ficando alijado de investimentos associados às estâncias e circuitos turísticos. Somente no ano de 2009, a cidade entrou efetivamente em parceria com o Sebrae para tentar estabelecer um perfil turístico. O primeiro sinal dessa parceria foi a inclusão do município em um Núcleo Gastronômico, formado com assessoria do projeto Empreender do Sebrae junto às Associações comerciais e proprietários de bares, restaurantes e hotéis de Moji-Mirim e de Mogi-Guaçu. (TRIBUNA DE ITAPIRA, caderno B2 e B5, 15/03/09 e 22/11/09). Outra iniciativa recente no município é o estímulo ao turismo rural, com apoio do poder público

local na organização de um roteiro para visitação aos atrativos rurais, como: fazendas antigas, hotel-fazenda, alambiques, vinícola, produção de doces, apiário, corredeiras, pesqueiro, plataforma de voo livre, etc.

Outro município que obteve maior êxito em descobrir seu diferencial turístico-econômico é Holambra. Maior produtor individual de flores e plantas ornamentais da América Latina, a cidade é vizinha de Moji-Mirim, Santo Antônio de Posse e Jaguariúna, sendo classificada como Estância turística pela Embratur. Holambra, apesar do dinamismo econômico adquirido com o mercado de flores, ainda não faz parte institucionalmente do Circuito das Águas e, portanto, busca formar um “Circuito das Flores paulista” junto com os municípios de Arthur Nogueira e Santo Antônio de Posse.

De acordo com o Projeto de Lei nº. 369/09 em pauta na Assembléia Legislativa, além de desenvolver o polo turístico, a união das três cidades disponibilizará programas voltados para o segmento e irá adequar atividades ambientalmente sustentáveis, formação profissionalizante para a região conforme a demanda dos programas e projetos específicos, minimização do uso de agrotóxicos e conscientização da população quanto à preservação ecológica. Ainda sem projeto e roteiros turísticos definidos, o Projeto de Lei aguarda pareceres das comissões de Constituição e Justiça, de Agricultura e Pecuária, e de Finanças e Orçamento. ([http:// http://www.agitoartur.com.br](http://www.agitoartur.com.br)).

3.5 – Conclusão parcial

Os Circuitos das Águas paulista e das Malhas surgiram em um período e contexto sócio-político semelhante: início do século vinte e um, com aprofundamento de iniciativas de descentralização político-administrativa no Brasil, fomentando-se a regionalização e municipalização na gestão de diversos segmentos, dentre eles o setor turístico.

Desse modo, institucionalizou-se o que já existia historicamente enquanto símbolo cultural regional. O Circuito das Águas é formado por cidades vizinhas ao Estado de Minas e ao Circuito das Malhas, portanto, é difícil separar essas regiões em termos de aglomeração econômica, sobretudo no que diz respeito ao eixo de produção de malhas. Os fatores produtivos e recursos territoriais do Circuito das Águas atuam como externalidades econômicas para o Circuito das Malhas, e vice-versa.

O presente estudo também revelou que no interior desses Circuitos existem realidades sócio-territoriais distintas, com estágios de desenvolvimento e modelos de governança diferentes. No Circuito das Águas ocorre uma governança pública, com articulação entre

poderes públicos municipais; no Circuito das Malhas, uma governança mista, com articulação entre Associações comerciais e industriais e prefeituras provendo bens e serviços públicos. Na hierarquia urbana, verificou-se também uma realidade de governança de municípios economicamente predominantes, mas que na articulação política do Circuito dependem um do outro.

As diferenças entre as regiões também ficaram evidentes. O Circuito das Águas paulista possui melhores indicadores econômicos e sociais que o Circuito vizinho de Minas Gerais. É também um Circuito com maior diversidade econômica, possuindo ao menos cinco arranjos produtivos potenciais ou consolidados, enquanto o Circuito das malhas possui extrema especialização na indústria de malhas, que é o seu único potencial APL. Os Circuitos também se distanciam no critério estrutura turístico-hoteleira e de circulação: a região do Circuito das Águas possui uma das melhores redes hoteleiras do Estado de São Paulo, oferecendo atrativos de lazer, passeios e eventos diversificados; o Circuito das malhas, por sua vez, apresenta poucas opções turísticas e uma rede hoteleira reduzida, situação que decorre também da grande proximidade entre Circuitos que permite que o turista se hospede em São Paulo e realize suas compras (malhas) em Minas Gerais em um curto deslocamento.

Na abordagem sócio-institucional dos Circuitos turísticos é possível destacar os pontos positivos e pontos falhos advindos com a formação das estruturas de governança territorial do Consórcio intermunicipal do Circuito das Águas paulista e da Associação do Circuito das malhas mineiro (**tabela 28**). Por serem instituições recentes, oficializadas em 2004 e 2006, deve-se avaliar em que sentido a formação delas alterou – para melhor ou pior – o quadro regulatório regional. Pela brevidade do tempo de atuação e pelos fatores políticos e econômicos conjunturais, faz-se mais prudente avaliar as estruturas de governança dos Circuitos de um ponto de vista qualitativo, considerando os materiais bibliográficos e documentais consultados e as entrevistas realizadas.

Assim, constata-se que tanto o Consórcio do Circuito das Águas quanto a Associação do Circuito das Malhas trouxeram consigo três aspectos positivos incontestáveis: melhor organização para divulgação do turismo e produção regional, viabilização de parcerias externas e fortalecimento do poder de negociação política com a articulação intermunicipal. Mas ainda persistem pontos de deficiência na estrutura institucional que impedem aos Circuitos maior abrangência social e eficácia política e econômica, destacando as limitações

quanto à arrecadação financeira, à participação de sindicatos e ONGs na estrutura decisória e na realização de projetos e ações de cunho social.

TABELA 28 - AVALIAÇÃO QUALITATIVA DAS PRINCIPAIS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA DOS CIRCUITOS TURÍSTICOS

	PONTOS POSITIVOS	PONTOS FALHOS
Consórcio intermunicipal do Polo turístico do Circuito das Águas/SP	<ul style="list-style-type: none"> - organização de atores sociais voltados à divulgação e estímulo ao turismo, com participação institucional em feiras e eventos do ramo e possibilidade de elaboração de projetos de médio/longo prazo - aumento do poder de negociação e reivindicação de investimentos junto às instâncias superiores do poder público - viabilização de parcerias institucionais externas (Sebrae, Governo do Estado, agências de viagens, etc.) - inclusão de novos temas na pauta do desenvolvimento (Ex: questão sócio-ambiental) - possibilidade de pequenos municípios diversificarem sua economia, sendo incluídos em rotas turísticas - aumento do PIB regional, com abertura de empresas e geração de postos de trabalho - apoio às iniciativas de inclusão social relevantes (ex: investimentos no turismo para deficientes visuais e físicos em Socorro) - parceria do Consórcio com instituições de ensino superior, como as Faculdades de Jaguariúna 	<ul style="list-style-type: none"> - dotação financeira limitada, dificultando ações de divulgação e projetos de auxílio mais amplos - participação restrita ou nula de alguns segmentos da sociedade civil junto ao consórcio (Ex: sindicatos, associações de bairro, ONGs, etc.) - não prevê mecanismos de inclusão social para a população local (redistribuição de renda, amenização da pobreza, serviços básicos, etc.) - visibilidade maior de segmentos empresariais organizados, como as associações de hoteleiros, não ocorrendo integração entre os hotéis e o comércio, lanchonetes, restaurantes e bares (ex.: Águas de Lindóia)
Associação intermunicipal do Circuito das Malhas/MG	<ul style="list-style-type: none"> - organização de atores sociais voltados à divulgação e estímulo à produção de malhas da região e ao turismo de compras, com participação institucional em feiras e eventos do ramo e possibilidade de elaboração de projetos de médio/longo prazo - viabilização de parcerias institucionais externas (Sebrae, Governo do Estado, Fiemg, etc.) - aumento do poder de negociação e reivindicação de investimentos junto às instâncias superiores do poder público - fortalecimento das feiras de produtores dos municípios da região - aumento do PIB regional, com abertura de empresas e geração de postos de trabalho 	<ul style="list-style-type: none"> - dotação financeira limitada, dificultando ações de divulgação e projetos de auxílio mais amplos - participação restrita ou nula de alguns segmentos da sociedade civil junto à associação (Ex: sindicatos, associações de bairro, etc.) - priorização dos interesses empresariais (indústria de malhas) nas ações da associação - não prevê mecanismos de inclusão social para a população local (redistribuição de renda, amenização da pobreza, serviços básicos, etc.) - dificuldade de comunicação das ações e projetos junto às pequenas malharias/lojistas

Fonte: conclusões retiradas pelo próprio autor

Uma de nossas conclusões é que a governança territorial dos Circuitos acaba, então, por definir uma dimensão territorial que vai além dos limites dos Estados da federação, podendo se trabalhar com a idéia de Circuitos-Arranjos justapostos de sistemas produtivos, comerciais e de serviços que conciliam cooperação, complementaridade, concorrência e conflitos sociais em uma forte dinâmica de territorialização local e regional.

Além disso, a análise de manifestações de governança territorial recentes no Brasil põe em evidência as mudanças político-institucionais e sócio-produtivas pelas quais o nosso território tem passado nos últimos anos, com diferentes dosagens de participação do Estado, empresas e a sociedade civil na organização do território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa de Doutorado traz contribuições teóricas e empíricas no que tange ao estudo das estratégias de governança em aglomerados produtivos e turísticos, comparando analiticamente os casos do Circuito das Águas Paulista e do Circuito das Malhas do Sul de Minas Gerais.

Este estudo buscou definir um panorama da regulação territorial nesses dois Circuitos, com base em quadro teórico amplo e que define conceitos e metodologias para uma aplicação no estudo de campo, que se fez através de entrevistas e análise de fontes de dados secundários. Em cada um dos capítulos colocou-se um tópico para conclusões preliminares, organizando-se a tese em partes que podem ser autoexplicativas.

Nesse sentido, buscou-se responder às hipóteses de pesquisa lançadas, através dos seguintes argumentos:

- Os Circuitos turísticos das Águas paulista e das Malhas mineiro se colocam como novos formatos de governança territorial no Brasil, pós anos 1990, visto que se referem a articulações entre atores e instituições nacionais, estaduais, regionais e locais em torno de um projeto de desenvolvimento territorial, coexistindo Arranjos produtivos locais e Circuitos turísticos espaciais;
- Esses Circuitos, como novos formatos de regulação e governança territorial, definem uma outra possibilidade de regionalização do território brasileiro, articulando o político, o econômico e o social em uma unidade territorial regional e local.

No primeiro capítulo do trabalho, fez-se uma análise teórica das mudanças recentes ocorridas com o modo de produção capitalista e suas conseqüências para a atuação do Estado via aparato regulatório e políticas de desenvolvimento. Assim, a bibliografia selecionada reforça a hipótese de que novas formas de governança surgem como expressão territorial da manifestação de atores sociais em contextos regionais/locais, buscando resolver problemas inéditos, sobretudo de ordem econômica (competitividade) e sócio-espacial (desenvolvimento). Desse modo, o uso do conceito de governança territorial torna-se pertinente para caracterizar a proliferação de formatos regulatórios parciais e subnacionais que ganharam destaque, no Brasil e no mundo, respondendo a interesses de setores diversos, como o ambiental (Ex: Comitês de bacias), turístico (Ex: Circuitos turísticos), agrícola (Ex: Câmaras setoriais), econômico-produtivo (Ex: Agências de desenvolvimento, Arranjos produtivos locais).

A paisagem econômica desse século passa a ser preenchida por múltiplas realidades de governança territorial, que ocorrem muitas vezes de forma justaposta, tornando necessária também uma reflexão sobre as regionalizações pretéritas face à dinâmica territorial atual.

No segundo capítulo, estudou-se de forma mais aprofundada duas dimensões da governança territorial presentes no debate acadêmico e nas políticas públicas recentes: os Arranjos produtivos locais (APLs) e os Circuitos turísticos (CTs). Ao destrinchar a dimensão desses formatos regulatórios, com o “estado das artes” da literatura disponível, foi possível sistematizar as potencialidades e limitações das duas estratégias. Com isso, foi plausível compreender a dimensão e a interinfluência dos APLs e dos CTs, cunhando-se a expressão “Circuitos de Arranjos”, visto que a realidade dos CTs é marcada pela existência de aglomerações produtivas das mais variadas atividades, que passam a ser usadas como atrativos turísticos. Portanto, bucou-se a sistematização de estruturas conceituais importantes que seriam mobilizadas para a análise pormenorizada dos Circuitos turísticos das Águas paulista e das Malhas do Sul de Minas Gerais.

No terceiro e último capítulo realizou-se a junção do teórico e do empírico com o estudo dos Circuitos turísticos já mencionados. Esses Circuitos turísticos ocupam diferentes Estados federativos, mas são muito próximos territorialmente, sendo constante a influência sócio-econômica de um para com o outro, sobretudo em relação aos fluxos turísticos para descanso em hotéis (Circuito das águas) e compras de peças de vestuário (Circuito das malhas). O estudo sistematizado das relações de governança nos CTs foi feito com base na análise quantitativa e qualitativa dos seguintes atores institucionais: empresas e aglomerações produtivas, poder público local, associações empresariais e de classe, sindicatos, órgãos de apoio e fomento, fontes de financiamento, instituições de ensino e pesquisa, feiras e eventos, conselhos municipais de turismo, instituições de gestão e liderança. Assim, foi possível constatar as diferenças entre as duas realidades sócio-territoriais e concluir sobre o tipo de governança territorial presente em cada contexto. Ao final, organizou-se um quadro comparativo sobre os pontos positivos e pontos falhos de cada um dos CTs, tendo o duplo efeito de ser diagnóstico e propositivo.

O estudo realizado buscou, portanto, dar subsídios que pudessem explicar a tese de que as estruturas de governança e de regulação na dinâmica territorial local de aglomerados produtivos e turísticos são elementos constitutivos das estratégias de organização, planejamento e desenvolvimento territorial atuais no Brasil, considerando a realidade de dois Circuitos turísticos geograficamente vizinhos como subsídio para reforçar essa ideia.

A governança territorial no Circuito das Águas adquire uma conotação pública, com partilha de poderes no Consórcio turístico entre prefeitos, secretários/diretores municipais e presidentes de conselhos municipais. No Circuito das malhas mineiro predomina um outro modelo de governança, de tipo mista, com divisão de poderes entre as Associações empresariais e os poderes públicos municipais, que oferecem serviços e realizam eventos de alcance público.

Essa governança, transposta para a rede urbana municipal, evidencia outros formatos organizacionais, destacando o modelo tipo anel núcleo com municípios economicamente preponderantes tanto para a região do Circuito das Águas quanto para a do Circuito das Malhas. Existe uma hierarquia sócio-produtiva regional, com municípios dominantes e dinâmicos, mas que não condicionam politicamente a existência de outros municípios na cadeia. Tais conclusões sobre os modelos de governança de cada um dos Circuitos analisados constituem-se o cerne de nosso trabalho.

É importante ressaltar que a governança territorial é sempre um estado provisório da organização do espaço, dos atores e instituições de uma região ou local, sendo possível no decurso do desenvolvimento territorial local/regional haver mudanças nas regionalizações e posições políticas e econômicas que levem a mudanças no modelo de governança. Essas mudanças podem reforçar a coesão do tecido sócio-produtivo e da comunidade local ou aumentar a desagregação entre atores, fragmentando o território e elevando a exclusão sócio-econômica.

O argumento principal deste trabalho é que a governança territorial é um conceito que pode envolver uma ampla gama de relações de poder, de organização institucional e de pactos sociais entre atores e suas respectivas bases territoriais, buscando resolver problemas específicos atinentes a determinados setores econômicos-sociais e que se tornaram mais pronunciados no Brasil na década de 1990, em decorrência de três processos: o início da descentralização político-administrativa, o aprofundamento da desconcentração industrial e a globalização e reestruturação técnico-organizacional de diversos setores da economia.

Podemos concluir, portanto, que as estruturas de governança dos Circuitos turísticos das Águas e das Malhas evidenciam estágios intermediários de um processo de busca permanente por maior coesão política e social e eficiência econômica, processo cujo desfecho somente as estratégias territoriais futuras dos atores sociais responderão.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOWAY, R. O capital social dos territórios: Repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, v. 4, n. 2, p. 379-397, abril/jun. de 2000.
- AMARAL FILHO, J. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. **Planejamento e políticas públicas**, Brasília, IPEA, n. 14. dez. 1996.
- ANDRADE, M. C. **Geografia Econômica**. 1ª. Edição. SP: Atlas, 1973.
- ANDRADE, M.C.; CORRÊIA DE ANDRADE, S. M. **A Federação Brasileira: Uma análise geopolítica e geo-social**. 2ª. edição. SP: Contexto, 2003 (Série Repensando a Geografia).
- ANTAS Jr., R. M. Elementos para uma discussão epistemológica sobre a regulação no Território. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 16, p. 81-86, 2004.
- BARBOSA, Maria A. C. e ZAMBONI, Roberto A. **Formação de um Cluster em Torno do Turismo de Natureza Sustentável em Bonito – MS**. Brasília: IPEA e CEPAL, 2000.
- BECATTINI, G. O Distrito Marshalliano: Uma noção sócio-econômica. In BENKO, G.; LIPIETZ, A (org.), **As Regiões Ganhadoras. Distritos e Redes: Os novos paradigmas da Geografia Econômica**. Oeiras-Portugal: Celta Editora, 1994, p. 45-58.
- BENKO, G. **Economia, Espaço e Globalização: na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- BENKO, G.; LIPIETZ, A. De la regulación de los espacios a los espacios de la regulación. In BOYER, R.; SAILARD, Y. (org.), **Teoría de la Regulación: Estado de los Conocimientos**, (vol. II), Buenos Aires: Asociación Trabajo e Sociedad/ Oficina de Publicaciones del CBC, 1997, p. 103-113.
- BENKO, G. A recomposição dos espaços. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local - Interações**, Universidade Católica Dom Bosco/MS, v. 1, n. 2, p. 7-12, março de 2001.
- BENKO, G.; PECQUEUR, B. Os recursos de territórios e os territórios de recursos. **Geosul**, Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 31-50, jul. /dez, 2001.
- BODDY, M. Reestruturação industrial, pós-fordismo e novos espaços industriais: Uma crítica. In VALLADARES, C.; PRETECEILLE, E. (org.) **Reestruturação Urbana: Tendências e desafios**. São Paulo: Nobel/IUPERJ, 1990, p. 17-43.
- BOISIER, S. Desarrollo (local): De que estamos hablando?. In BECKER, D.; BANDEIRA, P. S. F., **Desenvolvimento local/regional: Determinantes e desafios contemporâneos**. Santa Cruz do Sul: Unisc, 2000, p. 151-185.
- BOISIER, S. Política econômica, organização social e desenvolvimento regional. In HADDAD, P. R. (org.), **Economia Regional: Teoria e Métodos de análise**. Fortaleza: BNB/Etene, 1989, p. 589-694.

- BOLSON, J. G. H. Os Circuitos Turísticos no Estado de Minas. In **Secretaria de Estado do Turismo de Minas Gerais**. Disponível em <[http://: www.setur.mg.gov.br](http://www.setur.mg.gov.br)>. Acesso em julho de 2006.
- BOYER, R. **A Teoria da Regulação**: Uma Análise crítica. São Paulo: Nobel, 1990.
- BOYER, R. SAILLARD, Y. Avant-propos. In BOYER, R.; SAILLARD, Y. (org.), **Théorie de la regulation**: L'état des savoirs. Paris: Éditions La Découverte, 1995.
- BORGES, A. Governança e Política educacional: A agenda recente do Banco Mundial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 52, p. 125-217, 2003.
- BORIN, P. **Divisão interurbana do trabalho e uso do território nos municípios de Águas de Lindóia (SP), Lindóia (SP), Serra Negra (SP), Socorro (SP) e Monte Sião (MG)**. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-graduação em Geografia, São Paulo, USP, 2003, 128 f.
- BOURDIN, A. **A Questão Local**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- BRAGA, R. Globalização e transformações territoriais no Brasil: Comentários sobre a ação do Estado e a distribuição da renda na década de 1990. **Geografia**, Ageteo – Rio Claro, v. 28, n. 3, p.345-362, set./dez. 2003.
- BRANDÃO, C. A.; COSTA, E. J. M. da; ALVES, M. A. da S. Construir o espaço supralocal de articulação sócio-produtiva e das estratégias de desenvolvimento: Os novos arranjos institucionais. In DINIZ, C.C.; CROCCO, M. (org.), **Economia Regional e Urbana**: Contribuições teóricas recentes. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.
- CALARME, P.; TALMANT, A. **A questão do Estado no coração do futuro**: O mecano da governança. SP: Vozes, 2001.
- CARMONA, R. Dinâmicas territoriais, políticas públicas e novos sistemas de governança nos Distritos Industriais Italianos (DIIs). In SILVA, G.; COCCO, G. (org.), **Território produtivos**: Oportunidades e desafios para o desenvolvimento local. RJ: DPeA, 2006, p.11-46.
- CASTELLS, M. A. **Sociedade em Rede**. 4ª. edição. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CASTRO, I. E. de. Instituições e território: Possibilidades e limites ao exercício da cidadania. **Geosul**, Florianópolis, v. 18, n. 36, p. 7-28, jul/dez 2003.
- COLLETIS, G.; PECQUEUR, B. Integration des Espaces et Quasi Integration des Firmes: Vers de Nouvelles Rencontres Productives?. **Revue d'Economie Regionale et Urbaine**, n.3, 1993.
- COLLETIS, G., GILLY, J.P., LEROUX, I., PECQUEUR, B., PERRAT, J., RYCHEN, F., ZIMMERMANN, J.B. Construction territoriale et Dynamiques productives. **Revue Sciences de la Société**, n. 48, Outubro de 1999.

- COLLETIS-WAHL, K.; PECQUEUR, B. Territories, Development, and Specific Resources: What Analytical Framework?. **Regional Studies**, London/UK, RSA, v. 35, n. 5, p. 449-459, 2002.
- CORRÊA, R. L. **Estudos sobre a Rede Urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- DALLABRIDA, V. R. Governança territorial: Um primeiro passo na construção de uma proposta teórico-metodológica. **3º Seminário Internacional sobre Desenvolvimento local**. Santa Cruz do Sul: Unisc, 2006. Disponível em <<http://www.capitalsocialsul.com.br>>. Acesso em maio de 2007.
- DALLABRIDA, V. R. A gestão territorial através do diálogo e da participação. **Revista Electrónica de Geografía e Ciencias Sociales**, Barcelona, Univ. de Barcelona, v.11, n. 245, agosto de 2007. Disponível em < <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24520.htm>>. Acesso em outubro de 2008.
- DANIEL, C. Uma experiência de desenvolvimento econômico local: A Câmara Regional do Grande ABC. In GUIMARÃES, N. A.; MARTIN, S., **Competitividade e Desenvolvimento: Atores e Instituições Locais**. São Paulo: Senac, 2001, p. 449-468.
- ECO, U. **Como se Faz uma Tese**. 14ª. edição. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1996.
- EUZÉBIO, G. L. Estados e municípios de pires na mão. **Desafios do desenvolvimento**, Brasília, IPEA, p.34-39, abril de 2009.
- FUINI, L. L. **A Relação entre Competitividade e Território no Circuito das Malhas do Sul de Minas**. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-graduação em Geografia, IGCE-UNESP, Rio Claro, 2007, 189 p.
- FURTADO, C. **Introdução ao Desenvolvimento: Enfoque Histórico-Estrutural**. RJ: Paz e Terra, 2000.
- GILLY, J.P.; PECQUEUR, B. La dimensión local de la regulación. In: BOYER, R.; SAILLARD, Y. (org.), **Teoría de la regulación: Estado de los conocimientos**. Volume II. Argentina: Oficina de Publicaciones da CBC, 1997, p. 115-124.
- GUIRELI, JR, L. **Fragmentos históricos de Monte Sião**. Edição do autor, 1979.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. SP: Loyola, 1989.
- HARVEY, D. **A Produção Capitalista do Espaço**. 2ª. edição. SP: Anna Blume, 2005.
- HUMPHREY, J.; SCHIMITZ, H. How Does Insertion in Global Value Chains Affect Upgrading in Industrial Clusters?. **Regional Studies**, London/UK, RSA, v. 36, n. 9, p. 1017-1027, 2002.
- LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. **Economia do Turismo**. 2ª. edição. Campinas: Papirus, 1996.

- LASTRES, H. M. M., CASSIOLATO, J. E. Novas Políticas na Era do Conhecimento: O Foco em Arranjos Produtivos e Inovativos Locais. In **Rede de Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (REDESIST)**. Rio de Janeiro: UFRJ/IE, 2004. Disponível em: <http://www.redesist.ie.ufrj.br>. Acesso em agosto de 2005.
- LEBORGNE, D.; LIPIETZ, A. Flexibilidade defensiva e ofensiva: Os desafios das novas tecnologias e da competição mundial. In VALLADARES, C.; PRETECEILLE, E. (org.), **Reestruturação Urbana: Tendências e desafios**. São Paulo: Nobel/IUPERJ, 1990, p. 17-43.
- LENCIONE, S. Reestruturação urbano-industrial no Estado de São Paulo: A região da metrópole desconcentrada. In SANTOS, M. et al.(org.), **Território, Globalização e Fragmentação**. 5ª. edição. SP: Anpur/Hucitec/AnnaBlume, 2002.
- LIPIETZ, A.; LEBORGNE, D. O pós-fordismo e seu espaço. **Espaço e Debates**, Revista de Estudos regionais e urbanos, São Paulo, v. 3, n. 25, 1988.
- MAMBERTI, M. M. S.; BRAGA, R. Arranjos Produtivos Turísticos e Desenvolvimento Local. **Artigos Deplan**, Rio Claro/SP, Deplan/Unesp/IGCE, 2004. Disponível em: <http://www.rc.unesp.br/igce/planejamento>. Acesso em setembro de 2006.
- MATTOS, C. A. de. De la Planificación a la Governace: Implicancias para la gestión territorial e urbana. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 107, p. 9-23, jul./dez. de 2004.
- NEGRI, B. As políticas de descentralização industrial e o processo de interiorização em São Paulo: 1970-1985. In TARTAGLIA, J. C.; OLIVEIRA, O. L. (org.), **Modernização e desenvolvimento do interior de São Paulo**. São Paulo: Ed. Unesp, 1988, p. 11-37.
- NINIS, A. B.; DRUMMOND, J. A. Áreas (des)protegidas do Brasil: As estâncias hidrominerais. **Ambiente e sociedade**, Campinas, v. 11, n.1, p. 149-166, jan/jun 2008.
- OLIVEIRA, F. de. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. SP: Boitempo, 2003.
- PACHECO, C. A. Desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional. **Economia e Sociedade**, Campinas, Instituto de Economia da Unicamp, n. 6, p.113-140, jan. 1996.
- PIRES, E. L. S. **Os Mercados de Trabalho nas Zonas de Integração Regional: A construção inacabada da regulação salarial na União Européia**. Tese (Livre Docência), IGCE/UNESP, Rio Claro, 2003.
- PIRES, E. L. S. Mutações econômicas e dinâmicas territoriais locais: Delineamento preliminar dos aspectos conceituais e morfológicos. In SPÓSITO, E. S.; SPÓSITO, M. E. B.; SOBARZO, O. (org.), **Cidades Médias: Produção do Espaço Urbano e Regional**. SP: Expressão Popular, 2006.
- PIRES, E.; MÜLLER, G.; VERDI, A. Instituições, Territórios e Desenvolvimento Local: Delineamento preliminar dos aspectos teóricos e morfológicos. **Geografia** – Associação de Geografia Teórica - Rio Claro, SP: v. 31, p. 437-454, set./dez. 2006.

- PIRES, E. L.; NEDER, R. T. A governança territorial no Brasil: As instituições, os fatos e os mitos. **Geografia e Pesquisa**, Ourinhos/SP, Unesp, v. 2, n. 2, p. 31-45, jul/dez. 2008.
- PORTER, M. **Competição: Estratégias competitivas essenciais**. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 1999.
- RALLET, A. **L'économie de proximités**. Texte présentée devant le groupe Dynamiques de Proximité, Marseille, GREQAM, 2000.
- SANTOS, M. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1992.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: Técnica e tempo, Razão e emoção**. SP: Hucitec, 1996.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro-São Paulo: Record, 2001.
- SANTOS, G. A. G. dos; DINIZ, E. J.; BARBOSA, E. K. Aglomerações, Arranjos produtivos locais e vantagens competitivas locais. **BNDES/Arranjos produtivos locais e Desenvolvimento**. Versão preliminar. RJ: Área de Planejamento/Depro, 2006, p. 15-45.
- SCOTT, A. **Regions and the World Economy: The Coming shape of Global production, competition and political order**. New York : Oxford, 1998.
- SCOTT, A. La poussée régionale: Vers une géographie de la croissance dans les pays en développement. **Géographie, Économie, Société**, Paris, Elsevier, n.5, p.31-57, 2003.
- SEBRAE. **Mobilização dos Territórios para o Desenvolvimento**. Texto Interno para Discussão. Brasília, 2003.
- SELINGARDI-SAMPAIO, S.; PINHEIRO, S. S. Relações de Produção e de Trabalho na Indústria, particularmente na de Confecções: Uma Abordagem teórica (I). **Geografia, Ageteo – Rio Claro**, v.19, n.2, p. 1-35, Outubro, 1994.
- SELINGARDI-SAMPAIO, S. **Indústria e Território em São Paulo: A estruturação do Multicomplexo Territorial Industrial Paulista (1950-2005)**. Campinas: Alínea, 2009.
- SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 20ª. edição, SP: Cortez, 1996.
- STORPER, M. A Industrialização e a Questão Regional no Terceiro Mundo. In VALLADARES, L. e PRETECEILLE. E. (org.), **Reestruturação Urbana: Tendências e Desafios**. Rio de Janeiro: Nobel/Iuperj, 1990, p. 97-123.
- STORPER, M. Territorialização numa Economia Global: potencialidades de desenvolvimento tecnológico, comercial e regional em economias subdesenvolvidas. In LAVINAS, L.; CARLEIAL, L. M.; NABUCO, M. R. (org.), **Integração, Região e Regionalismo**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1993.
- STORPER, M. Desenvolvimento Territorial na Economia Global do Aprendizado: O Desafio dos Países em Desenvolvimento. In RIBEIRO, L. C. de Q.; SANTOS J. R. O. A. dos (org.), **Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana: O Futuro das Cidades Brasileiras na Crise**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1994, p. 23-63.

- STORPER, M. **The Regional world: Territorial development in a Global economy.** New York: Guilford Press, 1997.
- STORPER, M.; HARRISON, B. Flexibilidade, Hierarquia e Desenvolvimento Regional: As mudanças de estrutura dos Sistemas Produtivos Industriais e seus novos modos de Governância nos anos 90. In BENKO, G. e LIPIETZ, A (org.), **As Regiões Ganhadoras. Distritos e Redes: Os novos paradigmas da Geografia Econômica.** Oeiras: Celta Editora, p. 171-188, 1994.
- TAPIA, J. R. B. Desenvolvimento Local, concertação social e governança: A experiência dos pactos territoriais na Itália. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 19, n.1, p.132-139, jan./mar. 2005.
- TORRE, A. Desenvolvimento local e relações de proximidade: Conceitos e questões. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local - Interações**, Universidade Católica Dom Bosco/MS, v. 4, n. 7, p. 27-39, set. 2003.
- VALENTIM R. O Capital Social como um dos elementos que compõem a Dinâmica do Desenvolvimento Regional. In BECKER, D. F.; WITTMAN, M. L. (org.) **Desenvolvimento Regional: Abordagens Interdisciplinares.** Santa Cruz do Sul: Edunisc, p.245-261, 2003.
- VARAS, G. S. Da produção territorial de bens à produção territorial de serviços: Sobre os distritos turísticos na Itália. In SILVA, G.; COCCO, G. (org.), **Território produtivos: Oportunidades e desafios para o desenvolvimento local.** RJ: DPeA, 2006, p.47-73.
- VEIGA, J. E. da. A Face Territorial do Desenvolvimento. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local - Interações**, Universidade Católica Dom Bosco/MS, v. 3, n. 5, p. 5-19, 2002.
- VERDI, A. R. Proximités et Gouvernances: activation et spécification des ressources dans les principaux territoires de la cachaça au Brésil. **Cinquième Journée de la Proximité**, Bordeaux, 2006.
- VITTE, C. de C. S. Crise do Modelo de desenvolvimento, descentralização do poder e os novos desafios para os municípios do Brasil. **Revista Paranaense de Geografia**, Curitiba-PR, v. 33, n. 4, 1999, p. 33-42.
- ZAMBONI, R. A.; CAMARGO, R. S. Uma leitura dos impactos da crise sobre o setor turismo a partir das estimativas de emprego no setor. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental do IPEA**, Brasília, p. 77-79, jul. 2009.

Referências em Jornais e Revistas

- A GAZETA DE JACUTINGA, p. 18, 18/03/2006
- JORNAL PANORAMA, fevereiro de 2006
- TRIBUNA DA ÁGUAS, p. A3, 06/06/2009

TRIBUNA DAS ÁGUAS, p. A4, 02/08/2008
CORREIO POPULAR, p. C3, 07/05/2007
TRIBUNA DAS ÁGUAS, p. B1, 18/04/2009
TRIBUNA DAS ÁGUAS, p. A6, 06/03/2009
TRIBUNA DAS ÁGUAS, p. A4, 07/03/2009
TRIBUNA DAS ÁGUAS, p. A4, 06/06/2009
TRIBUNA DAS ÁGUAS, p. D1, 20/09/2008
TRIBUNA DE ITAPIRA, p. B5, 15/03/2009
JORNAL CORREIO POPULAR, Economia, 03/05/2009
JORNAL CORREIO POPULAR, Economia, 23/03/2008
JORNAL CORREIO POPULAR, Economia, 08/05/2005
TRIBUNA DA ÁGUAS, p. C1, 23 de maio de 2009
TRIBUNA DAS ÁGUAS, p. C1, 25/04/2009

Referências Eletrônicas (Sites consultados)

<http://www.circuitodasaguaspaulista.com.br>, acesso em 19/05/08
<http://www.agenciadedesenvolvimento.com.br>, acesso em 20/05/08
<http://www.jaguariunaonline.com.br>, acesso em 25/06/2008
<http://www.hoteliernews.com.br>, acesso em 30/07/2008
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11107.htm , acesso em 20/08/2009
<http://pt.wikipedia.org/wiki>, acesso em 20/08/2008
<http://www.comunidade.sebrae.com.br/promos/>, acesso em 24/08/2008
http://pt.wikipedia.org/wiki/Regi%C3%A3o_Metropolitana_de_Campinas, acesso em 15/09/2008
<http://www.turismo.mg.gov.br> , acesso em 16/09/2009
<http://www.cidadesdobrasil.com.br/cgi-cn>, acesso em 24/09/2008
<http://www.ana.gov.br/GestaoRecHidricos/ArticulacaoInstitucional/default.asp>, acesso em 05/10/2008
<http://www.circuitospaulista.com.br> , acesso em 08/10/2008
http://www.planodenegocios.com.br/dinamica_novanoticia, acesso em 12 /10/2008
<http://www.redeaplmineral.org.br/noticias>, acesso em 16/10/2009
<http://www.acibmata.com.br> , acesso em 17/12/2008

<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=2&menu=1507&refr=1554> , acesso em 18/10/2008

<http://www.estacoesferroviarias.com.br.html>, acesso em 22/10/2008

<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna>, acesso em 22/10/2008

<http://www.imprensa.rj.gov.br>, acesso em 24/10/2008

<http://www.jundiai.sp.gov.br/PMJSITE>, acesso em 04/11/2008

http://www.sebraesp.com.br/empresas_rede/acao_territorial/apl , acesso em 04/11/2008

<http://www.oserrano.com.br>, acesso em 13/11/2008

<http://maps.google.com.br>, acesso em 15/11/2008

<http://www.aguasdelindoia.tur.br>, acesso em 15/11/2008

http://www.infocentral.com.br/cta/revistas/vol_026/nr_3/6_Finalizad_v11n2a320.pdf , acesso em 15/11/2008

<http://www.cpopular.com.br/especiais/rmc/especialrmc01.shtm> , acesso em 25/11/2008

<http://www.bancodopovo.sp.gov.br>, acesso em 28/11/2008

<http://www.ace-socorro.com.br>, acesso em 28/11/2008

<http://www.serranegraviva.com.br> , acesso em 05/12/2008

<http://www.hoteliernews.com.br>, acesso em 09/12/2008

http://www.acepedreira.com.br/institucional_historia, acesso em 10/12/2008

<http://www.sindiloucasp.org.br>, acesso em 11/12/2008

<http://www.ashores.com.br/historia.htm>, acesso em 12/12/2008

http://internotes.fieb.org.br/rede_apl/rede%20baiana%20de%20apl.htm, acesso em 12/12/2008

<http://www.jornalomunicipio.com.br/noticias>, acesso em 13/12/2008

<http://www.feirademalhas.com.br>, acesso em 15/12/2008

<http://www.abeta.com.br/aventura-segura>, acesso em 15/12/2008

<http://www.pedreira.sp.gov.br/port/noticias>, acesso em 18/12/2008

<http://www.pedreira.sp.gov.br/port/img/tecno> , acesso em 19/12/2008

<http://www.jaguariuna.sp.gov.br>, acesso em 20/12/2008

<http://www.pedreira.sp.gov.br>, acesso em 21/12/2008

<http://www.cnpma.embrapa.br/unidade>, acesso em 08/01/2009

<http://www.unifia.edu.br/cursos>, acesso em 09/01/2009

<http://www.bussolanet.com.br/turismo/circuitodasmalhas>, acesso em 10/01/2009

www.iea.sp.gov.br, acesso em 10/01/2009

<http://www.aguasdelindoia.sp.gov.br/site/secretarias.php?id=13>, acesso em 11/01/2009

<http://www.aguasdellindoia.sp.gov.br> , acesso em 11/01/2009

<http://www.centropaulasouza.sp.gov.br/Ete/Escolas/Campinas>, acesso em 12/01/2009

<http://www.sp.senai.br/jaguariuna> , acesso em 13/01/2009

<http://www.sebraesp.com.br/principal/sebrae>, acesso em 15/01/2009

<http://www.amparo.sp.gov.br>, acesso em 15/01/2009

<http://www.mg.gov.br>, acesso em 15/01/2009

[http:// www.acijaguariuna.com.br](http://www.acijaguariuna.com.br), acesso em 15/01/2009

<http://www.lindoia.sp.gov.br>, acesso em 17/01/2009

<http://www.aguasdellindoia.com.br/termalismo.asp?sec=tur> , acesso em 18/01/2009

<http://www.aceamparo.com.br/conteudo>, acesso em 18/01/2009

<http://www.montealegredosul.sp.gov.br>, acesso em 20/01/2009

[http:// www.bancoob.com.br](http://www.bancoob.com.br) , acesso em 22/01/2009

<http://www.expojaguariuna.com.br>, acesso em 22/01/2009

<http://www.serranegra.sp.gov.br/passeios.htm>, acesso em 29/01/2009

<http://www.world-tourism.org/>, acesso em 02/02/2009

[http:// www.amparo.sp.gov.br/noticias](http://www.amparo.sp.gov.br/noticias), acesso em 08/02/2009

<http://www.serranegra.sp.gov.br/Diario%20Oficial> , acesso em 10/02/2009

<http://www.jornalomunicipio.com.br/noticias>, acesso em 12/02/2009

<http://www.socorro.sp.gov.br/comtur.htm>, acesso em 12/02/2009

<http://www.asmec.br>, acesso em 15/02/2009

<http://www.setur.mg.gov.br/noticias> , acesso em 15/02/2009

<http://www.jaguariuna.sp.gov.br/setuc>, acesso em 17/02/2009

<http://www.ourofino.mg.gov.br>, acesso em 19/02/2009

<http://www.oserrano.com.br> , acesso em 22/02/2009

<http://www.jacutinga.mg.gov.br>, acesso em 24/02/2009

<http://gazetajacutinga.blogspot.com>, acesso em 03/03/2009

<http://www.hoteisparaeventos.com.br/atracoes>, acesso em 05/03/2009

<http://www.inconfidentes.mg.gov.br> , acesso em 06/03/2009

<http://www.uvesp.com.br/jornal/dezembro2004/5.asp>, acesso em 07/03/2009

<http://www.perfuradores.com.br>, acesso em 09/03/2009

<http://www.circuitodasaguaspaulista.sp.gov.br/noticias>, acesso em 09/03/2009

<http://www.ourofinoonline.com.br/circuitomalhas>, acesso em 12/03/2009

<http://www.acims.com.br>, acesso em 13/03/2009

<http://www.socorro.sp.gov.br>, acesso em 15/03/2009

<http://www.cpopular.cosmo.com.br>, acesso em 15/03/2009

http://www.descubraminas.com.br/destinosturisticos/1st_circuito.asp, acesso em 17/03/2009

<http://www.circuitoturisticodeasmalhas.com.br>, acesso em 18/03/2009

www.cvc.com.br, acesso em 20/03/2009

<http://www.portugalvirtual.pt> , acesso em 22/03/2009

<http://www.feiradocircuitodasmalhas.com.br>, acesso em 22/03/2009

<http://www.credmalhas.com.br/faq.htm>, acesso em 24/03/2009

<http://www.credmalhas.com.br/institucional.htm> , acesso em 24/03/2009

<http://www.serrasverdes.com.br> , acesso em 26/03/2009

http://www.turismo.mg.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=240&Itemid=82, acesso em 26/03/2009

<http://www.fenat.com.br> , acesso em 02/04/2009

<http://www.jusbrasil.com.br/politica>, acesso em 12/04/2009

http://www.gazetaregional.com.br/interna_noticias ,acesso em 12/04/2009

ANEXOS

Anexo 1 – Modelo de entrevista com moradores locais

- 1) Há quantos anos mora no município? Idade, profissão.
- 2) Opinião sobre o trabalho desenvolvido pelo Consórcio/Associação do Circuito turístico das Águas ou Malhas? Tem efeitos concretos para a economia do município?
- 3) Comente sobre a situação sócio-econômica do município.
- 4) Sobre o setor turístico em seu município? Opine sobre a infraestrutura, opções de lazer, impactos sobre a população local.
- 5) Qual instituição interfere mais diretamente na vida econômica do município? Prefeitura, Associação comercial, outras.
- 6) Outras informações.

Anexo 2 – Modelo de entrevista com autoridades públicas dos Circuitos turísticos

- 1) Como surgiu o Consórcio/Associação do Circuito turístico e por quais motivos (ano, contexto, municípios integrantes)?
- 2) Como funciona o Consórcio/Associação? Representação dos municípios, participação de entidades públicas, privadas, sociedade civil?
- 3) Projetos recentes desenvolvidos (e futuros) pelo Consórcio/Associação?
- 4) Principais problemas relacionados à operacionalização do Consórcio.
- 5) Todas as entidades formalmente participantes do Consórcio/Associação possuem a mesma representatividade? E quanto aos municípios, há diferenças quanto à representatividade?
- 6) A visão da população quanto ao trabalho do Consórcio/Associação? Positiva, negativa, indiferente?

Anexo 3 – Modelo de entrevista com empresários

- 1) Você conhece as iniciativas do Consórcio/Associação do Circuito turístico?
- 2) As atividades do Consórcio/Associação têm trazido benefícios concretos aos empresários do município?
- 3) O Consórcio/Associação tem capacidade de atender ou ajudar na resolução das demandas empresariais? Quais são essas demandas?
- 4) Verifica-se hierarquia entre os atores e municípios do Consórcio/Associação? Explique.
- 5) Outras informações.